

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL
ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
ALMACENES ÉXITO S.A.
24 DE MAIO DE 2022
ATA N° 79**

No Município de Envigado, Departamento de Antioquia, República da Colômbia, sede do domicílio principal da Almacenes Éxito S.A. (a "Empresa"), na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, às 9:00 horas do dia 24 de maio de 2022, no local, data e hora indicados no edital de convocação, a Assembleia Geral de Acionistas da Almacenes Éxito S.A., em sua sessão extraordinária, reuniu-se pessoalmente.

CONVOCAÇÃO

A convocação para esta sessão foi organizada pelo Conselho de Administração e comunicada por meio de publicação no jornal "El Colombiano" na página 9, e no jornal "El Tiempo" na página 1.9, e nas plataformas virtuais da Primera Página e Valora Analitik, em 7 de maio de 2022, de acordo com o texto transcrito abaixo:

*Assembleia Geral de Acionistas
Sessão extraordinária
Almacenes Éxito S.A.*

Edital de Convocação

A Diretoria e o Representante Legal da Almacenes Éxito S.A., (a "Companhia") no exercício de seus poderes e de acordo com o Artigo 19 do Estatuto Social, convocam os acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na terça-feira, 24 de maio de 2022, às 9:00 horas, na Carrera 48 # 32 B Sur-139, Avenida las Vegas, sede administrativa da Companhia, localizada no município de Envigado, Antioquia.

A Ordem do Dia proposta é a seguinte:

- 1. Verificação do quorum*
- 2. Leitura da agenda*
- 3. Eleição dos comissários para os escrutínios e para a revisão, aprovação e assinatura da ata da reunião.*
- 4. Alteração do Contrato Social*
- 5. Alteração das regras de procedimento da Assembleia Geral de Acionistas.*
- 6. Aprovação de uma recompra de ações da Empresa (a "Recompra") e dos termos da mesma.*

O Conselho de Administração e os Diretores deverão abster-se de submeter à consideração da Assembleia Geral qualquer item não incluído na ordem do dia publicada com este aviso de reunião.

Os termos e instruções de inscrição para a reunião podem ser consultados no site <https://www.grupoexito.com.co/es/asamblea-accionistas>. As inscrições estarão abertas até domingo 22 de maio em nosso site www.grupoexito.com.co.

Para facilitar a tomada de decisão informada pela Assembleia Geral de Acionistas, documentos descrevendo e apoiando os itens 4 a 6 da agenda estão disponíveis no site corporativo <https://www.grupoexito.com.co/es/asamblea-accionistas>.

Os acionistas que não puderem comparecer pessoalmente podem ser representados por procuração escrita, que deve cumprir com os requisitos do artigo 184 do Código Comercial. Os modelos de procurações estão disponíveis aos acionistas no site corporativo <https://www.grupoexito.com.co/es/asamblea-accionistas>.

Não podem ser concedidos procuradores a funcionários da Almacenes Éxito S.A., nem a pessoas direta ou indiretamente relacionadas com sua administração.

**DIRETORIA E CARLOS MARIO GIRALDO MORENO
Almacenes Éxito S.A.**

É expressamente declarado para registro que, uma vez publicada a convocação, os procedimentos definidos no estatuto social da empresa e outras políticas de governança corporativa foram cumpridos, e os documentos relativos às propostas na agenda da reunião foram disponibilizados aos acionistas no website corporativo, bem como a documentação de apoio necessária para uma melhor compreensão das propostas e da recompra.

A reunião foi aberta com o hino nacional.

Posteriormente, o público foi informado de que fotografias e vídeos seriam tirados durante a reunião e transmitidos via streaming no site corporativo, e também foi indicado que, como se tratava de eventos noticiosos, as imagens poderiam ser comunicadas através de qualquer mídia. Finalmente, o público foi convidado a consultar a Política de Privacidade da empresa disponível no website corporativo. O público também foi convidado a entrar em contato com proteccion.datos@grupo-exito.com no caso de qualquer preocupação relacionada com o tratamento de seus dados pessoais.

Os acionistas foram então apresentados a: (i) os membros do Conselho de Administração que estavam virtualmente conectados: Luis Fernando Alarcón Mantilla (Presidente), Ana María Ibáñez Londoño, Felipe Ayerbe Muñoz, Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, Christophe Hidalgo, Susy Midori Yoshimura, Rafael Russowsky e Bernard Petit; e o Diretor que esteve presente na reunião, Philippe Alarcon; (ii) os diretores da Empresa que estão presidindo esta reunião: Carlos Mario Giraldo Moreno, Presidente da Empresa, que de acordo com o artigo 25 do Contrato Social preside a reunião, e Claudia Campillo Velásquez, Vice-presidente de Assuntos Corporativos e Secretária Geral, e que por sua vez atua como secretária desta reunião, de acordo com o artigo 43 do referido Contrato Social; e (iii) o Vice-Presidente de Finanças, também presente na Mesa Diretora, Ruy Barbosa de Souza.

O Presidente da Empresa estendeu uma cordial saudação aos acionistas e à Diretoria, agradecendo-lhes antecipadamente por participarem da reunião, e depois abriu formalmente a reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas. Em seguida, ela deu a palavra a Claudia Campillo Velásquez, Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e Secretária Geral, que, a fim de promover um diálogo aberto, equitativo e significativo entre os acionistas e a Empresa, e de acordo com o princípio de transparência, explicou algumas das diretrizes contidas nas Instruções que foram disponibilizadas aos acionistas em 6 de maio de 2022, a saber:

(i) Atuações dos acionistas:

- Os acionistas podem intervir pessoalmente, solicitando a palavra, a fim de receber um microfone, ou através de um chat da WhatsApp que será habilitado durante a reunião. Ele informou que para acessar este bate-papo eles poderiam escanear o código QR no crachá que lhes foi dado quando entraram na reunião.
- Durante a sessão, é possível que um único acionista possa fazer várias perguntas. Também é possível que haja várias perguntas sobre o mesmo tópico, caso em que será indicado se elas estão sendo cobertas pela mesma resposta.

(ii) Acionistas que tenham relatado ser portador de necessidades especiais:

- A Empresa forneceu os mecanismos necessários para os acionistas que no momento do registro informaram uma condição de incapacidade, entre eles, o sistema Closed Caption, que é um software internacional que captura ao vivo as informações que estão sendo geradas e as exibe por escrito na tela. É possível que neste processo possa haver algumas palavras que não correspondem exatamente, especialmente quando se trata de termos técnicos ou palavras estrangeiras, por isso agradecemos sua compreensão.

PRESIDÊNCIA E SECRETARIA.

A sessão foi presidida pelo Presidente da Empresa, Sr. Carlos Mario Giraldo Moreno e a Vice-presidente de Assuntos Corporativos e Secretária Geral, Claudia Campillo Velásquez, atuou como Secretária.

1. VERIFICAÇÃO DO QUORUM.

O Secretário anunciou na abertura da sessão que um total de 437.610.930 ações ordinárias da Companhia estavam presentes e representadas, representando 97,77% do total de ações em circulação da Companhia, e que um quorum estava presente para deliberar e decidir validamente de acordo com o Contrato Social da Companhia e a lei.

Quorum Inicial:

Participantes	14
Acionistas representados	21
Ações em circulação	447.604.316
Ações presentes ou representadas	437.610.930
Quorum	97,77%

Detalhes sobre o número de acionistas presentes ou representados podem ser encontrados abaixo.:

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID ACIONISTA	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VÉLEZ	901442854	NIT	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICA	409.876.436
	CC		444444133	NIT	GPA2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOE	22.380.232
1053812574	CC	SERGIO LONDOÑO GONZALEZ	42885882	CC	LUZ MERY QUINTERO CASTANO	10
14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	6.600
19483455	CC	FRANCISCO MORA	19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	47.628
32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	5.110
32509289	CC	TERESITA DE JESUS POSADA BONILLA	32509289	CC	TERESITA DE POSADA BONILLA	5
42990242	CC	MARIA LOURDES MEJIA VELASQUEZ	42990242	CC	MARIA LOURDES MEJIA VELASQUEZ	488
70035728	CC	JUAN GUILLERMI CORREA MONTOYA	70035728	CC	JUAN GUILLERMO CORREA MONTOYA	50
70041567	CC	MARIO ENRIQUE SALAZAR JIMENEZ	1017185397	CC	MARISOL SALAZAR GONZALEZ	10
70083149	CC	JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	70083149	CC	JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	3.200
79796500	CC	EDGAR MUÑOZ JASSIR	900440283	NIT	FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	5.034.821
	CC		900266293	NIT	STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	18.693
	CC		900180826	NIT	SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	8.460
	CC		900704219	NIT	ALLIANZGI FONDS DSPT	5.430
	CC		900179647	NIT	SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	3.173
8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	8278664	CC	JORGE HERNAN NORENA MEJIA	20
8359372	CC	JUAN LUIS MEJIA CROWE	901237428	NIT	INVERLANDES SAS	51.229
98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	900458971	NIT	DISTRINTEC S A S	94.758
	CC		98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	64.077
	CC		811015441	NIT	SERVICIOS INTEGRALES JWW LIMITADA	10.500
		Total de ações				437.610.930

De acordo com as informações fornecidas pela Fiduciaria Bancolombia S.A. e pelo fornecedor da plataforma virtual (Eventos & Sistemas S.A.S.), durante a sessão foi alcançado o seguinte quorum

máximo de acionistas presentes ou representados, incluindo aqueles que entraram na sessão uma vez iniciada a sessão extraordinária presencial da Assembleia Geral de Acionistas:

Quorum Máximo:

Participantes	25
Acionistas representados	33
Ações em circulação	447.604.316
Ações presentes ou representadas	438.206.240
Quorum	97.90%

Os detalhes sobre o número máximo de acionistas presentes ou representados são os seguintes:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
			ACIONISTA			
1036928577	CC	JAVIER ALEJANDRO GONZALEZ BETANCUR	1036928577	CC	JAVIER ALEJANDRO GONZALEZ BETANCUR	444
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VÉLEZ	901442854	NIT	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICA	409.876.436
	CC		444444133	NIT	GPA2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOE	22.380.232
1053812574	CC	SERGIO LONDOÑO GONZALEZ	42885882	CC	LUZ MERY QUINTERO CASTANO	10
1128268522	CC	JUAN CAMILO TORO CADAVID	1128268522	CC	JUAN CAMILO TORO CADAVID	3.660
14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	6.600
19483455	CC	FRANCISCO MORA	19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	47.628
32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	5.110
32509289	CC	TERESITA DE JESUS POSADA BONILLA	32509289	CC	TERESITA DE POSADA BONILLA	5
3342371	CC	JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	CC	JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	7.000
3383456	CC	JUAN CAMILO JIMENEZ BONILLA	900865223	NIT	FONVAL ACCIONES DINAMICO	490.044
42990242	CC	MARIA LOURDES MEJIA VELASQUEZ	42990242	CC	MARIA LOURDES MEJIA VELASQUEZ	488
43091075	CC	BLANCA NIDIA GOMEZ HERNANDEZ	43091075	CC	BLANCA NIDIA GOMEZ HERNANDEZ	65
70035728	CC	JUAN GUILLERMI CORREA MONTOYA	70035728	CC	JUAN GUILLERMO CORREA MONTOYA	50
70041567	CC	MARIO ENRIQUE SALAZAR JIMENEZ	1017185397	CC	MARISOL SALAZAR GONZALEZ	10
70083149	CC	JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	70083149	CC	JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	3.200
71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	900384438	NIT	INVER ARCOIRIS S A S	13.229
	CC		71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	2.606
71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	2.242
71688461	CC	JAIRO LEON CARDONA TOBON	71688461	CC	JAIRO LEON CARDONA TOBON	670
71744198	CC	JOSE LEONARDO SANIN SALDARRIAGA	21382323	CC	ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	15.000
79796500	CC	EDGAR MUÑOZ JASSIR	900440283	NIT	FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	5.034.821
	CC		900266293	NIT	STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	18.693
	CC		900180826	NIT	SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	8.460
	CC		900704219	NIT	ALLIANZGI FONDS DSPT	5.430
	CC		900179647	NIT	SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	3.173
8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	8278664	CC	JORGE HERNAN NORENA MEJIA	20
8298374	CC	ALVARO SANCHEZ LONDOÑO	8298374	CC	ALVARO SANCHEZ LONDONO	104
8359372	CC	JUAN LUIS MEJIA CROWE	901237428	NIT	INVERLANDES SAS	51.229
98493899	CC	JOHN WBEIMAN	900458971	NIT	DISTRINTEC S A S	94.758

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID PROCURADOR	TIPO ID	NOME DO PARTICIPANTE	ID	TIPO ID	NOME DO ACIONISTA	AÇÕES
			ACIONISTA			
	CC	WIEDEMANN RIVERA	98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	64.077
	CC		811015441	NIT	SERVICIOS INTEGRALES JWW LIMITADA	10.500
98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	60.246
		Total de ações				438.206.240

É expressamente declarado que os diretores e funcionários da empresa não representavam ações de terceiros. Além disso, foi relatado que as disposições contidas na Resolução 0116 de 2002 da Superintendência de Valores Mobiliários (agora a Superintendência de Finanças da Colômbia) foram estritamente cumpridas.

2. LEITURA E APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA.

Uma vez verificadas as condições de pluralidade, o Presidente declarou formalmente constituída a Assembleia.

O Secretário leu a ordem do dia:

ORDEM DO DIA

1. Verificação do quorum
2. Leitura da ordem do dia
3. Eleição dos comissários para escrutínio e para a revisão, aprovação e assinatura da ata da sessão.
4. Alteração dos estatutos sociais
5. Alteração do regimento interno da Assembleia Geral de Acionistas.
6. Aprovação de uma recompra de ações da Empresa (a “Recompra”) e dos respectivos termos.

Ato contínuo, em relação ao item 6 da ordem do dia, o Secretário informou que, antes das deliberações e votações, a administração faria algumas apresentações para desenvolver as informações disponibilizadas aos acionistas no website corporativo.

Finalmente, o Presidente da Empresa tomou a palavra e lembrou aos acionistas que, de acordo com as disposições do artigo 425, por se tratar de sessão extraordinária, não há necessidade de aprovar a pauta, uma vez que seu objetivo é tratar da pauta proposta na convocação.

3. ELEIÇÃO DOS COMISSÁRIOS PARA ESCRUTÍNIO E PARA A REVISÃO, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DA SESSÃO.

O Presidente da Assembleia propôs a nomeação do Sr. Sergio Londoño González e do Sr. Gonzalo Orrego Vélez como comissários da Assembleia para escrutínio, bem como para a revisão, aprovação e assinatura da ata da assembleia. Ele informou que os comissários propostos são os mesmos que os da Assembleia anterior, pois conhecem as instruções dadas à Diretoria em relação à recompra e garantem aos acionistas que as decisões de ambas as Assembleias são tomadas de forma alinhada.

A Assembleia aprovou a proposta por 438.124.257 votos afirmativos, correspondentes a 100% (cem por cento) das ações presentes e representadas na sessão. Portanto, é expressamente registrado que não foram recebidos votos contra ou votos em branco e que nenhum acionista se absteve de votar.

O Sr. Sergio Londoño González e o Sr. Gonzalo Orrego Vélez, estando presentes nas instalações da Empresa, aceitaram a nomeação.

4. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS SOCIAIS.

O Secretário tomou a palavra e informou que havia um código QR na tela a fim de conhecer as informações completas sobre a proposta de alteração dos estatutos sociais, que está anexada à presente ata (Anexo 1) e é considerada parte integrante desta, e indicou suas principais finalidades, quais sejam:

1. Atualizar, de maneira razoável, o regime de responsabilidade dos diretores da empresa, especificando o escopo de suas obrigações e as regras que regem o funcionamento dos órgãos da empresa.
2. Atualizar as disposições do Contrato Social para adaptá-las às melhores práticas atuais de governança corporativa e ajustá-las aos recentes desenvolvimentos em leis, decretos e jurisprudência.
3. Ajustar a redação de algumas disposições que podem ser ambíguas.
4. Gerar um nível mais alto de consistência entre as diferentes disposições do estatuto social e outros instrumentos de governança corporativa da Empresa.
5. Tornar os instrumentos de governança corporativa da empresa mais flexíveis, a fim de reduzir a necessidade de reformar os estatutos sempre que houver reformas legislativas.
6. Introduzir ajustes de formato e estilo com o objetivo de maior ordem, clareza e homogeneidade no conteúdo do documento.

Ele também lembrou aos acionistas que esta proposta:

- Foi disponibilizada desde sexta-feira, 6 de maio, data em que foi comunicada através do mecanismo de informação relevante e publicado no website corporativo; e
- Foi previamente estudada e avaliada favoravelmente pelo Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa e pelo Conselho de Administração, órgãos corporativos que recomendaram submetê-la à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em seguida, de acordo com as disposições do artigo 26, parágrafo h, do Contrato Social da Empresa, ele propôs colocar cada grupo de artigos substancialmente relacionados uns aos outros ao voto dos acionistas. Portanto, conforme estabelecido na proposta que foi colocada à disposição dos acionistas, foi realizada uma votação para cada um dos blocos seguintes:

- **Bloco 1:** Emendas às disposições básicas, regime de capital e regime de ações. Inclui os Artigos 3, 5 e 7.

O Presidente submeteu a alteração dos Estatutos Sociais correspondente ao Bloco Nº 1 à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Esta proposta foi aprovada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondendo a noventa e oito pontos oitenta e quatro por cento (98,84%) das ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente declarado para os registros que: nenhum voto em branco foi recebido, nenhum acionista se absteve de votar e cinco (5) acionistas votaram contra. Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Os acionistas acima mencionados foram representados pelo Sr. Edgar Muñoz Jassir, identificado pelo cartão de cidadania nº 79.796.500, que na reunião declarou expressamente seu voto contra.

- **Bloco 2:** Alteração do funcionamento da Assembleia. Inclui os artigos 18, 20, 20a, 20a, 22, 23, 24, 25, 26 e 28.

O Presidente submeteu a reforma dos Estatutos Sociais correspondente ao bloco 2 à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Esta proposta foi aprovada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondendo a noventa e oito pontos oitenta e quatro por cento (98,84%) das ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente declarado para os registros que: nenhum voto em branco foi recebido, nenhum acionista se absteve de votar e cinco (5) acionistas votaram contra. Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Os acionistas acima mencionados foram representados pelo Sr. Edgar Muñoz Jassir, identificado pelo cartão de cidadania nº 79.796.500, que na reunião declarou expressamente seu voto contra.

- **Bloco 3:** Alteração do regime de funcionamento da Diretoria e da Secretaria Geral. Inclui os artigos 29, 33, 34.3, 34.4 e 43.

O Presidente submeteu a alteração dos Estatutos Sociais correspondente ao Bloco Nº 3 à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Esta proposta foi aprovada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondendo a noventa e oito pontos oitenta e quatro por cento (98,84%) das ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente declarado para os registros que: nenhum voto em branco foi recebido, nenhum acionista se absteve de votar e cinco (5) acionistas votaram contra. Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Os acionistas acima mencionados foram representados pelo Sr. Edgar Muñoz Jassir, identificado pelo cartão de cidadania nº 79.796.500, que na reunião declarou expressamente seu voto contra.

- **Bloco 4:** Alteração do regime de lucros e dividendos. Inclui os artigos 46 e 47.

O Presidente submeteu a alteração dos Estatutos Sociais correspondente ao Bloco Nº 4 à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Esta proposta foi aprovada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondendo a noventa e oito pontos oitenta e quatro por cento (98,84%) das ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente declarado para os registros que: nenhum voto em branco foi recebido, nenhum acionista se absteve de votar e cinco (5) acionistas votaram contra. Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Os acionistas acima mencionados foram representados pelo Sr. Edgar Muñoz Jassir, identificado pelo cartão de cidadania nº 79.796.500, que na sessão declarou expressamente seu voto contra.

- **Bloco 5:** Alterações às diversas disposições finais. Compreendendo artigos: 49 (que se referiam à eventual dissolução devido a perdas, que foi revogada pela Lei 2069 de 2020, que leva a ajustar a enumeração dos artigos seguintes), e 51 (agora 50), 52 (agora 51), 56 (suprimido) e 57 (agora 55).

O Presidente submeteu a alteração dos Estatutos Sociais correspondente ao Bloco Nº 5 à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Esta proposta foi aprovada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondendo a noventa e oito pontos oitenta e quatro por cento (98,84%) das ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente declarado para os registros que: nenhum voto em branco foi recebido, nenhum acionista se absteve de votar e cinco (5) acionistas votaram contra. Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Os acionistas acima mencionados foram representados pelo Sr. Edgar Muñoz Jassir, identificado pelo cartão de cidadania nº 79.796.500, que na sessão declarou expressamente seu voto contra.

- **Bloco 6:** Estes são aqueles artigos em relação aos quais apenas alterações envolvendo correções de forma e estilo são introduzidas, para fins de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.

O Presidente submeteu a alteração dos Estatutos Sociais correspondente ao Bloco Nº 6 à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Esta proposta foi aprovada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondendo a noventa e oito pontos oitenta e quatro por cento (98,84%) das ações presentes e representadas na sessão.

É expressamente declarado para os registros que: nenhum voto em branco foi recebido, nenhum acionista se absteve de votar e cinco (5) acionistas votaram contra. Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Os acionistas acima mencionados foram representados pelo Sr. Edgar Muñoz Jassir, identificado pelo cartão de cidadania nº 79.796.500, que na reunião declarou expressamente seu voto contra.

Finalmente, o Secretário observou que, por ocasião da reforma a ser aprovada, a administração executará a escritura pública correspondente, que incluirá integralmente todos os artigos do contrato social e realizará todos os atos necessários para sua conclusão. A versão completa do Contrato Social, que contém todas as emendas aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas nesta Assembleia, está anexada a esta ata (Anexo 1).

5. ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

O Secretário tomou a palavra, que informou que havia um código QR na tela para fornecer informações completas sobre a proposta de alteração do Regimento Interno da Assembleia Geral de Acionistas, que está anexado a esta ata (Anexo No. 2) e é considerado parte integrante desta, e propõe a alteração de 12 artigos.

Ele também lembrou aos acionistas que esta proposta:

- Foi disponibilizada desde sexta-feira, 6 de maio, data em que foi comunicada através do mecanismo de informação relevante e publicado no website corporativo; e
- Foi previamente estudada e avaliada favoravelmente pelo Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa e pelo Conselho de Administração, órgãos corporativos que recomendaram submetê-la à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Ato contínuo, ele então relatou que dos 12 artigos sujeitos a alterações:

- 4 são alterados a fim de alinhá-los aos regulamentos colombianos e incluir as melhores práticas de governança corporativa.
- 8 são alterados em resposta a algumas das alterações propostas em relação ao Bloco N° 2 dos Estatutos Sociais, que se refere à alteração do regime de funcionamento da Assembleia, a fim de assegurar consistência e homogeneidade nas disposições de ambos os documentos.

O Presidente submeteu a alteração do Regimento Interno da Assembleia Geral de Acionistas à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Esta proposta foi aprovada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondendo a noventa e oito pontos oitenta e quatro por cento (98,84%) das ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente declarado para os registros que: nenhum voto em branco foi recebido, nenhum acionista se absteve de votar e cinco (5) acionistas votaram contra. Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Os acionistas acima mencionados foram representados pelo Sr. Edgar Muñoz Jassir, identificado pelo cartão de cidadania nº 79.796.500, que na reunião declarou expressamente seu voto contra.

6. APROVAÇÃO DE RECOMPRA DE AÇÕES DA EMPRESA (A “RECOMPRA”) E RESPECTIVOS TERMOS

O Presidente tomou a palavra, que informou que na tela havia um código QR para as informações completas sobre a recompra de ações, que estava disponível desde sexta-feira, 6 de maio, data em que foi comunicado através do mecanismo de informação relevante e publicado no site corporativo. Esta proposta é anexada à presente ata (Anexo No. 3) e é considerada parte integrante da presente ata.

Posteriormente, ele informou que, a fim de fornecer um resumo das informações relacionadas a esta proposta, seriam feitas apresentações sobre os seguintes pontos:

- a) Contexto, estrutura geral e lógica da recompra;
- b) Preço da Recompra;
- c) Regulamento da Recompra;
- d) Autorizações societárias e governança corporativa;
- e) Disposição das ações; e
- f) Igualdade de tratamento e transparência para o mercado.

Ele indicou que seria então previsto um espaço para as deliberações e intervenções dos acionistas antes da respectiva votação.

a) Contexto, estrutura geral e lógica da Recompra:

O Presidente continuou com a palavra e lembrou aos acionistas que na sessão ordinária da Assembleia Geral realizada em 24 de março, as seguintes propostas da Administração, entre outras, foram submetidas à sua consideração:

- **Alteração dos estatutos sociais:** a Assembleia aprovou a alteração dos estatutos apresentados para adequá-los às disposições do artigo 396 do Código de Comércio, que estabelece que a corporação só pode adquirir suas próprias ações por decisão da Assembleia;
- **Alocação de recursos:** a Assembleia autorizou a alocação de recursos dos lucros e outras reservas ocasionais para a reserva de recompra de ações, pois a recompra deve ser realizada com lucros líquidos das operações da Empresa, que são alocados para uma reserva de propósito especial;
- **Instrução à Diretoria para regulamentar uma operação de recompra de ações:** a Assembleia instruiu o Conselho de Administração a regulamentar a operação de recompra de ações, declarando que deveria levar em consideração as seguintes diretrizes:
 - Fixação de preços que devem estar dentro da faixa de preços determinada por um terceiro independente, com base em procedimentos tecnicamente reconhecidos;

- O prazo da recompra, que não deve ser inferior a dez (10) dias úteis;
- Executar os procedimentos de autorização corporativa previstos na lei e nos instrumentos de governança corporativa da empresa;
- Implementar mecanismos para garantir a igualdade de tratamento dos acionistas e a transparência com o mercado;
- Alienação de ações recompradas;

A este respeito, a Diretoria, em sua reunião extraordinária de 6 de maio de 2022, decidiu submeter à consideração da Assembleia a proposta do Regulamento de recompra de ações a ser submetida à aprovação desta Assembleia Geral de Acionistas. O conteúdo deste regulamento foi disponibilizado a todos os acionistas, a partir de 6 de maio, através do mecanismo de informação relevante da Superintendência Financeira Colombiana e no website corporativo.

Com relação à lógica da recompra de ações, ele lembrou que na Assembleia de 24 de março, foi proposta a entrega de maior valor a todos os acionistas através de dois mecanismos: o primeiro consistia em distribuir dividendos com base no lucro do ano e liberar reservas de períodos anteriores; e o segundo consistia na recompra de ações da Companhia. Ele apontou que tanto o dividendo quanto a recompra de ações são mecanismos contemplados na lei que permitem o uso dos lucros para dar retorno aos acionistas através de procedimentos específicos e igualitários.

Ele lembrou que o pagamento de dividendos sob o primeiro mecanismo foi pago em uma única prestação em 31 de março, e correspondeu à distribuição de 50% dos lucros gerados em 2021, representando um aumento de 37% em relação ao dividendo pago em 2020.

Ele também indicou que na mesma reunião foi autorizado a aumentar a reserva de recompra de ações em duzentos e quarenta e nove mil trezentos e trinta e três milhões quinhentos e noventa e nove mil quatrocentos e trinta e cinco pesos (COP 249.333.599.435); e a realocar da reserva ocasional para a reserva de recompra de ações cento e quarenta e sete mil cento e oito milhões quatrocentos e cinco mil quinhentos e sessenta e cinco pesos (COP 147.108.400.565).

Com relação à recompra de ações, ele informou que foi implementado um processo que, em conformidade com todas as exigências legais e boas práticas de governança corporativa, proporciona maior valor aos acionistas, através de um procedimento transparente e devidamente informado, garantindo condições de igualdade de tratamento para todos os acionistas.

Ele enfatizou que as vantagens da recompra para os acionistas são claras nisso:

1. Maior valor é entregue aos acionistas.
2. Ambos os mecanismos têm em comum que os acionistas decidem sobre os lucros da empresa, sendo capazes de obter maior valor e otimização dos valores a serem recebidos.
3. Entretanto o processo de recompra de ações é regulamentado, o mecanismo estabelece que a determinação do preço das ações a serem compradas, de acordo com o artigo 42 da Lei 964 de 2005, pressupõe que ele seja estabelecido com base em procedimentos tecnicamente reconhecidos. Desta forma, o processo, como exigido por lei, assegura que a empresa reconheça um preço em linha com o valor fundamental de suas ações aos acionistas.
4. A recompra das ações da Companhia geraria eficiências que beneficiariam todos os acionistas de forma igualitária e de acordo com sua porcentagem de participação, uma vez que, de acordo com as disposições do artigo 36-1 do Estatuto Tributário, o lucro gerado na venda de ações negociadas publicamente não constitui renda ou ganho ocasional para o vendedor, desde que as ações recompradas não excedam 10% das ações em circulação da Companhia. Em contraste, a distribuição de dividendos está sujeita a imposto no momento da distribuição e gera um imposto retido na fonte à alíquota de 7,5% ou 10%, conforme o caso.
5. Os mecanismos propostos dão aos acionistas a flexibilidade de receber o montante total dos lucros a serem utilizados para o pagamento e recompra de dividendos, ou de receber apenas a parte correspondente ao dividendo e manter mais ações na empresa.

6. A proposta de distribuir o lucro da empresa por meio de uma distribuição de dividendos e através de uma transação de recompra de ações leva em consideração a aplicação das melhores práticas de governança.

Em seguida, para continuar a apresentação sobre o preço de recompra, o Presidente continuou a falar.

b) Preço de Recompra:

O Presidente descreveu as atividades relacionadas com os preços da recompra, conforme as diretrizes instruídas à Diretoria, a saber:

- O preço de recompra de ações deve estar de acordo com as disposições do artigo 42 da Lei 964 de 2005, que estipula que ele deve ser fixado com base em um estudo realizado utilizando procedimentos tecnicamente reconhecidos.
- De acordo com as decisões da Assembleia Geral na sessão ordinária de 24 de março de 2022, o Conselho de Administração foi instruído a fixar o preço de recompra da seguinte forma:
 - Será determinado com base em um estudo realizado por um terceiro independente de acordo com procedimentos tecnicamente reconhecidos, que serão contratados pelo Conselho de Administração.
 - o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral, no âmbito do regulamento a ser submetido à sua consideração, um preço de recompra dentro da faixa determinada pelo terceiro independente.

Ele ressaltou que, levando em consideração o acima exposto, o Conselho de Administração contratou um terceiro independente após ter realizado um processo de seleção interno no qual, entre outros critérios, foram avaliados a experiência, independência e histórico. Ele informou que o resultado foi a contratação da SOLFIN - SOLUCIONES FINANCIERAS LTDA ("Solfin"), uma empresa bancária de investimento que, além de atender aos critérios acima, havia sido qualificada pela Superintendência Financeira da Colômbia em processos de avaliação similares. Ele destacou que este escritório tem experiência em mais de 40 transações com clientes de primeira linha, incluindo empresas como Grupo Familia, Essity Group, Smurfit Kappa, Brookfield, Vanti, Valorem, ISAGEN, Grupo Argos, entre outras.

O Presidente deu então a palavra a Ruy Barbosa de Souza, Vice Presidente Financeiro da Empresa, para ilustrar com mais detalhes as metodologias utilizadas para o exercício de avaliação realizado pela Solfin.

O vice-presidente financeiro explicou aos acionistas que o terceiro independente contratado para a avaliação implementou os seguintes procedimentos tecnicamente reconhecidos para determinar a faixa de preço das ações:

1. Avaliação por fluxo de caixa descontado: metodologia pela qual o terceiro independente toma como base uma projeção do plano de negócios da Empresa, obtendo a faixa de valor das ações com base no valor presente dos fluxos de caixa livres operacionais futuros descontados a uma taxa que reflete o custo ponderado do capital e da dívida de acordo com as particularidades de cada jurisdição onde a Empresa opera.
2. Avaliação por múltiplos de empresas comparáveis: metodologia baseada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Empresa, obtendo o intervalo de seu valor com base nos indicadores financeiros das empresas listadas com características comparáveis que operam no mesmo setor.
3. Avaliação por múltiplos de transações anteriores: metodologia baseada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Empresa, obtendo a faixa de valor da Empresa com base no preço pago em transações de aquisição recentes de empresas com características comparáveis operando no mesmo setor.

4. Preços de referência de analistas econômicos que monitoram regularmente o preço das ações da empresa.

Ele explicou que a ponderação das quatro metodologias mencionadas acima resultou no avaliador independente dando à empresa uma faixa de valor de ações entre 20.494 pesos por ação e 21.520 pesos por ação. Dentro deste intervalo, e de acordo com as instruções dadas pela Assembleia na reunião de 24 de março de 2022, está o preço de recompra que está sendo submetido à consideração dos acionistas hoje. Portanto, o Conselho de Administração submete à consideração da Assembleia um preço de recompra de 21.000 pesos por ação, o que corresponde ao ponto médio da faixa estabelecida pelo terceiro independente.

Ele indicou que, com base no acima exposto, pode-se ver que o preço foi determinado, como exigido por lei, com base em métodos tecnicamente reconhecidos. A avaliação foi realizada por uma empresa independente, e o preço sugerido aos acionistas hoje foi estabelecido com base nas recomendações do Comitê de Auditoria e Risco no qual participam todos os membros independentes do Conselho de Administração.

Finalmente, a fim de saber mais sobre o conteúdo do Regulamento de Recompra, o Vice-Presidente Financeiro deu a palavra a Claudia Campillo, Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e Secretária Geral, para continuar a apresentação.

c) Regulamento de recompra:

A Sra. Campillo salientou que, conforme informado na sexta-feira passada, 6 de maio, através do mecanismo de informação relevante, e de acordo com as informações previamente estabelecidas em detalhes, naquele dia, o Conselho de Administração, em sua reunião extraordinária, regulamentou a recompra de ações levando em consideração as diretrizes que lhe foram dadas. Ele informou que na tela havia um código QR para informações completas sobre as diretrizes estabelecidas nos regulamentos de recompra de ações.

Ele então apresentou a estrutura geral da recompra de ações a ser submetida à consideração dos acionistas nesta sessão:

1. **Os destinatários da oferta de recompra:** indicaram que, conforme informado através do mecanismo de informação relevante em 6 de maio de 2022, serão todos os titulares de ações registradas no livro de registro de acionistas a partir de hoje, 24 de maio de 2022. É reiterado que, de acordo com os regulamentos aplicáveis, a recompra deve ser realizada em condições de igualdade para todos os acionistas.
2. **O período de aceitação:** foi relatado que será dez (10) dias úteis a partir do dia útil após a publicação do aviso de oferta. A este respeito, a recompra de ações deverá ocorrer entre 26 de maio e 9 de junho de 2022, não obstante o fato de que estas datas podem variar dependendo dos procedimentos que devem ser realizados perante a Bolsa de Valores da Colômbia ("BVC"), como, por exemplo, a revisão do aviso de oferta de recompra e os testes tecnológicos para o sistema eletrônico que receberá as aceitações de recompra dos investidores. Indicou que o horário para apresentação de aceitações será das 9h00 às 13h00 nos dias úteis do período de aceitação, com a possibilidade de prorrogar esse horário no último dia, conforme determinado pela BVC, e informar o mercado por meio de instruções de operação.
3. **Os termos propostos para a recompra:**
 - O preço proposto pelo Conselho de Administração é de 21.000 pesos por ação.
 - O valor total da recompra será de até 320 bilhões de pesos, representando um número máximo de ações a serem recompradas de 15.238.095 ações a \$21.000 pesos cada.
 - Relação de aquisição: o número máximo de ações a serem recompradas de 15.238.095 deve ser distribuído igualmente e de forma equitativa entre todos os acionistas da empresa de acordo com sua participação no capital social, razão pela qual cada acionista será adquirido no máximo até 3,40% das ações que possui até hoje.

Ele ressaltou que a igualdade de tratamento determinada por lei em um processo de recompra como o apresentado para aprovação hoje, não permite que nenhum acionista venda mais de 3,40% de suas ações, independentemente de quem aceite a oferta de recompra, impedindo qualquer tipo de acréscimo no direito de venda caso o valor total da recompra de até 320 bilhões de pesos não seja completado. Ele esclareceu que esta recompra não corresponde a um programa com um prazo específico; é uma transação única, única, na qual se estima que será possível participar entre 26 de maio e 9 de junho de 2022, se aprovada por esta Assembleia de Acionistas. Ele também observou que a recompra não limita a negociação das ações detidas por cada acionista da empresa através da BVC.

- Cada acionista pode participar da recompra com um mínimo de uma (1) ação e um máximo de um número de ações resultante da multiplicação do número de ações detidas pelo acionista pela proporção da aquisição.
- Frações de ações resultantes do cálculo acima serão descartadas, exceto nos casos em que o cálculo resultar em um número inferior a um, caso em que uma (1) ação ordinária é oferecida para recompra.

4. Comunicação aos acionistas e ao mercado da oferta de recompra:

- Um aviso de oferta será publicado em jornais de grande circulação nacional. Além disso, o regulamento e o aviso de oferta estarão disponíveis na seção Informações Relevantes do website da Superintendência Financeira da Colômbia e no website corporativo da Empresa.

5. As regras propostas para a recompra:

- Os beneficiários do Buyback devem apresentar sua aceitação da oferta através do corretor-dealer de sua escolha.
- O processo operacional da recompra será executado pela BVC através de um sistema eletrônico de captura de dados ao qual todo o mercado de capitais tem acesso. Ele também informou que os regulamentos sujeitos a aprovação contemplam os ajustes operacionais solicitados pela BVC no desenvolvimento dos poderes a ela conferidos em seus regulamentos e circulares.
- Ele observou que aceitar a oferta de recompra é uma decisão voluntária de cada acionista.

A título de ilustração, ele forneceu aos acionistas um exemplo descrevendo as regras de recompra:

Acionista	Qtd. de ações	Proporção	Cálculo inicial	Qtd. máxima de ações a serem recompradas
A	212.300	3,40%	7.218,2	7.218
B	20	3,40%	0,68	1

6. O pagamento do Preço de Recompra para cada uma das ações a serem recompradas pela Empresa: deverá ser feito através da corretora escolhida por cada acionista, em dinheiro, em pesos colombianos, no terceiro dia útil seguinte à data em que os resultados da recompra forem divulgados ao mercado.

Finalmente, ele estabeleceu o calendário indicativo para o processo de recompra, que prevê, após o anúncio do aviso de oferta, que está previsto para ser publicado em 25 de maio de 2022, iniciar o período de recompra em 26 de maio e terminá-lo dez (10) dias úteis depois, ou seja, em 9 de junho de 2022.

Ele observou que, de acordo com as disposições dos regulamentos e circulares da BVC, esta entidade tem até cinco (5) dias úteis para aplicar as regras de recompra previstas nos regulamentos submetidos à aprovação desta Assembleia. Ele explicou que esses cinco (5) dias úteis dão uma data máxima de 16 de junho de 2022, e dentro de três (3) dias úteis após essa data, ou seja, 22 de junho de 2022, o cumprimento e o pagamento efetivo das ações recompradas seriam realizados.

Claudia Campillo, Vice-presidente de Assuntos Corporativos e Secretária Geral, continuou com uma apresentação sobre autorizações corporativas e governança corporativa.

d) Autorizações societárias e de governança corporativa:

Primeiramente, informou que, levando em conta que a recompra implica uma compra de todos os acionistas participantes do processo, que poderia incluir o acionista majoritário, o Conselho de Administração concluiu que a recompra envolve implicitamente o pronunciamento da Assembleia em relação a uma potencial transação com partes relacionadas, concluindo que ela cumpriria com todos os requisitos legais e de governança corporativa.

Em segundo lugar, observou que, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas contida no Capítulo Sete do Código de Governança Corporativa, o Comitê de Auditoria e Risco e o Conselho de Administração conduziram uma avaliação da transação de parte relacionada potencial que pode surgir se a recompra for aprovada. Observou que a avaliação considerou:

1. A classificação da transação.
2. O preço e sua coincidência com as condições do mercado.
3. A adequação da transação de acordo com o cumprimento dos princípios.
4. Divulgação de informações.

Em relação à classificação da transação, relatou que, ao analisar a natureza da transação, ambos os órgãos constataram que:

- a. De acordo com o artigo 396 do Código Comercial, esta é uma transação que, por sua natureza, está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e
- b. De acordo com o numeral 4 do capítulo “Aprovação” da Política de Transações com Partes Relacionadas, uma vez que a re aquisição é uma transação cuja aprovação nos termos da lei corresponde à Assembleia Geral de Acionistas “tanto o Comitê de Auditoria e Risco quanto o Conselho de Administração devem conhecer e avaliar a transação para que a proposta a ser levada à Assembleia Geral corresponda às análises, avaliações e conclusões aprovadas em ambas as instâncias”. Estas revisões foram cumpridas e conceitos favoráveis foram concedidos.

Quanto ao preço e sua coincidência com as condições de mercado, ele indicou que as informações relativas ao preço e à metodologia utilizada pelo terceiro independente para fins de sua determinação, que era conhecida e avaliada por ambos os órgãos, correspondem àquelas anteriormente declaradas.

Quanto à adequação da transação, ele informou que ambos os órgãos avaliaram que a transação estava em conformidade com os princípios estabelecidos na Política de Transações de Partes Relacionadas, ou seja, que a transação estava em conformidade com os princípios estabelecidos na Política de Transações de Partes Relacionadas:

- a. É do melhor interesse da empresa e não causa danos à empresa.
- b. O objetivo é oferecer um melhor serviço, melhor preço ou melhores condições para os clientes da empresa.
- c. A capacidade da empresa de cumprir suas obrigações para com terceiros não é prejudicada ou colocada em risco.
- d. Transparência.
- e. O valor é criado para a empresa.
- f. O uso de sinergias é promovido, levando em conta as limitações e restrições estabelecidas por lei; e
- g. Ela respeita os direitos dos acionistas minoritários.

Com relação à divulgação de informações, ela informou que ambas as instâncias identificaram que uma estratégia rigorosa de comunicação ao mercado foi implementada, o que leva à entrega de informações claras, verdadeiras e oportunas nas diferentes instâncias do processo, garantindo os interesses da Empresa, de seus acionistas e de outras partes interessadas.

A Sra. Claudia Campillo continuou com a apresentação sobre a alienação de ações.

e) Disposição de ações:

Em relação à alienação das ações recompradas, a Sra. Campillo explicou que, de acordo com as disposições do artigo 417 do Código de Comércio, a Empresa pode tomar uma decisão livre em relação às ações recompradas e, portanto, a alienação dessas ações será definida após a conclusão da recompra. Também especificou que, com a finalidade de realizar qualquer procedimento relacionado à alienação das ações, a Empresa pode fazê-lo com a autorização prévia da Assembleia.

Ela também reiterou que enquanto essas ações forem de propriedade da Empresa, os direitos inerentes a elas são suspensos e os dividendos futuros serão distribuídos entre os acionistas que permanecerem na base, na proporção de sua participação, do total de ações em circulação uma vez que a recompra seja concluída.

Finalmente, Claudia Campillo fez a última apresentação, correspondente às medidas previstas para garantir a igualdade de tratamento para todos os acionistas e a transparência com o mercado.

f) Igualdade de tratamento e transparência para o mercado:

Em primeiro lugar, reiterou, como exposto acima, que a determinação do preço de recompra foi realizada através de procedimentos tecnicamente reconhecidos executados por um terceiro independente.

Em segundo lugar, quanto ao cumprimento das regras de recompra, indicou que a BVC foi designada para aplicar as regras de recompra e executar o processo operacional como uma entidade especializada e imparcial. Além disso, ele ressaltou que a possibilidade de venda de no mínimo uma (1) ação foi incorporada para aqueles acionistas minoritários que, devido à implementação das regras de recompra, o cálculo resultante é inferior a uma (1) ação, como ilustrado anteriormente a título de exemplo. Ele enfatizou que desta forma, a possibilidade de todos os acionistas participarem do processo é garantida.

Em terceiro lugar, ele acrescentou que, como parte da igualdade de tratamento e a fim de facilitar o acesso dos destinatários da recompra, a Empresa considerou conveniente vincular operacionalmente algumas corretoras como Corredores Davivienda, Valores Bancolombia, Credicorp Capital e Casa de Bolsa, ao processo de recompra a fim de atender aos vendedores potenciais de forma clara e em tempo hábil. Ele lembrou aos acionistas que é essencial contratar uma corretora para solicitar a recompra e que este processo envolve custos que estão sujeitos ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e devem ser suportados por cada acionista.

Em quarto lugar, ele informou que está previsto conceder um subsídio equivalente a 50.000 pesos para cada acionista, dedutível do eventual custo que os destinatários da recompra devem assumir para solicitar a recompra.

Em quinto lugar, ele indicou que foi contemplado que a Corredores Davivienda S.A. comisionista de bolsa, dará atenção exclusiva a qualquer acionista sem um depositante direto, ou seja, um acionista que tenha suas ações físicas e não esteja vinculado a uma corretora legalmente constituída para operar na Colômbia.

Finalmente, ele informou que está planejado ter canais de comunicação para a recompra que permitirão uma ampla disseminação de informações sobre o processo, incluindo o seguinte:

a Empresa, como canal permanente de comunicação com os acionistas; Fiduciaria Bancolombia S.A., em sua qualidade de administradora do livro de registro de acionistas; Depósito Centralizado de Valores de Colombia - Deceval S.A. ("Deceval") e a BVC como mecanismos de recompra e desmaterialização de ações. Ele deu ênfase especial ao fato de que os destinatários que decidirem participar desta recompra devem ter seus títulos imobilizados ou desmaterializados e assinalou que, caso os acionistas não tivessem seus títulos imobilizados ou desmaterializados, poderiam solicitar informações relacionadas às exigências para realizar este processo através dos canais acima mencionados ou, em qualquer caso, consultar o "Procedimento de imobilização de ações e registro com Deceval", clicando no banner criado para este fim no website corporativo da Empresa.

O Presidente da Empresa tomou a palavra, que uma vez concluídas as apresentações sobre as informações disponíveis para fins de transparência e justiça, deu aos acionistas a oportunidade de falar ou fazer perguntas antes de submeter esta proposta a uma votação.

Intervenções dos acionistas:

A acionista, Joan Manuel Gualy Ramírez, identificada com o cartão de cidadania No. 71.362.233, titular de 2. 242 ações ordinárias, que primeiramente expressaram a insatisfação dos acionistas minoritários na medida em que o percentual máximo de ações a serem recompradas de cada acionista corresponde ao percentual do capital social flutuante da Companhia; em segundo lugar, ele afirmou que a comunicação sobre as regras para a recompra era confusa e que era necessário ir à Corredores Davivienda para maior clareza; e, em terceiro lugar, ele apontou que é uma falta de respeito e transparência permitir que o acionista majoritário participe da recompra, indicando que a coisa correta a fazer era permitir que apenas os acionistas minoritários participassem da operação.

O Presidente da Empresa interveio, que explicou ao acionista que, de acordo com os regulamentos atuais sobre recompra de ações - que é uma transação diferente de uma Oferta Pública de Aquisição ("OPA") - a Empresa deve garantir igualdade de condições para todos os acionistas, ou seja, a oferta deve ser feita a todos os acionistas nos mesmos termos (por exemplo, em termos de tempo e preço) e na proporção de sua participação no capital social da Empresa. Ele reiterou que através da distribuição do dividendo pago em 31 de maio passado, 50% dos lucros da empresa foram distribuídos e através da alocação de 320 bilhões de pesos para fins de recompra, 67,4% dos lucros da empresa serão distribuídos, o que significa que no final há uma alienação de mais de 100% dos lucros da empresa. Em seguida, ele ressaltou que a decisão de participar da recompra é totalmente gratuita, tanto para os acionistas minoritários quanto para o acionista majoritário. Ele também reiterou que a comunicação tem sido sempre clara, transparente e oportuna e que os regulamentos de recompra são claros e completos e pediu ao Secretário que lesse a parte dos regulamentos que regulamenta a relação de aquisição:

Primeiro, o Secretário informou que, na proposta, ao estabelecer a estrutura geral, foi dito o seguinte:

(...) "O texto da proposta de regulamento de recompra de ações tem os seguintes elementos como estrutura geral:

<p>7. Regras de recompra (Igualdade de tratamento dos acionistas minoritários e transparência com o mercado))</p>	<p><i>Proporcional à sua participação acionária na empresa e pelo menos uma ação por acionista. - Mecanismo para garantir a igualdade de tratamento dos acionistas minoritários."</i></p>
---	---

Em segundo lugar, o Secretário informou que no parágrafo 5 das Regras de Procedimento, foi consagrado o seguinte:

(...) *"5. Relação de aquisição. Para os fins deste Regulamento, a "Relação de Aquisição" é de 3,40%, que é a porcentagem resultante da divisão do Número Máximo de Ações a serem Recompadas pelo número total de ações subscritas e em circulação da Empresa, com duas casas decimais.."*

Ele concluiu, portanto, que as informações disponíveis no regulamento eram claras, transparentes e fornecidas em tempo hábil.

O Sr. José Leonardo Sanín Saldarriaga, identificado pelo cartão de cidadania nº 71.744.198, procurador da acionista Rosmira Del Rosario Saldarriaga Espinosa, titular de 15.000 ações ordinárias, pediu a palavra e declarou: "Parece-me que há uma falta de governança corporativa e concordo em parte com Joan por causa de um detalhe do que você acabou de repetir que está no regulamento, diz 3. 40%, mas se vamos ser proporcionais e justos, nem todas as pessoas, nem todos os acionistas vão vender, o que significa que eles têm a possibilidade, porque os recursos estão lá, de alocar proporcionalmente a todas as pessoas que querem fazer a oferta, o que significa que ela poderia ser aumentada e não está em momento algum violando aquela parte da proporcionalidade onde se 50% não querem vender e os outros 50%, fornecer os recursos e comprá-los o percentual que vai à venda".

Com o objetivo de atender as preocupações dos acionistas, o vice-presidente financeiro, Ruy Souza, usou da palavra, que ressaltou que quando a proporção de aquisição de 3. 40%, isto é feito de tal forma que sua aplicação seja igual para todos os acionistas, o que constitui tratamento igual para todos; e ele explicou que existem dois cenários possíveis para fins de recebimento do valor, a saber (i) no momento da venda de suas ações: se um acionista aceitar a oferta e decidir participar da recompra, ele perceberá o valor como uma distribuição de dividendos alternativa; e (ii) através da aquisição de uma participação maior na Companhia: se um acionista não aceitar a oferta e decidir se abster de participar da recompra, ele manterá suas ações e terá um valor maior no patrimônio líquido contábil da Companhia.

A Vice Presidente de Assuntos Corporativos e Secretária Geral, Claudia Campillo, então interveio e explicou ao acionista que, no momento da elaboração do regulamento, a possibilidade de creditar a venda na proporção daqueles acionistas que decidem se abster de participar da recompra não foi estabelecida, dado que uma das premissas essenciais tem sido que todos os acionistas possam vender na mesma proporção. Além disso, ele observou que a recompra foi estruturada como uma transação única e não como um programa ao longo do tempo.

O Presidente então tomou a palavra e explicou que as regras de governança corporativa exigem isso: (i) as decisões são tomadas pelos órgãos competentes para esse fim e, como prova disso, ele aludiu brevemente ao procedimento corporativo que ocorreu no nível da Assembleia Geral de Acionistas, em sua reunião ordinária de 24 de março passado, posteriormente perante o Conselho de Administração e, em seguida, pessoalmente, na presente reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) a transação foi realizada de acordo com os regulamentos aplicáveis em vigor e, salientou, que a lei exige tratamento igual a todos os acionistas; (iii) as informações relevantes foram devidamente transmitidas, o que foi feito através do mecanismo fornecido pela Superintendência de Finanças e através do website corporativo, onde as informações contidas nos comunicados foram claras, verdadeiras e oportunas.

Ele acrescentou que a Assembleia é obrigada a tomar a decisão com base nas ações representadas, e que a oferta de recompra seja feita proporcionalmente à participação de cada um dos acionistas da empresa.

O acionista Juan Luis Mejía Crowe, identificado com o cartão de cidadania nº 8.359.372, representante legal da Inverlandes S.A.S., titular de 51.229 ações ordinárias, tomou a palavra e manifestou seu desacordo sobre dois assuntos da reaquisição, quais sejam: (i) ter estabelecido 3,40% como limite máximo, em vez de permitir que, se o acionista majoritário decidisse não participar da recompra, tais recursos seriam utilizados para comprar os acionistas minoritários, de modo que o acionista majoritário acabaria sendo o único ou quase único acionista da Empresa; e

(ii) declarou que, de acordo com outras transações de recompra tanto no mercado de ações nacional como internacional, seria ideal utilizar o mecanismo de leilão de preços e indicou que estaria disposto a dar um preço com até 15% de desconto e assegurou que provavelmente outros acionistas minoritários poderiam estar igualmente dispostos, o que seria benéfico para a Empresa. Em seguida, ele afirmou que, embora esteja ciente dos excelentes resultados da empresa, há uma flutuação de 3,5% e não há interesse de potenciais investidores, para os quais questionou que outros mecanismos poderiam existir com o objetivo de gerar valor das ações na bolsa de valores e indicou que, em sua opinião, há ativos da empresa que estão subvalorizados e, ele até declarou que um valor de 20.000 pesos por ação é muito baixo.

O Presidente tomou a palavra, que primeiramente salientou que a recompra é feita com base nos recursos econômicos disponíveis, e não apenas com as reservas, e isto é feito levando em consideração as projeções do plano de investimento, as necessidades de expansão, etc. da Empresa, e reiterou que, no final, após a distribuição de dividendos e se a recompra for aprovada, mais de 100% dos lucros da Empresa seriam distribuídos. Ele também declarou que exceder o limite de 3,40% significaria que a Empresa estaria assumindo dívidas, o que não é razoável e comprometeria o crescimento da organização em um mercado altamente competitivo no qual a Empresa deve continuar a mostrar os benefícios da inovação, da onicanalização e de novos negócios.

Em segundo lugar, ele indicou que existem duas alternativas para uma recompra: uma transação única - que é a estrutura do caso em aprovação - para a qual as regras exigem uma avaliação técnica a fim de estabelecer o preço; ou uma recompra permanente no mercado, tendo esta última alternativa um fator limitante: a quantidade de transações diárias permitidas, o que - dado o baixo número de transações que as ações da empresa tiveram - tornou praticamente impossível atingir o objetivo da recompra. Em relação à primeira alternativa, ele destacou que a mensagem ao mercado sobre o valor fundamental da Empresa, que segundo o trabalho realizado pela Solfin, em virtude da ponderação dos diferentes métodos de avaliação, rendeu um valor de 21.000 pesos por ação, e indicou que embora este valor não seja atualmente reconhecido pelo mercado, é digno de nota que até o presente ano o mercado reconheceu aproximadamente um aumento de 20% no valor da ação, em comparação com um aumento de 5% na avaliação da COLCAP.

O Vice-Presidente Financeiro então tomou a palavra e colocou especial ênfase nas seguintes questões:

- (i) Foi feita uma análise do montante que pode ser alocado para a recompra sem afetar os negócios e o plano de investimento da empresa; e
- (ii) Esta é a forma mais eficiente de agregar valor a todos os acionistas a partir dos lucros do ano anterior.

Além disso, ele observou que, se o preço fosse fixado por mecanismo na bolsa de valores, um dos objetivos de entregar valor aos acionistas no menor tempo possível não seria alcançado, já que a quantidade de transações diárias existentes - que é medida de acordo com o volume histórico dos últimos 90 dias - a transação por 320 bilhões de pesos poderia levar mais de um ano para ser executada. Assim, isto não faria sentido para o propósito de entregar um retorno de lucros de 2021 aos acionistas.

O piso foi então solicitado pelo acionista Felix Libardo Bonilla Mantilla, identificado com o cartão de cidadania nº 14.138.917, titular de 6.600 ações ordinárias, que, em relação à avaliação da Empresa, declarou que os múltiplos da Empresa, em comparação com outros varejistas na América Latina, deveriam levar a uma avaliação mais alta. Ele também indicou que o valor da ação não mudou significativamente, considerando que antes da pandemia tinha um valor de 14.000 pesos e está atualmente em 13.200 pesos. Ele acrescentou que a magnitude do dividendo de 2020 foi embaçada pela inflação atual e que para aqueles que têm a participação com projeção de longo prazo, o valor não sofreu mudanças relevantes.

Ele então declarou que as informações disponibilizadas não eram claras, observou que o exemplo dado na reunião não estava consagrado nos documentos divulgados, e indicou que vários dos corretores-operadores tinham que entrar em contato com o emissor a fim de entender a transação e evitar a especulação de mercado que estava ocorrendo.

Posteriormente, ele declarou: “Parece-me que as informações não foram muito claras e que o acionista minoritário está realmente aqui como se fosse praticamente para mostrar porque o acionista majoritário é praticamente quem vai lá e quem tem, por exemplo, 100 ações da Éxito, pode vender um máximo de 3, ou seja, eles praticamente lhes dão o suficiente para o transporte de volta para casa”.

Finalmente, ele perguntou: “Você, como acionista majoritário, vai participar com as ações que tem nesta recompra ou é simplesmente para os outros?”

O Vice-Presidente Financeiro tomou a palavra, que, a fim de resolver a última questão, indicou que até hoje a administração não conhece a decisão que cada acionista, independentemente de sua participação acionária, tomará, reiterou que a participação na recompra é uma decisão livre de cada acionista e dependerá da aprovação da proposta na presente reunião.

Depois, em relação às declarações sobre a avaliação da Empresa, ele reiterou que o terceiro independente utilizou quatro metodologias e finalmente fez uma ponderação entre elas. Ele destacou que uma dessas metodologias leva em conta a geração de caixa da empresa nos próximos anos, alinhada com o plano de negócios e de investimentos, e que isso pesa cerca de 60% da ponderação; ele observou então que: foram feitas comparações com outras empresas listadas em bolsas de valores na América Latina e que a mediana foi retirada deste exercício; foram feitas comparações com transações anteriores e os preços-alvo dos analistas econômicos que monitoram regularmente as ações da empresa foram levados em consideração como referência. Ele explicou novamente que a gama determinada pelo avaliador (Solfin) é uma combinação dessas metodologias, informações internas da empresa e informações de mercado.

Posteriormente, em relação aos dividendos, ele assinalou que, se compararmos o que está sendo proposto para 2022 entre distribuição de dividendos e recompra, se todos os acionistas aceitarem a oferta de aquisição, o valor seria de aproximadamente 550 bilhões de pesos em retorno aos acionistas para os dois mecanismos, o que equivale a mais de três vezes o dividendo do ano anterior com uma eficiência tributária adicional.

Por outro lado, em relação à afirmação sobre o preço das ações antes e depois da pandemia e ao comentário sobre os dividendos de 2020, ele indicou que, se o preço pré-pandêmico for ajustado para estes dividendos, o que é como se fosse algo para reduzir o preço vindo dos lucros da empresa, há um crescimento em valor, mesmo comparando o valor atual vs. o valor pré-pandêmico.

Da mesma forma, o Presidente tomou a palavra, que, com relação às declarações relacionadas à clareza das informações, lembrou que na reunião ordinária da Assembleia Geral realizada em 24 de março, foi expressamente perguntado se a reaquisição era uma operação de exclusão da lista e que, nesse cenário, foi devidamente esclarecido que não era. Além disso, ele ressaltou que as regras e regulamentos da recompra, que foram publicadas em 6 de maio juntamente com o comunicado de imprensa relevante, declararam expressamente que não se tratava de uma transação de exclusão da lista:

(...) “5. Relação de aquisição. Para os fins deste Regulamento, a “Relação de Aquisição” é de 3,40%, que é a porcentagem resultante da divisão do Número Máximo de Ações a serem Recompadas pelo número total de ações subscritas e em circulação da Empresa, com duas casas decimais.”

O Sr. José Leonardo Sanín Saldarriaga, identificado com o cartão de cidadania nº 71.744.198, procurador do acionista Rosmira Del Rosario Saldarriaga Espinosa, titular de 15.000 ações ordinárias, pediu novamente a palavra e, primeiramente, citando razões de governança corporativa, questionou se a proporção de aquisição de 3,40% coincide com o percentual de participação dos acionistas minoritários no capital social da Empresa.

Em segundo lugar, ele afirmou que, se um benefício fiscal for derivado deste número, isto confirma que o beneficiário será o acionista majoritário e argumentou que o único que se beneficiará da transação será o acionista majoritário, ainda mais, levando em conta a baixa volatilidade do mercado. Em terceiro lugar, ele indicou que seria mais conveniente considerar a exclusão da empresa da lista e, desta forma, o acionista majoritário se tornaria o único acionista da empresa e poderia contribuir para a perda de valor sofrida pelos acionistas minoritários, argumentando que, independentemente da perspectiva a partir da qual se olha para ela (preços pré-pandêmicos, valor do dólar, múltiplos de mercado), a perda de valor é evidente. Ele acrescentou que o problema final é que o único beneficiário da recompra é o acionista majoritário, o que se traduz em um problema de governança corporativa. Por fim, ele reiterou que o caminho a seguir é o de desistir da empresa e enfatizou que, em sua opinião, a minuta do regulamento de recompra deveria ter previsto a possibilidade de que o valor da venda dos acionistas que desejam vender deveria ser aumentado pela proporção daqueles que se abstêm de vender.

A fim de atender às preocupações dos acionistas, o Presidente tomou a palavra, que, antes de tudo, indicou que por acaso a relação de aquisição (3,40%) é uma porcentagem próxima à dos acionistas minoritários, esclarecendo que não é a mesma, já que a participação dos acionistas minoritários é uma porcentagem ligeiramente maior do que a relação de aquisição. Ele acrescentou que a relação de aquisição foi estabelecida após a definição do valor da recompra, ou seja, foi o resultado da definição dos 320 bilhões de pesos, que era o montante que a Empresa havia previsto dentro de seu plano de expansão com a possibilidade de fazer a recompra, pelo valor da ação, de 21.000 pesos. Em segundo lugar, quanto às afirmações sobre o tratamento do acionista majoritário, ele reiterou que o tratamento é exatamente o mesmo para todos os acionistas proporcionalmente à sua participação e que o benefício fiscal é o mesmo para todos. Finalmente, com relação à questão da exclusão da lista, ele informou que isso seria registrado na ata e a mensagem seria passada para o acionista majoritário.

O Secretário então tomou a palavra e deu ênfase especial ao fato de que a decisão sobre a exclusão é de responsabilidade dos acionistas, não da administração da Empresa, e deve ser tomada em uma Assembleia Geral de Acionistas. Ela reiterou que isto seria registrado na ata.

O acionista Francisco Mora Moreno, identificado com o cartão de cidadania nº 19.483.455, titular de 47.628 ações ordinárias, tomou a palavra e declarou que esperava um preço por ação maior do que o proposto, ele declarou que esta é uma mensagem para a administração de que os acionistas e o mercado esperavam um valor diferente e talvez eles não estejam fazendo as coisas tão bem quanto pensam. Ele disse que, embora não deliberado, a coincidência entre o valor da relação de aquisição e o valor da caixa é lamentável, pois tem sido um assunto que tem sido percebido negativamente pelos acionistas e pelo mercado. Ele apontou que a principal mensagem para o Conselho é que os acionistas minoritários querem vender, mas a um preço justo. Ele acrescentou que "Se você viu o comportamento da ação após o que aconteceu nos últimos dias, você é mais inteligente porque nós o colocamos aqui, nós o colocamos aqui no Conselho de Administração, então como é possível que o mercado hoje esteja vendendo isto, esta recompra de ações com o preço que está sendo visto na bolsa de valores, isto não caiu bem, isto não caiu bem com o mercado, isto foi visto como um pequeno movimento, isto não caiu bem, você que cuida dos acionistas minoritários, você que cuida dos acionistas minoritários, isto não caiu bem. Cara, realmente deixa muito a desejar que no final de tudo isso, tentando fazer as coisas direito, elas tenham saído tão mal, tão mal, tão mal. O que as pessoas pensam é que realmente tem sido uma distribuição de lucros, obviamente para os atacadistas. Você notou a participação de 4 ou 5 pessoas e tem sido realmente uma mensagem desastrosa para os pequenos acionistas. Eu gostaria que eles não aprovassem, não aprovariam hoje porque ainda poderiam fazer as coisas de maneira diferente, os acionistas minoritários não querem mais estar aqui porque realmente não viram que o preço das ações que foram compradas, há pessoas que compraram a 21.000 pesos, há pessoas que compraram a 18.000 pesos em uma oferta pública de aquisição, então sentimos que o Conselho de Administração não cumpriu seu dever de elevar a avaliação da empresa, que é o que eles foram colocados aqui".

O Presidente tomou a palavra, que, em primeiro lugar, afirmou que há uma correspondência estreita entre o valor do flutuador e a relação de recompra, ele explicou que esta é uma simples coincidência, que não tem nenhuma justificativa oculta. Em segundo lugar, ele reiterou que o valor de recompra foi o resultado da divisão da quantia de 320 bilhões de pesos pelo valor da ação, 21.000 pesos. Em terceiro lugar, ele indicou que, de uma perspectiva de longo prazo, a mensagem fornecida pelo valor de 21.000 pesos por ação é positiva em termos do valor da Empresa, e acrescentou que, com todas as dificuldades que surgiram nos mercados acionários mundiais, não sendo a Colômbia uma exceção, a ação da Empresa, até agora este ano, cresceu 20%, o que, embora não reflita o valor total da Empresa conforme identificado de acordo com a avaliação recente, em comparação com um mercado acionário colombiano que cresceu 5%. Em terceiro e último lugar, ele ressaltou que as declarações e solicitações dos acionistas minoritários, em relação à busca de alternativas que gerem maior valor, são bem recebidas pela Administração e pelo Conselho de Administração.

O acionista Carlos Mario Moreno Montoya, identificado com o cartão de cidadania nº 98.549.314, titular de 60.246 ações ordinárias, solicitou a palavra e declarou que aqueles que não participaram da venda das ações como resultado da Oferta Pública de Aquisição de 2019, se abstiveram de fazê-lo porque tinham pagado um valor superior por eles e não queriam materializar tal perda naquela época, não foi uma decisão caprichosa. Ele acrescentou que "O sucesso é o único negócio que você pode ir e virar sem pedir permissão a ninguém, e o sucesso sempre foi crescendo, tem construído, é uma máquina de fazer dinheiro. Portanto, digamos que \$21.000 não é o melhor preço, mas a questão é que a ação e com as determinações e ações que você fez, perdeu a negociabilidade, então você sai após fazer esta oferta e a ação voltará aos valores que era, como é neste exato momento. Então é isso que nós, acionistas minoritários, não queremos, todos queremos ter um ativo que, quando precisamos de dinheiro ou algo, podemos sair e vender a ação, mas acontece que se vamos vendê-la hoje, ela está abaixo de seu valor fundamental. Assim, algumas decisões foram tomadas, uma delas é, por exemplo, colocar o valor do dividendo em uma única parcela, porque todos, e os especuladores saem para vender, para empurrar a ação para baixo e isso não é correto. Portanto, pedimos que corrijam essa parte porque, na verdade, como acionista minoritário, não queremos ter um ativo que, quando chegar a hora de vendê-lo, o venderemos a um preço mais baixo, e a outra coisa é que eles não foram claros com essas informações desde o início. Caso contrário, a primeira coisa não teria acontecido, que o preço subisse pensando que iria para 25.000 dólares. A outra coisa, você destinou US\$ 418 bilhões para a recompra e depois, quando lhe foi dada a avaliação, você disse não, então vamos recomprar US\$ 320.000, há muitas coisas que não estavam claras. Eu gostaria de reforçar tudo o que foi dito aqui e que é que nós, os acionistas minoritários, queremos sair de um ativo que não é comercializável. Portanto, vamos, a maioria, aqueles de nós que querem vender, sair com a proporção que temos e deixá-los comprar de volta o resto".

O Presidente tomou a palavra e disse que acolheu com satisfação os comentários do acionista e de outros sobre a possibilidade de buscar opções que dessem à ação maior negociabilidade ou outras alternativas para os acionistas. Ele então indicou que a distribuição de lucros que foi acompanhada por uma recompra para todos os acionistas, bem como uma mensagem ao mercado sobre o valor fundamental da empresa, coloca as ações e as perspectivas em uma base muito melhor do que eram. Ele ressaltou que a solução relativa à negociabilidade da ação não acontecerá instantaneamente, mas que estão sendo feitos progressos positivos e reiterou que, apesar dos erros que foram cometidos no mercado, como ele havia lido em ocasiões anteriores, as informações relevantes publicadas eram claras.

Posteriormente, o acionista Fonval Acciones Dinámico, detentor de 490.044 ações ordinárias, solicitou a palavra através de seu representante legal, Sr. Juan Camilo Jiménez Bonilla, identificado com a carteira de cidadania nº 3.383. 456, disse compreender plenamente que, de acordo com as regras de governança corporativa, a reaquisição não poderia ser dirigida exclusivamente aos acionistas minoritários; contudo, observou que se deve considerar que existe a possibilidade de que o acionista majoritário não participe e, nesse caso, uma vez que os acionistas minoritários tenham participado com sua proporção da aquisição, o acionista majoritário adquirirá uma participação de cerca de 99%,

isto faz com que a empresa tenha uma comercialidade e número de acionistas cada vez menor, o que mostra que o acionista minoritário está cada vez mais em desvantagem em relação ao seu peso dentro da empresa. Portanto, ele declarou que, em sua opinião, se após esta recompra for antecipada, deverá ser possível utilizar o restante para fins de uma recompra adicional, seja em uma transação única subsequente ou por meio de uma transação a martelo.

O Presidente declarou que, para o Conselho de Administração e a administração, o devido cumprimento das regras de governança corporativa é de suma importância e reiterou que a transação foi devidamente aprovada, estruturada de acordo com a lei e devidamente comunicada. Em relação à sugestão de dispor de qualquer saldo remanescente após a conclusão da recompra, o Presidente declarou que, embora a transação não tenha sido estruturada desta forma, ele discutirá este assunto com o Conselho de Administração para que esta ideia possa ser levada em consideração em transações futuras.

O acionista Juan Luis Mejía Crowe, identificado com o cartão de cidadania nº 8.359.372, representante legal da Inverlandes S.A.S., titular de 51.229 ações ordinárias, tomou novamente a palavra e esclareceu que em sua intervenção anterior não se referiu ao aumento do valor para fins de recompra, mas sim à conveniência, em sua opinião, de eliminar a restrição de 3,40%, a fim de permitir a possibilidade de dissuadir o acionista majoritário de participar da recompra. O esclarecimento foi recebido pelo Presidente.

O acionista Félix Libardo Bonilla Mantilla, identificado com o cartão de cidadania nº 14.138.917, titular de 6.600 ações ordinárias, tomou novamente a palavra e primeiro pediu para conhecer em profundidade o estudo de avaliação, a fim de entender porque as análises que ele realizou com seus assessores mostraram um valor mais elevado do que o estudo de avaliação. Em segundo lugar, ele perguntou por que, se a empresa gera rentabilidade e suas projeções são positivas, a própria empresa não adquire o carro alegórico. Ele ressaltou que mesmo que isso envolvesse dívidas, como a Empresa é uma empresa tão promissora, valeria a pena. Em terceiro e último lugar, ele questionou qual é o benefício para a Empresa da recompra, sendo um ativo com baixa negociabilidade e indicou que a alta complexidade dos anúncios publicados desestimula qualquer tipo de investimento na Empresa.

O Vice-Presidente Financeiro tomou a palavra e primeiro explicou que não é possível publicar mais detalhes do exercício de avaliação porque o estudo inclui informações internas sobre o plano de negócios da empresa, que são informações confidenciais sujeitas a reserva que não podem ser divulgadas ao público; no entanto, ele recapitulou as quatro metodologias utilizadas, a saber avaliação por fluxo de caixa descontado, observando que o histórico deste indicador é informação pública, avaliação por múltiplos de empresas comparáveis, avaliação por múltiplos de transações anteriores e referência a preços-alvo de analistas econômicos que monitoram regularmente as ações da empresa. Ele ressaltou que é possível recompor esta análise com as informações de natureza pública, uma vez que, pelas razões mencionadas acima, não é possível entregar o documento. Com relação ao segundo ponto do acionista, ele reiterou que a transação proposta não é uma oferta pública de aquisição de ações e, mais uma vez, esclareceu que uma oferta pública de aquisição de ações é uma decisão para a Assembleia Geral de Acionistas, não para a Administração ou o Conselho de Administração. Em relação ao terceiro ponto, relativo à liquidez da ação, ele informou que hoje existem aproximadamente 15.300.000 ações em circulação, ou seja, não nas mãos do acionista majoritário, e informou que esta oferta poderia comprar aproximadamente 500.000 ações das 15.300.000. Portanto, ele explicou que o impacto da recompra sobre as ações que estariam em circulação no mercado, ou seja, sobre a negociabilidade da ação, não é material.

Em seguida, o Secretário tomou a palavra e leu as perguntas recebidas através do chat WhatsApp que foi criado para este fim dos acionistas, a saber

- (i) O acionista Fonval Acciones Dinámico, detentor de 490.044 ações ordinárias, através de seu representante legal, Sr. Juan Camilo Jiménez Bonilla, identificado pelo cartão de cidadania nº 3.383.456, fez as seguintes perguntas:

“No caso de o acionista majoritário não participar com tudo a que tem direito, o que seria feito com o restante”?

“Como emissor, quais são as vantagens de continuar mantendo a ação listada no mercado sabendo que seu valor fundamental, claro e baseado na avaliação feita para a recompra, está bem acima daquele em que está negociando no mercado”.

“Como emissor, que mecanismos você tem em vigor para que nós, como acionistas minoritários, tenhamos uma maneira de desbloquear o valor que o mercado não está reconhecendo porque não é consistente que uma avaliação feita por um independente de um valor de 21.000 e o mercado esteja próximo de 14.000. É mais rentável para você como emissor ter um programa constante de recompra de ações no mercado sabendo que isso seria feito com um desconto implícito de cerca de 40%”?

A este respeito, o Secretário informou que estas questões já foram resolvidas em virtude das intervenções e explicações dadas anteriormente.

- (ii) O acionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado com a carteira de cidadania nº 98.493.899, titular de 64.077 ações ordinárias, declarou:

“Favor declarar na avaliação qual valor você agrega ao negócio de retaliação tradicional, ao negócio imobiliário e à Tuya, ou qual valor cada negócio tinha, ou na avaliação total como cada negócio é distribuído como uma porcentagem.”

O Vice-Presidente Financeiro tomou a palavra, que primeiramente, para fins de clareza, referiu-se à publicação dos resultados financeiros correspondentes ao primeiro trimestre do ano corrente, e informou que do lucro operacional para 2021, o negócio imobiliário representava 12% e esclareceu que as metodologias utilizadas para avaliar este negócio são diferentes, portanto, ele explicou que não é apropriado concluir que se este negócio representou 12% do EBITDA, este negócio vale 12% do valor da Empresa. Ele observou ainda que se os negócios imobiliários e a Tuya, os principais negócios complementares, forem somados, a contribuição destes negócios para o lucro operacional da empresa é de aproximadamente 20% ou 25%, que é o intervalo dos últimos 3 anos, e ele ressaltou que a Tuya também tem uma metodologia de avaliação diferente. Em seguida, ele informou que a avaliação realizada pelo terceiro independente levou em consideração as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, através de 4 metodologias que são tecnicamente reconhecidas e, embora não tenha sido feita uma avaliação independente para cada uma das empresas e negócios que compõem o Grupo, trata-se de uma avaliação conjunta de todas elas. Ele explicou que, por estas razões, a empresa não tem as informações sobre o valor de cada empresa e negócio em relação à avaliação e esclareceu que, se disponíveis, estas seriam informações sensíveis e confidenciais que não estariam sujeitas à divulgação.

Posteriormente, tendo em vista que a Secretária informou que havia recebido um pedido para tratar da preocupação com o que acontece com o saldo remanescente resultante da re aquisição, a Vice-Presidente Financeira continuou com a palavra, que ressaltou que - como foi dito anteriormente - como é uma oferta única, uma rodada, não há lugar para dispor do saldo remanescente, ele simplesmente se tornará parte do patrimônio e ativos, em termos de dinheiro, da Empresa. Consequentemente, dependendo do número de acionistas que desejam participar da recompra, o dinheiro e o patrimônio serão reconstituídos, o que corresponde aos acionistas na proporção de sua participação.

O Presidente agradeceu aos acionistas por sua participação nas deliberações e, antes de submeter à consideração a proposta de aprovação de uma recompra das ações da Companhia (a “Recompra”) e os termos da mesma, fez as seguintes observações aos acionistas:

- Independentemente das expressões de desejo de uma quantia maior, de limitar os destinatários a acionistas minoritários, de um direito de acreção, a recompra tem várias questões positivas: ela proporcionou uma oportunidade para uma avaliação técnica independente para determinar o valor fundamental da empresa de acordo com metodologias tecnicamente reconhecidas, uma mensagem importante para o presente e o futuro.
- Observando os resultados de 2021 e a forma como estão sendo distribuídos aos acionistas na proporção de sua participação, é uma distribuição de dividendos que, juntamente com a recompra, é uma das distribuições de dividendos mais significativas do mercado, excedendo 100% dos ganhos, com um pagamento de 237 bilhões de pesos por um lado e 320 bilhões de pesos por outro.
- Do ponto de vista da governança corporativa, ele enfatizou que as autorizações exigidas, os regulamentos aplicáveis e a divulgação de informações foram cumpridos. Ele reiterou que para o Conselho de Administração e a Administração, a adoção de boas práticas de governança corporativa é fundamental, sendo um assunto que não está sujeito a qualquer conciliação ou exceção, não apenas devido ao dever legal de fazê-lo, mas também devido à transparência que rege as ações de uma empresa emissora no mercado de valores mobiliários.

Ele então agradeceu aos acionistas por sua participação e expressou seu apreço por sua participação e disse que receberia suas propostas e solicitações a fim de discuti-las de forma ordenada com o Conselho de Administração e o acionista majoritário.

O Presidente apresentou a proposta no item 6 da agenda, a saber, a aprovação de uma recompra de ações da Companhia (o "Buyback") e os termos da mesma, uma decisão que implica (i) a aprovação do regulamento de recompra de ações, e (ii) a aprovação de uma potencial transação com partes relacionadas a ser aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Os acionistas exerceram seu direito de voto por meio de cédula física nº 9, depositando-a na urna disponibilizada para este fim. O Secretário lembrou que a apuração dos votos seria presidida pelos comissários eleitos na presente reunião para esse fim e para a revisão, aprovação e assinatura da ata.

Durante a contagem dos votos, o Secretário informou o recebimento da seguinte pergunta, através do chat WhatsApp, feita pelo acionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado com o cartão de cidadania No. 98.493.899, titular de 64.077 ações ordinárias:

“Bom dia, como será divulgada a avaliação?”

A este respeito, o Secretário reiterou que esta preocupação havia sido resolvida em virtude de outras intervenções similares que haviam sido abordadas anteriormente.

Após a contagem dos votos, o Secretário informou que esta proposta foi aprovada por 438.022.930 votos afirmativos, correspondendo a noventa e nove pontos noventa e seis por cento (99,96%) das ações presentes e representadas na reunião.

É expressamente declarado para os registros que: nenhum voto em branco foi recebido, nenhum acionista se absteve de votar e dez (10) acionistas votaram contra. Segue a lista dos acionistas que votaram contra:

NOME DO ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	2242
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	47628
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600

INVERLANDES SAS	901237428	51229
CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	60246
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
JUAN GUILLERMO CORREA MONTOYA	70035728	50
JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	70083149	3200
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	5110
TERESITA DE POSADA BONILLA	32509289	5

NOTA EXPLICATIVA:

De acordo com o disposto no artigo 15 do anexo 6 do Decreto 2270 de 2019, o abaixo assinado Secretário da Assembleia Geral Extraordinária presencial de 24 de maio de 2022, fica autorizado a corrigir os erros de transcrição que foram inadvertidamente incluídos na ata na seção relativa aos resultados da votação desta proposta. Em vista do exposto, alguns esclarecimentos são feitos abaixo e o número correto de votos expressos neste item da ordem do dia é indicado, entendendo-se que todos eles foram aprovados pelos comissários eleitos pela Assembleia Geral, com a assinatura da presente ata, de acordo com o artigo 14 do já mencionado anexo 6:

- (i) *No momento da leitura dos resultados da votação desta proposta, o Secretário indicou: "Senhoras e Senhores, a proposta foi aprovada com um percentual de 99,96% das ações presentes e representadas, equivalente a 438.022.930 ações; para o sem voto tenho 183.310 ações, equivalente a 0,04%, e não tenho votos em branco registrados. Assim, a proposta foi aprovada".*
- (ii) *Essas informações não coincidem com os dados do escrutínio, na medida em que não contemplava o voto negativo da acionista Rosmira Del Rosario Saldarriaga Espinosa, identificada com a carteira de cidadania nº 21.382.323, titular de 15.000 ações ordinárias, que agiu através de seu procurador Sr. José Leonardo Sanín Saldarriaga, identificado com a carteira de cidadania nº 71.744.198.*
- (iii) *Portanto, o número total de votos afirmativos corresponde a 438.007.930, ou seja, noventa e nove pontos noventa e cinco (99,95%) das ações presentes e representadas na reunião. É expressamente declarado para os registros que nenhum voto em branco foi recebido e nenhum acionista se absteve de votar. Os onze (11) acionistas a seguir votaram contra a proposta:*

NOME DO ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES
JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	2242
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	47628
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
INVERLANDES SAS	901237428	51229
CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	60246
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
JUAN GUILLERMO CORREA MONTOYA	70035728	50
JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	70083149	3200
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	5110
TERESITA DE POSADA BONILLA	32509289	5
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	15000

Consequentemente, uma vez concluída a agenda, o Sr. Carlos Mario Giraldo reiterou seus agradecimentos aos acionistas por sua presença e participação. Ele declarou oficialmente encerrada a reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas da Empresa.

O Secretário tomou a palavra e informou aos acionistas que, do lado esquerdo da sala, eles encontrariam o centro de atendimento ao acionista Corredores Davivienda, onde os assessores de investimento treinados para assisti-los e orientá-los estão disponíveis para resolver todos os procedimentos operacionais relacionados com a reaquisição.

Finalmente, o público foi informado de que na saída do local poderia reivindicar um presente que simboliza o compromisso da Empresa e da Fundación Éxito com o país "Nutrimos de oportunidades a Colombia", e sua contribuição para alcançar uma Colômbia com zero de desnutrição crônica em crianças menores de 5 anos de idade. O hino de Antioquian foi então tocado.

O Presidente da Assembleia declarou as deliberações concluídas e decidiu adiar a reunião às 11h55 do mesmo dia.

É expressamente declarado para os registros que a reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas encerrou suas deliberações com um quorum de 97,9% das ações em circulação.

A documentação a seguir é anexada a esta ata:

Anexo 1. Proposta de alteração dos estatutos sociais aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Anexo 2. Proposta de alteração do regimento interno da Assembleia Geral de Acionistas aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Anexo 3. Proposta para aprovação de recompra de ações da Companhia (a "Recompra") e seus termos, uma decisão que envolve (i) a aprovação do regulamento de recompra de ações e (ii) a aprovação de uma transação de parte relacionada potencial, aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Para constar, é assinada:

CARLOS MARIO GIRALDO MORENO
Presidente

CLAUDIA CAMPILLO VELÁSQUEZ
Secretária Geral

COMISSÁRIOS PARA REVISÃO, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

SERGIO LONDOÑO GONZÁLEZ
Comissário

GONZALO ORREGO VÉLEZ
Comissário

Envigado, 24 de maio de 2022

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL APROVADA PELA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

A Almacenes Éxito S.A. informa a seus acionistas e ao mercado em geral que a seguinte proposta de emenda do Estatuto Social foi aprovada na reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas realizada hoje pessoalmente na sede da Companhia.

Para fins de clareza, os ajustes aprovados são apresentados de forma comparativa, com suas respectivas justificativas seguidas da compilação do novo Estatuto Social para sua revisão abrangente.

A ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Decide:

Aprovar a seguinte proposta de emenda do Estatuto Social.

Bloco 1: Alterações às disposições básicas, e ao regime de capital e ações.

Inclui os artigos: 3, 5 e 7.

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
Artigo 3. – Duração. A Companhia terá prazo de duração até 31 de dezembro de 2.050, a despeito de	Artigo 3. – Duração. A Companhia terá prazo de duração até 31 de dezembro de <u>2150</u> , a despeito de	A duração da companhia é prolongada levando em consideração esta alteração. A

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>poder ser prorrogado esse prazo antecipadamente, a critério da Assembleia de Acionistas, por reforma estatutária, ou ser antecipado da mesma forma, ou por qualquer outra causa prevista em Lei.</p>	<p>poder ser prorrogado esse prazo antecipadamente, a critério da Assembleia de Acionistas, por reforma estatutária, ou ser antecipado da mesma forma, ou por qualquer outra causa prevista em Lei.</p>	<p>proposta trata de uma questão de oportunidade.</p>
<p>Artigo 5. - Capital Autorizado. O capital autorizado da Companhia, expresso em moeda legal colombiana, é de cinco mil trezentos milhões de pesos (5'300.000.000) M.L., dividido em quinhentos e trinta milhões (530.000.000) de ações ordinárias, com valor nominal unitário de dez pesos (\$10,00) M.L. O valor indicativo do capital autorizado acima pode ser modificado a qualquer momento, por reforma estatutária aprovada pela Assembleia de Acionistas e depois solenizada na forma legal.</p>	<p>Artigo 5. - Capital Autorizado. O capital autorizado da Companhia, expresso em moeda legal colombiana, é de cinco mil trezentos milhões de pesos (5'300.000.000) M.L., dividido em quinhentos e trinta milhões (530.000.000) de ações ordinárias, com valor nominal unitário de dez pesos (\$10,00) M.L. O valor indicativo do capital autorizado acima pode ser modificado a qualquer momento, por reforma estatutária aprovada pela Assembleia de Acionistas e depois solenizada na forma legal.</p>	<p>As referências a regulamentos específicos são ajustadas, para incluir também qualquer disposição futura que a modifique. Isto é para proporcionar maior flexibilidade ao Estatuto Social, em face de eventuais emendas legislativas. Caso contrário, seria necessário emendá-las cada vez que o regulamento referenciado mudar.</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Parágrafo [único]. Enquanto as ações da companhia forem negociadas na bolsa de valores, o aumento do capital autorizado, a diminuição do valor do capital subscrito ou o cancelamento voluntário do registro das ações no Registro Nacional de Títulos e Valores ou na Bolsa de Valores exigirá a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas com maioria ordinária, desde que tenham sido observados os requisitos legais sobre convocação, especificação da ordem do dia, publicidade e outras indicações prescritas pelos artigos 13 e 67 da Lei 222 de 1995, ou por qualquer regulamentação que os modifique ou complemente.</p>	<p>Parágrafo [único]. Enquanto as ações da <u>Companhia</u> forem negociadas na bolsa de valores, o aumento do capital autorizado, a diminuição do valor do capital subscrito ou o cancelamento voluntário do registro das ações no Registro Nacional de Títulos e Valores ou na Bolsa de Valores exigirá a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas com maioria ordinária, desde que tenham sido observados os requisitos legais sobre convocação, especificação da ordem do dia, publicidade e outras indicações prescritas pelos artigos 13 e 67 da Lei 222 de 1995, <u>ou por qualquer regulamento que os modifique ou complemente.</u></p>	
<p>Artigo 7. – Emissão e subscrição de ações. As ações ordinárias em reserva permanecem à disposição do Conselho de Administração para que este possa decidir emití-las quando julgar apropriado. O regulamento de subscrição será elaborado pelo</p>	<p>Artigo 7. – Emissão e subscrição de ações. As ações ordinárias em reserva permanecem à disposição do Conselho de Administração para que este possa decidir emití-las quando julgar apropriado. O regulamento de</p>	<p>Sugere-se condicionar a maioria de 70% à validade do numeral 5, arte. 433, do Código Comercial. Portanto, se esse artigo for</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Conselho de Administração e as disposições do Artigo 41 (d) da Lei 964 de 2005 não precisam ser aplicadas com relação a ele.</p> <p>As emissões devem ser feitas com direitos de preferência. Em qualquer nova emissão de ações, os acionistas terão o direito de subscrever, preferencialmente, um valor proporcional ao valor registrado no livro de registro dos acionistas na data em que o regulamento for aprovado. Entretanto, o direito de preferência dos acionistas não se aplica nos seguintes casos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Quando a Assembleia de Acionistas assim o decidir, com o voto favorável de pelo menos setenta por cento (70%) das ações presentes na assembleia. b. No caso de questões destinadas a serem subscritas 	<p>subscrição será elaborado pelo Conselho de Administração e as disposições do Artigo 41 (d) da Lei 964 de 2005 não precisam ser aplicadas com relação a ele.</p> <p>As emissões devem ser feitas com direitos de preferência. Em qualquer nova emissão de ações, os acionistas terão o direito de subscrever, preferencialmente, um valor proporcional ao valor registrado no livro de registro dos acionistas na data em que o regulamento for aprovado. Entretanto, o direito de preferência dos acionistas não se aplica nos seguintes casos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Quando a Assembleia de Acionistas assim o decidir, com o voto favorável de pelo menos setenta por cento (70%) das ações presentes na assembleia, <u>desde que esta</u> 	<p>revogado, a maioria será ordinária, como exige o artigo 68 da Lei 222.</p> <p>Também foram feitas pequenas correções de formato e estilo com o propósito de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>exclusivamente por funcionários da companhia ou de suas empresas subordinadas em reconhecimento da senioridade e excelência de seus serviços ou por outras razões de justiça igual ou coexistência livremente apreciadas e adotadas pelo Conselho de Administração. Para este fim, o Conselho de Administração pode emitir e regular até 10% (dez por cento) das ações atualmente em reserva e a mesma porcentagem daquelas que poderão ser criadas no futuro para aumentar o capital autorizado. Assim, o Conselho de Administração determinará livremente o número de ações a serem emitidas, a pessoa ou pessoas beneficiadas pela subscrição e a proporção desta, o preço, a forma de pagamento e todos os outros detalhes da subscrição.</p>	<p><u>maioria especial, estabelecida no artigo 420, numeral 5 do Código Comercial, permaneça atual.</u></p> <p>b. No caso de questões destinadas a serem subscritas exclusivamente por funcionários da Companhia ou de suas empresas subordinadas em reconhecimento da senioridade e excelência de seus serviços ou por outras razões de justiça igual ou coexistência livremente apreciadas e adotadas pelo Conselho de Administração. Para este fim, o Conselho de Administração pode emitir e regular até 10% (dez por cento) das ações atualmente em reserva e a mesma porcentagem daquelas que poderão ser criadas no futuro para aumentar o capital autorizado. Assim, o Conselho de Administração determinará livremente o número de ações a serem emitidas, a pessoa ou pessoas beneficiadas pela</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>O Conselho de Administração pode usar seu poder com a frequência que julgar conveniente, dentro do limite da porcentagem de ações em reserva acima mencionada, e pode conceder a um funcionário o direito de subscrever uma ou mais vezes, seja funcionário, acionista ou não, e também pode conceder o direito a futuras subscrições do mesmo tipo.</p> <p>Parágrafo [único]. Por razões legais, os direitos de subscrição não podem ser concedidos ao Auditor Estatutário ou ao suplente; no entanto, ao se aposentar definitivamente do cargo, ele poderá receber tais direitos de subscrição por decisão do Conselho de Administração.</p> <p>c. No caso de fusão, cisão ou eventos similares e em todos os eventos envolvendo a subscrição de ações com</p>	<p>subscrição e a proporção desta, o preço, a forma de pagamento e todos os outros detalhes da subscrição.</p> <p>O Conselho de Administração pode usar seu poder com a frequência que julgar conveniente, dentro do limite da porcentagem de ações em reserva acima mencionada, e pode conceder a um funcionário o direito de subscrever uma ou mais vezes, seja funcionário, acionista ou não, e também pode conceder o direito a futuras subscrições do mesmo tipo.</p> <p>Parágrafo [único]. Por razões legais, os direitos de subscrição não podem ser concedidos ao Auditor Estatutário ou ao suplente; no entanto, ao se aposentar definitivamente do cargo, ele poderá receber tais direitos de subscrição por decisão do Conselho de Administração.</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>dinheiro, capitalização de créditos, bem como naqueles eventos em que a subscrição é paga em dinheiro especificamente para a aquisição de ativos fixos ou estabelecimentos comerciais, o Conselho de Administração está autorizado a emitir e regular, sem prejuízo de direitos preferenciais, o número de ações necessárias para cobrir o valor dos bens de acordo com a avaliação estabelecida pelo Conselho de Administração e aprovada pela respectiva Superintendência, se necessário.</p>	<p>c. No caso de fusão, cisão ou eventos similares e em todos os eventos envolvendo a subscrição de ações com dinheiro, capitalização de créditos, bem como naqueles eventos em que a subscrição é paga em dinheiro especificamente para a aquisição de ativos fixos ou estabelecimentos comerciais, o Conselho de Administração está autorizado a emitir e regular, sem prejuízo de direitos preferenciais, o número de ações necessárias para cobrir o valor dos bens de acordo com a avaliação estabelecida pelo Conselho de Administração e aprovada pela respectiva Superintendência, se necessário.</p>	

Bloco 2: Alteração do regime de funcionamento da Assembleia.

Inclui os artigos: 18, 20, 20 A, 22, 23, 25, 26 e 28.

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Artigo 18. - Assembleia Ordinária. A Assembleia Geral de Acionistas realizará sua Assembleia Ordinária a cada ano, no máximo até 31 de março, e convocada pelo Conselho de Administração, para examinar a situação da companhia, designar administradores e outros funcionários eleitos, determinar as diretrizes econômicas da companhia, examinar as contas e saldos do ano passado, resolver a distribuição dos lucros e acordar todas as decisões necessárias para garantir o cumprimento do objeto social. Se não for convocada, a Assembleia Geral de Acionistas por direito próprio se reunirá no primeiro dia útil do mês de abril às 10h da manhã (10h), nos principais escritórios da administração, e realizará a reunião e decidirá validamente com um número plural de pessoas, qualquer que seja a quantidade de ações por elas representadas.</p>	<p>Artigo 18. - Assembleia Ordinária. A Assembleia Geral de Acionistas realizará sua Assembleia Ordinária a cada ano, no máximo até 31 de março, <u>no município ou na sede,</u> e convocada pelo Conselho de Administração <u>ou pelo Diretor Presidente da Companhia</u> para examinar a situação da companhia, designar administradores e outros funcionários eleitos, determinar as diretrizes econômicas da companhia, examinar as contas e saldos do ano passado, resolver a distribuição dos lucros e acordar todas as decisões necessárias para garantir o cumprimento do objeto social. Se não for convocada. Se não convocada, <u>e desde que a lei atual contemple a possibilidade de realizar reuniões por direito próprio,</u> Assembleia Geral de Acionistas por direito próprio se reunirá no primeiro dia útil do mês de abril às 10h da manhã (10h), nos principais escritórios da administração, e</p>	<p>É sugerido:</p> <ol style="list-style-type: none"> Incluir uma menção não só da sede social, mas também do município em que a companhia está localizada, como possíveis locais para a realização de reuniões da Assembleia de Acionistas. Desta forma, como ambas as possibilidades são expressas, não há espaço para dúvidas e evita-se a ocorrência de discussões sobre se só é possível realizar as reuniões nos escritórios administrativos da companhia ou se também é legalmente viável fazê-lo em outro local localizado dentro do município da sede social. Esta proposta se deve aos debates atuais entre o Superior Tribunal de Justiça de Bogotá e a Superintendência de Empresas, sobre o local onde

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Parágrafo 1. A convocação da Assembleia será feita com pelo menos 30 (trinta) dias de calendário antes, sem prejuízo do cumprimento das normas legais, e a entrega das demonstrações contábeis, relatórios, propostas, livros e outros documentos correspondentes, que de acordo com as normas legais permanecerão à disposição dos acionistas para inspecionar ou consultar durante o período indicado no artigo 447 do Código de Comércio, na sede da administração, será mencionada.</p> <p>Parágrafo 2: O Conselho de Administração e os administradores se absterão de fazer com que a Assembleia Geral de Acionistas considere qualquer item que não tenha sido incluído na ordem do dia</p>	<p>realizará a reunião e decidirá validamente com um número plural de pessoas, qualquer que seja a quantidade de ações por elas representadas.</p> <p>Parágrafo 1. A convocação da Assembleia será feita com pelo menos 30 (trinta) dias de calendário antes, sem prejuízo do cumprimento das normas legais, e a entrega das demonstrações contábeis, relatórios, propostas, livros e outros documentos correspondentes, que de acordo com as normas legais permanecerão à disposição dos acionistas para inspecionar ou consultar durante o período indicado no artigo 447 do Código de Comércio, na sede da administração, será mencionada.</p>	<p>a Assembleia de Acionistas deveria se reunir, pois eles têm diferentes interpretações do escopo da expressão "sede social".</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Também capacitar o Diretor-Presidente ("CEO") a convocar a reunião da Assembleia, para alinhar o Estatuto Social com as melhores práticas de governança corporativa. 3. Condicionar a possibilidade de realizar reuniões por direito próprio ao fato de que tal instituição está prevista na lei vigente. 4. Ajustar o Parágrafo três para esclarecer que ele se refere apenas à Assembleia Ordinárias. 5. Ajustar o terceiro Parágrafo para assegurar que o suplemento à convocação

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>publicada na convocatória da referida Assembleia.</p> <p>Parágrafo 3. Dentro de cinco (5) dias corridos após a publicação do edital de convocação da referida Assembleia, qualquer acionista poderá: (i) propor de forma bem fundamentada a introdução de um ou mais itens na ordem do dia da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) Apresentar de forma bem fundamentada novas propostas para decidir sobre os itens já incluídos na ordem do dia; e (iii) solicitar informações ou fazer consultas sobre os itens encontrados na ordem do dia. O Conselho de Administração regulamentará a forma pela qual responderá aos pedidos dos acionistas. Se a proposta do acionista de acrescentar um ou mais itens à ordem do dia for aceita pelo Conselho de Administração, um complemento à</p>	<p>Parágrafo 2: O Conselho de Administração e os administradores se absterão de fazer com que a Assembleia Geral de Acionistas considere qualquer item que não tenha sido incluído na ordem do dia publicada na convocatória da referida Assembleia.</p> <p>Parágrafo 3. Dentro de cinco (5) dias corridos após a publicação do edital de convocação da Assembleia Ordinária, qualquer acionista poderá: (i) propor de forma bem fundamentada a introdução de um ou mais itens na ordem do dia da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) Apresentar de forma bem fundamentada novas propostas para decidir sobre os itens já incluídos na ordem do dia; e (iii) solicitar informações ou fazer consultas sobre os itens encontrados na ordem do dia. O Conselho de Administração</p>	<p>seja compatível com o direito de inspeção.</p> <p>6. Ajustar o terceiro Parágrafo para alinhá-lo ao artigo 182 do Código Comercial, que permite aos acionistas propor novos assuntos durante a Assembleia, sem a necessidade de aprovação da maioria.</p> <p>7. Ajustar o prazo de depósito de documentos para especificar que ele deve ser feito, pelo menos, durante o tempo legal que dura o direito de inspeção.</p> <p>Pequenas correções de formato e estilo também são introduzidas com o propósito de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>convocação da Assembleia será publicado pelo menos quinze (15) dias corridos antes da realização da Assembleia. Em qualquer caso, os Acionistas manterão seu direito de apresentar propostas durante a Assembleia Geral de Acionistas, que será debatida quando a maioria simples das ações representadas na Assembleia decidir fazê-lo, a menos que a segregação (cisão indevida) da companhia seja apresentada à Assembleia Geral de Acionistas para sua consideração, se tal decisão for tomada por este órgão, ou quando os itens propostos forem outros assuntos que, de acordo com a lei, só poderão ser debatidos se requisitos especiais forem previamente observados sobre a convocação da Assembleia, sua publicidade e sua entrega do projeto aos acionistas a serem examinados durante o período da convocação.</p>	<p>regulamentará a forma pela qual responderá aos pedidos dos acionistas. Se a proposta do acionista de acrescentar um ou mais itens à ordem do dia for aceita pelo Conselho de Administração, um complemento à convocação da <u>Assembleia Geral de Acionistas</u> publicado pelo menos quinze (15) dias corridos antes da realização da Assembleia, <u>ou 15 (quinze) dias úteis de antecedência, se o novo ponto a ser incluído for um daqueles que conferem o direito de inspeção aos acionistas</u>. Em qualquer caso, os Acionistas manterão seu direito de apresentar propostas durante a Assembleia Geral de Acionistas, que serão debatida quando a maioria simples das ações representadas na Assembleia decidir fazê-lo, a menos que a segregação (cisão indevida) da <u>Companhia</u> seja apresentada à Assembleia Geral de Acionistas para sua consideração, se tal decisão for tomada por este órgão, ou quando os</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Artigo 20. - Convocação da Assembleia. A convocação da Assembleia incluirá a ordem do dia da mesma, detalhando cada um dos assuntos que serão debatidos e os acionistas serão informados através de qualquer um dos seguintes meios:</p> <p>a) Carta ou comunicação escrita enviada ao endereço que cada acionista indicou à Companhia para seu registro no Livro de Ações Nominativas; b) Notificação pessoal, com a assinatura de cada um e de todos os acionistas. c) Notificação publicada em uma revista interna nos</p>	<p>itens propostos forem outros assuntos que, de acordo com a lei, só poderão ser debatidos se requisitos especiais forem previamente observados sobre a convocação da Assembleia, sua publicidade e sua entrega do projeto aos acionistas a serem examinados durante o período da convocação <u>ressalvado o direito de inspeção.</u></p> <p>Artigo 20. - Convocação da Assembleia. A convocação da Assembleia incluirá a ordem do dia da mesma, detalhando cada um dos assuntos que serão debatidos e os acionistas serão informados através de qualquer um dos seguintes meios:</p> <p>a) <u>(i)</u> Carta ou comunicação escrita enviada ao endereço que cada acionista indicou à Companhia para seu registro no Livro de Ações Nominativas; b) <u>(ii)</u> Notificação pessoal, com a assinatura de cada um e de todos os acionistas; c) <u>(iii)</u> e) Notificação publicada em uma</p>	<p>É proposto especificar no artigo que a antecipação da chamada é contada a partir de seu envio ou publicação. Isto para abordar debates atuais sobre quando a chamada é entendida como "feita": se a partir de seu envio ou de sua recepção.</p> <p>A fim de proporcionar o Estatuto Social de maior coerência e ordem, sugere-se transferir a regra sobre o direito de inspeção (atualmente contida no artigo 56 do Estatuto</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>escritórios principais da Companhia. Ao calcular o período da convocação, sejam dias úteis ou dias de calendário, o que for aplicável, tanto o dia em que a convocação for informada como o dia em que a Assembleia for realizada, será contado.</p>	<p>revista interna nos escritórios principais da Companhia. Ao calcular o período da convocação, sejam dias úteis ou dias de calendário, o que for aplicável, tanto o dia em que a convocação for informada <u>enviada ou publicada</u> o dia em que a Assembleia for realizada será contado.</p> <p><u>Parágrafo [único]. Direito de inspeção. Durante os 15 (quinze) dias úteis imediatamente anteriores à reunião da Assembleia Geral de Acionistas em que o balanço de final de ano deve ser considerado, ou nos demais eventos previstos na legislação aplicável, os documentos exigidos por lei para o exercício do direito de inspeção serão colocados, nos escritórios da administração, à disposição dos acionistas. Os acionistas serão informados deste fato no edital de convocação.</u></p>	<p>Social) para o Parágrafo deste artigo. Com relação a este direito, inclui-se expressamente que seu exercício deve cumprir com as disposições da lei, do Estatuto Social e do Código de Governança Corporativa da Companhia.</p> <p>Pequenas correções de formato e estilo também estão incluídas com o propósito de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Artigo 20 A. – Assembleias que Exigem Convocação Especial. Sem prejuízo do período de convocação estabelecido para a Assembleia Geral de Acionistas, a convocação será feita com pelo menos quinze (15) dias úteis de antecedência para aquelas reuniões em que os projetos submetidos à apreciação estejam relacionados à fusão, cisão, transformação da companhia, ou ao cancelamento voluntário do registro de suas ações no Registro Nacional de Valores ou Bolsa de Valores. Na convocação para tal convocação serão indicados especificamente os assuntos a serem debatidos e os acionistas serão informados da</p>	<p><u>Durante o período indicado, os acionistas poderão exercer o direito de inspeção em seu favor, nos termos estabelecidos na lei, no Estatuto Social e no Código de Governança Corporativa da Companhia.</u></p> <p>Artigo 20 A. – Assembleias que Exigem Convocação Especial. Sem prejuízo do período de convocação estabelecido para a Assembleia Geral de Acionistas, a convocação será feita com pelo menos quinze (15) dias úteis de antecedência para aquelas reuniões em que os projetos submetidos à apreciação estejam relacionados à fusão, cisão, transformação da <u>Companhia</u>, ou ao cancelamento voluntário do registro de suas ações no Registro Nacional de Valores ou Bolsa de Valores. Na convocação para tal convocação serão indicados especificamente os assuntos a serem debatidos e os acionistas</p>	<p>É proposto:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Especificar que a referência ao direito de inspeção deve ser incluída sempre que se pretenda discutir transformações, cisões, fusões ou exclusões. Isto para atender à jurisprudência da Superintendência de Companhias que estabeleceu que não cabe aos administradores determinar se o direito de retirada procede ou não, com o propósito de mencioná-lo na convocação.

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>entrega, durante tal período, aos escritórios principais, do respectivo projeto ou relatório sobre os motivos desta proposta, para que os acionistas possam consultá-la. Além disso, sempre que aplicável, serão incluídos avisos sobre a possibilidade de exercício do direito de retirada.</p> <p>Parágrafo [único]. Quando se pretende discutir o aumento do capital autorizado ou a redução do capital social, o respectivo ponto deve ser incluído na ordem do dia indicada na convocação. A omissão desta exigência tornará a decisão correspondente ineficaz. Nestes casos, os administradores da companhia prepararão um relatório sobre os motivos da proposta, que deverá ser colocado à disposição dos acionistas nos escritórios administrativos da companhia, durante o período da convocação.</p>	<p>serão informados da entrega, durante tal período, aos escritórios principais, do respectivo projeto ou relatório sobre os motivos desta proposta, para que os acionistas possam consultá-la. Além disso, sempre que aplicável, serão incluídos avisos sobre a possibilidade de exercício do direito de retirada.</p> <p>Parágrafo [único]. Quando se pretende discutir o aumento do capital autorizado ou a redução do capital social, o respectivo ponto deve ser incluído na ordem do dia indicada na convocação. A omissão desta exigência tornará a decisão correspondente ineficaz. Nestes casos, os administradores da <u>Companhia</u> prepararão um relatório sobre os motivos da proposta, que deverá ser colocado à disposição dos acionistas nos escritórios</p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. Eliminar as menções de ineficácia, pois é uma sanção de consagração legal, sendo desnecessária sua consagração estatutária. 3. Ajustar o prazo de depósito de documentos para especificar que ele deve ser feito, pelo menos, durante o tempo legal que dura o direito de inspeção. <p>Pequenas correções de formato e estilo também estão incluídas com o propósito de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Artigo 22. - Quorum Deliberativo. Salvo exceções legais, a Assembleia Geral de Acionistas deliberará com uma pluralidade de acionistas representando pelo menos metade mais uma das ações subscritas na data da Assembleia. Se por falta de quorum a Assembleia Geral de Acionistas não puder deliberar, outra Assembleia será convocada para decidir validamente com um ou mais acionistas, independentemente do número de ações que eles representem.</p>	<p>administrativos da <u>Companhia</u>, durante o prazo da convocação. <u>ressalvado o direito de inspeção.</u></p> <p>Artigo 22. - Quorum Deliberativo. Salvo exceções legais, a Assembleia Geral de Acionistas deliberará com uma pluralidade de acionistas representando pelo menos metade <u>(1/2)</u> mais <u>(1)</u> uma das ações subscritas na data da Assembleia. Se por falta de quorum a Assembleia Geral de Acionistas não puder deliberar, outra Assembleia será convocada para decidir validamente com um ou mais acionistas, independentemente do número de ações que eles representem.</p>	<p>A origem das reuniões por direito próprio está sujeita ao reconhecimento de tal instituição na lei atual.</p> <p>Pequenas correções de formato e estilo também foram feitas com o propósito de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>
<p>Parágrafo 1. A segunda reunião convocada não deve ser realizada antes de 10 (dez) dias úteis ou depois de 30 (trinta) dias úteis.</p>	<p>Parágrafo 1. A segunda reunião convocada não deve ser realizada antes de 10 (dez) dias úteis ou depois de 30 (trinta) dias úteis.</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Parágrafo 2. Ao tratar das reuniões por direito próprio, no primeiro dia útil do mês de abril, a Assembleia poderá deliberar validamente e decidir com um número plural de acionistas, independentemente do número de ações que eles representem.</p>	<p>Parágrafo 2. Ao tratar das reuniões por direito próprio, <u>e desde que a lei aplicável os consagre</u>, no primeiro dia útil do mês de abril, a <u>Assembleia Geral de Acionistas</u> poderá deliberar validamente e decidir <u>na sede administrativa</u> com um número plural de acionistas, independentemente do número de ações que eles representem.</p>	
<p>Artigo 23. – Decisões da Maioria. As decisões da Assembleia Geral de Acionistas exigirão a maioria absoluta dos votos correspondentes às ações representadas na Assembleia, com as seguintes exceções:</p> <p>a. A distribuição dos lucros requer a aprovação de um número plural de Assembleias de acionistas, com pelo menos 78% (setenta e oito por cento) das ações representadas na Assembleia. Na</p>	<p>Artigo 23. – Decisões da Maioria. As decisões da Assembleia Geral de Acionistas exigirão a maioria absoluta dos votos correspondentes às ações representadas na Assembleia, com as seguintes exceções:</p> <p>a. <u>Desde que seja exigido pelos artigos 155 e 454 do Código Comercial, ou qualquer regra que os substitua ou modifique,</u> Na distribuição dos lucros requer a aprovação de um</p>	<p>A aplicabilidade de cada maioria qualificada está vinculada à validade da norma legal que atualmente a consagra (arts. 155, 420, 454, 455 C.Co, etc.). Se uma maioria especial for suprimida na lei, ela deixará de ser aplicável no Estatuto Social. Isto proporciona flexibilidade ao Estatuto Social e garante sua consistência com o artigo 68 da Lei 222, que proíbe a concordância de maiorias qualificadas no Estatuto Social do emissor.</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>ausência dessa aprovação majoritária, a distribuição não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos lucros ou o restante após compensar as perdas dos períodos anteriores.</p>	<p>número plural de Assembleias de acionistas, com pelo menos 78% (setenta e oito por cento) das ações representadas na Assembleia. Na ausência dessa aprovação majoritária, a distribuição não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos lucros ou o restante após compensar as perdas dos períodos anteriores.</p>	<p>Na maioria especial para a retenção de dividendos, é incluída uma precisão sobre o valor mínimo que deve ser distribuído (70%) quando as reservas excederem o capital, de tal forma que seja consistente com o artigo 454 do Código Comercial.</p>
<p>b. A decisão sobre a colocação das ações sem preferência pelos acionistas, no caso do sétimo artigo deste Estatuto Social, exigirá aprovação com o voto de 70% (setenta por cento) das ações representadas.</p>	<p><u>Se a soma das reservas legais, estatutárias e eventuais exceder o valor do capital social, a porcentagem obrigatória de lucros líquidos que devem ser distribuídos, na ausência da maioria indicada, subirá para setenta por cento (70%).</u></p>	<p>Pequenas correções de formato e estilo também são incluídas com a finalidade de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>
<p>c. O pagamento do dividendo em ações liberadas pela companhia, obrigatório para o acionista, requer aprovação por oitenta por cento de preferência para os acionistas, no caso do Artigo Sete deste Estatuto Social, requer 80% das ações representadas.</p>	<p>b. A decisão sobre a colocação das ações sem preferência pelos acionistas, no caso do sétimo artigo deste Estatuto Social, exigirá aprovação com o voto de 70% (setenta por</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>d. A cisão exige a unanimidade das ações representadas na Assembleia Geral de Acionistas da companhia para modificar a proporção da participação dos acionistas na cisão, neste caso a Almacenes Exito S.A. no capital da companhia beneficiária, de acordo com a lei.</p>	<p>cento) das ações representadas, desde que seja exigido pelo número 5 do artigo 420 do Código Comercial ou qualquer regulamento que o substitua ou modifique.</p>	
<p>e. Todas as outras que por norma legal obrigatória exigem uma maioria qualificada ou especial acima da maioria absoluta.</p>	<p>c. O pagamento do dividendo em ações liberadas pela companhia, obrigatório para o acionista, requer aprovação por oitenta por cento de preferência para os acionistas, no caso do Artigo Sete deste Estatuto Social, requer 80% das ações representadas, desde que seja exigido pelo artigo 455 do Código Comercial ou por qualquer regra que o substitua ou modifique.</p>	
	<p>d. A cisão exige a unanimidade das ações representadas na Assembleia Geral de Acionistas da companhia para</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Artigo 24. - Direito de voto. Cada ação registrada no livro de Registro de Ações conferirá o direito a um voto na Assembleia de Acionistas, sem restrição quanto ao número de votos que podem ser emitidos pelo titular ou seu representante, mas sujeito às proibições ou desqualificações estabelecidas por lei para votar em determinadas decisões, como no caso dos diretores e funcionários da</p>	<p>modificar a proporção da participação dos acionistas na cisão, neste caso—a Almacenes Exito S.A. <u>a Companhia</u> no capital da companhia beneficiária, de acordo com a lei, <u>desde que seja exigido pelo artigo 3 da Lei 222 de 1995 ou qualquer regulamento que o substitua ou modifique.</u></p> <p>e. Todas as outras que por norma legal obrigatória exigem uma maioria qualificada ou especial acima da maioria absoluta.</p> <p>Artigo 24. - Direito de voto. Cada ação registrada no livro de Registro de Ações conferirá o direito a um voto na Assembleia de Acionistas, sem restrição quanto ao número de votos que podem ser emitidos pelo titular ou seu representante, mas sujeito às proibições ou desqualificações estabelecidas por lei para votar em determinadas decisões, como no caso dos</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>Companhia para votar em balanços, contas de final de ano e contas de liquidação. Os votos correspondentes ao mesmo acionista não podem ser divididos.</p>	<p>diretores e funcionários da Companhia para votar em balanços, contas de final de ano e contas de liquidação. Os votos correspondentes ao mesmo acionista não podem ser divididos.</p>	
<p>Artigo 25. - Atas da Presidência. As sessões da Assembleia de Acionistas serão presididas pelo Presidente da companhia e/ou por qualquer um dos membros do Conselho de Administração; e na ausência de qualquer um deles, pela pessoa designada pela Assembleia dentre os presentes, pela maioria dos votos correspondentes às ações representadas.</p>	<p>Artigo 25. - Atas da Presidência. As sessões da Assembleia de Acionistas serão presididas pelo Presidente da companhia e/ou por qualquer um dos membros do Conselho de Administração; e na ausência de qualquer um deles, pela pessoa designada pela Assembleia dentre os presentes, pela maioria dos votos correspondentes às ações representadas.</p>	<p>As exigências que as atas das reuniões não presenciais devem conter, de acordo com a lei vigente, são especificadas.</p> <p>Pequenas correções de formato e estilo também são incluídas com o propósito de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>
<p>Os trabalhos da Assembleia de Acionistas serão registrados no Livro de Atas, registrado na Câmara de Comércio da sede social. A ata será assinada pela pessoa que presidir a sessão, pelo Secretário titular ou</p>	<p>Os trabalhos da Assembleia de Acionistas serão registrados no Livro de Atas, registrado na Câmara de Comércio da sede social. A ata será assinada pela pessoa que presidir a sessão, pelo Secretário titular ou</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>secretário suplente atuando na sessão e, na falta deste, pelo Auditor Estatutário, e será aprovada pela Assembleia de Acionistas, que poderá delegar este poder a uma comissão plural designada para este fim (Art. 189 do Código de Comércio, ou qualquer regulamento que o modifique ou acrescente). A ata deve conter os detalhes e os enunciados exigidos pelas disposições legais.</p>	<p>secretário suplente atuando na sessão e, na falta deste, pelo Auditor Estatutário, e será aprovada pela Assembleia de Acionistas, que poderá delegar este poder a uma comissão plural designada para este fim (Art. 189 do Código de Comércio, <u>ou qualquer regulamento que o modifique ou acrescente</u>). A ata deve conter os detalhes e os enunciados exigidos pelas disposições legais.</p> <p><u>Parágrafo [único]. A ata das sessões não presenciais do mais alto órgão corporativo deve conter a assinatura de um representante legal e do secretário da Companhia. Na ausência de um secretário, a ata deve ser assinada por um dos acionistas.</u></p>	
<p>Artigo 26. - Regras de Votação. As seguintes regras devem ser observadas nas ações e votações a</p>	<p>Artigo 26. - Regras de Votação. As seguintes regras devem ser observadas nas ações e votações a</p>	<p>Para tornar a votação mais ágil, propõe-se considerar a possibilidade de aprovar as emendas ao Estatuto Social em bloco, ao invés de artigo</p>

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
serem tomadas na Assembleia de Acionistas:	serem tomadas na Assembleia de Acionistas:	por artigo, se a Assembleia o aprovar por maioria.
<p>a. A votação será por voto escrito somente quando assim ordenada pelo presidente da Assembleia de Acionistas, ou quando o sistema de quociente eleitoral for aplicado;</p>	<p>a. A votação será por voto escrito somente quando assim ordenada pelo presidente da Assembleia de Acionistas, ou quando o sistema de quociente eleitoral for aplicado;</p>	<p>Pequenas correções de formato e estilo também são incluídas com a finalidade de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>
<p>b. Serão feitas cédulas separadas para cada eleição unitária, mas quando se trata de eleger um diretor e um suplente para o mesmo cargo, a eleição será feita em conjunto;</p>	<p>b. Serão feitas cédulas separadas para cada eleição unitária, mas quando se trata de eleger um diretor e um suplente para o mesmo cargo, a eleição será feita em conjunto;</p>	
<p>c. Se ocorrer um empate em uma eleição unitária, uma nova cédula será realizada, e se houver também um empate, a nomeação será considerada suspensa. Se ocorrer um empate na votação de propostas ou deliberações,</p>	<p>c. Se ocorrer um empate em uma eleição unitária, uma nova cédula será realizada, e se houver também um empate, a nomeação será considerada suspensa. Se ocorrer um empate na votação de propostas ou deliberações,</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>tais propostas ou deliberações serão consideradas como negativas.</p>	<p>tais propostas ou deliberações serão consideradas como negativas.</p>	
<p>d. Quando o nome de um candidato é repetido uma ou mais vezes na mesma cédula, somente os votos a seu favor correspondentes a essa cédula serão contados; mas se a repetição consiste em aparecer tanto como principal quanto como suplente, a inclusão como suplente não será levada em conta;</p>	<p>d. Quando o nome de um candidato é repetido uma ou mais vezes na mesma cédula, somente os votos a seu favor correspondentes a essa cédula serão contados; mas se a repetição consiste em aparecer tanto como principal quanto como suplente, a inclusão como suplente não será levada em conta;</p>	
<p>e. Se qualquer cédula contiver um número maior de nomes do que deveria conter, a primeira a ser colocada na cédula deve ser contada, até o número devido. Se o número for menor, os nomes devem ser contados;</p>	<p>e. Se qualquer cédula contiver um número maior de nomes do que deveria conter, a primeira a ser colocada na cédula deve ser contada, até o número devido. Se o número for menor, os nomes devem ser contados;</p>	
<p>f. Para a integração do Conselho de Administração e das comissões ou órgãos</p>	<p>f. Para a integração do Conselho de Administração e das comissões ou órgãos</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>colegiados, o sistema de quociente eleitoral será aplicado, na forma prescrita por lei, a menos que os votos correspondentes a todas as ações representadas na assembleia sejam emitidos por unanimidade, ou a menos que o Governo Nacional estabeleça a obrigação de aplicar um sistema de votação diferente;</p>	<p>colegiados, o sistema de quociente eleitoral será aplicado, na forma prescrita por lei, a menos que os votos correspondentes a todas as ações representadas na assembleia sejam emitidos por unanimidade, ou a menos que o Governo Nacional estabeleça a obrigação de aplicar um sistema de votação diferente;</p>	
<p>g. A Companhia não pode votar com suas ações próprias recompradas que tenha em seu poder;</p>	<p>g. A Companhia não pode votar com suas ações próprias recompradas que tenha em seu poder;</p>	
<p>h. No caso de modificação aos Estatutos, cada artigo ou grupo de artigos que estejam substancialmente relacionados entre si deverá ser votado separadamente, a menos que um acionista ou grupo de acionistas representando pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social solicite que seja votado</p>	<p>h. No caso de modificação aos Estatutos, cada artigo ou grupo de artigos que estejam substancialmente relacionados entre si deverá ser votado separadamente, a menos que um acionista ou grupo de acionistas representando pelo menos 5%</p>	

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
<p>separadamente durante a Assembleia de Acionistas. Da mesma forma, a modificação aos estatutos pode ser votada como um todo, e não separadamente para cada artigo ou grupo de artigos, quando assim aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas com maioria absoluta de votos.</p>	<p>(cinco por cento) do capital social solicite que seja votado separadamente durante a <u>Assembleia Geral de Acionistas. No mesmo sentido, as alterações estatutárias do Estatuto Social podem ser votadas como um todo, e não separadamente cada artigo ou grupo de artigos, quando aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas com a maioria absoluta de votos.</u></p>	
<p>Artigo 28 - Delegação. A Assembleia Geral de Acionistas poderá delegar ao Conselho de Administração ou ao Presidente, para casos específicos ou por um período definido, qualquer ou algumas de suas funções, desde que, por sua natureza, sejam delegadas e a delegação não seja proibida. Entretanto, as funções contidas nos</p>	<p>Artigo 28 - Delegação. A Assembleia Geral de Acionistas poderá delegar ao Conselho de Administração ou ao Presidente, para casos específicos ou por um período definido, qualquer ou algumas de suas funções, desde que, por sua natureza, sejam delegadas e a delegação não seja proibida. Entretanto, as funções</p>	<p>Especifica-se que determinados poderes da Assembleia Geral de Acionistas não podem ser delegados, dada sua natureza (cargo judicial no. IN-07321 de 1998, 220-041078 de 2014 e 220-210006 de 2018):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Provisão de lucros.

Artigo Original	Texto Proposto	Justificativa
parágrafos a), b), f), g), i) e k) do artigo 27 destes estatutos devem ser entendidas como funções exclusivas da Assembleia Geral de Acionistas e, conseqüentemente, como não delegáveis.	contidas nos parágrafos a), b), <u>f), g), i) e k)</u> do artigo 27 destes estatutos devem ser entendidas como funções exclusivas da Assembleia Geral de Acionistas e, conseqüentemente, como não delegáveis.	<ol style="list-style-type: none"> 2. Provisão de reservas. 3. Suprimir a preferência na subscrição de ações.

Bloco 3: Alteração do regime de funcionamento do Conselho de Administração e do secretário geral.

Inclui artigos: 29, 33, 34.3, 34.4 e 43.

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Artigo 29 - Composição. O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros ou Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, dos quais pelo menos três devem ser independentes nos termos da Lei 964 de 2005, ou dos regulamentos que a acrescentam ou modificam.</p> <p>Parágrafo [único]. O Presidente da Companhia, como tal, não é membro do Conselho de Administração, mas</p>	<p>Artigo 29 - Composição. O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros ou Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, dos quais pelo menos três devem ser independentes nos termos da Lei 964 de 2005, ou dos regulamentos que a acrescentam ou modificam.</p> <p>Parágrafo [único]. O Presidente da Companhia, como tal, não é membro do Conselho de Administração, mas</p>	<p>Sugere-se ajustar a ordem do artigo para esclarecer que o Conselho de Administração pode deliberar e decidir sem a presença do CEO, desde que ele não seja membro do Conselho de Administração.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>deverá participar de todas as reuniões, com voz mas sem voto, e não receberá remuneração especial por sua presença. Em qualquer caso, o Conselho de Administração pode se reunir, deliberar e decidir validamente sem a presença do Presidente da Companhia. Entretanto, tal executivo pode ser membro do Conselho de Administração em virtude da eleição pela Assembleia de Acionistas e, nesse caso, terá os direitos e prerrogativas correspondentes aos outros Conselheiros.</p>	<p>deverá participar de todas as reuniões, com voz mas sem voto, e não receberá remuneração especial por sua presença. <u>Em qualquer caso, o Conselho de Administração pode se reunir, deliberar e decidir validamente sem a presença do Diretor Presidente da Companhia.</u> Entretanto, tal executivo pode ser membro do Conselho de Administração em virtude da eleição pela Assembleia de Acionistas e, nesse caso, terá os direitos e prerrogativas correspondentes aos outros Conselheiros. Em qualquer caso, o Conselho de Administração pode se reunir, deliberar e decidir validamente sem a presença do Diretor Presidente da companhia.</p>	
<p>Artigo 33 - Normas de Funcionamento. O funcionamento do Conselho de Administração será regido pelas seguintes regras:</p>	<p>Artigo 33 - Normas de Funcionamento. O funcionamento do Conselho de Administração será regido pelas seguintes regras:</p>	<p>De acordo com a proposta de modificação do artigo 29 do Estatuto Social, sugere-se esclarecer que o Conselho de Administração pode se</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>a. Sujeito às disposições do parágrafo 29 destes Estatutos, o Presidente da Companhia deverá participar das reuniões, mas o Conselho de Administração poderá validamente se reunir e decidir sem sua presença;</p> <p>b. Deliberará com a presença de cinco (5) de seus membros, e essa mesma maioria de votos será necessária para aprovar decisões, exceto nos casos em que estes Estatutos ou disposições legais exigirem uma maioria especial.</p>	<p>a. <u>Sujeito às disposições do Parágrafo 29 deste Estatuto Social,</u> o o Presidente da Companhia deverá participar das reuniões, mas o Conselho de Administração poderá validamente se reunir e decidir sem sua presença;</p> <p>b. Deliberará com a presença de cinco (5) de seus membros, e essa mesma maioria de votos será necessária para aprovar decisões, exceto nos casos em que estes Estatutos ou disposições legais exigirem uma maioria especial.</p>	<p>reunir e decidir sem a presença do CEO.</p> <p>Além do acima exposto, são especificados os requisitos que as atas das reuniões não presenciais devem cumprir.</p>
<p>Parágrafo [único]: Em caso de potencial conflito de interesses (entendido como o contemplado no artigo 23 da Lei 222 de 1995, bem como qualquer outro regulamento que o complemente, modifique ou substitua no futuro) em virtude do qual um ou mais membros do Conselho de Administração</p>	<p>Parágrafo [único]: Em caso de potencial conflito de interesses (entendido como o contemplado no artigo 23 da Lei 222 de 1995, bem como qualquer outro regulamento que o complemente, modifique ou substitua no futuro) em virtude do qual um ou mais membros do Conselho de Administração</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>devem se abster de participar da deliberação e votação, o quorum será formado pelos membros do Conselho de Administração, o quorum será constituído pelos membros do Conselho de Administração que não estejam sujeitos ao potencial conflito de interesses, e as decisões serão tomadas por maioria simples desses membros, desde que seja atingido o quorum legalmente exigido. Caso contrário, a decisão que der origem ao conflito potencial deverá ser submetida à consideração da Assembleia Geral de Acionistas.</p>	<p>devem se abster de participar da deliberação e votação, o quorum será formado pelos membros do Conselho de Administração, o quorum será constituído pelos membros do Conselho de Administração que não estejam sujeitos ao potencial conflito de interesses, e as decisões serão tomadas por maioria simples desses membros, desde que seja atingido o quorum legalmente exigido. Caso contrário, a decisão que der origem ao conflito potencial deverá ser submetida à consideração da Assembleia Geral de Acionistas.</p>	
<p>c. Quando houver um empate na votação de propostas ou resoluções, estas serão consideradas como rejeitadas. Se a votação estiver empatada em uma nomeação, uma nova votação será realizada, e se a votação estiver novamente</p>	<p>c. Quando houver um empate na votação de propostas ou resoluções, estas serão consideradas como rejeitadas. Se a votação estiver empatada em uma nomeação, uma nova votação será realizada, e se a votação estiver novamente</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>empatada, a nomeação será considerada suspensa;</p>	<p>empatada, a nomeação será considerada suspensa;</p>	
<p>d. As atas de todas as reuniões e das decisões referidas no parágrafo 2 do artigo 32 destes Estatutos serão lavradas e registradas em livro registrado na Câmara de Comércio do principal local de negócios da companhia. A ata registrará os fatos e circunstâncias da reunião se ela foi realizada pessoalmente (hora, data, nomes dos presentes, assuntos discutidos, decisões tomadas), ou uma indicação do mecanismo utilizado para tomar as decisões referidas no parágrafo 2 do artigo 32 destes estatutos, e em todos os casos as decisões tomadas, o número de votos emitidos a favor, contra ou em branco, a forma como cada eleitor votou, as manifestações ou motivos de</p>	<p>d. As atas de todas as reuniões e das decisões referidas no parágrafo 2 do artigo 32 destes Estatutos serão lavradas e registradas em livro registrado na Câmara de Comércio do principal local de negócios da companhia. A ata registrará os fatos e circunstâncias da reunião se ela foi realizada pessoalmente (hora, data, nomes dos presentes, assuntos discutidos, decisões tomadas), ou uma indicação do mecanismo utilizado para tomar as decisões referidas no parágrafo 2 do artigo 32 destes estatutos, e em todos os casos as decisões tomadas, o número de votos emitidos a favor, contra ou em branco, a forma como cada eleitor votou, as manifestações ou motivos</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>abstenção, as circunstâncias e informações relevantes apresentadas pelos administradores participantes em relação a atos em relação aos quais há conflito de interesses, e os registros deixados por aqueles que participaram das deliberações e decisões;</p>	<p>de abstenção, as circunstâncias e informações relevantes apresentadas pelos administradores participantes em relação a atos em relação aos quais há conflito de interesses, e os registros deixados por aqueles que participaram das deliberações e decisões;</p>	
<p>e. A ata deve ser assinada pelo Presidente da respectiva reunião e pelo Secretário que agiu na reunião, no caso de uma reunião presencial. Quando a reunião não for realizada pessoalmente, a ata deverá ser assinada pelo representante legal e pelo Secretário da Companhia ou, na ausência deste último, por um dos Diretores. Em todos os casos, a ata será submetida para aprovação na reunião seguinte do Conselho de Administração, a menos que o próprio Conselho de</p>	<p>e. A ata deve ser assinada pelo Presidente da respectiva reunião e pelo Secretário que agiu na reunião, no caso de uma reunião presencial. Quando a reunião não for realizada pessoalmente, a ata deverá ser assinada pelo representante legal e pelo Secretário da Companhia, <u>ou, na ausência deste último, por um dos Diretores</u>. Em todos os casos, a ata será submetida para aprovação na reunião</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Administração determine sua aprovação na mesma reunião ou através de um comitê expressamente nomeado para este fim.</p>	<p>seguinte do Conselho de Administração, a menos que o próprio Conselho de Administração determine sua aprovação na mesma reunião ou através de um comitê expressamente nomeado para este fim.</p>	
<p>34.3. Quanto ao controle e gestão de riscos:</p> <p>a. Assegurar um ambiente de controle adequado dentro da Companhia e de suas subsidiárias, promovendo uma arquitetura de controle que englobe todas as empresas do grupo, e supervisionando sua eficácia.</p> <p>b. Aprovar a política de riscos e a política de delegação de riscos, e monitorar periodicamente os principais riscos da companhia,</p>	<p>34.3. Quanto ao controle e gestão de riscos:</p> <p>a. Assegurar um ambiente de controle adequado dentro da Companhia e de suas <u>subsidiárias</u>, promovendo uma arquitetura de controle que englobe todas as empresas do grupo, e supervisionando sua eficácia.</p> <p>b. Aprovar a política de riscos e a política de delegação de riscos, e monitorar periodicamente os principais riscos da companhia,</p>	<p>A linguagem das funções da diretoria em termos de conformidade (compliance) é ajustada para esclarecer que são obrigações de conduta e não de resultado.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>incluindo aqueles assumidos em transações extrapatrimoniais.</p>	<p>incluindo aqueles assumidos em transações extrapatrimoniais.</p>	
<p>c. Aprovar, monitorar e avaliar a eficácia dos sistemas de controle interno, de acordo com os procedimentos, sistemas de controle de risco e alarmes aprovados pelo Conselho de Administração.</p>	<p>c. Aprovar, monitorar e avaliar a eficácia dos sistemas de controle interno, de acordo com os procedimentos, sistemas de controle de risco e alarmes aprovados pelo Conselho de Administração.</p>	
<p>d. Apresentar à Assembleia Geral a proposta de contratação do Auditor Estatutário, após uma análise de sua experiência e disponibilidade de tempo e recursos humanos e técnicos necessários para realizar seu trabalho.</p>	<p>d. Apresentar à Assembleia Geral a proposta de contratação do Auditor Estatutário, após uma análise de sua experiência e disponibilidade de tempo e recursos humanos e técnicos necessários para realizar seu trabalho.</p>	
<p>e. Supervisionar a independência e a eficiência da função de auditoria interna.</p>	<p>e. Supervisionar a independência e a eficiência da função de auditoria interna.</p>	
<p>34.4 Quanto aos conflitos de interesse e transações entre partes relacionadas:</p>	<p>34.4 Quanto aos conflitos de interesse e transações entre partes relacionadas:</p>	<p>Especifica-se que as funções da reunião em matéria de conflitos de interesse não deslocam os procedimentos legais sobre o</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>a. Conhecer e administrar conflitos de interesse entre a Companhia e seus acionistas, membros do Conselho de Administração e da Alta Administração, bem como aprovar políticas para a administração de conflitos de interesse e o uso de informações privilegiadas por qualquer funcionário, e regular a criação e o funcionamento do Comitê de Conflito de Interesses. O acima exposto não prejudica os poderes legalmente atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas em relação a conflitos de interesse.</p> <p>b. Definir as regras às quais a avaliação e autorização das operações que a Companhia realiza com: (i) acionistas controladores ou significativos, ou aqueles representados no Conselho de Administração; (ii) membros do Conselho de</p>	<p>a. Conhecer e administrar conflitos de interesse entre a Companhia e seus acionistas, membros do Conselho de Administração e da Alta Administração, bem como aprovar políticas para a administração de conflitos de interesse e o uso de informações privilegiadas por qualquer funcionário, e regular a criação e o funcionamento do Comitê de Conflito de Interesses. <u>O acima exposto não prejudica os poderes legalmente atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas em relação a conflitos de interesse.</u></p> <p>b. Definir as regras às quais a avaliação e autorização das operações que a Companhia realiza com: 1)(i) acionistas controladores ou significativos, ou aqueles representados no Conselho de Administração; 2) (ii) membros do Conselho de</p>	<p>assunto, que conferem poderes exclusivos à Assembleia Geral de Acionistas.</p> <p>Pequenas correções de formato e estilo também são incluídas com o propósito de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Administração e outros Administradores ou pessoas a eles relacionadas, e (iii) com empresas do conglomerado ao qual pertencem. O acima exposto não prejudica os poderes legalmente atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas em relação a conflitos de interesse.</p> <p>Artigo 43 - Nomeação e Funções. A Companhia contará com um Secretário Geral que também ocupará um cargo executivo dentro da Companhia e, portanto, compete ao Conselho de Administração sua nomeação e destituição sob proposta do Presidente da Companhia, após um relatório do Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa. O Secretário Geral será ao mesmo tempo Secretário da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração.</p>	<p>Administração e outros Administradores ou pessoas a eles relacionadas, e 3 (iii) com empresas do conglomerado ao qual pertencem. <u>O acima exposto não prejudica os poderes legalmente atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas em relação a conflitos de interesse.</u></p> <p>Artigo 43 - Nomeação e Funções. A Companhia contará com um Secretário Geral que também ocupará um cargo executivo dentro da Companhia e, portanto, compete ao Conselho de Administração sua nomeação e destituição sob proposta do Presidente da Companhia, após um relatório do Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa. O Secretário Geral será ao mesmo tempo Secretário da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração.</p>	<p>Especifica-se que o Secretário Geral pode, simultaneamente, ocupar o cargo de Vice-Presidente.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Além de quaisquer funções especiais que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente, compete ao Secretário:</p>	<p>Além de quaisquer funções especiais que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente, compete ao Secretário:</p>	
<p>a. Manter, de acordo com a lei, os Livros de Atas da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração, redigir a ata e autorizar com sua assinatura as respectivas cópias;</p>	<p>a. Manter, de acordo com a lei, os Livros de Atas da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração, redigir a ata e autorizar com sua assinatura as respectivas cópias;</p>	
<p>b. Tratar de todos os assuntos relativos à emissão e contra-assinatura de certificados de ações e o registro de atas ou documentos no livro de registro de ações correspondente;</p>	<p>b. Tratar de todos os assuntos relativos à emissão e contra-assinatura de certificados de ações e o registro de atas ou documentos no livro de registro de ações correspondente;</p>	
<p>c. Comunicar a convocação para as reuniões do Conselho de Administração e da</p>	<p>c. Comunicar a convocação para as reuniões do Conselho de Administração e da</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Assembleia de Acionistas e entregar as informações aos membros do Conselho de Administração em tempo e forma;</p>	<p>Assembleia de Acionistas e entregar as informações aos membros do Conselho de Administração em tempo e forma;</p>	
<p>d. Manter a gestão dos documentos e arquivos da Companhia e assegurar a custódia e conservação dos livros, escrituras, títulos, comprovantes e outros itens que lhe foram confiados;</p>	<p>d. Manter a gestão dos documentos e arquivos da Companhia e assegurar a custódia e conservação dos livros, escrituras, títulos, comprovantes e outros itens que lhe foram confiados;</p>	
<p>e. Manter atualizado, de acordo com as exigências legais, o registro de marcas, emblemas, nomes e outros direitos que constituem propriedade industrial ou comercial; apólices de seguro, escrituras públicas e outros documentos relacionados à propriedade, posse ou titularidade de bens e direitos da Companhia;</p>	<p>e. Manter atualizado, de acordo com as exigências legais, o registro de marcas, emblemas, nomes e outros direitos que constituem propriedade industrial ou comercial; apólices de seguro, escrituras públicas e outros documentos relacionados à propriedade, posse ou titularidade de bens e direitos da Companhia;</p>	
<p>f. Assegurar a legalidade formal das ações do Conselho de</p>	<p>f. Assegurar a legalidade formal das ações do Conselho de</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Administração e garantir que seus procedimentos e regras de governança sejam respeitados e revisados regularmente, de acordo com as disposições dos Estatutos e outros regulamentos internos da Companhia.</p>	<p>Administração e garantir que seus procedimentos e regras de governança sejam respeitados e revisados regularmente, de acordo com as disposições dos Estatutos e outros regulamentos internos da Companhia.</p>	

Parágrafo [único]. O Secretário poderá exercer simultaneamente o cargo de Vice-Presidente da Companhia, caso em que, além das regras estabelecidas neste artigo, aplicar-se-ão as disposições contidas neste artigo, as disposições contidas nos artigos 37 e seguintes deste Estatuto Social.

Bloco 4: Alteração ao regime de lucros e dividendos.

Inclui artigos: 46 e 47.

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Artigo 46. - Reservas e Dividendos. Os lucros de cada exercício financeiro, estabelecidos de acordo com o balanço aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, serão distribuídos pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com as seguintes regras e disposições legais:</p> <p>a. Enquanto assim for exigido pela legislação aplicável, 10% (dez por cento) dos lucros líquidos após impostos serão levados para a reserva legal até que pelo menos 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito seja atingido; uma vez atingido esse limite, a Assembleia de Acionistas decidirá continuar aumentando a reserva legal, mas se ela diminuir, será obrigatório apropriar-se de 10% (dez por cento) dos lucros líquidos de cada exercício</p>	<p>Artigo 46. - Reservas e Dividendos. Os lucros de cada exercício financeiro, estabelecidos de acordo com o balanço aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, serão distribuídos pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com as seguintes regras e disposições legais:</p> <p>a. Enquanto assim for exigido pela legislação aplicável, 10% (dez por cento) dos lucros líquidos após impostos serão levados para a reserva legal até que pelo menos 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito seja atingido; uma vez atingido esse limite, a Assembleia de Acionistas decidirá continuar aumentando a reserva legal, mas se ela diminuir, será obrigatório apropriar-se de 10% (dez por cento) dos lucros líquidos de cada exercício</p>	<p>Ajustar o idioma para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Especificar que a constituição de uma reserva legal deve ser feita enquanto a lei assim o exigir. 2. Especificar que a maioria qualificada só se aplicará nos casos em que a lei exigir a distribuição de determinados montantes mínimos de lucros (não necessariamente 50%, mas, atualmente, também 70%).

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>financeiro até que a reserva atinja o limite estabelecido;</p> <p>b. Uma vez feita a dotação para a reserva legal, se necessário, a Assembleia Geral de Acionistas poderá ordenar as dotações que julgar necessárias ou aconselháveis para constituir ou aumentar as reservas ocasionais, sujeito às normas legais. Tais reservas terão um propósito claro e específico e serão obrigatórias para o exercício financeiro em que forem feitas, mas a Assembleia de Acionistas poderá alterar o propósito de tais reservas ou distribuí-las quando elas forem desnecessárias.</p> <p>c. Se houver perdas não canceladas de anos anteriores que afetem o capital, os lucros serão aplicados ao cancelamento de tais perdas antes de qualquer apropriação</p>	<p>financeiro até que a reserva atinja o limite estabelecido;</p> <p>b. Uma vez feita a dotação para a reserva legal, se necessário, a Assembleia Geral de Acionistas poderá ordenar as dotações que julgar necessárias ou aconselháveis para constituir ou aumentar as reservas ocasionais, sujeito às normas legais. Tais reservas terão um propósito claro e específico e serão obrigatórias para o exercício financeiro em que forem feitas, mas a Assembleia de Acionistas poderá alterar o propósito de tais reservas ou distribuí-las quando elas forem desnecessárias.</p> <p>c. Se houver perdas não canceladas de anos anteriores que afetem o capital, os lucros serão aplicados ao cancelamento de tais perdas antes de qualquer apropriação</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>para reservas legais, voluntárias ou ocasionais;</p> <p>d. As dotações para criar ou aumentar reservas voluntárias ou ocasionais que afetariam o lucro mínimo legal aos acionistas exigem um voto favorável de um número plural de acionistas representando pelo menos 78% (setenta e oito) das ações representadas na assembleia: Salvo decisão em contrário, a aprovação pela maioria indicada acima exige a distribuição de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ou do restante após o cancelamento das perdas do período anterior.</p>	<p>para reservas legais, voluntárias ou ocasionais;</p> <p>d. <u>Enquanto for exigido pela legislação aplicável,</u> as dotações para criar ou aumentar reservas voluntárias ou ocasionais que afetariam o lucro mínimo legal aos acionistas exigem um voto favorável de um número plural de acionistas representando pelo menos 78% (setenta e oito) das ações representadas na assembleia: Salvo decisão em contrário, a aprovação pela maioria indicada acima exige a distribuição de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ou do restante após o cancelamento das perdas do período anterior. <u>O percentual mínimo de distribuição será aumentado para setenta por cento (70%) se o montante das reservas legais, estatutárias e ocasionais</u></p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Artigo 47 - Pagamento de Dividendos Os dividendos serão pagos proporcionalmente à parcela paga do valor nominal das ações. Serão pagos em dinheiro, dentro de um ano a partir da data em que forem declarados, na forma ou pelo período determinado pela Assembleia de Acionistas, e a quem quer que seja acionista no momento do pagamento. Os dividendos serão imputados a quaisquer valores devidos pelo acionista à Companhia.</p>	<p><u>exceder o valor do capital social.</u></p> <p>Artigo 47 - Pagamento de Dividendos Os dividendos serão pagos proporcionalmente à parcela paga do valor nominal das ações. Serão pagos em dinheiro, dentro de um ano a partir da data em que forem declarados, na forma ou pelo período determinado pela Assembleia de Acionistas, e a quem quer que seja acionista no momento do pagamento. Os dividendos serão imputados a quaisquer valores devidos pelo acionista à Companhia.</p>	<p>A redação é ajustada para torná-la consistente com o Parágrafo do artigo 455 do Código Comercial.</p>
<p>Parágrafo [único]. - Desde que a lei aplicável assim o preveja, por decisão da Assembleia de Acionistas, o dividendo poderá ser pago na forma de ações bonificadas. A decisão será vinculante para o acionista quando aprovada por um voto de oitenta por cento (80%) das ações representadas; na ausência</p>	<p>Parágrafo [único]. – <u>Desde que a lei aplicável assim o preveja,</u> por decisão da Assembleia de Acionistas, o dividendo poderá ser pago na forma de ações bonificadas. A decisão será vinculante para o acionista quando aprovada por um voto de oitenta por cento (80%) das ações representadas; <u>ou no caso de</u></p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
dessa maioria, ou no caso de a companhia estar em situação de subordinação, ficará a critério dos acionistas receber o dividendo em ações ou exigir o pagamento em dinheiro.	a Companhia estar em situação de subordinação , na ausência de maioria, ficará a critério dos acionistas receber o dividendo em ações ou exigir o pagamento em dinheiro.	

Bloco 5: Alterações a várias disposições finais.

Compreende os artigos: 49 (retirado), 51 (agora 50), 52 (agora 51), 56 (retirado) e 57 (agora 55).

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
Artigo 49. - Eventual dissolução devido a perdas. Quando as perdas reduzem o capital líquido da companhia abaixo de 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito, a companhia não dissolverá ipso facto porque a Assembleia Geral de Acionistas pode tomar ou ordenar medidas para restabelecer o capital líquido acima de 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito no prazo	Artigo 49. - Eventual dissolução devido a perdas. Quando as perdas reduzem o capital líquido da companhia abaixo de 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito, a companhia não dissolverá ipso facto porque a Assembleia Geral de Acionistas pode tomar ou ordenar medidas para restabelecer o capital líquido acima de 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito no prazo	Propõe-se a eliminação do artigo, dado que a causa da dissolução devido a perdas foi revogada pela Lei 2069 de 2020. A numeração de todos os artigos subsequentes é ajustada.

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>de seis meses a partir da data da declaração que mostra as perdas indicadas. Caso tais medidas não sejam tomadas no prazo especificado, os Acionistas declararão a dissolução da companhia para proceder à sua liquidação</p>	<p>de seis meses a partir da data da declaração que mostra as perdas indicadas. Caso tais medidas não sejam tomadas no prazo especificado, os Acionistas declararão a dissolução da companhia para proceder à sua liquidação</p>	
<p>Parágrafo [único]. Quando ocorrerem perdas indicadas neste artigo, o Diretor-Presidente e o Conselho de Administração devem abster-se de iniciar novas operações e devem convocar imediatamente a Assembleia Geral de Acionistas para informá-la completa e detalhadamente sobre a situação.</p>	<p>Quando ocorrerem perdas indicadas neste artigo, o Diretor-Presidente e o Conselho de Administração devem abster-se de iniciar novas operações e devem convocar imediatamente a Assembleia Geral de Acionistas para informá-la completa e detalhadamente sobre a situação.</p>	
<p>Artigo 51. - Regras de Liquidação. A liquidação da Companhia e a divisão dos seus ativos devem ser realizadas de acordo com as leis comerciais aplicáveis e as disposições do Código Civil, e em</p>	<p>Artigo 510. - Regras de Liquidação. A liquidação da Companhia e a divisão dos seus ativos devem ser realizadas de acordo com as leis comerciais aplicáveis e as disposições do Código Civil, e em</p>	<p>O último Parágrafo é eliminado para especificar que as maiorias aplicáveis são as comuns, de acordo com o artigo 68 da Lei 222 de 1995.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>conformidade com as seguintes regras:</p>	<p>conformidade com as seguintes regras:</p>	
<p>a. A Assembleia Geral de Acionistas será convocada e se reunirá nas horas e nos termos prescritos para as sessões ordinárias, e extraordinariamente com a frequência que for convocada pelo liquidante, o Auditor Estatutário, a Superintendência das Empresas, ou quando solicitado por qualquer número de acionistas que representem não menos de 25% (vinte e cinco por cento) das ações subscritas. Em tais sessões deverá desempenhar todas as funções compatíveis com o estado de liquidação e, especialmente, as de nomear, mudar e destituir livremente o liquidante ou liquidantes e seus suplentes, exigir deles contas, determinar os bens a serem distribuídos em espécie e</p>	<p>a. A Assembleia Geral de Acionistas será convocada e se reunirá nas horas e nos termos prescritos para as sessões ordinárias, e extraordinariamente com a frequência que for convocada pelo liquidante, o Auditor Estatutário, a Superintendência das Companhias, ou quando solicitado por qualquer número de acionistas que representem não menos de 25% (vinte e cinco por cento) das ações subscritas. Em tais sessões deverá desempenhar todas as funções compatíveis com o estado de liquidação e, especialmente, as de nomear, mudar e destituir livremente o liquidante ou liquidantes e seus suplentes, exigir deles</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>estabelecer prioridades para a realização dos bens, a forma e as condições de realização, contratar com os liquidantes o preço de seus serviços e adotar outras determinações que sejam apropriadas de acordo com a Lei;</p> <p>b. A Assembleia de Acionistas poderá determinar quais ativos serão distribuídos em espécie, fixar os valores de tais ativos ou a forma de determiná-los, estabelecer a forma de sua alocação e autorizar o liquidante a fazer as distribuições correspondentes, sujeito aos requisitos estabelecidos por lei;</p> <p>c. A Assembleia de Acionistas terá o poder de autorizar a concessão de bens em <i>pro indiviso</i> por grupos de acionistas; de prever a venda de bens por leilão privado entre os próprios acionistas ou com a admissão de licitantes externos, e de prever o uso de</p>	<p>contas, determinar os bens a serem distribuídos em espécie e estabelecer prioridades para a realização dos bens, a forma e as condições de realização, contratar com os liquidantes o preço de seus serviços e adotar outras determinações que sejam apropriadas de acordo com a Lei;</p> <p>b. A Assembleia de Acionistas poderá determinar quais ativos serão distribuídos em espécie, fixar os valores de tais ativos ou a forma de determiná-los, estabelecer a forma de sua alocação e autorizar o liquidante a fazer as distribuições correspondentes, sujeito aos requisitos estabelecidos por lei;</p> <p>c. A Assembleia de Acionistas terá o poder de autorizar a concessão de bens em <i>pro indiviso</i> por grupos de acionistas; de prever a venda</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>outros métodos que possam ser considerados apropriados;</p> <p>d. A maioria absoluta dos votos presentes será suficiente para aprovar as contas periódicas prestadas pelo liquidante, ou as contas ocasionais que lhe forem exigidas, bem como para autorizar a concessão de bens em espécie, autorizar presentes em pagamento, conceder vantagens especiais aos devedores da companhia e realizar as operações ou saques necessários ou aconselháveis para facilitar ou concluir a liquidação;</p> <p>e. Para a aprovação da liquidação contábil final e da ata de distribuição, basta um voto favorável da maioria dos acionistas presentes à Assembleia, qualquer que seja o número de ações que eles representem.</p>	<p>de bens por leilão privado entre os próprios acionistas ou com a admissão de licitantes externos, e de prever o uso de outros métodos que possam ser considerados apropriados;</p> <p>d. A maioria absoluta dos votos presentes será suficiente para aprovar as contas periódicas prestadas pelo liquidante, ou as contas ocasionais que lhe forem exigidas, bem como para autorizar a concessão de bens em espécie, autorizar presentes em pagamento, conceder vantagens especiais aos devedores da companhia e realizar as operações ou saques necessários ou aconselháveis para facilitar ou concluir a liquidação;</p> <p>e. Para a aprovação da liquidação contábil final e da ata de distribuição, basta um voto favorável da maioria dos acionistas presentes à</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Artigo 56. - Direito de Inspeção. Durante os 15 (quinze) dias úteis antes da Assembleia Geral de Acionistas para considerar as demonstrações contábeis do final do período, as demonstrações contábeis, inventários, relatório da administração, relatórios, atas, livros e outros itens exigidos por lei serão colocados à disposição do acionista nos escritórios da administração. Os acionistas serão notificados disto no aviso convocatório. Durante o período indicado, os acionistas poderão exercer livremente o direito de inspeção e exame, como é seu direito por lei.</p>	<p>Assembleia, qualquer que seja o número de ações que eles representem.</p> <p>Artigo 56. - Direito de Inspeção. Durante os 15 (quinze) dias úteis antes da Assembleia Geral de Acionistas para considerar as demonstrações contábeis do final do período, as demonstrações contábeis, inventários, relatório da administração, relatórios, atas, livros e outros itens exigidos por lei serão colocados à disposição do acionista nos escritórios da administração. Os acionistas serão notificados disto no aviso convocatório. Durante o período indicado, os acionistas poderão exercer livremente o direito de inspeção e exame, como é seu direito por lei.</p>	<p>A fim de dar maior coerência e ordem ao Estatuto Social, sugere-se transferir esta regra sobre o direito de inspeção ao Parágrafo do artigo 20, referente à convocação de reuniões da Assembleia Geral de Acionistas, que se encontra precisamente no capítulo referente ao órgão máximo da companhia.</p> <p>A numeração dos artigos seguintes é ajustada.</p>
<p>Artigo 57. - Negociação de ações por administradores. As pessoas que, de acordo com o artigo 22 da lei 222 de 1995, são consideradas administradores da Companhia, não</p>	<p>Artigo 57. - Negociação de ações por administradores. As pessoas que, de acordo com o artigo 22 da lei 222 de 1995, são consideradas administradores da Companhia, não</p>	<p>Um Parágrafo é incluído para especificar aqueles eventos que, de acordo com a doutrina atual, não constituem motivo de especulação.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>poderão adquirir ou alienar, direta ou indiretamente, ações da Companhia no exercício de seus cargos, exceto operações não especulativas e com autorização do Conselho de Administração, concedida com o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros, excluindo o requerente.</p>	<p>poderão adquirir ou alienar, direta ou indiretamente, ações da Companhia no exercício de seus cargos, exceto operações não especulativas e com autorização do Conselho de Administração, concedida com o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros, excluindo o requerente.</p> <p><u>Parágrafo [único]. Entender-se-á que não há motivos para especulação e, portanto, os gerentes são autorizados, entre outras hipóteses, quando a aquisição de ações é o produto de:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a. <u>subscrição de ações no exercício do direito de preferência.</u> b. <u>negociação de ações no exercício do direito de preferência.</u> 	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
	<ul style="list-style-type: none"> c. pagamento de dividendos em ações. d. dação em pagamento. e. atribuição de ações por força de lei. 	

Bloco 6: As alterações que apenas implicam em correções de forma e estilo, com o propósito de maior ordem, clareza e homogeneidade do conteúdo do documento.

Inclui artigos: 1, 2, 4, 5 A, 8, 10, 11, 15, 16, 17, 19, 21, 24, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 36 A, 36 B , 38, 39, 39 A, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 50 (permanecerá como 49), 55, 58 (permanecerá como 56), 59 (permanecerá como 57), 60 (permanecerá como 58) e 61 (permanecerá como 59).

Artigo Original	Texto proposto
Artigo 1. - Denominação e Situação. ALMACENES EXITO S.A., sociedade anônima comercial, de capital aberto, constituída de acordo com a legislação colombiana e regida por ela em tudo o que não está previsto neste Estatuto Social.	Artigo 1. - Denominação e Situação. ALMACENES EXITO S.A. (<u>a partir de agora a “Companhia”</u>), sociedade comercial de capital aberto, constituída de acordo com a lei colombiana e regida por ela em tudo o que não está previsto neste Estatuto Social.
Artigo 2. - Sede. A companhia tem sua sede corporativa em Envigado, Departamento de Antioquia, que só pode ser alterada pelo Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas e legalmente	Artigo 2. - Sede. A <u>Companhia</u> tem sua sede corporativa em Envigado, Departamento de Antioquia, que só pode ser alterada pelo Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas e legalmente formalizado. A companhia também

<p>formalizado. A companhia também pode abrir estabelecimentos comerciais como filiais ou agências dentro ou fora do domicílio, no país ou no exterior.</p>	<p>pode abrir estabelecimentos comerciais como filiais ou agências dentro ou fora do domicílio, no país ou no exterior.</p>
<p>Artigo 4. - Objeto Social. (...)...</p> <p>j. A prestação na Colômbia e no exterior de serviços corporativos e comerciais a terceiros, em qualquer área que crie valor para a companhia.</p> <p>(...)...</p> <p>No desenvolvimento de seu objeto social, a companhia pode adquirir bens tangíveis e intangíveis, necessários para a realização do objeto social; e também adquirir e possuir ativos, contribuições à seguridade social e ações em empresas comerciais ou civis e qualquer outra forma de associação, títulos de todos os tipos com fins de investimento estável, ou como investimento para promoção ou para aproveitar incentivos fiscais, conforme estabelecido por lei; investimentos temporários em ações de liquidez antecipada com o propósito de utilização produtiva temporária de um excedente de caixa ou ativos líquidos ou outros que não sejam necessários imediatamente para o desenvolvimento dos negócios da companhia; importar e exportar bens, produtos, manufaturas de qualquer tipo; emitir títulos e/ou papéis comerciais ou outras emissões maciças de títulos</p>	<p>Artigo 4. - Objeto Social. (...)...</p> <p>j. A prestação na Colômbia e no exterior de serviços corporativos e comerciais a terceiros, em qualquer área que crie valor para a <u>C</u>ompanhia.</p> <p>(...)...</p> <p>No desenvolvimento de seu objeto social, a companhia pode adquirir bens tangíveis e intangíveis, necessários para a realização do objeto social; e também adquirir e possuir ativos, contribuições à seguridade social e ações em empresas comerciais ou civis e qualquer outra forma de associação, títulos de todos os tipos com fins de investimento estável, ou como investimento para promoção ou para aproveitar incentivos fiscais, conforme estabelecido por lei; investimentos temporários em ações de liquidez antecipada com o propósito de utilização produtiva temporária de um excedente de caixa ou ativos líquidos ou outros que não sejam necessários imediatamente para o desenvolvimento dos negócios da companhia; importar e exportar bens, produtos, manufaturas de qualquer tipo; emitir títulos e/ou papéis comerciais ou outras emissões maciças de títulos autorizados pelas normas legais ou regulamentares para colocação pública, oferecer contratos de empréstimo ao consumidor, realizar operações firmes de factoring com fundos</p>

autorizados pelas normas legais ou regulamentares para colocação pública, oferecer contratos de empréstimo ao consumidor, realizar operações firmes de factoring com fundos pertencentes à companhia, constituir garantias sobre seus bens imóveis e conduzir operações financeiras que visem a aquisição de fundos ou outros ativos, ou assegurar o fornecimento de bens e/ou serviços, alguns dos quais podem ser necessários para o desenvolvimento da companhia; atuar como agente ou representante de empresários nacionais ou estrangeiros, e manter todos os tipos de contratos relacionados à distribuição e/ou venda de bens e serviços; promover e estabelecer ou investir em companhias ou qualquer outra forma de associação, para o desenvolvimento de quaisquer atividades incluídas no objeto social acima mencionado, fundir-se com, absorver ou cindir-se de outras companhias; adquirir marcas, emblemas, nomes comerciais, patentes ou outros direitos de propriedade industrial ou intelectual, explorá-los ou terceirizar seu desenvolvimento a terceiros sob licença contratual; e, em geral, executar todos os atos e manter todos os contratos, independentemente de sua natureza, relacionados ao objeto social ou que tenham como finalidade exercer os direitos e cumprir as obrigações, quer jurídica ou condicionalmente derivadas da existência e atividades realizadas pela companhia.

pertencentes à companhia, constituir garantias sobre seus bens imóveis e conduzir operações financeiras que visem a aquisição de fundos ou outros ativos, ou assegurar o fornecimento de bens e/ou serviços, alguns dos quais podem ser necessários para o desenvolvimento da companhia; atuar como agente ou representante de empresários nacionais ou estrangeiros, e manter todos os tipos de contratos relacionados à distribuição e/ou venda de bens e serviços; promover e estabelecer ou investir em companhias ou qualquer outra forma de associação, para o desenvolvimento de quaisquer atividades incluídas no objeto social acima mencionado, fundir-se com, absorver ou cindir-se de outras companhias; adquirir marcas, emblemas, nomes comerciais, patentes ou outros direitos de propriedade industrial ou intelectual, explorá-los ou terceirizar seu desenvolvimento a terceiros sob licença contratual; e, em geral, executar todos os atos e manter todos os contratos, independentemente de sua natureza, relacionados ao objeto social ou que tenham como finalidade exercer os direitos e cumprir as obrigações, quer jurídica ou condicionalmente derivadas da existência e atividades realizadas pela Companhia.

<p>Artigo 5.A. - Redução do capital subscrito. Redução do capital subscrito. - A redução do capital subscrito da companhia poderá ser feita de acordo com as exigências das normas legais através do Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, sujeito às exigências legais quanto à maioria, motivação da proposta, especificação do ponto na ordem do dia, comunicação e antecedência suficiente da convocação.</p>	<p>Artigo 5.A. - Redução do capital subscrito. Redução do capital subscrito. - A redução do capital subscrito da <u>Companhia</u> poderá ser feita de acordo com as exigências das normas legais através do Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, sujeito às exigências legais quanto à maioria, motivação da proposta, especificação do ponto na ordem do dia, comunicação e antecedência suficiente da convocação.</p>
<p>Artigo 8. - Características. As ações da Companhia são registradas, ordinárias e de capital, e como tal, dão ao titular os direitos previstos por lei para ações deste tipo. A Assembleia Geral de Acionistas, entretanto, pode a qualquer momento, dentro das exigências deste Estatuto Social e das leis, criar ações preferenciais com dividendo preferencial e sem direito a voto e ações compensatórias, com séries diferentes. As ações podem ser em forma de certificado ou registradas eletronicamente (desmaterializadas), de acordo com a lei.</p> <p>A companhia dará tratamento igual a todos os acionistas que, dentro da mesma classe de ações e com as mesmas condições, sem implicar em acesso privilegiado à informação a qualquer acionista em particular.</p>	<p>Artigo 8. - Características. As ações da Companhia são registradas, ordinárias e de capital, e como tal, dão ao titular os direitos previstos por lei para ações deste tipo. A Assembleia Geral de Acionistas, entretanto, pode a qualquer momento, dentro das exigências deste Estatuto Social e das leis, criar ações preferenciais com dividendo preferencial e sem direito a voto e ações compensatórias, com séries diferentes. As ações podem ser em forma de certificado ou registradas eletronicamente (desmaterializadas), de acordo com a lei.</p> <p>A <u>Companhia</u> dará tratamento igual a todos os acionistas que, dentro da mesma classe de ações e com as mesmas condições, sem implicar em acesso privilegiado à informação a qualquer acionista em particular.</p>
<p>Artigo 10. - Certificados. A Companhia emitirá para cada acionista certificados como tais para a quantidade</p>	<p>Artigo 10. - Certificados. A Companhia emitirá para cada acionista certificados como tais para a quantidade total de</p>

<p>total de ações de sua propriedade, a menos que o acionista solicite certificados coletivos parciais. A Companhia não emitirá certificados de ações fracionárias.</p> <p>Os certificados provisórios e definitivos são emitidos em série contínua, com as assinaturas do Diretor Presidente e do Secretário, e devem conter as informações exigidas por lei, de acordo com o texto e a forma externa determinada pelo Conselho de Administração. Para os fins acima mencionados, tais assinaturas podem ser reproduzidas mecanicamente.</p> <p>(...)</p>	<p>ações de sua propriedade, a menos que o acionista solicite certificados coletivos parciais. A Companhia não emitirá certificados de ações fracionárias.</p> <p>Os certificados provisórios e definitivos são emitidos em série contínua, com as assinaturas do Diretor Presidente e do Secretário, e devem conter as informações exigidas por lei, de acordo com o texto e a forma externa determinada pelo Conselho de Administração. Para os fins acima mencionados, tais assinaturas podem ser reproduzidas mecanicamente.</p> <p>(...)</p>
<p>Artigo 11. - Registro de ações. (...)</p> <p>Em vista da natureza nominal das ações, a companhia reconhecerá a condição de acionista ou titular de direitos somente àquela pessoa registrada como tal no Registro acima mencionado.</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo 3. Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia pode delegar a manutenção do livro de acionistas a uma entidade especializada ou a uma Central de Depósito de Títulos. Se a companhia delegar a manutenção do livro de</p>	<p>Artigo 11. - Registro de ações. (...)</p> <p>Em vista da natureza nominal das ações, a <u>Companhia</u> reconhecerá a condição de acionista ou titular de direitos somente àquela pessoa registrada como tal no Registro acima mencionado.</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo 3. Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia pode delegar a manutenção do livro de acionistas a uma entidade especializada ou a uma Central</p>

<p>acionistas a uma entidade especializada ou a uma Central Depositária de Títulos, tal entidade efetuará as anotações correspondentes aos subscritores das ações de acordo com o estabelecido nas normas legais aplicáveis às ações desmaterializadas.</p>	<p>Depositária de Títulos, tal entidade efetuará as anotações correspondentes aos subscritores das ações de acordo com o estabelecido nas normas legais aplicáveis às ações desmaterializadas.</p>
<p>Artigo 15. - Negociação. As ações são títulos de participação, negociáveis de acordo com a lei, exceto aqueles legalmente isentos. Nos casos de alienação, o registro no livro de Registro de Ações será feito por ordem escrita do cedente, seja por "carta de transferência", seja na forma de endosso do respectivo certificado. Nos casos de venda forçada e concessão, o registro será feito mediante a produção do original ou cópia autenticada dos documentos pertinentes que contenham uma ordem ou comunicação da pessoa legalmente obrigada. Para emitir novo registro e título ao comprador, a Companhia cancelará certificados emitidos ao cedente ou proprietário anterior, exceto no caso de uma operação com relação a um certificado em Depósito Descentralizado de Títulos, caso em que não será cancelado e, portanto, não será emitido um novo certificado; em vez disso, o registro relevante será feito através de uma comunicação emitida pelo depositário de títulos.</p> <p>Parágrafo 1. A Companhia não assume responsabilidade por fatos ou circunstâncias não registradas na ordem de transferência que possam afetar a validade do contrato entre o cedente e o</p>	<p>Artigo 15. - Negociação. As ações são títulos de participação, negociáveis de acordo com a lei, exceto aqueles legalmente isentos. Nos casos de alienação, o registro no livro de Registro de Ações será feito por ordem escrita do cedente, seja por "carta de transferência", seja na forma de endosso do respectivo certificado. Nos casos de venda forçada e concessão, o registro será feito mediante a produção do original ou cópia autenticada dos documentos pertinentes que contenham uma ordem ou comunicação da pessoa legalmente obrigada. Para emitir novo registro e título ao comprador, a Companhia cancelará certificados emitidos ao cedente ou proprietário anterior, exceto no caso de uma operação com relação a um certificado em depósito descentralizado de títulos, caso em que não será cancelado e, portanto, não será emitido um novo certificado; em vez disso, o registro relevante será feito através de uma comunicação emitida pelo depositário de títulos.</p> <p>Parágrafo 1. A Companhia não assume responsabilidade por fatos ou circunstâncias não registradas na ordem de transferência que possam afetar a validade do contrato entre o cedente e o cessionário, e para aceitar ou rejeitar transferências, somente cumprirá as formalidades externas da transferência.</p>

<p>cessionário, e para aceitar ou rejeitar transferências, somente cumprirá as formalidades externas da transferência.</p> <p>Não assumirá responsabilidade quando o registro for realizado sob uma ordem judicial, ação notarial ou uma instrução emitida por uma Central de Depósito de Títulos.</p> <p>Parágrafo 2 Se o documento que comunica a alienação ou a ordem de transferência não indicar expressamente o contrário, os dividendos devidos pertencerão ao adquirente a partir da data do referido documento ou ordem, exceto para aquelas operações realizadas nas bolsas de valores, caso em que se aplicarão as normas relativas à "data ex-dividendo", de acordo com a lei.</p>	<p>Não assumirá responsabilidade quando o registro for realizado sob uma ordem judicial, ação notarial ou uma instrução emitida por uma Central de Depósito de Títulos.</p> <p>Parágrafo 2 Se o documento que comunica a alienação ou a ordem de transferência não indicar expressamente o contrário, os dividendos devidos pertencerão ao adquirente a partir da data do referido documento ou ordem, exceto para aquelas operações realizadas nas bolsas de valores, caso em que se aplicarão as normas relativas à "data ex-dividendo", de acordo com a lei.</p>
<p>Artigo 16. - Órgãos Societários. Para fins de gestão, administração e representação, a companhia possui os seguintes órgãos: a) Assembleia Geral de Acionistas; b) Conselho de Administração; c) Diretor Geral d) Presidência Operacional Retail Colombia. A administração da companhia corresponde, em primeiro lugar, à Assembleia Geral de Acionistas e, em segundo lugar, ao Conselho de Administração, como delegado da primeira. A representação legal da companhia e a gestão dos negócios corporativos será de responsabilidade do Diretor-Presidente.</p>	<p>Artigo 16. - Órgãos Societários. Para fins de gestão, administração e representação, a <u>Companhia</u> possui os seguintes órgãos: a) Assembleia Geral de Acionistas; b) Conselho de Administração; c) Diretor Geral d) Presidência Operacional Retail Colombia. A administração da companhia corresponde, em primeiro lugar, à Assembleia Geral de Acionistas e, em segundo lugar, ao Conselho de Administração, como delegado da primeira. A representação legal da <u>Companhia</u> e a gestão dos negócios corporativos será de responsabilidade do Diretor-Presidente.</p>

<p>Parágrafo 1. Cada um dos órgãos indicados tem as funções e atribuições que este Estatuto Social lhes confere, aquelas de acordo com as normas especiais aqui expressas e aquelas de acordo com as disposições legais.</p> <p>Parágrafo 2. Quando este Estatuto Social não se refere expressamente à posição da Presidência como Presidência Operacional Retail Colombia, ele se referirá em todos os casos à Presidência com base no item (c) deste artigo.</p>	<p>Parágrafo 1. Cada um dos órgãos indicados tem as funções e atribuições que este Estatuto Social lhes confere, aquelas de acordo com as normas especiais aqui expressas e aquelas de acordo com as disposições legais.</p> <p>Parágrafo 2. Quando este Estatuto Social não se refere expressamente à posição da Presidência como Presidência Operacional Retail Colombia, ele se referirá em todos os casos à Presidência com base no item (c) deste artigo.</p>
<p>Artigo 17. - Composição. A Assembleia Geral de Acionistas será composta pelos acionistas inscritos no Livro de Registro de Ações pessoalmente, ou seus representantes legais, ou procuradores nomeados por escrito, reunidos com quorum e conforme previsto neste Estatuto Social.</p>	<p>Artigo 17. - Composição. A Assembleia Geral de Acionistas será composta pelos acionistas inscritos no Livro de Registro de Ações pessoalmente, ou seus representantes legais, ou procuradores nomeados por escrito, reunidos com quorum e conforme previsto neste Estatuto Social.</p>
<p>Artigo 19. - Assembleias Extraordinárias. As Assembleias Extraordinárias serão realizadas quando necessidades imprevistas ou urgentes da Companhia o exigirem, e serão convocadas pelo Conselho de Administração, pelo Diretor Geral ou pelo Auditor Estatutário, seja por iniciativa própria ou a pedido de um número de acionistas que represente um quarto (1/4) ou mais das ações assinadas. Como regra geral, a Assembleia será realizada com pelo menos quinze (15) dias de calendário de antecedência, sem prejuízo do cumprimento das normas legais, por um dos meios indicados no vigésimo artigo, e a ordem do dia será</p>	<p>Artigo 19. - Assembleias Extraordinárias. As Assembleias Extraordinárias serão realizadas quando necessidades imprevistas ou urgentes da Companhia o exigirem, e serão convocadas pelo Conselho de Administração, pelo Diretor Geral ou pelo Auditor Estatutário, seja por iniciativa própria ou a pedido de um número de acionistas que represente um quarto (1/4) ou mais das ações assinadas. Como regra geral, a Assembleia será realizada com pelo menos quinze (15) dias de calendário de antecedência, sem prejuízo do cumprimento das normas legais, por um dos meios indicados no vigésimo artigo, e a ordem do dia será necessariamente incluída na convocatória. Salvo disposição legal em contrário, a</p>

<p>necessariamente incluída na convocatória. Salvo disposição legal em contrário, a Assembleia Geral de Acionistas não tratará de assuntos não incluídos na pauta publicada na convocação da reunião durante as Assembleias Extraordinárias, exceto se a maioria das ações representadas na reunião estabelecida por lei adotar tal decisão, uma vez discutida a pauta.</p>	<p>Assembleia Geral de <u>Acionistas</u> não tratará de assuntos não incluídos na pauta publicada na convocação da reunião durante as Assembleias Extraordinárias, exceto se a maioria das ações representadas na reunião estabelecida por lei adotar tal decisão, uma vez discutida a pauta.</p>
<p>Artigo 21. - Assembleias sem edital prévio e decisões por votação à distância. A Assembleia Geral de Acionistas poderá se reunir em qualquer local, deliberando e decidindo validamente, sem edital prévio, quando todas as ações inscritas estiverem representadas. Da mesma forma, as decisões são válidas quando todos os acionistas expressam por escrito seu voto em relação a pontos específicos, nos termos estabelecidos pelo Artigo 20 da Lei 222 de 1995.</p>	<p>Artigo 21. - Assembleias sem <u>E</u>dital <u>P</u>révio e <u>D</u>ecisões por <u>V</u>otação à <u>D</u>istância. A Assembleia Geral de Acionistas poderá se reunir em qualquer local, deliberando e decidindo validamente, sem edital prévio, quando todas as ações inscritas estiverem representadas. Da mesma forma, as decisões são válidas quando todos os acionistas expressam por escrito seu voto em relação a pontos específicos, nos termos estabelecidos pelo Artigo 20 da Lei 222 de 1995.</p>
<p>Artigo 24. - Direito a voto. Cada ação inscrita no Registro de Ações confere o direito de voto na Assembleia Geral de Acionistas, sem restrição quanto ao número de votos que podem ser feitos pelo acionista ou representante, mas permanecendo em vigor as proibições ou inelegibilidades de voto em determinadas matérias, tais como o caso de administradores e funcionários da companhia em votos sobre demonstrações contábeis, contas de final de ano e liquidação. Os votos de um único acionista não devem ser divisíveis.</p>	<p>Artigo 24. - Direito a <u>V</u>oto. Cada ação inscrita no Registro de Ações confere o direito de voto na Assembleia Geral de Acionistas, sem restrição quanto ao número de votos que podem ser feitos pelo acionista ou representante, mas permanecendo em vigor as proibições ou inelegibilidades de voto em determinadas matérias, tais como o caso de administradores e funcionários da <u>C</u>ompanhia em votos sobre demonstrações contábeis, contas de final de ano e liquidação. Os votos de um único acionista não devem ser divisíveis.</p>
<p>Artigo 27. - Funções e Atribuições.</p>	<p>Artigo 27. - Funções e Atribuições.</p>

<p>(...)</p> <p>d. Indicar de seu número uma comissão plural que estuda as contas, as demonstrações contábeis e outros relatórios deste tipo, quando estes não são aprovados, e que informa à Assembleia Geral de Acionistas suas conclusões no período indicado pela Assembleia Geral de Acionistas;</p> <p>(...)</p> <p>m. Designar, em caso de dissolução da Companhia, um ou vários liquidantes e delegados suplentes para cada um deles, retirando-os, determinando sua retribuição e ditando-lhes ordens e instruções necessárias para a liquidação, e aprovando suas contas. Enquanto os nomes do liquidante e de seu delegado suplente não forem registrados, o Diretor Presidente será considerado como tal quando a companhia estiver em liquidação, e os delegados suplentes serão aqueles que naquele momento forem delegados suplentes do Diretor Presidente, na ordem correspondente;</p> <p>(...)</p>	<p>(...)</p> <p>d. Indicar de seu número uma comissão plural que estuda as contas, as demonstrações contábeis e outros relatórios deste tipo, quando estes não são aprovados, e que informa à Assembleia Geral de <u>Acionistas</u> suas conclusões no período indicado pela Assembleia Geral de Acionistas;</p> <p>(...)</p> <p>m. Designar, em caso de dissolução da Companhia, um ou vários liquidantes e delegados <u>suplentes</u> para cada um deles, retirando-os, determinando sua retribuição e ditando-lhes ordens e instruções necessárias para a liquidação, e aprovando suas contas. Enquanto os nomes do liquidante e de seu delegado suplente não forem registrados, o Diretor Presidente será considerado como tal quando a companhia estiver em liquidação, e os delegados suplentes serão aqueles que naquele momento forem delegados suplentes do Diretor Presidente, na ordem correspondente;</p> <p>(...)</p>
<p>Artigo 30. - Mandato dos Diretores. A nomeação dos Diretores será por mandatos de dois (02) anos, mas eles poderão ser reeleitos indefinidamente e</p>	<p>Artigo 30. - Mandato dos Diretores. A nomeação dos Diretores será por mandatos de dois (02) anos, mas eles poderão ser reeleitos indefinidamente e livremente destituídos pela Assembleia Geral de <u>Acionistas</u> a qualquer momento.</p>

<p>livremente destituídos pela Assembleia Geral a qualquer momento.</p> <p>Parágrafo 1. Os diretores não podem ser substituídos em eleições parciais sem uma nova eleição pelo sistema de quociente eleitoral, a menos que as vagas sejam preenchidas por unanimidade dos votos correspondentes às ações representadas na reunião.</p> <p>Parágrafo 2. Todos os membros do Conselho de Administração serão eleitos na Assembleia Geral, através do sistema de quociente eleitoral, em dois (2) processos de votação, um deles para eleger os membros independentes e outro para a eleição dos membros restantes. Entretanto, a eleição de todos os membros do Conselho de Administração poderá ser realizada em um único processo de votação, sempre que for assegurado que pelo menos três (3) membros independentes serão eleitos ou quando apenas uma lista for apresentada, incluindo pelo menos três (3) membros independentes.</p>	<p>Parágrafo 1. Os diretores não podem ser substituídos em eleições parciais sem uma nova eleição pelo sistema de quociente eleitoral, a menos que as vagas sejam preenchidas por unanimidade dos votos correspondentes às ações representadas na reunião.</p> <p>Parágrafo 2. Todos os membros do Conselho de Administração serão eleitos na Assembleia Geral, através do sistema de quociente eleitoral, em dois (2) processos de votação, um deles para eleger os membros independentes e outro para a eleição dos membros restantes. Entretanto, a eleição de todos os membros do Conselho de Administração poderá ser realizada em um único processo de votação, sempre que for assegurado que pelo menos três (3) membros independentes serão eleitos ou quando apenas uma lista for apresentada, incluindo pelo menos três (3) membros independentes.</p>
<p>Artigo 31. - Presidente do Conselho de Administração. Durante o período para o qual foi escolhido, o Conselho de Administração nomeará de seus números um Presidente, que deverá ter a qualidade de independente, que presidirá as reuniões, dirigirá as deliberações e as ações da companhia; se o Presidente estiver ausente, as reuniões serão presididas por um dos membros que participarão da</p>	<p>Artigo 31. - Presidente do Conselho de Administração. Durante o período para o qual foi escolhido, o Conselho de Administração nomeará de seus quadros um Presidente, que deverá ter a qualidade de independente, que presidirá as reuniões, dirigirá as deliberações e as ações da companhia; se o Presidente estiver ausente, as reuniões serão presididas por um dos membros que participarão da reunião, nomeado ad hoc. Quem quer que seja o representante legal não poderá</p>

reunião, nomeado ad hoc. Quem quer que seja o representante legal não poderá atuar como Presidente do Conselho de Administração. As funções do Presidente do Conselho de Administração incluem as seguintes e as definidas pelo Conselho de Administração: (i) Assegurar que o Conselho de Administração fixe e implemente eficientemente a direção estratégica da companhia; (ii) Promover regras de governança na companhia, atuando como um elo de ligação entre os acionistas e o Conselho de Administração; (iii) Coordenar e planejar o funcionamento do Conselho de Administração, estabelecendo um plano anual de trabalho baseado nas funções atribuídas; (iv) Convocar as reuniões, diretamente ou por meio do Secretário do Conselho de Administração; (v) Preparar a ordem do dia das reuniões, em coordenação com o Diretor Executivo Chefe da companhia, o Secretário do Conselho de Administração e os demais membros; (vi) Garantir a entrega oportuna das informações aos Membros do Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Secretário do Conselho de Administração; (vii) Presidir as reuniões e conduzir os debates; (viii) Garantir a execução dos acordos do Conselho de Administração e realizar o acompanhamento de suas ordens e decisões; (ix) Monitorar a participação ativa dos membros do Conselho de Administração; e (x) Ser líder no processo de avaliação anual do Conselho de

atuar como Presidente do Conselho de Administração. As funções do Presidente do Conselho de Administração incluem as seguintes e as definidas pelo Conselho de Administração: (i) asssegurar que o Conselho de Administração fixe e implemente eficientemente a direção estratégica da Companhia; (ii) promover regras de governança na companhia, atuando como um elo de ligação entre os acionistas e o Conselho de Administração; (iii) coordenar e planejar o funcionamento do Conselho de Administração, estabelecendo um plano anual de trabalho baseado nas funções atribuídas; (iv) convocar as reuniões, diretamente ou por meio do Secretário do Conselho de Administração; (v) preparar a ordem do dia das reuniões, em coordenação com o Diretor Executivo Chefe da companhia, o Secretário do Conselho de Administração e os demais membros; (vi) garantir a entrega oportuna das informações aos Membros do Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Secretário do Conselho de Administração; (vii) presidir as reuniões e conduzir os debates; (viii) garantir a execução dos acordos do Conselho de Administração e realizar o acompanhamento de suas ordens e decisões; (ix) monitorar a participação ativa dos membros do Conselho de Administração; e (x) ser líder no processo de avaliação anual do Conselho de Administração e dos Comitês, exceto sua própria avaliação.

<p>Administração e dos Comitês, exceto sua própria avaliação.</p>	
<p>Artigo 32. - Reuniões. O Conselho de Administração reunir-se-á regularmente pelo menos oito (8) vezes ao ano; e extraordinariamente quando convocado pelo mesmo Conselho de Administração, pelo Presidente, pelo Auditor ou por dois de seus Membros. A convocação para Assembleias Extraordinárias será comunicada com pelo menos um dia de antecedência, mas se todos os membros já estiverem reunidos, poderão deliberar validamente em qualquer lugar e tomar decisões sem convocação prévia.</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo 2. Nos casos e sob as exigências estabelecidas por lei, as deliberações e decisões do Conselho de Administração podem ser realizadas através de comunicações simultâneas ou sucessivas entre os membros, incluindo telefone, fax, rádio ou outra forma apropriada de transmissão e recepção de mensagens audíveis ou visíveis. Além disso, as decisões podem ser adotadas por votação à distância por escrito pelos membros do Conselho de Administração no mesmo documento ou em documentos separados, indicando claramente o voto emitido por cada um dos membros, quando e se o documento for recebido pelo Presidente do Conselho</p>	<p>Artigo 32. - Reuniões. O Conselho de Administração reunir-se-á regularmente pelo menos oito (8) vezes ao ano; e extraordinariamente quando convocado pelo mesmo Conselho de Administração, pelo Presidente, pelo Auditor ou por dois de seus Membros. A convocação para Assembleias Extraordinárias será comunicada com pelo menos um dia de antecedência, mas se todos os membros já estiverem reunidos, poderão deliberar validamente em qualquer lugar e tomar decisões sem convocação prévia.</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo 2. Nos casos e sob as exigências estabelecidas por lei, as deliberações e decisões do Conselho de Administração podem ser realizadas através de comunicações simultâneas ou sucessivas entre os membros, incluindo telefone, fax, rádio ou outra forma apropriada de transmissão e recepção de mensagens audíveis ou visíveis. Além disso, as decisões podem ser adotadas por votação à distância por escrito pelos membros do <u>Conselho de Administração</u> no mesmo documento ou em documentos separados, indicando claramente o voto emitido por cada um dos membros, quando e se o documento for recebido pelo <u>Presidente do Conselho</u> de Administração ou representante legal dentro de um mês após a data da primeira comunicação recebida.</p>

<p>de Administração ou representante legal dentro de um mês após a data da primeira comunicação recebida.</p>	
<p>Artigo 34. - Funções.</p> <p>(...)</p> <p>34.1. Quanto à estratégia da companhia:</p> <p>a. Convocar a Assembleia Geral de Acionistas para reuniões ordinárias, bem como para reuniões extraordinárias, quando solicitadas pelas necessidades da companhia ou solicitadas por acionistas que representem não menos de um quarto (1/4) das ações subscritas.</p> <p>b. Aprovar e monitorar periodicamente o plano estratégico, plano de negócios, objetivos de gestão e orçamentos anuais da companhia, bem como o controle periódico de seu desempenho e o curso ordinário de seus negócios, atuando como um órgão consultivo do Presidente.</p> <p>c. Definir a estrutura da companhia, incluindo a de suas subsidiárias e o modelo de governança do grupo.</p> <p>d. Estabelecer as políticas da companhia e as de suas subsidiárias nas diferentes áreas de sua atividade e, quando apropriado, elaborar a</p>	<p>Artigo 34. - Funções.</p> <p>(...)</p> <p>34.1. Quanto à estratégia da <u>Companhia</u>:</p> <p>a. Convocar a Assembleia Geral de Acionistas para reuniões ordinárias, bem como para reuniões extraordinárias, quando solicitadas pelas necessidades da <u>Companhia</u> ou solicitadas por acionistas que representem não menos de um quarto (1/4) das ações subscritas.</p> <p>b. Aprovar e monitorar periodicamente o plano estratégico, plano de negócios, objetivos de gestão e orçamentos anuais da <u>Companhia</u>, bem como o controle periódico de seu desempenho e o curso ordinário de seus negócios, atuando como um órgão consultivo do Presidente.</p> <p>c. Definir a estrutura da <u>Companhia</u>, incluindo a de suas subsidiárias e o modelo de governança do grupo.</p> <p>d. Estabelecer as políticas da <u>Companhia</u> e as de suas subsidiárias nas diferentes áreas de sua atividade e, quando apropriado, elaborar a proposta à Assembleia Geral das demais políticas ou propostas que este órgão deve aprovar.</p>

<p>proposta à Assembleia Geral das demais políticas ou propostas que este órgão deve aprovar.</p> <p>34.2. Quanto à governança corporativa:</p> <p>a. Assegurar o respeito aos direitos daqueles que investem em títulos emitidos pela companhia, garantir sua efetiva aplicação e divulgação e promover um tratamento equitativo para todos os acionistas e investidores.</p> <p>b. Respeitar o direito dos acionistas de participar dos dividendos e lucros da companhia, de participar da nomeação e destituição dos membros do Conselho de Administração e de avaliar seu relatório de administração, bem como de participar e votar nas Assembleias Gerais de Acionistas.</p> <p>c. (...)...</p> <p>d. Adotar o Código de Boa Governança da companhia e assegurar sua efetiva conformidade e divulgação.</p> <p>e. Supervisionar a eficiência e o nível de cumprimento das medidas de Governança Corporativa e das regras éticas e de conduta adotadas pela companhia, bem como a</p>	<p>34.2. Quanto à governança corporativa:</p> <p>a. Assegurar o respeito aos direitos daqueles que investem em títulos emitidos pela <u>Companhia</u>, garantir sua efetiva aplicação e divulgação e promover um tratamento equitativo para todos os acionistas e investidores.</p> <p>b. Respeitar o direito dos acionistas de participar dos dividendos e lucros da <u>Companhia</u>, de participar da nomeação e destituição dos membros do Conselho de Administração e de avaliar seu relatório de administração, bem como de participar e votar nas Assembleias Gerais de Acionistas.</p> <p>f. (...)...</p> <p>d. Adotar o Código de Boa Governança da <u>Companhia</u> e assegurar sua efetiva conformidade e divulgação.</p> <p>e. Supervisionar a eficiência e o nível de cumprimento das medidas de Governança Corporativa e das regras éticas e de conduta adotadas pela <u>Companhia</u>, bem como a</p>
---	---

<p>aprovação de políticas relacionadas a sistemas de denúncias anônimas ou “<i>whistleblowers</i>”.</p> <p>(...)</p> <p>34.6.Quanto ao Funcionamento do Conselho de Administração:</p> <p>a. Propor as políticas de sucessão do Conselho de Administração para aprovação pela Assembleia Geral e assegurar que o processo de proposta e eleição dos membros do Conselho de Administração seja realizado de acordo com as formalidades estabelecidas pela Companhia.</p> <p>b. Propor à Assembleia Geral de Acionistas a Política de remuneração para o Conselho de Administração.</p> <p>(...)</p> <p>34.7.Quanto à administração da Companhia:</p> <p>a. Nomear e destituir livremente o Presidente da companhia, o Auditor Interno e o Secretário Geral, e definir sua política de remuneração e compensação, avaliação de desempenho e sucessão. Para essas nomeações, o Comitê de</p>	<p>aprovação de políticas relacionadas a sistemas de denúncias anônimas ou “<i>whistleblowers</i>”.</p> <p>(...)</p> <p>34.6.Quanto ao Funcionamento do <u>Conselho de Administração</u>:</p> <p>a. Propor as políticas de sucessão do Conselho de Administração para aprovação pela Assembleia Geral e assegurar que o processo de proposta e eleição dos membros do Conselho de Administração seja realizado de acordo com as formalidades estabelecidas pela Companhia.</p> <p>b. Propor à Assembleia Geral de Acionistas a Política de <u>Remuneração</u> para o Conselho de Administração.</p> <p>(...)</p> <p>34.7.Quanto à administração da <u>Companhia</u>:</p> <p>a. Nomear e destituir livremente o Presidente da <u>Companhia</u>, o Auditor Interno e o Secretário Geral, e definir sua política de remuneração e compensação, avaliação de desempenho e sucessão. Para essas nomeações, o</p>
---	---

<p>Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa deverá emitir um relatório prévio e, no caso do Auditor Interno, o Comitê de Auditoria e Risco também deverá emitir um relatório prévio.</p> <p>b. Nomear o Presidente de Operações Retail Colombia e os Vice-Presidentes, de acordo com as propostas do Presidente da companhia. Da mesma forma, aprovar a política de remuneração e indenização, avaliação de desempenho e a respectiva sucessão, exceto naquilo que a este respeito compete à Assembleia Geral.</p> <p>(...)</p> <p>34.8 Quanto às informações financeiras e não financeiras da Companhia:</p> <p>(...)</p> <p>c. Monitorar informações, financeiras e outras, que devem ser divulgadas periodicamente de acordo com as políticas de informação e comunicação da companhia.</p> <p>d. Examinar as demonstrações contábeis a serem preparadas periodicamente pela administração, bem como os livros, documentos, ativos e</p>	<p>Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa deverá emitir um relatório prévio e, no caso do Auditor Interno, o Comitê de Auditoria e Risco também deverá emitir um relatório prévio.</p> <p>b. Nomear o Presidente de Operações Retail Colombia e os Vice-Presidentes, de acordo com as propostas do Presidente da <u>Companhia</u>. Da mesma forma, aprovar a política de remuneração e indenização, avaliação de desempenho e a respectiva sucessão, exceto naquilo que a este respeito compete à Assembleia Geral.</p> <p>(...)</p> <p>34.8 Quanto às informações financeiras e não financeiras da <u>Companhia</u>.</p> <p>(...)</p> <p>c. Monitorar informações, financeiras e outras, que devem ser divulgadas periodicamente de acordo com as políticas de informação e comunicação da <u>Companhia</u>.</p> <p>d. Examinar as demonstrações contábeis a serem preparadas periodicamente pela administração, bem como os livros, documentos, ativos e instalações da</p>
---	---

<p>instalações da companhia para fins de direção e avaliação da administração.</p> <p>(...)</p> <p>f. Servir como um elo entre os acionistas da companhia e sua administração para o fornecimento de informações, através da criação e definição nas políticas e regulamentos da Companhia de mecanismos que garantam a eficácia e atualidade das informações sobre os negócios corporativos.</p> <p>g. Regular o procedimento que permite aos acionistas e detentores de títulos emitidos pela Companhia e colocados por meio de oferta pública de ações realizar auditorias especializadas a seu próprio custo e sob sua própria responsabilidade, de acordo com as regras e exigências definidas para este fim.</p> <p>h. Considerar propostas apresentadas por um número plural de acionistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) das ações subscritas, e responda por escrito àqueles que as fizeram, indicando claramente as razões para as decisões. Em qualquer caso, tais propostas não podem estar relacionadas a segredos industriais ou informações</p>	<p><u>Companhia</u> para fins de direção e avaliação da administração.</p> <p>(...)</p> <p>f. Servir como um elo entre os acionistas da <u>Companhia</u> e sua administração para o fornecimento de informações, através da criação e definição nas políticas e regulamentos da <u>Companhia</u> de mecanismos que garantam a eficácia e atualidade das informações sobre os negócios da <u>Companhia</u>.</p> <p>g. Regular o procedimento que permite aos acionistas e detentores de títulos emitidos pela <u>Companhia</u> e colocados por meio de oferta pública de ações realizar auditorias especializadas a seu próprio custo e sob sua própria responsabilidade, de acordo com as regras e exigências definidas para este fim.</p> <p>h. Considerar propostas apresentadas por um número plural de acionistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) das ações subscritas, e responda por escrito àqueles que as fizeram, indicando claramente as razões para as decisões. Em qualquer caso, tais propostas não podem</p>
--	---

<p>estratégicas para o desenvolvimento da companhia.</p> <p>(...)</p> <p>34.9. Quanto às ações da Companhia:</p> <p>(...)</p> <p>d. Definir a política de autorização de diretores e membros do Conselho de Administração, nos casos e com os requisitos estabelecidos por lei, para aquisição ou alienação de ações da companhia.</p> <p>(...)</p>	<p>estar relacionadas a segredos industriais ou informações estratégicas para o desenvolvimento da <u>Companhia</u>.</p> <p>(...)</p> <p>34.9. Quanto às ações da Companhia:</p> <p>(...)</p> <p>d. Definir a política de autorização de diretores e membros do Conselho de Administração, nos casos e com os requisitos estabelecidos por lei, para aquisição ou alienação de ações da <u>Companhia</u>.</p> <p>(...)</p>
<p>Artigo 35. - Delegação. O Conselho de Administração poderá delegar aos comitês do Conselho de Administração, ao Presidente ou aos demais Representantes Legais, quando julgar conveniente, para casos especiais ou por tempo limitado, qualquer ou algumas das funções enumeradas no artigo anterior, desde que por sua natureza sejam delegadas</p>	<p>Artigo 35. - Delegação. O Conselho de Administração poderá delegar aos <u>Comitês</u> do Conselho de Administração, ao Presidente ou aos demais Representantes Legais, quando julgar conveniente, para casos especiais ou por tempo limitado, qualquer ou algumas das funções enumeradas no artigo anterior, desde que por sua natureza sejam delegadas por não haver proibição por lei ou por sua delegação não ser</p>

<p>por não haver proibição por lei ou por sua delegação não ser aconselhável de acordo com as regras de governança corporativa contidas no Código de País promulgado pela Superintendência de Finanças.</p>	<p>aconselhável de acordo com as regras de <u>Governança Corporativa</u> contidas no Código de País promulgado pela Superintendência de Finanças.</p>
<p>Artigo 36. - Nomeação e Representação Legal. A representação legal da Companhia, em juízo ou fora dele, e a administração dos negócios da Companhia compete ao Presidente, cuja nomeação será feita pelo Conselho de Administração por prazo indeterminado e que poderá ser livremente destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo. Todos os funcionários da Companhia, com exceção do Auditor Interno, estarão subordinados ao Presidente no desempenho de suas funções.</p>	<p>Artigo 36. - Nomeação e Representação Legal. A representação legal da Companhia, em juízo ou fora dele, e a administração dos negócios da Companhia compete ao Presidente, cuja nomeação será feita pelo Conselho de Administração por prazo indeterminado e que poderá ser livremente destituído pelo <u>Conselho de Administração</u> a qualquer tempo. Todos os funcionários da Companhia, com exceção do Auditor Interno, estarão subordinados ao Presidente no desempenho de suas funções.</p>
<p>Artigo 36 A. - Presidência de Operação Retail Colombia. A Presidência de Operação Retail Colombia será exercida por um funcionário nomeado pelo Conselho de Administração por prazo indeterminado, de acordo com as propostas apresentadas pelo Presidente da Companhia, e sem prejuízo do fato de que ele seja livremente destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, exercerá a representação legal da Companhia, em juízo e fora dele, e estará subordinado ao Diretor Presidente.</p>	<p>Artigo 36 A. - Presidência de Operação Retail Colombia. A Presidência de Operação Retail Colombia será exercida por um funcionário nomeado pelo Conselho de Administração por prazo indeterminado, de acordo com as propostas apresentadas pelo Presidente da Companhia, e sem prejuízo do fato de que ele seja livremente destituído pelo <u>Conselho de Administração</u> a qualquer tempo, exercerá a representação legal da Companhia, em juízo e fora dele, e estará subordinado ao Diretor Presidente.</p>
<p>Artigo 36 B. - Funções. Diretor de Operação Retail Colombia:</p>	<p>Artigo 36 B. - Funções. Diretor de Operação Retail Colombia:</p>

<p>a. Tomar decisões de acordo com a estratégia e as diretrizes estabelecidas pelo Presidente;</p> <p>b. Acompanhar, apoiar e complementar o Presidente em questões estratégicas, relações com o governo, mídia, plano de expansão, investidores e novas iniciativas empresariais;</p> <p>c. Responder pela operação da cadeia de fornecimento de ponta a ponta do negócio de Varejo e da P&G relacionada;</p> <p>d. Acompanhar o Presidente às reuniões de investidores como julgar apropriado;</p> <p>e. Alinhar conceitual e filosoficamente as áreas sob sua responsabilidade para a realização dos resultados do negócio de Varejo;</p> <p>f. Executar o plano de expansão;</p> <p>g. Coordenar efetivamente entre as áreas-chave do negócio de Varejo e as Vice-Presidências de apoio;</p> <p>h. Endossar a estratégia competitiva dos diferentes negócios do Varejo;</p> <p>i. Responder por novos negócios já definidos e promover o desenvolvimento de novos negócios e ativos ocultos;</p> <p>j. Priorizar as iniciativas internas de trabalho;</p> <p>k. Propor planos de remuneração que alinhem a administração com o desempenho comercial;</p> <p>l. Liderar os esforços de transformação organizacional necessários;</p>	<p>a. Tomar decisões de acordo com a estratégia e as diretrizes estabelecidas pelo Presidente;</p> <p>b. Acompanhar, apoiar e complementar o Presidente em questões estratégicas, relações com o governo, mídia, plano de expansão, investidores e novas iniciativas empresariais;</p> <p>c. Responder pela operação da cadeia de fornecimento de ponta a ponta do negócio de Varejo e da P&G relacionada;</p> <p>d. Acompanhar o Presidente às reuniões de investidores como julgar apropriado;</p> <p>e. Alinhar conceitual e filosoficamente as áreas sob sua responsabilidade para a realização dos resultados do negócio de Varejo;</p> <p>f. Executar o plano de expansão;</p> <p>g. Coordenar efetivamente entre as áreas-chave do negócio de Varejo e as Vice-Presidências de apoio;</p> <p>h. Endossar a estratégia competitiva dos diferentes negócios do Varejo;</p> <p>i. Responder por novos negócios já definidos e promover o desenvolvimento de novos negócios e ativos ocultos;</p> <p>j. Priorizar as iniciativas internas de trabalho;</p> <p>k. Propor planos de remuneração que alinhem a administração com o desempenho comercial;</p> <p>l. Liderar os esforços de transformação organizacional necessários;</p> <p>m. Gerenciar operações transversalmente entre vice-presidências e negócios para assegurar que os resultados sejam alcançados de forma consistente;</p>
---	---

<p>m. Gerenciar operações transversalmente entre vice-presidências e negócios para assegurar que os resultados sejam alcançados de forma consistente;</p> <p>n. Fortalecer o alinhamento das metas com os resultados requeridos. Realizar controles periódicos;</p> <p>ñ. Otimizar cenários de discussão e usar informações comerciais chave para melhorar os procedimentos e programas;</p> <p>o. Manter as metas do programa apesar das mudanças no quadro de pessoal;</p> <p>p. Assegurar a execução dos acordos e objetivos estabelecidos;</p> <p>q. Presidir o atual comitê de vice-presidentes e gerentes de companhias do ramo de varejo;</p> <p>r. Ser responsável pelas vendas, EBITDA, giro de estoque, ambiente de trabalho, atendimento ao cliente, participação de mercado do negócio de Varejo;</p>	<p>n. Fortalecer o alinhamento das metas com os resultados requeridos. Realizar controles periódicos;</p> <p>ñ. Otimizar cenários de discussão e usar informações comerciais chave para melhorar os procedimentos e programas;</p> <p>o. Manter as metas do programa apesar das mudanças no quadro de pessoal;</p> <p>p. Assegurar a execução dos acordos e objetivos estabelecidos;</p> <p>q. Presidir o atual comitê de vice-presidentes e gerentes de companhias do ramo de varejo;</p> <p>r. Ser responsável pelas vendas, EBITDA, giro de estoque, ambiente de trabalho, atendimento ao cliente, participação de mercado do negócio de Varejo;</p>
<p>Artigo 37. - Outros Representantes Legais.</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo Primeiro. Em caso de ausência absoluta, entendida como morte, renúncia aceita ou separação do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sem licença, o Conselho de Administração nomeará um novo Presidente para o restante do mandato, enquanto a nomeação estiver sendo feita e o correspondente registro</p>	<p>Artigo 37. - Outros Representantes Legais.</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo Primeiro. Em caso de ausência absoluta, entendida como morte, renúncia aceita ou separação do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sem licença, o Conselho de Administração nomeará um novo Presidente para o restante do mandato, enquanto a nomeação estiver sendo feita e o correspondente registro no registro comercial, a Presidência da</p>

<p>no registro comercial, a Presidência da Companhia será exercida pelos substitutos indicados neste artigo.</p> <p>Parágrafo Segundo. Para fins de representação legal da Companhia, o Secretário Geral ou o cargo que o substitui também terá o status de representante legal, que deverá representar a Companhia exclusivamente perante as autoridades jurisdicionais, administrativas, policiais, fiscais e estatais.</p> <p>Parágrafo Terceiro. Para fins de representação legal simultânea da Companhia, os outros Representantes Legais que não o Presidente terão as limitações estabelecidas nestes estatutos e, em particular, não poderão realizar atos ou contratos que excedam 23.000 (vinte e três mil) vezes o valor do salário mínimo legal/salário mensal em vigor no momento da transação sem a autorização prévia do Conselho de Administração. Quando outro Representante Legal representa a Companhia como delegado do Presidente em virtude de sua ausência temporária ou permanente ou porque ele está impedido ou desqualificado, as mesmas limitações estabelecidas para o Presidente se aplicam a ele.</p>	<p>Companhia será exercida pelos substitutos indicados neste artigo.</p> <p>Parágrafo Segundo. Para fins de representação legal da Companhia, o Secretário Geral ou o cargo que o substitui também terá o status de representante legal, que deverá representar a Companhia exclusivamente perante as autoridades jurisdicionais, administrativas, policiais, fiscais e estatais.</p> <p>Parágrafo Terceiro. Para fins de representação legal simultânea da Companhia, os outros Representantes Legais que não o Presidente terão as limitações estabelecidas nestes estatutos e, em particular, não poderão realizar atos ou contratos que excedam 23.000 (vinte e três mil) vezes o valor do salário mínimo legal/salário mensal em vigor no momento da transação sem a autorização prévia do Conselho de Administração. Quando outro Representante Legal representa a Companhia como delegado do Presidente em virtude de sua ausência temporária ou permanente ou porque ele está impedido ou desqualificado, as mesmas limitações estabelecidas para o Presidente se aplicam a ele.</p>
<p>Artigo 38. - Funções. O Presidente da Companhia é um representante, investido de funções executivas e administrativas e como tal é responsável pela representação legal da Companhia, gestão comercial e financeira, responsabilidade pela ação</p>	<p>Artigo 38. - Funções. O Presidente da Companhia é um representante, investido de funções executivas e administrativas e como tal é responsável pela representação legal da Companhia, gestão comercial e financeira, responsabilidade pela ação administrativa, coordenação e</p>

administrativa, coordenação e supervisão geral da Companhia, a qual deverá executar de acordo com as regras destes Estatutos e as disposições da lei, e sujeito às ordens e instruções do Conselho de Administração. Além das funções gerais estabelecidas acima, compete ao Presidente:

(...)

c. Convocar o Conselho de Administração sempre que julgar necessário ou conveniente, e mantê-lo adequada e oportunamente informado sobre o andamento dos negócios da companhia; submeter à sua consideração os balancetes e outras demonstrações contábeis destinadas à administração e fornecer-lhe todos os relatórios que solicitar em relação à Companhia e suas atividades;

(...)

e. Manter o mercado devidamente informado sobre fatos relevantes que ocorram na Companhia, bem como seus principais riscos, através da apresentação oportuna de informações à Superintendência de Finanças e às Bolsas de Valores onde os títulos emitidos pela Companhia são listados. O acima exposto, para que acionistas e investidores possam ser constantemente

supervisão geral da Companhia, a qual deverá executar de acordo com as regras destes Estatutos e as disposições da lei, e sujeito às ordens e instruções do Conselho de Administração. Além das funções gerais estabelecidas acima, compete ao Presidente:

(...)

c. Convocar o Conselho de Administração sempre que julgar necessário ou conveniente, e mantê-lo adequada e oportunamente informado sobre o andamento dos negócios da companhia; submeter à sua consideração os balancetes e outras demonstrações contábeis destinadas à administração e fornecer-lhe todos os relatórios que solicitar em relação à Companhia e suas atividades;

(...)

e. Manter o mercado devidamente informado sobre fatos relevantes que ocorram na Companhia, bem como seus principais riscos, através da apresentação oportuna de informações à Superintendência de Finanças e às Bolsas de Valores onde os títulos emitidos pela Companhia são listados. O acima exposto, para que acionistas e investidores possam ser constantemente informados sobre fatos, atos e operações relevantes relacionados à Companhia que possam de alguma forma afetar seus interesses. De acordo com o parágrafo 4 do artigo 37, o Vice-Presidente Financeiro desempenhará a função de

<p>informados sobre fatos, atos e operações relevantes relacionados à Companhia que possam de alguma forma afetar seus interesses. De acordo com o parágrafo 4 do artigo 37, o Vice-Presidente Financeiro desempenhará a função de agente de conformidade para informações relevantes. Em conformidade com o acima exposto, um espaço de informação para acionistas e investidores será criado no site da Companhia;</p> <p>(...).</p>	<p>agente de conformidade para informações relevantes. Em conformidade com o acima exposto, um espaço de informação para acionistas e investidores será criado no site da <u>Companhia</u>;</p> <p>(...).</p>
<p>Artigo 39. - Poderes. Como representantes legais da Companhia, em juízo e fora dele, o Presidente e os demais Representantes Legais terão poderes para executar ou celebrar, sem quaisquer limitações além daquelas estabelecidas nestes Estatutos, desde que se trate de operações que devam ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia de Acionistas, todos os atos ou contratos incluídos no objeto social ou que sejam meramente preparatórios, acessórios ou complementares à realização dos propósitos perseguidos pela Companhia, e aqueles que estejam diretamente relacionados com a existência e funcionamento da Companhia. O Presidente e os demais Representantes Legais serão investidos de poderes especiais para resolver, arbitrar e comprometer negócios corporativos, para promover ou auxiliar em ações judiciais, administrativas ou contencioso administrativo</p>	<p>Artigo 39. - Poderes. Como <u>Representantes Legais</u> da Companhia, em juízo e fora dele, o Presidente e os demais Representantes Legais terão poderes para executar ou celebrar, sem quaisquer limitações além daquelas estabelecidas nestes Estatutos, desde que se trate de operações que devam ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia de Acionistas, todos os atos ou contratos incluídos no objeto social ou que sejam meramente preparatórios, acessórios ou complementares à realização dos propósitos perseguidos pela <u>Companhia</u>, e aqueles que estejam diretamente relacionados com a existência e funcionamento da Companhia. O Presidente e os demais Representantes Legais serão investidos de poderes especiais para resolver, arbitrar e comprometer negócios corporativos, para promover ou auxiliar em ações judiciais, administrativas ou contencioso administrativo nas quais a Companhia tenha interesse e para apresentar todos os recursos que possam ser apropriados</p>

<p>nas quais a Companhia tenha interesse e para apresentar todos os recursos que possam ser apropriados nos termos da lei; para desistir das ações ou recursos apresentados; para novar obrigações ou créditos; para dar ou receber bens em pagamento; constituir os procuradores legais ou extrajudiciais que julgar necessários para representar a Companhia em qualquer tipo de negócio, atuando sob suas ordens, e determinar seus poderes, sujeito à autorização do Conselho de Administração no caso de nomeação de procuradores gerais; revogar mandatos e substabelecimentos.</p>	<p>nos termos da lei; para desistir das ações ou recursos apresentados; para novar obrigações ou créditos; para dar ou receber bens em pagamento; constituir os procuradores legais ou extrajudiciais que julgar necessários para representar a Companhia em qualquer tipo de negócio, atuando sob suas ordens, e determinar seus poderes, sujeito à autorização do Conselho de Administração no caso de nomeação de procuradores gerais; revogar mandatos e substabelecimentos.</p>
<p>Artigo 39A. - Delegação. O Presidente pode delegar aos funcionários da companhia, especialmente à Alta Administração, o exercício de qualquer ou algumas das funções e poderes acima mencionados, desde que, por sua natureza, tais funções ou poderes sejam delegáveis e a delegação não seja proibida, de acordo com a política aprovada para tal fim pelo Conselho de Administração.</p>	<p>Artigo 39A. - Delegação. O Presidente pode delegar aos funcionários da <u>Companhia</u>, especialmente à Alta Administração, o exercício de qualquer ou algumas das funções e poderes acima mencionados, desde que, por sua natureza, tais funções ou poderes sejam delegáveis e a delegação não seja proibida, de acordo com a política aprovada para tal fim pelo Conselho de Administração.</p>
<p>Artigo 40. - Nomeação. O Auditor Estatutário e seu Suplente serão eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas por períodos de 2 (dois) anos concorrentes aos do Conselho de Administração, mas como representantes do coletivo de acionistas poderão ser destituídos a qualquer momento pela Assembleia Geral de Acionistas e sucessivamente reeleitos, com o voto correspondente à maioria absoluta das ações representadas na assembleia. O Suplente substituirá o</p>	<p>Artigo 40. - Nomeação. O Auditor Estatutário e seu Suplente serão eleitos pela Assembleia Geral de <u>Acionistas</u> por períodos de 2 (dois) anos concorrentes aos do Conselho de Administração, mas como representantes do coletivo de acionistas poderão ser destituídos a qualquer momento pela Assembleia Geral de Acionistas e sucessivamente reeleitos, com o voto correspondente à maioria absoluta das ações representadas na assembleia. O Suplente substituirá o</p>

<p>Principal em todos os casos de ausência absoluta ou temporária.</p> <p>(...)</p>	<p>Principal em todos os casos de ausência absoluta ou temporária.</p> <p>(...)</p>
<p>Artigo 41. - Qualidade e Status Legal. O Auditor e seu suplente serão contadores públicos e estarão sujeitos às desqualificações, proibições, incompatibilidades e responsabilidades estabelecidas por lei.</p>	<p>Artigo 41. - Qualidade e Status Legal. O Auditor e seu suplente serão <u>C</u>ontadores <u>P</u>úblicos e estarão sujeitos às desqualificações, proibições, incompatibilidades e responsabilidades estabelecidas por lei.</p>
<p>Artigo 42. - Funções. Compete ao Auditor Estatutário:</p> <p>a. Assegurar que as operações realizadas em nome da companhia cumpram as disposições dos estatutos, as decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;</p> <p>b. Informar por escrito a Assembleia Geral, o Conselho de Administração ou o Presidente, conforme o caso, de quaisquer irregularidades ocorridas no funcionamento da companhia e na condução de seus negócios;</p> <p>(...)</p> <p>d. Assegurar que as contas da companhia e as atas das sessões da Assembleia de Acionistas e reuniões do Conselho de Administração sejam mantidas regularmente, e que a correspondência</p>	<p>Artigo 42. - Funções. Compete ao Auditor Estatutário:</p> <p>a. Assegurar que as operações realizadas em nome da <u>C</u>ompanhia cumpram as disposições dos estatutos, as decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;</p> <p>b. Informar por escrito a Assembleia Geral, o Conselho de Administração ou o Presidente, conforme o caso, de quaisquer irregularidades ocorridas no funcionamento da <u>C</u>ompanhia e na condução de seus negócios;</p> <p>(...)</p> <p>d. Assegurar que as contas da <u>C</u>ompanhia e as atas das sessões da Assembleia de Acionistas e reuniões do Conselho de Administração sejam mantidas regularmente, e que a correspondência da <u>C</u>ompanhia e</p>

<p>da companhia e os comprovantes das contas sejam devidamente preservados, dando as instruções necessárias para tais propósitos;</p> <p>e. Inspeccionar assiduamente os ativos da Companhia e assegurar que medidas sejam tomadas em tempo hábil para a conservação ou segurança de tais ativos e daqueles mantidos em custódia pela Companhia em qualquer capacidade;</p> <p>(...)</p> <p>k. Informar constantemente o Presidente e o Conselho de Administração sobre assuntos relevantes e materiais decorrentes de sua auditoria. A divulgação dessas informações relevantes e materiais pelo Presidente e pelo Conselho de Administração deve ser feita através de apresentação oportuna à Superintendência de Finanças e às Bolsas de Valores nas quais os títulos emitidos pela companhia são listados.</p>	<p>os comprovantes das contas sejam devidamente preservados, dando as instruções necessárias para tais propósitos;</p> <p>e. Inspeccionar assiduamente os ativos da Companhia e assegurar que medidas sejam tomadas em tempo hábil para a conservação ou segurança de tais ativos e daqueles mantidos em custódia pela Companhia em qualquer capacidade;</p> <p>(...)</p> <p>k. Informar constantemente o Presidente e o Conselho de Administração sobre assuntos relevantes e materiais decorrentes de sua auditoria. A divulgação dessas informações relevantes e materiais pelo Presidente e pelo Conselho de Administração deve ser feita através de apresentação oportuna à Superintendência de Finanças e às Bolsas de Valores nas quais os títulos emitidos pela <u>Companhia</u> são listados.</p>
<p>Artigo 44. - Contabilidade e informações financeiras. A Companhia deverá manter a contabilidade de seus negócios de acordo com as disposições estatutárias e regulamentares e sujeita às normas técnicas aplicáveis. Pelo menos uma vez por ano, a partir de 31 de dezembro, a Companhia deverá</p>	<p>Artigo 44. - Contabilidade e <u>Informações Financeiras.</u> A Companhia deverá manter a contabilidade de seus negócios de acordo com as disposições estatutárias e regulamentares e sujeita às normas técnicas aplicáveis. Pelo menos uma vez por ano, a partir de 31 de dezembro, a Companhia deverá emitir informações financeiras sobre sua posição comercial,</p>

<p>emitir informações financeiras sobre sua posição comercial, os resultados de suas operações e as mudanças em sua posição financeira, identificando a data limite das informações e o período que elas cobrem. Tais informações devem ser emitidas na forma de demonstrações contábeis básicas prescritas por lei, preparadas na forma prescrita por lei e sujeitas às normas técnicas pertinentes. As demonstrações contábeis básicas se tornarão definitivas uma vez aprovadas pela Assembleia de acionistas, à qual serão submetidas pelos diretores. De tempos em tempos, nos momentos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente, serão elaborados balancetes e serão emitidas as informações parciais que forem consideradas necessárias apenas para fins administrativos.</p>	<p>os resultados de suas operações e as mudanças em sua posição financeira, identificando a data limite das informações e o período que elas cobrem. Tais informações devem ser emitidas na forma de demonstrações contábeis básicas prescritas por lei, preparadas na forma prescrita por lei e sujeitas às normas técnicas pertinentes. As demonstrações contábeis básicas se tornarão definitivas uma vez aprovadas pela Assembleia de acionistas, à qual serão submetidas pelos diretores. De tempos em tempos, nos momentos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente, serão elaborados balancetes e serão emitidas as informações parciais que forem consideradas necessárias apenas para fins administrativos.</p>
<p>Artigo 45. - Lucros. Os lucros só podem ser distribuídos com base nos balanços de final de ano aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. Os lucros também não podem ser distribuídos até que as perdas de anos anteriores que afetem o capital tenham sido canceladas, entendendo-se que as perdas afetam o capital quando, como resultado de tais perdas, o patrimônio líquido é reduzido abaixo do capital subscrito.</p>	<p>Artigo 45. - Lucros. Os lucros só podem ser distribuídos com base nos balanços de final de ano aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. Os lucros também não podem ser distribuídos até que as perdas de anos anteriores que afetem o capital tenham sido canceladas, entendendo-se que as perdas afetam o capital quando, como resultado de tais perdas, o patrimônio líquido é reduzido abaixo do capital social.</p>
<p>Artigo 48. - Causas de dissolução. A companhia será dissolvida pelos motivos geralmente estabelecidos por lei para todas as sociedades comerciais, pelos motivos especiais estabelecidos pela lei comercial para as</p>	<p>Artigo 48. - Causas de <u>D</u>issolução. A <u>C</u>ompanhia será dissolvida pelos motivos geralmente estabelecidos por lei para todas as sociedades comerciais, pelos motivos especiais estabelecidos pela lei comercial para as sociedades</p>

<p>sociedades anônimas, e extraordinariamente a qualquer momento por decisão da Assembleia de Acionistas, adotada pelos votos correspondentes a não menos da metade mais uma das ações representadas na Assembleia, e solenizada na forma legal.</p>	<p>anônimas, e extraordinariamente a qualquer momento por decisão da Assembleia de Acionistas, adotada pelos votos correspondentes a não menos da metade mais uma das ações representadas na Assembleia, e solenizada na forma legal.</p>
<p>Artigo 50. - Liquidante. Quando a companhia for dissolvida por qualquer causa, a liquidação e a divisão dos seus ativos serão feitas de acordo com as disposições da lei, por um liquidante especial que será nomeado pela Assembleia Geral, sem prejuízo da possibilidade de a Assembleia Geral nomear vários liquidantes e determinar se deverão atuar em conjunto ou separadamente. Para cada liquidante, a Assembleia Geral de Acionistas deverá nomear um suplente. Até a nomeação do Liquidante e do Suplente, as pessoas inscritas no registro comercial como Presidente, Presidente de Operação Retail Colombia e Vice-Presidentes deverão atuar como tal.</p>	<p>Artigo 50. - Liquidante. Quando a <u>Companhia</u> for dissolvida por qualquer causa, a liquidação e a divisão dos seus ativos serão feitas de acordo com as disposições da lei, por um liquidante especial que será nomeado pela Assembleia Geral, sem prejuízo da possibilidade de a Assembleia Geral nomear vários liquidantes e determinar se deverão atuar em conjunto ou separadamente. Para cada liquidante, a Assembleia Geral de Acionistas deverá nomear um suplente. Até a nomeação do Liquidante e do Suplente, as pessoas inscritas no registro comercial como Presidente, Presidente de Operação Retail Colombia e Vice-Presidentes deverão atuar como tal.</p>
<p>Artigo 53. - Limitação de poderes. (...)</p>	<p>Artigo 52. - Limitação de <u>P</u>oderes. (...)</p>
<p>Artigo 55. - Prorrogação de mandados. (...)</p>	<p>Artigo 54. - Prorrogação de mandados. (...)</p>
<p>Artigo 58. - Comitês do Conselho. O Conselho de Administração deverá estabelecer comitês para apoiar sua administração e deverá ter pelo menos um Comitê de Auditoria e Risco e um Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa. Além do acima exposto, o Conselho de Administração pode criar e</p>	<p>Artigo 56. - Comitês do Conselho. O Conselho de Administração deverá estabelecer comitês para apoiar sua administração e deverá ter pelo menos um Comitê de Auditoria e Risco e um Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa. Além do acima exposto, o Conselho de Administração pode criar e regular o funcionamento de um</p>

<p>regular o funcionamento de um Comitê de Conflitos de Interesses. Entretanto, o Conselho de Administração pode dividir as funções desses comitês, ou prever outras funções, em outros comitês a serem criados para tais propósitos. Os Comitês serão compostos de pelo menos três (3) membros do Conselho de Administração, que podem ser membros Independentes ou Patrimoniais. Em qualquer caso, o Comitê de Auditoria e Risco será presidido por um membro independente, e terá a participação de todos os membros independentes do Conselho de Administração.</p>	<p>Comitê de Conflitos de Interesses. Entretanto, o Conselho de Administração pode dividir as funções desses comitês, ou prever outras funções, em outros comitês a serem criados para tais propósitos. Os Comitês serão compostos de pelo menos três (3) membros do Conselho de Administração, que podem ser membros Independentes ou Patrimoniais. Em qualquer caso, o Comitê de Auditoria e Risco será presidido por um membro independente, e terá a participação de todos os membros independentes do Conselho de Administração.</p>
<p>O Comitê de Auditoria e Risco deverá ser assistido pelo Auditor Estatutário da Companhia, que deverá comparecer com voz, mas sem voto.</p>	<p>O Comitê de Auditoria e Risco deverá ser assistido pelo Auditor Estatutário da <u>Companhia</u>, que deverá comparecer com voz, mas sem voto.</p>
<p>O Conselho de Administração adotará regulamentos para o funcionamento dos comitês acima mencionados, indicando a frequência de suas reuniões e suas funções, que, em qualquer caso, deverão atuar como órgãos consultivos e de supervisão para apoiar o Conselho de Administração em suas funções. As funções dos comitês devem cumprir as exigências legais e as regras de governança corporativa adotadas voluntariamente pelo Conselho de Administração.</p>	<p>O Conselho de Administração adotará regulamentos para o funcionamento dos comitês acima mencionados, indicando a frequência de suas reuniões e suas funções, que, em qualquer caso, deverão atuar como órgãos consultivos e de supervisão para apoiar o Conselho de Administração em suas funções. As funções dos comitês devem cumprir as exigências legais e as regras de <u>Governança Corporativa</u> adotadas voluntariamente pelo Conselho de Administração.</p>
<p>Artigo 59. - Auditoria Interna ou Controle Interno. A companhia terá uma área de Auditoria Interna, cuja missão será fornecer garantia independente e objetiva (auditoria) e consulta (aconselhamento) sobre</p>	<p>Artigo 57. - Auditoria Interna ou Controle Interno. A <u>Companhia</u> terá uma área de Auditoria Interna, cuja missão será fornecer garantia independente e objetiva (auditoria) e consulta (aconselhamento) sobre governança, riscos e</p>

<p>governança, riscos e processos de controle para melhorar as operações da companhia, ajudando-a a cumprir seus objetivos. A liderança desta área estará nas mãos do Auditor Interno, que se reportará profissional e funcionalmente ao Conselho de Administração, que será responsável pela nomeação e remoção dos candidatos propostos pelo Comitê de Auditoria e Risco.</p>	<p>processos de controle para melhorar as operações da <u>Companhia</u>, ajudando-a a cumprir seus objetivos. A liderança desta área estará nas mãos do Auditor Interno, que se reportará profissional e funcionalmente ao Conselho de Administração, que será responsável pela nomeação e remoção dos candidatos propostos pelo Comitê de Auditoria e Risco.</p>
<p>Artigo 60. - Auditorias Externas. Os acionistas e titulares de títulos emitidos pela companhia e oferecidos por meio de uma oferta pública aprovada pela Superintendência de Finanças, representando pelo menos 5% (cinco por cento) do total dos respectivos títulos em circulação, poderão realizar auditorias especializadas uma vez por ano, a seu custo e sob sua responsabilidade, de acordo com as disposições definidas pelo Conselho de Administração, que deverá estabelecer como mínimo: Prazo, oportunidade, frequência, procedimento e requisitos para sua solicitação, assuntos sobre os quais pode tratar, responsabilidades, autorizações e tempo em que a auditoria é concedida e deve ser realizada, a maneira de designar a pessoa responsável por sua prática e outros aspectos pertinentes.</p>	<p>Artigo 58. - Auditorias Externas. Os acionistas e titulares de títulos emitidos pela <u>Companhia</u> e oferecidos por meio de uma oferta pública aprovada pela Superintendência de Finanças, representando pelo menos 5% (cinco por cento) do total dos respectivos títulos em circulação, poderão realizar auditorias especializadas uma vez por ano, a seu custo e sob sua responsabilidade, de acordo com as disposições definidas pelo Conselho de Administração, que deverá estabelecer como mínimo: prazo, oportunidade, frequência, procedimento e requisitos para sua solicitação, assuntos sobre os quais pode tratar, responsabilidades, autorizações e tempo em que a auditoria é concedida e deve ser realizada, a maneira de designar a pessoa responsável por sua prática e outros aspectos pertinentes.</p>

Segue a transcrição do novo Estatuto Social:

ESTATUTO SOCIAL ALMACENES ÉXITO S.A.

CAPÍTULO I

Da Denominação, Lei Regente, Sede e Duração

Artigo 1 - Denominação e Lei Regente

A ALMACENES ÉXITO S.A. (doravante a “Companhia”) é uma sociedade anônima, constituída de acordo com a lei colombiana e regida pela lei colombiana em todos os casos omissos.

Artigo 2 - Sede

A Companhia tem sua sede principal em Envigado, Departamento de Antioquia, que só pode ser alterada por reforma estatutária aprovada pela Assembleia de Acionistas e formalizada na forma da lei. A Companhia também pode abrir estabelecimentos comerciais como filiais ou agências dentro ou fora do local onde a sede é estabelecida, no país ou no exterior.

Artigo 3 - Duração

A Companhia terá prazo de duração até 31 de dezembro de 2.150, a despeito de poder ser prorrogado esse prazo antecipadamente, a critério da Assembleia de Acionistas, por reforma estatutária, ou ser antecipado da mesma forma, ou por qualquer outra causa prevista em Lei.

CAPÍTULO II

Do Objeto Social

Artigo 4 - Objeto Social

A companhia ou negócio social que constitui o objeto da Companhia consiste em:

- a. A aquisição, processamento, transformação e, em geral, a distribuição e venda sob qualquer modalidade comercial, incluindo o seu financiamento, de todos os tipos de mercadorias e produtos nacionais e estrangeiros, incluindo artigos farmacêuticos, médicos e afins, por atacado e/ou varejo, por meios físicos ou virtuais. Também é responsável pela prestação de serviços complementares como a concessão de crédito para aquisição de bens, a concessão de seguros, a execução de ordens de pagamento, remessas e atividades de apoio a um operador de serviços de pagamento postal devidamente autorizado e registrado pelo Ministério de Tecnologias de Informação e Comunicação; a prestação de serviços de telefonia móvel, a comercialização de pacotes turísticos e de viagens, a reparação e manutenção de bens pessoais, a execução de formalidades e o arrendamento ou qualquer outro título de instalações ou espaços comerciais em armazéns, galerias ou centros comerciais.
- b. A aquisição, criação, organização, estabelecimento, administração e operação de armazéns, supermercados, drogarias e farmácias, armazéns, armazéns e outros estabelecimentos comerciais para a aquisição de bens e produtos de todos os tipos com vistas à sua revenda, sua venda por atacado e/ou varejo, a venda de bens e a prestação de serviços complementares que podem ser comercializados de acordo com sistemas modernos de venda em armazéns múltiplos e/ou auto-serviços especializados, incluindo aqueles conhecidos pelo nome comercial "ALMACENES ÉXITO".
- c. Dar ou alugar instalações comerciais, receber ou dar para locação ou outro título de mero arrendamento, espaços ou bancas de venda ou comércio dentro de seus estabelecimentos comerciais, equipamentos, elementos e acessórios destinados à operação de negócios de distribuição de mercadorias ou produtos e para a prestação de serviços complementares.

- d. Estabelecer, financiar, promover e participar com outras pessoas físicas ou jurídicas no estabelecimento de companhias ou negócios cujo objetivo seja a produção de objetos, bens, artigos ou elementos ou a prestação de serviços relacionados ao objeto social, e estar associado a tais companhias como associado, por meio de contribuições em dinheiro, bens ou serviços.
- e. O desenvolvimento, construção, administração, marketing, administração, operação, arrendamento e exploração econômica de bens imóveis de propriedade da companhia ou de terceiros para qualquer tipo de propósito ou uso. A promoção, execução e investimento em projetos a serem desenvolvidos em imóveis próprios ou de terceiros, direta ou indiretamente, podendo constituir companhias ou qualquer outro tipo de associação, participar de programas ou planos de loteamento, urbanização ou divisão de imóveis para habitação, comércio, indústria, escritórios, etc., e a venda, locação e exploração econômica dos lotes, lotes, instalações, escritórios, casas, apartamentos e, em geral, das unidades imobiliárias resultantes dos projetos imobiliários acima mencionados. A prestação de serviços de estruturação, promoção, desenvolvimento e gestão de projetos e administração e gestão de ativos imobiliários e veículos de investimento imobiliário próprios ou de terceiros.
- f. Aplicar recursos para fins de investimento na aquisição de ações, títulos, papéis comerciais e outros títulos que circulem livremente no mercado, a critério do Conselho de Administração, com a finalidade de fazer investimentos estáveis ou como uma utilização lucrativa e transitória de excedentes de caixa ou excesso de liquidez.
- g. A distribuição por atacado de combustíveis líquidos derivados de petróleo.
- h. A distribuição varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo através de postos de serviços automotivos.
- i. A distribuição de álcoois, biocombustíveis, gás natural para veículos e qualquer outro combustível ou mistura que tenha aplicação nos setores automotivo, industrial, fluvial, marítimo e aéreo em todas as suas classes.

- j. O fornecimento na Colômbia e no exterior de serviços corporativos e comerciais especializados a terceiros, em qualquer área que permita à companhia gerar valor para a companhia.
- k. Constituir, financiar, promover e concordar com outras pessoas físicas ou jurídicas na constituição de empresas ou negócios cujo objetivo seja a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, bem como o desenvolvimento de todas as atividades relacionadas, ligadas, complementares e relacionadas com a distribuição e comercialização de energia, a execução de obras, projetos e consultoria em soluções energéticas, incluindo a prestação de serviços técnicos e a comercialização de produtos associados, diretamente ou através de terceiros.

Na busca de seu objeto social, a Companhia pode adquirir bens móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, necessários para realizar seu objeto social; também pode adquirir e deter ações, cotas e participações em empresas comerciais ou civis e em qualquer outro tipo de associação, títulos de todos os tipos para fins de investimento estável, ou como investimento promocional ou de desenvolvimento para tirar proveito de incentivos fiscais estabelecidos por lei; fazer investimentos temporários em títulos com liquidez imediata para fins de uso produtivo temporário de excedentes de caixa ou excesso de liquidez ou outras liquidações não imediatamente necessárias para o desenvolvimento dos negócios da companhia; importar e exportar bens, produtos, manufaturas de todos os tipos; emitir títulos de crédito e/ou papéis comerciais ou outros títulos de emissão em massa autorizados por lei ou regulamentos para colocação pública, tomar dinheiro em fundos mútuos, desenvolver ou entrar em operações firmes de factoring com recursos próprios, fornecer garantias sobre seus bens móveis ou imóveis e entrar em operações financeiras que lhe permitam adquirir fundos ou outros ativos, ou assegurar o fornecimento de bens e/ou serviços, alguns ou outros necessários para o desenvolvimento da companhia; atuar como agente ou representante de empresários nacionais ou estrangeiros, e celebrar todos os tipos de contratos relacionados à distribuição de bens e/ou venda de bens e serviços; promover e incorporar ou investir em empresas ou qualquer outra forma de associação, para o desenvolvimento de quaisquer atividades incluídas dentro do objeto social acima indicado, fundir-se com eles ou com outras empresas, absorvê-los, ou cindir-se; adquirir marcas, emblemas, nomes comerciais, patentes ou outros direitos de propriedade industrial ou intelectual, explorá-los ou conceder sua exploração a terceiros sob licença contratual; e, em geral, realizar todos os atos e celebrar todos os contratos, qualquer que seja sua natureza, que

estejam relacionados com o objeto social ou que se destinem a exercer os direitos e cumprir as obrigações, legal ou convencionalmente derivadas da existência e atividades realizadas pela Companhia.

CAPÍTULO III

Do Capital

Artigo 5 - Capital Autorizado

O capital autorizado da Companhia, expresso em moeda legal colombiana, é de cinco mil trezentos milhões de pesos (5'300.000.000) M.L., dividido em quinhentos e trinta milhões (530.000.000) de ações ordinárias, com valor nominal unitário de dez pesos (\$10,00) M.L. O valor indicativo do capital autorizado acima pode ser modificado a qualquer momento, por reforma estatutária aprovada pela Assembleia de Acionistas e depois solenizada na forma legal.

Parágrafo [único]. Enquanto as ações da companhia forem negociadas na bolsa de valores, o aumento do capital autorizado, a diminuição do valor do capital subscrito ou o cancelamento voluntário do registro das ações no Registro Nacional de Títulos e Valores ou na Bolsa de Valores exigirá a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas com maioria ordinária, desde que tenham sido observados os requisitos legais sobre convocação, especificação da ordem do dia, publicidade e outras indicações prescritas pelos artigos 13 e 67 da Lei 222 de 1995, ou por qualquer regulamentação que os modifique ou complemente.

Artigo 5 bis - Redução do capital subscrito

A redução do capital subscrito da Companhia pode ser efetuada de acordo com os requisitos estabelecidos por lei, por meio de uma emenda ao Contrato Social aprovada pela Assembleia Geral, sujeito às disposições legais sobre maioria, motivos da proposta, especificação do item na ordem do dia, publicidade e aviso prévio da reunião.

Artigo 6 - Ações em reserva

A diferença entre o valor do capital subscrito e realizado e o valor correspondente ao capital autorizado, fixado no Artigo 5º, bem como quaisquer novos valores que possam ser criados como resultado de aumentos subsequentes desse valor, permanecerá em reserva, à disposição do Conselho de Administração para colocação nos momentos que este determinar e sujeito aos regulamentos que este emitir para esse fim, de acordo com as disposições legais e estatutárias.

Artigo 7 - Emissão e subscrição de ações

As ações ordinárias em reserva permanecem à disposição do Conselho de Administração para que este possa decidir emití-las quando julgar apropriado. O regulamento de subscrição será elaborado pelo Conselho de Administração e as disposições do Artigo 41 (d) da Lei 964 de 2005 não precisam ser aplicadas com relação a ele.

As questões devem ser feitas com direitos de preferência. Em qualquer nova emissão de ações, os acionistas terão o direito de subscrever, em caráter preventivo, um valor proporcional ao valor registrado no livro de registro dos acionistas na data em que o regulamento for aprovado. Entretanto, o direito de preferência dos acionistas não se aplica nos seguintes casos:

- a. Quando a Assembleia de Acionistas assim o decidir, com o voto favorável de pelo menos setenta por cento (70%) das ações presentes na assembleia, desde que essa maioria especial, prevista no artigo 420, parágrafo 5, do Código de Comércio, permaneça em vigor.
- b. No caso de questões destinadas a serem subscritas exclusivamente por funcionários da Companhia ou de suas empresas subordinadas em reconhecimento da senioridade e excelência de seus serviços ou por outras razões de justiça igual ou coexistência livremente apreciadas e adotadas pelo Conselho de Administração. Para este fim, o Conselho de Administração pode emitir e regular até 10% (dez por cento) das ações atualmente em reserva e a mesma porcentagem daquelas que poderão ser criadas no futuro para aumentar o capital autorizado. Assim, o Conselho de Administração determinará livremente o número de ações a serem emitidas, a pessoa ou pessoas beneficiadas pela subscrição e a proporção desta, o preço, a forma de pagamento e todos os outros detalhes da subscrição.

O Conselho de Administração pode usar seu poder com a frequência que julgar conveniente, dentro do limite da porcentagem de ações em reserva acima mencionada, e pode conceder a um funcionário o direito de subscrever uma ou mais vezes, seja funcionário, acionista ou não, e também pode conceder o direito a futuras subscrições do mesmo tipo.

Parágrafo [único]. Em razão da proibição legal, nem a pessoa que exerce o cargo de Auditor Estatutário nem seu adjunto terão o direito de subscrever, mas se houver um funcionário que mereça esse direito, o Conselho de Administração poderá conferi-lo por ocasião de sua aposentadoria definitiva.

- c. No caso de fusões, cisões ou similares e em todos os eventos em que houver necessidade ou subscrição de ações com pagamento em espécie, capitalização de créditos, bem como naqueles eventos em que a subscrição for paga em dinheiro, mas cujo produto deva ser utilizado para a aquisição de ativos fixos ou estabelecimentos comerciais, o Conselho de Administração está autorizado a emitir e regular, sujeito a direitos de preferência, o número de ações necessárias para cobrir o valor dos ativos de acordo com a avaliação determinada pelo mesmo Conselho de Administração e aprovada pela respectiva Superintendência, no caso de ser este o caso.

CAPÍTULO IV

Das Ações

Artigo 8 - Características

As ações da companhia são registradas, ordinárias e de capital, e como tal conferem a seu titular todos os direitos consagrados por lei para ações desta classe. A Assembleia Geral de Acionistas pode, no entanto, a qualquer momento, sujeito aos requisitos estabelecidos neste estatuto e na lei, criar ações preferenciais, ações com dividendo preferencial e sem direito a voto, ações com fins lucrativos ou industriais, e estabelecer séries diferentes para cada uma delas. As ações podem circular de forma materializada ou desmaterializada, de acordo com a lei.

A Companhia dará tratamento igual a todos os acionistas dentro da mesma classe de ações que estão na mesma base, sem dar a alguns acionistas acesso a informações privilegiadas sobre outros.

Artigo 9 - Indivisibilidade

As ações são indivisíveis e, conseqüentemente, quando por qualquer razão legal ou convencional uma ação pertence a várias pessoas, elas devem nomear um representante comum e único para exercer os direitos correspondentes à qualidade de acionista. Na ausência de acordo, o juiz do escritório registrado nomeará o representante, a pedido de qualquer parte interessada.

Artigo 10 - Títulos

A Companhia emitirá para cada acionista o certificado que comprove sua condição como tal, para o número total de ações de sua propriedade, a menos que ele solicite certificados parcialmente coletivos. A Companhia não deve emitir certificados para frações de ações. Os certificados provisórios e definitivos serão emitidos em série contínua, com as assinaturas do Presidente e do Secretário, e deverão conter os dados prescritos por lei, de acordo com o texto e a forma externa a ser determinada pelo Conselho de Administração. Para os fins acima, a reprodução mecânica dessas assinaturas é autorizada.

Parágrafo Primeiro. Até que o valor das ações seja totalmente coberto, somente títulos provisórios serão emitidos aos subscritores.

Parágrafo Segundo. Caso a Companhia decida desmaterializar as ações, deverá emitir um certificado global para cada classe de ações em que o capital subscrito for dividido. Esses títulos serão mantidos em custódia e administração de uma entidade especializada ou de um depositário centralizado de títulos previamente escolhido pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. Os detentores de ações desmaterializadas podem solicitar um certificado que as legitime como tal à entidade especializada ou ao Depósito Centralizado de Títulos, a fim de exercer os direitos inerentes a tal status.

Artigo 11 - Registro de ações

Certificados provisórios e definitivos, bem como a alienação ou transferência de ações, gravames e ações judiciais relacionadas, penhoras e outros ônus ou limitações à sua titularidade, deverão ser registrados no livro "Registro de Ações", que deverá ser mantido pela Companhia na forma prescrita por lei. Este livro deverá ser registrado na Câmara de Comércio do escritório registrado.

Em virtude da natureza nominativa das ações, a Companhia reconhecerá a condição de acionista ou titular de direitos sobre ações somente à pessoa registrada como tal no registro acima mencionado.

Parágrafo Primeiro. Nenhum ato de alienação ou transferência de ações, penhora ou limitação, penhora ou atribuição produzirá efeitos em relação à Companhia e a terceiros, exceto em virtude de seu registro no livro de Registro de Ações, o que a Companhia não pode se recusar a fazer, exceto por ordem de uma autoridade competente, ou no caso de ações cuja negociação exija certos requisitos ou formalidades que não tenham sido cumpridos.

Parágrafo Segundo. A circulação, os ônus e outros assuntos e operações relacionados às ações desmaterializadas serão regidos pelas disposições dos regulamentos legais aplicáveis aos títulos desmaterializados, bem como por todos os regulamentos atuais e subsequentes que os complementem, modifiquem ou complementem.

Parágrafo Terceiro. Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia pode delegar a uma entidade especializada ou a um Depósito Centralizado de Títulos, a manutenção do livro de registro dos acionistas. Se a Companhia delegar a manutenção do livro de registro dos acionistas a uma entidade especializada ou a um Depósito Centralizado de Títulos, a entidade responsável por tal manutenção fará as entradas correspondentes dos subscritores das ações de acordo com as disposições das normas legais aplicáveis aos títulos desmaterializados.

Artigo 12 - Títulos duplicados

A emissão de certificados duplicados devido a furto, roubo, perda ou deterioração dos certificados correspondentes estará sujeita aos requisitos estabelecidos por lei. No caso de ações desmaterializadas, e caso a administração do livro de registro do acionista tenha sido delegada a um terceiro, o acionista pode solicitar um novo certificado à entidade especializada ou ao Depósito Centralizado de Títulos correspondente.

Artigo 13 - Impostos

Os impostos cobrados sobre a transferência das ações serão pagos pelos acionistas, mas aqueles cobrados sobre a emissão das ações serão cobertos pela Companhia.

Artigo 14 - Representação

Os direitos inerentes à condição de acionista podem ser exercidos através de procuradores ou agentes nomeados por escritura pública, ou por documento particular, carta ou telefax endereçado à Companhia, ou em outra forma escrita. A representação de ações para deliberar e votar nas reuniões da Assembleia Geral de Acionistas, e os procuradores concedidos pelos acionistas para este fim, estão sujeitos às proibições, limitações e exigências estabelecidas por lei. Tais procurações serão concedidas por escrito, indicando o nome do procurador ou representante, a pessoa a quem ele pode substituir o procurador, se aplicável, e a data ou hora da reunião ou reuniões para as quais elas são concedidas. As procurações outorgadas no exterior exigirão apenas as mesmas exigências.

Parágrafo [único]. A menos que o principal declare o contrário, a procuração conferida para uma reunião específica da Assembleia Geral será suficiente para representar o principal em reuniões sucessivas após aquela reunião.

Artigo 15 - Negociação

As ações são títulos patrimoniais, negociáveis de acordo com a lei, exceto em casos legalmente isentos. Em casos de alienação, a inscrição no Registro de Ações será feita em virtude de uma ordem escrita da parte alienante, seja por meio de uma "carta de transferência" ou na forma de um endosso do respectivo título. Nas vendas forçadas e nos casos de loteamento, o registro será efetuado mostrando o original ou uma cópia autenticada dos documentos

relevantes contendo o pedido ou a comunicação da pessoa legalmente obrigada a fazê-lo. Para fazer um novo registro e emitir o título ao comprador, a Companhia deverá cancelar previamente os títulos emitidos ao negociante ou proprietário anterior, exceto no caso em que a tradição tenha sido feita com relação a um título que esteja em um depósito descentralizado de títulos, caso em que o mesmo não deverá ser cancelado e, conseqüentemente, não deverá ser emitido um novo título, mas o respectivo registro deverá ser feito em virtude de uma comunicação emitida pela entidade depositária dos títulos.

Parágrafo Primeiro. A Companhia não assumirá responsabilidade por fatos ou circunstâncias não registradas na ordem de transferência e que possam afetar a validade do contrato entre o cedente e o cessionário, e ao aceitar ou rejeitar transferências, somente considerará o cumprimento das formalidades externas da transferência. Também não assumirá responsabilidade quando o registro for feito em virtude de uma decisão judicial, ação notarial ou instrução emitida por um Depositário Centralizado de Títulos.

Parágrafo Segundo. Caso nada em contrário esteja expresso no documento que registra a transferência ou na ordem correspondente, os dividendos a pagar pertencerão ao adquirente a partir da data do referido documento ou ordem, a menos que tenham sido negociados através de uma bolsa de valores, caso em que se aplicarão as regras relativas à "data ex-dividendo", de acordo com as disposições da lei.

CAPÍTULO V

TÍTULO I

Da Gestão e Administração

Artigo 16 - Órgãos Sociais

Para fins de sua gestão, administração e representação, a Companhia possui os seguintes órgãos: a) Assembleia Geral de Acionistas; b) Conselho de Administração; c) Presidente e d) Presidência Operacional do Varejo Colômbia. A administração da companhia corresponde, em primeiro lugar, à Assembleia Geral de Acionistas e, em segundo

lugar, ao Conselho de Administração, conforme delegado por ela. A representação legal da Companhia e a gestão dos negócios corporativos será de responsabilidade do Presidente da Companhia.

Parágrafo Primeiro. Cada um dos órgãos acima mencionados terá as funções e poderes a eles conferidos por estes Estatutos, os quais deverão exercer de acordo com as regras especiais aqui estabelecidas e as disposições legais.

Parágrafo Segundo. Quando estes estatutos não indicarem expressamente o cargo de Presidente com a qualificação especial de Operador de Varejo Colômbia, deverá ser feita referência em todos os casos ao cargo de Presidente, de acordo com o parágrafo (c) deste artigo.

TÍTULO II

Da Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 17 - Composição

A Assembleia Geral será constituída pelos Acionistas inscritos no Registro de Ações, por eles mesmos, ou por seus representantes legais ou procuradores nomeados por escrito, reunidos com o quorum e nas condições previstas nestes Estatutos Sociais.

Artigo 18 - Sessão Ordinária

A Assembleia Geral de Acionistas realizará sua reunião ordinária anualmente, no máximo até 31 (trinta e um) de março no município ou sede social, por convocação do Conselho de Administração ou do Presidente da Companhia, a fim de examinar a situação da Companhia, nomear os diretores e outros executivos de sua escolha, determinar as diretrizes econômicas da Companhia, considerar as contas e balanços do último exercício financeiro, deliberar sobre a distribuição dos lucros e acordar todas as medidas para assegurar o cumprimento do objeto social da Companhia. Caso não seja convocada, e desde que a lei em vigor preveja a possibilidade de realizar reuniões ex officio, a Assembleia Geral de Acionistas poderá se reunir ex officio no primeiro dia útil de abril às dez horas da manhã (10 da

manhã), nos escritórios do domicílio principal onde a administração opera, e deverá se reunir e decidir validamente com um número plural de pessoas, independentemente do número de ações representadas.

Parágrafo Primeiro. A reunião deve ser convocada com pelo menos trinta (30) dias de antecedência. (30) dias comuns de antecedência, sem prejuízo do cumprimento das normas legais, e deverá mencionar o depósito, durante o período indicado no artigo 447 do Código de Comércio, nos escritórios da administração do domicílio principal, das demonstrações contábeis, relatórios, propostas, livros e outros papéis correspondentes que, de acordo com as normas legais, estejam disponíveis para inspeção ou consulta pelos acionistas.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração e os administradores deverão abster-se de submeter à consideração da Assembleia Geral qualquer item que não tenha sido incluído na ordem do dia publicada com o aviso de convocação.

Parágrafo Terceiro. Dentro de cinco (5) dias ordinários após a publicação da convocatória de uma assembleia ordinária, qualquer acionista poderá: (i) propor de maneira substanciada a introdução de um ou mais itens na ordem do dia da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) apresentar de maneira substanciada novas propostas para decisões sobre assuntos já incluídos na ordem do dia; e (iii) solicitar informações ou fazer perguntas sobre assuntos incluídos na ordem do dia. O Conselho de Administração regulará a forma como tratará tais pedidos dos acionistas. Se a proposta do acionista de incluir um ou mais itens na ordem do dia for aceita pelo Conselho de Administração, um suplemento à convocação da Assembleia de Acionistas deverá ser publicado pelo menos quinze (15) dias ordinários antes da assembleia ou quinze (15) dias úteis antes da assembleia, se o novo item a ser incluído for um daqueles que dão aos acionistas o direito de inspeção. Em qualquer caso, os acionistas mantêm o direito de levantar suas propostas durante a Assembleia de Acionistas, a menos que se trate de submeter à consideração da Assembleia de Acionistas a segregação (cisão inadequada) da Companhia se tal decisão corresponder a este órgão, ou quando se tratar de outros assuntos que, de acordo com a lei, só possam ser discutidos após a observância de requisitos especiais relativos a aviso, publicidade e depósito do projeto para estudo dos acionistas durante o prazo previsto para o direito de inspeção.

Artigo 19 - Sessões Extraordinárias

Reuniões extraordinárias serão realizadas quando as necessidades imprevistas ou urgentes da Companhia assim o exigirem, por convocação do Conselho de Administração, do Presidente ou do Auditor Estatutário, por iniciativa própria ou a pedido de um número de acionistas representando um quarto (1/4) ou mais das ações subscritas. Como regra geral, a notificação deverá ser feita com pelo menos quinze (15) dias de antecedência, sem prejuízo do cumprimento das normas legais, por um dos meios indicados no artigo vinte, e a ordem do dia deverá necessariamente ser incluída na notificação. Salvo disposição legal em contrário, nas reuniões extraordinárias, a Assembleia de Acionistas não poderá tratar de itens não incluídos na ordem do dia indicada na convocação, exceto por decisão adotada pela maioria das ações representadas na reunião estabelecida por lei, uma vez esgotada a ordem do dia.

Artigo 20 - Convocação

O aviso deverá conter a ordem do dia da reunião, especificando cada um dos itens a serem discutidos, e deverá ser comunicado aos acionistas por qualquer um dos seguintes meios: (i) carta ou comunicação escrita enviada ao endereço que cada acionista registrou na Companhia para ser anotada no Livro de Registro de Ações; (ii) notificação pessoal, sob a assinatura de cada um dos acionistas; (iii) aviso publicado em um jornal que circule no principal local de negócios da Companhia. Para fins de cálculo dos prazos de notificação, sejam dias úteis ou dias ordinários, conforme o caso, tanto o dia em que a notificação for enviada ou publicada como o dia da reunião serão deduzidos.

Parágrafo [único]. Direito de inspeção. Durante os quinze (15) dias úteis imediatamente anteriores à Assembleia Geral de Acionistas em que o balanço de final de ano deve ser considerado, ou nos outros eventos previstos na lei aplicável, os documentos exigidos por lei para o exercício do direito de inspeção deverão ser colocados à disposição dos acionistas nos escritórios da administração. Os acionistas serão informados deste fato na convocação da reunião. Durante o período acima mencionado, os acionistas podem exercer o direito de inspeção em seu favor, nos termos estabelecidos por lei, pelo Contrato Social e pelo Código de Governança Corporativa da Companhia.

Artigo 20 bis - Sessões de Convocação Especial

Sem prejuízo do prazo de aviso prévio estabelecido para as reuniões ordinárias da Assembleia Geral, para aquelas reuniões em que projetos relativos a fusões, cisões, transformações da Companhia ou cancelamento voluntário do

registro de suas ações no Registro Nacional de Valores Mobiliários ou na Bolsa de Valores devam ser submetidos à consideração, o aviso prévio deverá ser dado com pelo menos quinze (15) dias úteis de antecedência. O aviso de convocação deverá indicar especificamente as questões a serem discutidas e informar sobre o depósito, durante o mesmo período de tempo, nos escritórios do domicílio principal do respectivo projeto ou informar sobre os motivos da proposta, para consulta pelos acionistas. Da mesma forma, devem ser feitas advertências quanto à possibilidade de exercício do direito de retirada.

Parágrafo [único]. Quando se pretende discutir o aumento do capital autorizado ou a redução do capital subscrito, o respectivo item deve ser incluído na ordem do dia indicada na convocação da reunião. Nesses casos, os diretores da Companhia deverão preparar um relatório sobre os motivos da proposta, que será disponibilizado aos acionistas nos escritórios de administração da Companhia durante o período previsto para o direito de inspeção.

Artigo 21 - Sessões sem Aviso e Decisões por Voto Remoto

A Assembleia de Acionistas pode se reunir em qualquer lugar, deliberar e decidir validamente, sem aviso prévio, quando todas as ações subscritas estiverem representadas. As decisões também serão válidas quando todos os acionistas expressarem por escrito o sentido de seu voto em pontos específicos, nos termos estabelecidos pelo artigo 20 da Lei 222 de 1995.

Artigo 22 - Quorum Deliberativo

Sujeita a exceções legais, a Assembleia de Acionistas deliberará com uma pluralidade de acionistas representando pelo menos metade (1/2) mais 1 (uma) das ações subscritas a partir da data da Assembleia. (1) das ações subscritas na data da reunião. Se, por falta de quorum, a Assembleia não puder deliberar, uma nova Assembleia será convocada e decidirá validamente com um ou mais acionistas, independentemente do número de ações que eles representem.

Parágrafo Primeiro. As reuniões em segunda convocação não devem ser realizadas antes de dez (10) dias e não depois de trinta (30) dias, ambos os termos de dias úteis.

Parágrafo Segundo. No caso de Assembleias por direito próprio, e desde que a lei aplicável preveja, no primeiro dia útil de abril, a Assembleia de Acionistas poderá deliberar e decidir validamente nos principais escritórios da administração com um número plural de acionistas, independentemente do número de ações que eles representem.

Artigo 23 - Decisões por Maioria

As decisões da Assembleia de Acionistas serão tomadas por maioria absoluta dos votos correspondentes às ações representadas na Assembleia, com as seguintes exceções:

- a. Desde que exigido pelos artigos 155 e 454 do Código de Comércio, ou qualquer regulamento que os substitua ou modifique, a distribuição de lucros exigirá a aprovação de um número plural de acionistas que representem pelo menos setenta e oito por cento (78%) das ações representadas na Assembleia. Na ausência de aprovação por essa maioria, a distribuição não deverá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) dos lucros ou o restante, se for necessário compensar as perdas de anos anteriores. Se a soma das reservas legais, estatutárias e eventuais exceder o valor do capital subscrito, o percentual obrigatório do lucro líquido a ser distribuído, na ausência da maioria acima mencionada, será de setenta por cento (70%).
- b. A decisão sobre a colocação de ações sem preferência pelos acionistas, no caso do artigo sete deste estatuto, exigirá a aprovação pelos votos de setenta por cento (70%) das ações representadas, desde que isso seja exigido pelo numeral 5 do artigo 420 do Código de Comércio ou qualquer regulamento que o substitua ou modifique.
- c. O pagamento do dividendo em ações integralizadas da Companhia, em base obrigatória para o acionista, exigirá o voto favorável de oitenta por cento (80%) das ações representadas por procuração. (80%) das ações representadas, desde que exigido pelo artigo 455 do Código de Comércio ou por qualquer regra que o substitua ou modifique.
- d. No caso de uma cisão, será exigida a unanimidade das ações representadas na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia para modificar a proporção na qual os acionistas da companhia cindida, neste caso a

Companhia, devem participar do capital da companhia beneficiária de acordo com a lei, desde que isso seja exigido pelo Artigo 3 da Lei 222 de 1995 ou qualquer regulamento que a substitua ou modifique.

- e. Quaisquer outras que, em virtude de normas legais obrigatórias, exijam uma maioria qualificada ou especial, maior do que a maioria absoluta.

Artigo 24 - Direito de Voto

Cada ação registrada no livro de Registro de Ações conferirá o direito a um voto na Assembleia de Acionistas, sem restrição quanto ao número de votos que podem ser emitidos pelo titular ou seu representante, mas sujeito às proibições ou desqualificações estabelecidas por lei para votar em determinadas decisões, como no caso dos diretores e funcionários da Companhia para votar em balanços, contas de final de ano e contas de liquidação. Os votos correspondentes ao mesmo acionista não podem ser divididos.

Artigo 25 - Atas da Presidência

As sessões da Assembleia Geral serão presididas pelo Presidente da companhia e/ou por qualquer um dos membros do Conselho de Administração; e na ausência de qualquer um deles, pela pessoa designada pela Assembleia dentre os presentes, pela maioria dos votos correspondentes às ações representadas. Os anais da Assembleia de Acionistas serão registrados no Livro de Atas, registrado na Câmara de Comércio da sede social. A ata será assinada pela pessoa que presidir a reunião, pelo Secretário ou Secretário ad hoc agindo na reunião e, na falta deste, pelo Auditor Estatutário, e será aprovada pela Assembleia de Acionistas, que poderá delegar este poder a uma comissão plural designada para este fim (Art. 189 do Código de Comércio, ou qualquer regulamento que possa emendá-lo ou acrescentá-lo). As atas devem conter os detalhes e os enunciados exigidos pelas disposições legais.

Parágrafo [único]. As atas das reuniões não presenciais do mais alto órgão corporativo devem conter a assinatura de um representante legal e do secretário da companhia. Na ausência de uma secretária, a ata deve ser assinada por um dos acionistas.

Artigo 26 - Regras de Votação

As seguintes regras devem ser observadas nas ações e votações a serem tomadas na Assembleia de Acionistas:

- a. A votação será por voto escrito somente quando assim ordenada pela pessoa que preside a Assembleia de Acionistas, ou quando o sistema de quociente eleitoral for aplicado;
- b. Serão feitas cédulas separadas para cada eleição unitária, mas quando se trata de eleger um diretor e um suplente para o mesmo cargo, a eleição será feita em conjunto;
- c. Se ocorrer um empate em uma eleição unitária, uma nova cédula será realizada, e se houver também um empate, a nomeação será considerada suspensa. Se ocorrer um empate na votação de propostas ou resoluções, tais propostas ou resoluções serão consideradas como negativas.
- d. Quando o nome de um candidato é repetido uma ou mais vezes na mesma cédula, somente os votos a seu favor correspondentes a essa cédula serão contados; mas se a repetição consiste em aparecer tanto como principal quanto como suplente, a inclusão como suplente não será levada em conta;
- e. Se qualquer cédula contiver um número maior de nomes do que deveria conter, a primeira a ser colocada na cédula deve ser contada, até o número devido. Se o número for menor, os nomes que contém devem ser contados;
- f. Para a integração do Conselho de Administração e das comissões ou órgãos colegiados, o sistema de quociente eleitoral será aplicado, na forma prescrita por lei, a menos que os votos correspondentes a todas as ações representadas na reunião sejam emitidos por unanimidade, ou a menos que o Governo Nacional estabeleça a obrigação de aplicar um sistema de votação diferente;
- g. A Companhia não pode votar com suas próprias ações recompradas detidas pela Companhia;

- h. No caso de emendas ao Contrato Social, cada artigo ou grupo de artigos que estejam substancialmente relacionados entre si deverá ser votado separadamente, a menos que um acionista ou grupo de acionistas representando pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social solicite que seja votado separadamente durante a Assembleia de Acionistas. Da mesma forma, emendas ao Contrato Social podem ser votadas como um todo, e não separadamente para cada artigo ou grupo de artigos, quando assim aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas com maioria absoluta de votos.

Artigo 27 - Funções e Atribuições

As funções e atribuições da Assembleia Geral de Acionistas são as seguintes:

- a. Eleger e remover livremente os membros do Conselho de Administração, o Auditor Estatutário, e aprovar a política de sucessão para esses cargos, quando aplicável, que deverá ser proposta pelo Conselho de Administração;
- b. b. Aprovar a política geral de remuneração para os membros do Conselho de Administração e, caso o Conselho de Administração assim o proponha, definir a estrutura geral dentro da qual o Conselho de Administração poderá reconhecer um componente de remuneração variável para a Alta Administração com base no desempenho das ações da Companhia no mercado;
- c. Examinar as contas a serem prestadas anualmente pelo Conselho de Administração e pelo Presidente, ou quando assim requerido pela Assembleia; e consequentemente aprovar, desaprovar ou modificar as demonstrações contábeis e divulgações correspondentes que, de acordo com os regulamentos legais, devem submeter à sua consideração;
- d. Nomear um comitê plural entre seus membros para estudar as contas, demonstrações contábeis e outros relatórios desta natureza, quando não tiverem sido aprovados, e para se reportar à Assembleia de Acionistas dentro do prazo estabelecido para este fim;

- e. Considerar os relatórios do Conselho de Administração e do Presidente sobre o estado dos negócios corporativos, divulgações, dados contábeis e estatísticos exigidos por lei; as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração com as demonstrações contábeis, e o relatório do Auditor Estatutário;
- f. Dispor dos lucros estabelecidos de acordo com as demonstrações contábeis de situação e resultados, uma vez aprovados, sujeitos às disposições legais e às disposições destes estatutos. No exercício deste poder, pode criar ou aumentar reservas voluntárias ou ocasionais para fins específicos; e fixar o valor do dividendo, a forma e o prazo para seu pagamento;
- g. Ordenar a transferência ou mudança de uso das reservas ocasionais ou voluntárias, sua distribuição ou sua capitalização, quando forem desnecessárias;
- h. Lucros apropriados para a reserva para recompra de ações, sujeitos às disposições estatutárias e legais, e autorizar a aquisição das próprias ações da Companhia;
- i. Orientar que uma determinada emissão de ações ordinárias seja colocada sem direitos de preferência;
- j. Criar ações industriais ou benéficas; emitir ações preferenciais, regular sua colocação, determinar a natureza e extensão dos privilégios, reduzi-los ou aboli-los, sujeito às regras destes estatutos e às disposições da lei;
- k. Acordar (i) a fusão da companhia, ativa ou passivamente, com outra empresa ou empresas, (ii) sua transformação, (iii) sua cisão, (iv) a segregação (cisão inadequada), alienação, oneração ou arrendamento da companhia ou de parte de seus ativos quando, na opinião do Conselho de Administração, tal operação comprometa ativos essenciais para o desenvolvimento do objeto social, (v) a aquisição de outras companhias ou ativos quando, na opinião do Conselho de Administração, esta operação possa resultar em uma modificação efetiva do objeto social, (vi) a dissolução ou extensão antecipada do prazo de duração e, (vii) em geral, qualquer reforma, extensão ou modificação do Contrato Social;
- l. Ordenar as ações legais apropriadas contra os diretores, diretores executivos ou o Auditor Estatutário;

- m. Nomear, em caso de dissolução da Companhia, um ou mais liquidatários e um suplente para cada um deles, removê-los, fixar sua remuneração e dar-lhes as ordens e instruções necessárias para a liquidação, e aprovar suas contas. Até que a nomeação do liquidante e do liquidante suplente seja feita e registrada, a pessoa que é o Presidente da Companhia no momento em que a Companhia entrar em liquidação será o liquidante e seus suplentes serão aqueles que são seus suplentes naquele momento, em sua ordem de precedência;
- n. Criar e colocar ações com dividendo preferencial e sem direito a voto; entretanto, estas não podem representar mais do que a porcentagem máxima (%) estabelecida por lei;
- o. Adotar, em geral, todas as medidas necessárias para cumprir o Contrato Social e o interesse comum dos acionistas;
- p. Quaisquer outras funções a ela atribuídas por lei ou por estes estatutos, e aquelas que não correspondem a outro órgão corporativo.

Artigo 28 - Delegação

A Assembleia Geral pode delegar à Diretoria ou ao Presidente, para casos específicos ou por um período definido, qualquer ou algumas de suas funções, desde que, por sua natureza, possam ser delegadas e a delegação não seja proibida. Entretanto, as funções contidas nos parágrafos a), b), f), g), i) e k) do artigo 27 deste estatuto devem ser entendidas como funções exclusivas da Assembleia Geral de Acionistas e, conseqüentemente, como não delegáveis.

TÍTULO III

Do Conselho de Administração

Artigo 29 - Composição

O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros ou Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, dos quais pelo menos três devem ser independentes nos termos da Lei 964 de 2005, ou dos regulamentos que a acrescentam ou modificam.

Parágrafo [único]. O Presidente da Companhia, como tal, não é membro do Conselho de Administração, mas deverá participar de todas as reuniões dele, com voz mas sem voto, e não receberá remuneração especial por sua presença. Em qualquer caso, o Conselho de Administração pode se reunir, deliberar e decidir validamente sem a presença do Presidente da Companhia. Entretanto, tal executivo pode ser membro do Conselho de Administração em virtude da eleição pela Assembleia de Acionistas e, nesse caso, terá os direitos e prerrogativas correspondentes aos outros Conselheiros.

Artigo 30 - Mandato dos Conselheiros

Os Conselheiros serão nomeados para mandatos de 02 (dois) anos, mas poderão ser reeleitos indefinidamente e destituídos livremente pela Assembleia de Acionistas a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro. Os Conselheiros não podem ser substituídos em eleições parciais sem uma nova eleição pelo sistema de quociente eleitoral, a menos que as vagas sejam preenchidas por unanimidade dos votos correspondentes às ações representadas na reunião.

Parágrafo Segundo. Todos os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia de Acionistas por meio do sistema de quociente eleitoral em 02 (duas) cédulas, uma para a eleição dos membros independentes e outra para a eleição dos membros restantes. Entretanto, a eleição de todos os membros do Conselho de Administração pode ser realizada em uma única votação, sempre que for assegurado que pelo menos 03 (três) membros independentes serão alcançados ou quando apenas uma lista, que inclui pelo menos 03 (três) membros independentes, for apresentada.

Artigo 31 - Presidente do Conselho

Para o mandato para o qual foi eleito, o Conselho de Administração nomeará dentre seus membros um Presidente, que deverá ser independente, que presidirá as reuniões, dirigirá as deliberações e os trabalhos da companhia; na ausência de seu Presidente, as reuniões serão presididas por um dos membros presentes à reunião, nomeado ad hoc. Quem tiver o status de representante legal não poderá atuar como Presidente do Conselho de Administração. As funções do Presidente do Conselho de Administração, além daquelas definidas pelo próprio Conselho de Administração, serão as seguintes: (i) assegurar que o Conselho de Administração estabeleça e implemente eficientemente a direção estratégica da Companhia; (ii) promover a governança da Companhia, atuando como um elo de ligação entre os acionistas e o Conselho de Administração; (iii) coordenar e planejar o funcionamento do Conselho de Administração, estabelecendo um plano de trabalho anual baseado nas funções atribuídas; (iv) convocar reuniões, diretamente ou através do Secretário do Conselho de Administração; (v) preparar a ordem do dia das reuniões, em coordenação com o Presidente da Companhia, o Secretário do Conselho de Administração e os outros membros; (vi)

assegurar a entrega oportuna de informações aos membros da Diretoria, diretamente ou através do Secretário da Diretoria; (vii) presidir reuniões e administrar discussões; (viii) assegurar a execução das resoluções da Diretoria e o acompanhamento das atribuições e decisões da Diretoria; (ix) monitorar a participação ativa dos membros da Diretoria; e (x) liderar o processo anual de avaliação da Diretoria e dos Comitês, exceto para sua própria avaliação.

Artigo 32 - Reuniões

O Conselho de Administração deverá se reunir pelo menos oito (8) vezes durante o ano; mas poderá realizar reuniões extraordinárias quando convocado pela própria Diretoria, pelo Presidente, pelo Auditor Estatutário ou por dois de seus Membros. A convocação para reuniões extraordinárias deve ser comunicada com pelo menos um dia de antecedência, mas quando todos os membros estiverem reunidos, poderão deliberar validamente em qualquer lugar e adotar decisões, sem a necessidade de convocação prévia.

Parágrafo Primeiro. As reuniões serão realizadas no escritório registrado ou em qualquer outro lugar que possa ser acordado pela Diretoria.

Parágrafo Segundo. Nos casos e sujeitos aos requisitos estabelecidos por lei, as deliberações e decisões da Diretoria podem ser feitas por meio de comunicação simultânea ou sucessiva entre seus membros, por exemplo, por telefone, telefax, rádio ou qualquer outra forma apropriada de transmissão e recepção de mensagens audíveis ou imagens visíveis. As decisões também podem ser tomadas por meio de votação por escrito à distância emitida por seus membros em um único documento ou em documentos separados, indicando claramente a direção do voto emitido por cada um deles, desde que o documento ou documentos sejam recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo representante legal no prazo máximo de um mês a partir da data da primeira comunicação recebida.

Artigo 33 - Normas de Funcionamento

O funcionamento da Diretoria será regido pelas seguintes regras:

- a. Sujeito às disposições do parágrafo 29 deste Contrato Social, o Presidente da Companhia deverá participar das reuniões, mas o Conselho de Administração poderá validamente se reunir e decidir sem sua presença;
- b. Ela deliberará com a presença de cinco (5) de seus membros, e essa mesma maioria de votos será necessária para aprovar decisões, exceto nos casos em que estes Estatutos ou disposições legais exigirem uma maioria especial.

Parágrafo [único]: Em caso de potencial conflito de interesses (entendido como o contemplado no artigo 23 da Lei 222 de 1995, bem como qualquer outro regulamento que o complemente, modifique ou substitua no futuro) em virtude do qual um ou mais membros do Conselho de Administração devem se abster de participar da deliberação e votação, o quorum será formado pelos membros do Conselho de Administração, o quorum será constituído pelos membros do Conselho de Administração que não estejam sujeitos ao potencial conflito de interesses, e as decisões serão tomadas por maioria simples desses membros, desde que seja atingido o quorum legalmente exigido. Caso contrário, a decisão que der origem ao conflito potencial deverá ser submetida à consideração da Assembleia Geral de Acionistas.

- c. Quando houver um empate na votação de propostas ou resoluções, estas serão consideradas como rejeitadas. Se a votação estiver empatada em uma nomeação, uma nova votação será realizada, e se a votação estiver novamente empatada, a nomeação será considerada suspensa;
- d. As atas de todas as reuniões e das decisões referidas no parágrafo 2 do artigo 32 destes Estatutos serão lavradas e registradas em livro registrado na Câmara de Comércio do principal local de negócios da companhia. A ata registrará os fatos e circunstâncias da reunião se ela foi realizada pessoalmente (hora, data, nomes dos presentes, assuntos discutidos, decisões tomadas), ou uma indicação do mecanismo utilizado para tomar as decisões referidas no parágrafo 2 do artigo 32 deste Contrato Social, e em todos os casos as decisões tomadas, o número de votos emitidos a favor, contra ou em branco, a forma como cada eleitor votou, as manifestações ou motivos de abstenção, as circunstâncias e informações relevantes apresentadas pelos administradores participantes em relação a atos em relação aos quais há conflito de interesses, e os registros deixados por aqueles que participaram das deliberações e decisões;

- e. A ata deve ser assinada pelo Presidente da respectiva reunião e pelo Secretário que agiu na reunião, no caso de uma reunião presencial. Quando a reunião não for realizada pessoalmente, a ata deverá ser assinada pelo representante legal e pelo Secretário da Companhia ou, na ausência deste último, por um dos Diretores. Em todos os casos, a ata será submetida para aprovação na reunião seguinte do Conselho de Administração, a menos que o próprio Conselho de Administração determine sua aprovação na mesma reunião ou através de um comitê expressamente nomeado para este fim.

Artigo 34 - Funções

Entende-se que foi delegado ao Conselho de Administração o mais amplo mandato para administrar a Companhia e, conseqüentemente, terá poderes suficientes para ordenar a execução ou celebração de qualquer ato ou contrato dentro do objeto social e para adotar as decisões necessárias para que a Companhia cumpra seus objetivos e, em particular, terá as seguintes funções:

34.1. Quanto à estratégia da companhia:

- a. Convocar a Assembleia Geral de Acionistas para reuniões ordinárias, bem como para reuniões extraordinárias, quando solicitadas pelas necessidades da Companhia ou solicitadas por acionistas que representem não menos de um quarto (1/4) das ações subscritas.
- b. Aprovar e monitorar periodicamente o plano estratégico, plano de negócios, objetivos de gestão e orçamentos anuais da companhia, bem como o controle periódico de seu desempenho e o curso ordinário de seus negócios, atuando como um órgão consultivo do Presidente.
- c. Definir a estrutura da companhia, incluindo a de suas subsidiárias e o modelo de governança do grupo.

- d. Estabelecer as políticas da Companhia e as de suas empresas relacionadas nas diferentes áreas de sua atividade e, quando apropriado, elaborar a proposta à Assembleia Geral das demais políticas ou propostas que este órgão deve aprovar.

34.2. Quanto à Governança Corporativa:

- a. Assegurar o respeito aos direitos daqueles que investem em títulos emitidos pela Companhia, garantir sua efetiva aplicação e divulgação e promover um tratamento equitativo para todos os acionistas e investidores.
- b. Respeitar o direito dos acionistas de participar dos dividendos e lucros da Companhia, de participar da nomeação e remoção dos membros do Conselho de Administração e de avaliar seu relatório de administração, bem como de participar e votar nas Assembleias Gerais de Acionistas.
- c. Aprovar a política de Governança Corporativa e o Relatório Anual de Governança Corporativa, assim como a política de informação e comunicação com os diferentes tipos de acionistas, mercados, grupos de interesse e opinião pública em geral.
- d. Adotar o Código de Boa Governança da Companhia e assegurar sua efetiva conformidade e divulgação.
- e. Supervisionar a eficiência e o nível de cumprimento das medidas de Governança Corporativa e das regras éticas e de conduta adotadas pela Companhia, bem como a aprovação de políticas relacionadas a sistemas de denúncias anônimas ou “*whistleblowers*”.

34.3. Quanto ao controle e gestão de riscos:

- a. Assegurar um ambiente de controle adequado dentro da companhia e de suas subsidiárias, promovendo uma arquitetura de controle que englobe todas as empresas do grupo, e supervisionando sua eficácia.

- b. Aprovar a política de riscos e a política de delegação de riscos, e monitorar periodicamente os principais riscos da companhia, incluindo aqueles assumidos em transações extrapatrimoniais.
- c. Aprovar, monitorar e avaliar a eficácia dos sistemas de controle interno, de acordo com os procedimentos, sistemas de controle de risco e alarmes aprovados pela Diretoria.
- d. Apresentar à Assembleia Geral a proposta de contratação do Auditor Estatutário, após uma análise de sua experiência e disponibilidade de tempo e recursos humanos e técnicos necessários para realizar seu trabalho.
- e. Supervisionar a independência e a eficiência da função de auditoria interna.

34.4. Quanto aos conflitos de interesse e transações entre partes relacionadas:

- a. Conhecer e administrar conflitos de interesse entre a Companhia e seus acionistas, membros do Conselho de Administração e da Alta Administração, bem como aprovar políticas para a administração de conflitos de interesse e o uso de informações privilegiadas por qualquer funcionário, e regular a criação e o funcionamento do Comitê de Conflito de Interesses. O acima exposto não prejudica os poderes legalmente atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas em relação a conflitos de interesse.
- b. Definir as regras às quais a avaliação e autorização das operações que a Companhia realiza com: (i) acionistas controladores ou significativos, ou aqueles representados no Conselho de Administração; (ii) membros do Conselho de Administração e outros Administradores ou pessoas a eles relacionadas, e (iii) com empresas do conglomerado ao qual pertence, devem estar sujeitos. O acima exposto não prejudica os poderes legalmente atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas em relação a conflitos de interesse.

34.5. Quanto ao tratamento financeiro e de investimentos:

- a. Aprovar as políticas financeiras, contábeis e de investimento da companhia, e determinar a aplicação a ser feita das dotações destinadas pela Assembleia Geral de Acionistas para reservas de investimento.

- b. Autorizar atos ou operações que, devido a seu valor, excedam a capacidade do Presidente ou dos demais Representantes Legais, exceto quando esta autorização tiver sido reservada para a Assembleia Geral, caso em que a função do Conselho de Administração se limita à proposta e à justificativa da operação. Neste sentido, deve autorizar previamente o Presidente da companhia a executar ou celebrar qualquer ato ou contrato quando o valor for ou exceder quarenta e seis mil (46.000) vezes o valor do salário mínimo mensal legal em vigor no momento da transação, e os demais Representantes Legais quando o valor exceder vinte e três mil (23.000) vezes o valor do salário mínimo mensal legal em vigor no momento da transação. Estão isentos desta limitação: (i) a compra e venda de estoques para revenda nos armazéns, (ii) a contratação de serviços públicos, limpeza, vigilância ou outros serviços necessários à operação da companhia dentro de seus negócios normais, e (iii) as operações financeiras necessárias para a administração do caixa da companhia ou para cobrir sua exposição a moedas estrangeiras, dentro dos limites estabelecidos para este fim pelo Conselho de Administração, atos que o Presidente da companhia pode realizar sem limite e sem a necessidade de autorização prévia do Conselho de Administração.
- c. Autorizar a incorporação ou aquisição de ações em qualquer tipo de empresa, bem como sua posterior alienação, quando essas operações: (a) excederem os poderes do Representante Legal ou (b) forem realizadas em jurisdições consideradas paraísos fiscais, independentemente do valor envolvido.
- d. Prever e regular a contratação de empréstimos coletivos, a emissão de papéis comerciais, títulos ou similares.
- e. Iniciar negociações sobre fusões ou integração com outras empresas e submeter o projeto correspondente à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, quando apropriado;

34.6. Quanto ao Funcionamento do Conselho de Administração:

- a. Propor as políticas de sucessão do Conselho de Administração para aprovação pela Assembleia Geral e assegurar que o processo de proposta e eleição dos membros do Conselho de Administração seja realizado de acordo com as formalidades estabelecidas pela Companhia.

- b. Propor à Assembleia Geral de Acionistas a Política de Remuneração para o Conselho de Administração.
- c. Organizar o processo de avaliação e auto-avaliação do Conselho de Administração e seus membros, de acordo com os regulamentos aprovados para este fim, bem como assegurar o cumprimento das políticas e procedimentos que regem o processo de proposta e eleição dos membros do Conselho de Administração.
- d. Criar os comitês de apoio do Conselho de Administração que julgar necessário, bem como a aprovação de seu regulamento interno de funcionamento. Estes devem incluir pelo menos um Comitê de Auditoria e Risco e um Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa.

34.7. Quanto à administração da Companhia:

- a. Nomear e destituir livremente o Presidente da Companhia, o Auditor Interno e o Secretário Geral, e definir sua política de remuneração e compensação, avaliação de desempenho e sucessão. Para essas nomeações, o Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa deverá emitir um relatório prévio e, no caso do Auditor Interno, o Comitê de Auditoria e Risco também deverá emitir um relatório prévio.
- b. Nomear o Chefe de Operações Varejo Colômbia e os Vice-Presidentes, de acordo com as propostas do Presidente da Companhia. Da mesma forma, aprovar a política de remuneração e indenização, avaliação de desempenho e sucessão das mesmas, exceto naquilo que a este respeito corresponde à Assembleia Geral.
- c. Determinar a ordem de precedência na qual os Vice-Presidentes e outros oficiais atuarão como deputados do Presidente e o substituirão em sua ausência temporária ou acidental;
- d. Autorizar o sistema de liberalidades, benefícios e subsídios de natureza extra-legal em favor do pessoal ao serviço da Companhia;

34.8. Quanto às informações financeiras e não financeiras da Companhia:

- a. Prescrever os métodos ou sistemas a serem aplicados na contabilidade e outras regras para a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis de acordo com as disposições legais e as normas contábeis estabelecidas.
- b. Monitorar a integridade e confiabilidade dos sistemas de contabilidade e informação interna com base, entre outros, em relatórios de auditoria interna e representantes legais.
- c. Supervisionar as informações, financeiras e não financeiras, a serem tornadas públicas de tempos em tempos dentro da estrutura das políticas de informação e comunicação da companhia.
- d. Examinar as demonstrações contábeis a serem preparadas periodicamente pela administração, bem como os livros, documentos, ativos e instalações da Companhia para fins de direção e avaliação da administração.
- e. Aprovar as demonstrações contábeis de final de ano, o relatório da administração e o projeto de distribuição de lucros ou cancelamento de perdas, que devem ser submetidos à Assembleia Geral de Acionistas em suas reuniões ordinárias.
- f. Servir como um elo entre os acionistas da companhia e sua administração para o fornecimento de informações, através da criação e definição nas políticas e regulamentos da companhia de mecanismos que garantam a eficácia e atualidade das informações sobre os negócios corporativos.
- g. Regular o procedimento que permite aos acionistas e detentores de títulos emitidos pela companhia e colocados por meio de oferta pública de ações realizar auditorias especializadas a seu próprio custo e sob sua própria responsabilidade, de acordo com as regras e exigências definidas para este fim.
- h. Considere propostas apresentadas por um número plural de acionistas representando pelo menos 5% (cinco por cento) das ações subscritas, e responda por escrito àqueles que as fizeram, indicando claramente as razões

para as decisões. Em qualquer caso, tais propostas não podem estar relacionadas a segredos industriais ou informações estratégicas para o desenvolvimento da Companhia.

- i. Para lidar com solicitações ou reclamações de acionistas e investidores relacionadas ao cumprimento efetivo das regras de Governança Corporativa.

34.9. Quanto às ações da Companhia:

- a. Regular a colocação de ações em reserva, de acordo com os requisitos legais.
- b. Propor à Assembleia Geral a política de recompra de ações em tesouraria.
- c. Aprovar o processo de desmaterialização das ações da companhia e dar amplo poder ao Presidente para implementá-lo.
- d. Definir a política de autorização de diretores e membros do Conselho de Administração, nos casos e com os requisitos estabelecidos por lei, para aquisição ou alienação de ações da Companhia.
- e. Determinar, em caso de inadimplência de qualquer acionista no pagamento das parcelas em aberto das ações subscritas por ele, o método de compensação a ser utilizado pela Companhia, dentre os vários métodos autorizados por lei.

Artigo 35 - Delegação

A Diretoria poderá delegar aos Comitês da Diretoria, ao Presidente ou aos demais Representantes Legais, quando julgar conveniente, para casos especiais ou por tempo limitado, qualquer ou algumas das funções enumeradas no artigo anterior, desde que por sua natureza possam ser delegadas porque não são proibidas por lei ou porque sua delegação não é aconselhável de acordo com as regras de Governança Corporativa contidas no Código de País promulgado pela Superintendência de Finanças.

TÍTULO IV

Presidente

Artigo 36 - Nomeação e Representação Legal

A representação legal da Companhia, em juízo ou fora dele, e a administração dos negócios da Companhia compete ao Presidente, cuja nomeação será feita pela Diretoria por prazo indeterminado e que poderá ser livremente destituído pelo Diretoria a qualquer tempo. Todos os funcionários da Companhia, com exceção do Auditor Interno, estarão subordinados ao Presidente no desempenho de suas funções.

Artigo 36 A - Presidência Operacional Retail Colombia

A Presidência Operacional do Varejo Colômbia será exercida por um funcionário nomeado pelo Conselho de Administração por prazo indeterminado, de acordo com as propostas apresentadas pelo Presidente da Companhia, e sem prejuízo do fato de que ele pode ser livremente removido pelo Conselho de Administração a qualquer momento, exercerá a representação legal da Companhia, dentro e fora do tribunal, e estará subordinado ao Presidente.

Artigo 36 B - Funções

Presidência Operacional Retail Colombia:

- a. Tomar decisões de acordo com a estratégia e as diretrizes estabelecidas pelo Presidente;
- b. Acompanhar, apoiar e complementar o Presidente em questões estratégicas, relações com o governo, mídia, plano de expansão, investidores e novas iniciativas empresariais;

- c. Responsável pela operação da cadeia de fornecimento de ponta a ponta do negócio de Varejo e da P&G relacionada;
- d. Acompanhar o Presidente às reuniões de investidores como ele julgar apropriado;
- e. e. Alinhar conceitual e filosoficamente as áreas sob sua responsabilidade para a realização dos resultados do negócio de Varejo;
- f. Executar o plano de expansão;
- g. Coordenar efetivamente entre as áreas-chave do negócio de Varejo e as Vice-Presidências de apoio;
- h. Endossar a estratégia competitiva dos diferentes negócios do Varejo;
- i. Responsável por novos negócios já definidos e promover o desenvolvimento de novos negócios e ativos ocultos;
- j. Priorizar as iniciativas internas de trabalho;
- k. Propor esquemas de compensação que alinhem a administração com o desempenho comercial;
- l. Liderar os esforços de transformação organizacional necessários;
- m. Gerenciar operações transversalmente entre vice-presidências e empresas para assegurar que os resultados sejam alcançados de forma consistente; m. Gerenciar operações transversalmente entre vice-presidências e empresas para assegurar que os resultados sejam alcançados de forma consistente;
- n. Fortalecer o alinhamento das metas com os resultados requeridos. Realizar controles periódicos;

- ñ Otimizar cenários de discussão e usar informações comerciais chave para melhorar os procedimentos e programas;
- o. Manter as metas do programa apesar das mudanças no quadro de pessoal;
- p. Assegurar a execução dos acordos e objetivos estabelecidos;
- q. Presidir o atual comitê de vice-presidentes e gerentes de empresas do ramo de varejo;
- r. Ser responsável pelas vendas, EBITDA, giro de estoque, ambiente de trabalho, atendimento ao cliente, participação de mercado do negócio de Varejo;

Artigo 37 - Outros Representantes Legais

Simultaneamente ao Presidente, a representação legal será exercida em conjunto ou separadamente pelo Presidente Operativo do Varejo Colômbia e pelos Vice-Presidentes, que também serão, na ordem determinada pela Diretoria, os substitutos do Presidente, e substituirão o Presidente em casos de ausências acidentais ou transitórias e em ausências absolutas enquanto o cargo estiver sendo preenchido, ou quando ele estiver legalmente impedido ou desqualificado de agir sobre um assunto específico, circunstâncias que serão verificadas, declaradas e certificadas pelo Presidente da Diretoria. Na ausência de outros representantes legais, os membros do Conselho de Administração serão substitutos, na ordem em que foram eleitos.

Parágrafo Primeiro. Em caso de ausência absoluta, entendida como morte, renúncia aceita ou separação do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sem licença, o Conselho de Administração nomeará um novo Presidente para o restante do mandato, enquanto a nomeação estiver sendo feita e o correspondente registro no registro comercial, a Presidência da Companhia será exercida pelos substitutos indicados neste artigo.

Parágrafo Segundo. Para fins de representação legal da Companhia, o Secretário Geral ou o cargo que o substitui também terá o status de representante legal, que deverá representar a Companhia exclusivamente perante as autoridades jurisdicionais, administrativas, policiais, fiscais e estatais.

Parágrafo Terceiro. Para fins de representação legal simultânea da Companhia, os outros Representantes Legais que não o Presidente terão as limitações estabelecidas nestes estatutos e, em particular, não poderão realizar atos ou contratos que excedam 23.000 (vinte e três mil) vezes o valor do salário mínimo legal/salário mensal em vigor no momento da transação sem a autorização prévia do Conselho de Administração. Quando outro Representante Legal representa a Companhia como delegado do Presidente em virtude de sua ausência temporária ou permanente ou porque ele está impedido ou desqualificado, as mesmas limitações estabelecidas para o Presidente se aplicam a ele.

Parágrafo Quarto. - O agente de conformidade para a apresentação e fornecimento de informações relevantes à Superintendência Financeira da Colômbia será a pessoa que ocupa o cargo de Vice-Presidente Financeiro da Companhia ou o cargo que ocupa seu lugar.

Artigo 38 - Funções

O Presidente da Companhia é um representante, investido de funções executivas e administrativas e como tal é responsável pela representação legal da Companhia, gestão comercial e financeira, responsabilidade pela ação administrativa, coordenação e supervisão geral da Companhia, a qual deverá executar de acordo com as regras destes Estatutos e as disposições da lei, e sujeito às ordens e instruções do Conselho de Administração. Além das funções gerais estabelecidas acima, o Presidente será responsável por:

- a. Executar e executar as resoluções e decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b. Nomear e demitir livremente os funcionários da Companhia, exceto aqueles cuja nomeação e demissão seja de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas ou do Conselho de Administração;

- c. Convocar a Diretoria sempre que julgar necessário ou conveniente, e mantê-la adequada e oportunamente informada sobre o progresso dos negócios da companhia; submeter à sua consideração os balancetes e outros demonstrativos financeiros destinados à administração e fornecer-lhe todos os relatórios que solicitar em relação à companhia e suas atividades;
- d. Convocar a Assembleia Geral de Acionistas e submeter a ela, em sua reunião ordinária, o balanço de final de ano juntamente com os relatórios, propostas de distribuição de lucros e outras divulgações e informações especiais exigidas por lei, após estudo, consideração e aprovação pelo Conselho de Administração;
- e. Manter o mercado devidamente informado sobre fatos relevantes que ocorram na Companhia, bem como seus principais riscos, através da apresentação oportuna de informações à Superintendência de Finanças e às Bolsas de Valores onde os títulos emitidos pela Companhia são listados. O acima exposto, para que acionistas e investidores possam ser constantemente informados sobre fatos, atos e operações relevantes relacionados à Companhia que possam de alguma forma afetar seus interesses. De acordo com o parágrafo 4 do artigo 37, o Vice-Presidente Financeiro desempenhará a função de agente de conformidade para informações relevantes. Em conformidade com o acima exposto, um espaço de informação para acionistas e investidores será criado no website da Companhia;
- f. Assegurar, juntamente com a Diretoria, o cumprimento efetivo e a divulgação do Código de Boa Governança;
- g. Ordenar a abertura ou supressão de filiais ou agências, dentro ou fora do escritório registrado, e determinar a extensão e as limitações dos poderes que devem ser conferidos aos administradores dos respectivos estabelecimentos;
- h. Quaisquer outros poderes conferidos por estes estatutos ou por lei.

Artigo 39 - Poderes

Como Representantes Legais da Companhia, dentro e fora dos tribunais, o Presidente e os demais Representantes Legais terão poderes para executar ou celebrar, sem quaisquer limitações além daquelas estabelecidas nestes Estatutos, desde que se trate de operações que devam ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia de Acionistas, todos os atos ou contratos incluídos no objeto social ou que sejam meramente preparatórios, acessórios ou complementares à realização dos propósitos perseguidos pela Companhia, e aqueles que estejam diretamente relacionados com a existência e funcionamento da Companhia. O Presidente e os demais Representantes Legais serão investidos de poderes especiais para resolver, arbitrar e comprometer negócios corporativos, para promover ou auxiliar em ações judiciais, administrativas ou contencioso administrativo nas quais a Companhia tenha interesse e para apresentar todos os recursos que possam ser apropriados nos termos da lei; para desistir das ações ou recursos apresentados; para novar obrigações ou créditos; para dar ou receber bens em pagamento; constituir os procuradores legais ou extrajudiciais que julgar necessários para representar a Companhia em qualquer tipo de negócio, atuando sob suas ordens, e determinar seus poderes, sujeito à autorização da Diretoria no caso de nomeação de procuradores gerais; revogar mandatos e substituições.

Artigo 39 bis - Delegação

O Presidente pode delegar aos funcionários da Companhia, especialmente à Alta Administração, o exercício de qualquer ou algumas das funções e poderes acima mencionados, desde que, por sua natureza, tais funções ou poderes sejam delegáveis e a delegação não seja proibida, de acordo com a política aprovada para tal fim pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI

Do Auditor

Artigo 40 - Nomeação

O Auditor e seu Suplente serão eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas por períodos de 2 (dois) anos concorrentes aos do Conselho de Administração, mas como representantes do coletivo de acionistas poderão ser

destituídos a qualquer momento pela Assembleia Geral de Acionistas e sucessivamente reeleitos, com o voto correspondente à maioria absoluta das ações representadas na assembleia. O Suplente substituirá o Principal em todos os casos de ausência absoluta ou temporária.

Parágrafo Primeiro. O Auditor pode ser confiado a uma associação ou firma de contadores, nomeados pela Assembleia Geral de Acionistas. Em tal caso, a associação ou firma designada deverá nomear um contador público para o exercício da auditoria, que desempenhará pessoalmente as funções, e um suplente no caso de ausência do auditor designado.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração deverá assegurar que a eleição do Auditor pela Assembleia Geral de Acionistas seja conduzida de forma transparente e objetiva. Para este fim, o Conselho de Administração adotará uma política para a nomeação do Auditor.

Artigo 41 - Qualidade e Status Legal

O Auditor e seu suplente serão contadores públicos e estarão sujeitos às desqualificações, proibições, incompatibilidades e responsabilidades estabelecidas por lei.

Artigo 42 - Funções

São funções do Auditor:

- a. Assegurar que as transações realizadas ou realizadas em nome da Companhia cumpram as disposições do Contrato Social, as decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b. Avisar por escrito a Assembleia Geral, o Conselho de Administração ou o Presidente, conforme o caso, de quaisquer irregularidades ocorridas no funcionamento da Companhia e na condução de seus negócios;

- c. Colaborar com as entidades governamentais que exercem inspeção e supervisão das Empresas, e fornecer-lhes quaisquer relatórios que possam ser exigidos ou solicitados;
- d. Assegurar que as contas da Companhia e as atas das reuniões da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração sejam mantidas regularmente, e que a correspondência da Companhia e os comprovantes das contas sejam devidamente preservados, dando as instruções necessárias para tais propósitos;
- e. Inspeccionar assiduamente os ativos da Companhia e assegurar que medidas sejam tomadas em tempo hábil para a conservação ou segurança de tais ativos e daqueles mantidos em custódia pela Companhia em qualquer capacidade;
- f. Emitir instruções, realizar inspeções e solicitar relatórios conforme seja necessário para estabelecer um controle permanente sobre os valores sociais;
- g. Autorizar com sua assinatura qualquer balanço elaborado, com seu parecer e relatório correspondente;
- h. Convocar reuniões extraordinárias da Assembleia Geral de Acionistas sempre que ele julgar necessário;
- i. Verificar que todas as apólices de seguro que protegem os ativos da companhia sejam devidamente emitidas, renovadas e regularizadas com o pagamento dos prêmios correspondentes;
- j. Visitar os estabelecimentos comerciais da companhia pelo menos uma vez por ano, seja por ele mesmo ou por seus delegados;
- k. Desempenhar outras funções que possam ser prescritas por lei ou pelo Contrato Social, e outras funções que lhe sejam confiadas pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo compatíveis com o acima exposto;

- I. Deverá informar constantemente o Presidente e o Conselho de Administração sobre assuntos relevantes e materiais decorrentes de sua auditoria. A divulgação dessas informações relevantes e materiais pelo Presidente e pelo Conselho de Administração deve ser feita através de apresentação oportuna à Superintendência de Finanças e às Bolsas de Valores nas quais os títulos emitidos pela Companhia são listados.

CAPÍTULO VII

Da Secretaria Geral

Artigo 43 - Nomeação e Funções

A Companhia contará com um Secretário Geral que também ocupará um cargo executivo dentro da Companhia e, portanto, sua nomeação e destituição serão de responsabilidade do Conselho de Administração sob proposta do Presidente da Companhia, após um relatório do Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa. O Secretário Geral será ao mesmo tempo Secretário da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração.

Além de quaisquer funções especiais que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente, o Secretário terá as seguintes funções e responsabilidades:

- a. Manter, de acordo com a lei, os Livros de Atas da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração, redigir a ata e autorizar com sua assinatura as respectivas cópias;
- b. Tratar de todos os assuntos relativos à emissão e contra-assinatura de certificados de ações e o registro de atas ou documentos no livro de registro de ações correspondente;
- c. Comunicar a convocação para as reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia de Acionistas e entregar as informações aos membros do Conselho de Administração em tempo e forma;

- d. Dirigir a administração dos documentos e arquivos da Companhia e assegurar a custódia e conservação dos livros, escrituras, títulos, comprovantes e outros itens que lhe foram confiados;
- e. Manter atualizado, de acordo com as exigências legais, o registro de marcas, emblemas, nomes e outros direitos que constituem propriedade industrial ou comercial; apólices de seguro, escrituras públicas e outros documentos relacionados à propriedade, posse ou detenção de bens e direitos da Companhia;
- f. Assegurar a legalidade formal das ações da Diretoria e garantir que seus procedimentos e regras de governança sejam respeitados e revisados regularmente, de acordo com as disposições do Contrato Social e outros regulamentos internos da Companhia.

Parágrafo [único]. - O Secretário poderá exercer simultaneamente o cargo de Vice-Presidente da companhia, caso em que, além das regras estabelecidas neste artigo, aplicar-se-ão as disposições contidas nos artigos 37 e seguintes deste Contrato Social.

CAPÍTULO VIII

Das Demonstrações contábeis, Reservas e Dividendos

Artigo 44 - Contabilidade e Informações Financeiras

A Companhia deverá manter a contabilidade de seus negócios de acordo com as disposições estatutárias e regulamentares e sujeita às normas técnicas aplicáveis. Pelo menos uma vez por ano, a partir de 31 de dezembro, a Companhia deverá emitir informações financeiras sobre sua posição comercial, os resultados de suas operações e as mudanças em sua posição financeira, identificando a data limite das informações e o período que elas cobrem. Tais informações devem ser emitidas na forma de demonstrações contábeis básicas prescritas por lei, preparadas na forma prescrita por lei e sujeitas às normas técnicas pertinentes. As demonstrações contábeis básicas se tornarão definitivas uma vez aprovadas pela Assembleia de acionistas, à qual serão submetidas pelos diretores. De tempos em tempos, nos momentos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente, serão elaborados

balancetes e serão emitidas as informações parciais que forem consideradas necessárias apenas para fins administrativos.

Artigo 45 - Lucros

Os lucros só podem ser distribuídos com base nos balanços de final de ano aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. Os lucros também não podem ser distribuídos até que as perdas de anos anteriores que afetem o capital tenham sido canceladas, entendendo-se que as perdas afetam o capital quando, como resultado de tais perdas, o patrimônio líquido é reduzido abaixo do capital subscrito.

Artigo 46 - Reservas e Dividendos

Os lucros de cada exercício financeiro, estabelecidos de acordo com o balanço aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, serão distribuídos pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com as seguintes regras e disposições legais:

- a. Enquanto assim for exigido pela legislação aplicável, 10% (dez por cento) dos lucros líquidos após impostos serão levados para a reserva legal até que pelo menos 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito seja atingido; uma vez atingido esse limite, a Assembleia de Acionistas decidirá continuar aumentando a reserva legal, mas se ela diminuir, será obrigatório apropriar-se de 10% (dez por cento) dos lucros líquidos de cada exercício financeiro até que a reserva atinja o limite estabelecido;
- b. Uma vez feita a dotação para a reserva legal, se necessário, a Assembleia Geral de Acionistas poderá ordenar as dotações que julgar necessárias ou aconselháveis para constituir ou aumentar as reservas ocasionais, sujeito às normas legais. Tais reservas terão um propósito claro e específico e serão obrigatórias para o exercício financeiro em que forem feitas, mas a Assembleia de Acionistas poderá alterar o propósito de tais reservas ou distribuí-las quando elas forem desnecessárias.

- c. Se houver perdas não canceladas de anos anteriores que afetem o capital, os lucros serão aplicados ao cancelamento de tais perdas antes de qualquer apropriação para reservas legais, voluntárias ou ocasionais;

Enquanto a lei aplicável assim o exigir, as dotações para a criação ou aumento de reservas voluntárias ou ocasionais, se afetarem o mínimo legal de lucros dos acionistas, exigirão o voto favorável de um número plural de acionistas representando pelo menos setenta e oito por cento (78%) das ações representadas na Assembleia. Salvo decisão em contrário da maioria acima mencionada, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos lucros líquidos ou do restante, se for necessário compensar perdas de anos anteriores, devem ser distribuídos. O percentual mínimo de distribuição será aumentado para setenta por cento (70%) se o montante das reservas legais, estatutárias e ocasionais exceder o valor do capital subscrito.

Artigo 47 - Pagamento de Dividendos

Os dividendos serão pagos proporcionalmente à parcela paga do valor nominal das ações. Serão pagos em dinheiro, dentro de um ano a partir da data em que forem declarados, na forma ou pelo período determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, e a quem quer que seja acionista no momento do pagamento. Os dividendos serão imputados a quaisquer valores devidos pelo acionista à Companhia.

Parágrafo [único]. - Desde que a lei aplicável assim o preveja, por decisão da Assembleia de Acionistas, o dividendo poderá ser pago na forma de ações bonificadas. A decisão será vinculante para o acionista quando aprovada por um voto de oitenta por cento (80%) das ações representadas; na ausência dessa maioria, ou no caso de a companhia estar em situação de subordinação, ficará a critério dos acionistas receber o dividendo em ações ou exigir o pagamento em dinheiro.

CAPÍTULO IX

Da Dissolução e Liquidação

Artigo 48 - Causas de Dissolução

A Companhia será dissolvida pelos motivos geralmente estabelecidos por lei para todas as sociedades comerciais, pelos motivos especiais estabelecidos pela lei comercial para as sociedades anônimas, e extraordinariamente a qualquer momento por decisão da Assembleia de Acionistas, adotada pelos votos correspondentes a não menos da metade mais uma das ações representadas na Assembleia, e solenizada na forma legal.

Artigo 49 - Liquidante

Quando a companhia for dissolvida por qualquer razão, a liquidação e a divisão dos ativos da companhia será feita de acordo com as disposições da lei, por um liquidante especial que será nomeado pela Assembleia Geral, sem prejuízo da possibilidade de a Assembleia Geral nomear vários liquidantes e determinar se eles deverão agir em conjunto ou separadamente. Para cada liquidante, a Assembleia Geral de Acionistas deverá nomear um suplente. Até a nomeação do Liquidante e do Suplente, as pessoas inscritas no registro comercial como Presidente, Presidente do Varejo Operativo Colômbia e Vice-Presidentes deverão agir como tal.

Artigo 50 - Regras de Liquidação

A liquidação da Companhia e a divisão dos ativos da Companhia devem ser realizadas de acordo com as leis comerciais aplicáveis e as disposições do Código Civil, e em conformidade com as seguintes regras:

- a. A Assembleia Geral de Acionistas será convocada e se reunirá nas horas e nos termos prescritos para as reuniões ordinárias, e extraordinariamente com a frequência que for convocada pelo liquidante, o Auditor Estatutário, a Superintendência das Empresas, ou quando solicitado por qualquer número de acionistas que representem não menos de 25% (vinte e cinco por cento) das ações subscritas. Em tais reuniões deverá desempenhar todas as funções compatíveis com o estado de liquidação e, especialmente, as de nomear, mudar e retirar livremente o liquidante ou liquidantes e seus deputados, exigir deles contas, determinar os bens a serem distribuídos em espécie e estabelecer prioridades para a realização dos bens, a forma e as condições de realização, contratar com os liquidantes o preço de seus serviços e adotar outras determinações que possam ser apropriadas de acordo com a Lei;

- b. A Assembleia de Acionistas poderá determinar quais ativos serão distribuídos em espécie, fixar os valores de tais ativos ou a forma de determiná-los, estabelecer a forma de sua alocação e autorizar o liquidante a fazer as distribuições correspondentes, sujeito aos requisitos estabelecidos por lei;
- c. A Assembleia de Acionistas terá o poder de autorizar a concessão de bens em proindiviso por grupos de acionistas; de prever a venda de bens por leilão privado entre os próprios acionistas ou com a admissão de licitantes externos, e de prever o uso de outros métodos que possam ser considerados apropriados;
- d. A maioria absoluta dos votos presentes será suficiente para aprovar as contas periódicas prestadas pelo liquidante, ou as contas ocasionais que lhe forem exigidas, bem como para autorizar a concessão de bens em espécie, autorizar presentes em pagamento, conceder vantagens especiais aos devedores da empresa e realizar as operações ou saques necessários ou aconselháveis para facilitar ou concluir a liquidação;

Artigo 51 - Solução de Controvérsias

As diferenças que ocorrerem entre os acionistas em razão do contrato social, os acionistas e a companhia, ou os acionistas e o Conselho de Administração, durante a existência deste último, no momento da dissolução ou no período de liquidação, e que não puderem ser resolvidas diretamente entre as partes envolvidas no prazo de 30 (trinta) dias úteis, serão submetidas à decisão de um Tribunal Arbitral, composto por três árbitros nomeados por mútuo acordo das partes, e na ausência de acordo, pela Câmara de Comércio de Medellín. um Tribunal Arbitral, composto por três árbitros nomeados de comum acordo pelas partes e, na ausência de acordo, pela Câmara de Comércio de Medellín. A decisão deve ser proferida em lei, de preferência aplicando as regras contidas nestes estatutos e, no que não estiver previsto nestes estatutos ou no direito colombiano, os princípios gerais de direito e equidade natural, tudo de acordo com as regras legais que regem o processo de arbitragem. Se a Câmara de Comércio não nomear árbitros por qualquer motivo, a nomeação será feita de acordo com as regras de procedimento legais aplicáveis ao caso. Para os fins deste artigo, entende-se como parte a pessoa ou grupo de pessoas que apoiam a mesma reivindicação.

Parágrafo [único]. A arbitragem poderá ser dispensada quando, dentro de quinze (15) dias após a data em que a etapa de resolução direta for considerada fracassada, as partes interessadas, podendo chegar a um compromisso e no caso de uma disputa que possa ser resolvida, resolverem conjuntamente submeter a disputa à conciliação ou ao mecanismo de composição amigável. No primeiro caso, ou seja, quando as partes optarem por submeter a disputa à conciliação, as regras de conciliação da Câmara de Comércio de Medellín serão seguidas.

No segundo caso, ou seja, quando as partes optam pela composição amigável, as partes decidem o número de compositores amigáveis e os nomeiam. Em caso de desacordo sobre o número de compositores amigáveis ou sua nomeação, apenas um compositor amigável será nomeado pelo Centro de Conciliação e Arbitragem da Câmara de Comércio de Medellín. As regras e procedimentos do referido Centro de Conciliação e Arbitragem serão aplicáveis a este mecanismo. A decisão terá o efeito de um acordo, como previsto na Lei 1563 de 2012 ou aquelas regras que modificam ou acrescentam a ele.

Artigo 52 - Limitação de Poderes

Em todos os casos em que estes Estatutos estabelecem limitações aos poderes dos diretores, em razão do valor dos atos ou contratos, será contratos, todos aqueles relativos ao mesmo negócio serão considerados como constituindo um único ato ou contrato para os fins da limitação aplicável.

Artigo 53 - Proibições

A Companhia está proibida de se tornar avalista de obrigações de terceiros ou de garantir com ativos corporativos obrigações diferentes daquelas adquiridas no curso de seu objeto social ou negócio, exceto por razões de conveniência reconhecidas pela Assembleia Geral de Acionistas com o voto favorável da maioria dos votos presentes.

Parágrafo [único]. A Companhia pode ser garantidora de obrigações ou garantir ativos corporativos de empresas nas quais tenha participação acionária ou com as quais tenha um acordo de colaboração para o desenvolvimento de uma linha de negócios, para o qual será necessária a autorização prévia do Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 54 - Prorrogação de mandatos

Quando a Assembleia Geral de Acionistas ou o Conselho de Administração não realizarem as eleições ou nomeações que são obrigados a realizar em tempo hábil, de acordo com o Contrato Social, o mandato daqueles previamente nomeados ou eleitos será considerado prorrogado até que a eleição ou nomeação correspondente seja realizada.

Artigo 55 - Negociação de ações pelos Administradores.

As pessoas que, de acordo com o Artigo 22 da Lei 222 de 1995, têm o status de administradores da Companhia, não podem, elas próprias ou através de um intermediário, adquirir ações da Companhia enquanto estiverem no cargo, exceto no caso de operações não relacionadas a motivos especulativos e com a autorização do Conselho de Administração, concedida com o voto favorável de dois terços (2/3) de seus membros, excluindo o voto do requerente.

Parágrafo [único]. Deve-se entender que não há motivos especulativos e, portanto, os administradores são autorizados, entre outras hipóteses, quando a aquisição de ações é o resultado de:

- a. A subscrição de ações no exercício dos direitos de preferência.
- b. A negociação de ações no exercício dos direitos de preferência.
- c. O pagamento de dividendos em ações.
- d. Uma doação em pagamento.
- e. Uma atribuição de ações por operação da lei.

Artigo 56 - Comitês do Conselho de Administração

O Conselho de Administração deverá estabelecer comitês para apoiar sua administração e deverá ter pelo menos um Comitê de Auditoria e Risco e um Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa. Além do acima exposto, o Conselho de Administração pode criar e regular o funcionamento de um Comitê de Conflitos de Interesses. Entretanto, o Conselho de Administração pode dividir as funções desses comitês, ou prever outras funções, em outros

comitês a serem criados para tais propósitos. Os Comitês serão compostos de pelo menos três (3) membros do Conselho de Administração, que podem ser membros Independentes ou Patrimoniais. Em qualquer caso, o Comitê de Auditoria e Risco será presidido por um membro independente, e terá a participação de todos os membros independentes do Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria e Risco deverá ser assistido pelo Auditor Estatutário da Companhia, que deverá comparecer com voz, mas sem voto.

O Conselho de Administração adotará regulamentos para o funcionamento dos comitês acima mencionados, indicando a frequência de suas reuniões e suas funções, que, em qualquer caso, deverão atuar como órgãos consultivos e de supervisão para apoiar o Conselho de Administração em suas funções. As funções dos comitês devem cumprir as exigências legais e as regras de governança corporativa adotadas voluntariamente pelo Conselho de Administração.

Artigo 57 - Auditoria Interna ou Controle Interno

A Companhia terá uma área de Auditoria Interna, cuja missão será fornecer garantia independente e objetiva (auditoria) e consulta (aconselhamento) sobre governança, riscos e processos de controle para melhorar as operações da Companhia, ajudando-a a cumprir seus objetivos. A liderança desta área estará nas mãos do Auditor Interno, que se reportará profissional e funcionalmente ao Conselho de Administração, que será responsável pela nomeação e remoção dos candidatos propostos pelo Comitê de Auditoria e Risco.

Artigo 58 - Auditorias Externas

Os acionistas e titulares de títulos emitidos pela Companhia e oferecidos por meio de uma oferta pública aprovada pela Superintendência de Finanças, representando pelo menos 5% (cinco por cento) do total dos respectivos títulos em circulação, poderão realizar auditorias especializadas uma vez por ano, a seu custo e sob sua responsabilidade, de acordo com as disposições definidas pelo Conselho de Administração, que deverá estabelecer como mínimo: prazo, oportunidade, frequência, procedimento e requisitos para sua solicitação, assuntos sobre os quais pode tratar,

responsabilidades, autorizações e tempo em que a auditoria é concedida e deve ser realizada, a maneira de designar a pessoa responsável por sua prática e outros aspectos pertinentes.

Artigo 59 - Governança Corporativa e Transparência

A Companhia, seus diretores e funcionários ou diretores são obrigados a cumprir as regras de governança corporativa, transparência, prevenção de fraudes e corrupção, conforme previsto por lei, estes estatutos, bem como outras políticas adotadas posteriormente pela Assembleia Geral de Acionistas ou pelo Conselho de Administração, de acordo com as recomendações contidas no Código de País promulgado pela Superintendência de Finanças e as regras e regulamentos emitidos em relação à transparência e prevenção de fraudes e corrupção nacional e transnacional.

Envigado, 24 de maio de 2022

ALTERAÇÃO AO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS APROVADA PELA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

A Almacenes Éxito S.A. informa a seus acionistas e ao mercado em geral que a seguinte alteração ao Regimento Interno da Assembleia Geral de Acionistas foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada hoje pessoalmente na sede da Companhia.

Para fins de clareza, os ajustes aprovados são apresentados de forma comparativa, com suas respectivas justificativas, seguidos da compilação do novo Regimento Interno da Assembleia Geral de Acionistas para sua revisão abrangente.

A ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Decide:

Aprovar a seguinte alteração ao Regimento Interno da Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
Artigo 4. Assembleias	Artigo 4. Assembleias	Sugere-se, em conformidade com a proposta de emenda do Artigo 18 do Estatuto Social:

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>A Assembleia Geral de Acionistas terá sessões ordinárias e extraordinárias:</p> <p>4.1. Assembleia Ordinárias: serão realizados uma vez (1) por ano até 31 de março, após edital pelo Conselho de Administração, a fim de examinar a situação da Companhia, nomear os Administradores e outros diretores de sua escolha, considerar as contas e balanços do último exercício, decidir sobre a distribuição de lucros e acordar todas as decisões para assegurar o cumprimento do objeto social. Caso não seja anunciada, a Assembleia Geral de Acionistas se reunirá por direito próprio no primeiro dia útil de abril às dez horas da manhã (10h00) em sua sede onde se encontram os escritórios administrativos, e se reunirá e decidirá validamente com um número plural de pessoas, independentemente do número de ações representadas.</p>	<p>A Assembleia Geral de Acionistas terá sessões ordinárias e extraordinárias:</p> <p>4.1. Assembleia Ordinárias: serão realizados uma vez (1) por ano até 31 de março, após edital pelo Conselho de Administração ou <u>CEO da Companhia</u>, a fim de examinar a situação da Companhia, nomear os Administradores e outros diretores de sua escolha, considerar as contas e balanços do último exercício, decidir sobre a distribuição de lucros e acordar todas as decisões para assegurar o cumprimento do objeto social. Caso não seja anunciada, <u>e desde que a lei atual contemple a possibilidade de realizar reuniões por direito próprio</u>, a Assembleia Geral de Acionistas poderá se reunir por direito próprio no primeiro dia útil de abril às dez horas da manhã (10h00) em sua sede onde se encontram os escritórios administrativos, e se reunirá e decidirá validamente com um número plural de pessoas, independentemente do número de ações representadas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Também capacita o CEO da companhia a convocar a reunião, para alinhar o Estatuto Social com as melhores práticas de governança corporativa. 2. Condicionar a menção das reuniões por direito próprio ao fato de que a referida instituição está em vigor na lei. Se as reuniões por direito próprio forem revogadas em qualquer reforma legislativa futura, elas deixariam de ser aplicáveis ao Éxito.

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Artigo 5. Edital</p> <p>As sessões ordinárias da Assembleia Geral de Acionistas deverão ser anunciadas com pelo menos 30 (trinta) dias de calendário de antecedência, e as sessões extraordinárias deverão ser anunciadas com não menos de 15 (quinze) dias de calendário de antecedência, não obstante o cumprimento das normas legais.</p> <p>Além disso, e não obstante o prazo para edital estabelecido para as Assembleias Gerais Ordinárias, no caso de reuniões com edital especial para considerar projetos relacionados a uma fusão, cisão ou transformação da Companhia, ou o cancelamento voluntário da listagem de suas ações no Registro Nacional de Títulos ou na Bolsa de Valores, o edital deverá ser</p>	<p>Artigo 5. Edital</p> <p>As sessões ordinárias da Assembleia Geral de Acionistas deverão ser anunciadas com pelo menos 30 (trinta) dias de calendário de antecedência, e as sessões extraordinárias deverão ser anunciadas com não menos de 15 (quinze) dias de calendário de antecedência, não obstante o cumprimento das normas legais.</p> <p>Além disso, e não obstante o prazo para edital estabelecido para as Assembleias Gerais Ordinárias, no caso de reuniões com edital especial para considerar projetos relacionados a uma fusão, cisão ou transformação da Companhia, ou o cancelamento voluntário da listagem de suas ações no Registro Nacional de Títulos ou na Bolsa de Valores, o edital deverá ser feito com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência.</p>	<p>Sugere-se, de acordo com a proposta de alteração dos Artigos 20 e 20 A do Estatuto Social:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Substituir a menção específica de certas informações sujeitas ao direito de inspeção por uma referência genérica a "documentos que devem ser sujeitos a inspeção". 2. Remover as referências à ineficácia, na medida em que é uma sanção de consagração legal, sendo desnecessária sua consagração no Estatuto Social. 3. Ajustar o prazo de depósito de documentos para especificar que deve ser feito, pelo

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>feito com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência.</p> <p>Ao mesmo tempo que o edital, ou pelo menos 15 (quinze) dias corridos antes da assembleia, serão fornecidas aos Acionistas as propostas de acordo que o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral de Acionistas para cada item da ordem do dia.</p> <p>O edital da Assembleia deverá mencionar o seguinte: (i) o prazo em que as correspondentes demonstrações contábeis, relatórios, propostas, livros e outros documentos que, de acordo com as normas legais, deverão ser colocados à disposição dos Acionistas para que exerçam seu direito de inspeção, serão disponibilizados na sede administrativa, bem como o prazo em que as propostas de acordo do Conselho de Administração e da Administração serão publicadas no site</p>	<p>Ao mesmo tempo que o edital, ou pelo menos 15 (quinze) dias corridos antes da assembleia, serão fornecidas aos Acionistas as propostas de acordo que o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral de Acionistas para cada item da ordem do dia.</p> <p>O edital da Assembleia deverá mencionar o seguinte: (i) o prazo em que as correspondentes demonstrações contábeis, relatórios, propostas, livros e outros documentos que, de acordo com as normas legais, deverão ser colocados à disposição dos Acionistas para que exerçam seu direito de inspeção, serão disponibilizados na sede administrativa, bem como o prazo em que as propostas de acordo do Conselho de Administração e da Administração serão publicadas no site da Companhia referente a cada um dos itens da ordem do dia; (ii) o prazo para os Acionistas fazerem perguntas, solicitarem aditamentos à ordem do dia ou</p>	<p>menos, durante o prazo legal que dura o direito de inspeção.</p> <p>4. Especificar que o aviso prévio do edital é contado a partir de seu envio ou publicação. Isto para abordar os debates atuais sobre quando o edital é entendido como "feito": se a partir de seu envio ou de sua recepção.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>da Companhia referente a cada um dos itens da ordem do dia; (ii) o prazo para os Acionistas fazerem perguntas, solicitarem aditamentos à ordem do dia ou apresentarem propostas de acordo em relação aos itens nela contidos; (iii) o fato de que o Conselho de Administração e os Administradores deverão abster-se de submeter à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas qualquer item que não conste da ordem do dia publicada com o edital da reunião; e (iv) a advertência sobre a possibilidade de exercer o direito de retirada quando apropriado.</p> <p>Quando se pretende discutir o aumento do capital autorizado ou diminuir o capital subscrito, o respectivo item deve ser incluído na ordem do dia fornecida com o edital. O não cumprimento desta exigência tornará nula e sem efeito a decisão correspondente. Nesses casos, os Administradores da Companhia deverão preparar um relatório sobre os motivos da proposta,</p>	<p>apresentarem propostas de acordo em relação aos itens nela contidos; (iii) o fato de que o Conselho de Administração e os Administradores deverão abster-se de submeter à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas qualquer item que não conste da ordem do dia publicada com o edital da reunião; e (iv) a advertência sobre a possibilidade de exercer o direito de retirada quando apropriado.</p> <p>Quando se pretende discutir o aumento do capital autorizado ou diminuir o capital subscrito, o respectivo item deve ser incluído na ordem do dia fornecida com o edital. O não cumprimento desta exigência tornará nula e sem efeito a decisão correspondente. Nesses casos, os Administradores da Companhia deverão preparar um relatório sobre os motivos da proposta, que deverá ser colocado à disposição dos Acionistas na</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>que deverá ser colocado à disposição dos Acionistas na sede administrativa da Companhia, durante o prazo do edital da reunião.</p>	<p>sede administrativa da Companhia, durante o prazo do edital da assembleia <u>ressalvado o direito de inspeção.</u></p>	
<p>O edital deverá conter a ordem do dia da reunião, indicando cada um dos tópicos a serem discutidos, e deverá ser comunicado aos Acionistas por qualquer um dos seguintes meios: a) Carta ou comunicação escrita enviada ao endereço registrado por cada Acionista junto à Companhia para ser anotada no Livro de Registro de Ações; b) Notificação pessoal assinada por cada um dos Acionistas; c) Notificação publicada em um jornal de grande circulação onde se localiza a sede da Companhia. Além disso, o edital será publicado no website da Companhia e em todos os outros meios eletrônicos disponíveis, juntamente com os documentos e informações associadas a cada item da ordem do dia da reunião.</p>	<p>O edital deverá conter a ordem do dia da reunião, indicando cada um dos tópicos a serem discutidos, e deverá ser comunicado aos Acionistas por qualquer um dos seguintes meios: a) Carta ou comunicação escrita enviada ao endereço registrado por cada Acionista junto à Companhia para ser anotada no Livro de Registro de Ações; b) Notificação pessoal assinada por cada um dos Acionistas; c) Notificação publicada em um jornal de grande circulação onde se localiza a sede da Companhia. Além disso, o edital será publicado no website da Companhia e em todos os outros meios eletrônicos disponíveis, juntamente com os documentos e informações associadas a cada item da ordem do dia da reunião.</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>A ordem do dia deve listar especificamente o conteúdo dos tópicos a serem discutidos e em nenhum caso devem ser feitas declarações genéricas que não permitam o conhecimento detalhado do assunto a ser discutido.</p>	<p>A ordem do dia deve listar especificamente o conteúdo dos tópicos a serem discutidos e em nenhum caso devem ser feitas declarações genéricas que não permitam o conhecimento detalhado do assunto a ser discutido.</p>	
<p>Para calcular os prazos do edital, seja em dias úteis ou dias de calendário, conforme o caso, não será contado o dia em que é comunicado, bem como o dia da reunião.</p>	<p>Para calcular os prazos do edital, seja em dias úteis ou dias de calendário, conforme o caso, não será contado o dia em que é comunicado, bem como o dia da reunião.</p>	
<p>Artigo 6. Reuniões e Decisões sem Edital por Cédula de Ausente</p>	<p>Artigo 6. Reuniões e Decisões sem Edital por Cédula de Ausente</p>	<p>Sugere-se a inclusão de um Parágrafo para reconhecer a possibilidade de realizar reuniões virtuais.</p>
<p>A Assembleia Geral de Acionistas pode se reunir em qualquer lugar e deliberar e decidir validamente, sem edital, quando todas as ações subscritas estiverem representadas. As decisões também serão válidas quando todos os</p>	<p>A Assembleia Geral de Acionistas pode se reunir em qualquer lugar e deliberar e decidir validamente, sem edital, quando todas as ações subscritas estiverem representadas. As decisões também serão válidas quando todos os Acionistas declararem por escrito a</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Acionistas declararem por escrito a direção de seu voto em relação aos itens específicos, nos termos estabelecidos no Artigo 20 da Lei 222/1995.</p>	<p>direção de seu voto em relação aos itens específicos, nos termos estabelecidos no Artigo 20 da Lei 222/1995, <u>ou qualquer disposição que modifique ou acrescente a ela.</u></p> <p><u>Parágrafo. A Assembleia Geral de Acionistas pode deliberar e decidir remotamente, desde que os requisitos estabelecidos na lei aplicável sejam observados.</u></p>	
<p>Artigo 7. Direito de Inspeção</p> <p>Antes da Assembleia Geral Ordinária, ou das Assembleias Extraordinárias quando exigido por lei, a Companhia deverá fornecer as informações exigidas pelas normas legais quinze (15) dias úteis antes da data da reunião em sua sede, a fim de exercer o direito de inspeção. Em nenhum caso o direito de inspeção será estendido aos</p>	<p>Artigo 7. Direito de Inspeção</p> <p>Antes da Assembleia Geral Ordinária, ou das Assembleias Extraordinárias quando exigido por lei, a Companhia deverá fornecer as informações exigidas pelas normas legais <u>no mínimo</u> quinze (15) dias úteis antes da data da reunião em sua <u>sede administrativa</u>, a fim de exercer o direito de inspeção. Em nenhum caso o direito de inspeção será estendido aos documentos relativos a segredos</p>	<p>De acordo com a proposta de alteração do Artigo 20 do Estatuto Social, especifica-se que o direito de inspeção deve ser exercido na sede administrativa, na medida em que a Superintendência tenha entendido que o domicílio não é equivalente aos escritórios.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>documentos relativos a segredos industriais, ou dados que, se divulgados, poderiam ser utilizados em detrimento da Companhia.</p>	<p>industriais, ou dados que, se divulgados, poderiam ser utilizados em detrimento da Companhia.</p>	
<p>A Companhia fornecerá aos Acionistas para as reuniões nas quais a composição do Conselho de Administração deve ser deliberada e decidida, a lista dos Conselheiros propostos, incluindo os dados mais relevantes dos currículos e perfis profissionais dos candidatos, assim que receber tais propostas dos Acionistas.</p>	<p>A Companhia fornecerá aos Acionistas para as reuniões nas quais a composição do Conselho de Administração deve ser deliberada e decidida, a lista dos Conselheiros propostos, incluindo os dados mais relevantes dos currículos e perfis profissionais dos candidatos, assim que receber tais propostas dos Acionistas.</p>	
<p>Artigo 8. Direito de Informação</p> <p>Dentro de cinco (5) dias corridos após a publicação do edital, qualquer Acionista pode: (i) fazer uma proposta bem fundamentada para a introdução de um ou mais itens na ordem do dia da</p>	<p>Artigo 8. Direito de Informação</p> <p>Dentro de cinco (5) dias corridos após a publicação do edital da <u>assembleia ordinária</u>, qualquer Acionista pode: (i) fazer uma proposta bem fundamentada para a introdução de um ou mais itens na ordem do</p>	<p>Sugere-se, de acordo com a proposta de emenda do Parágrafo 3 do Artigo 18 do Estatuto Social:</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Assembleia Geral de Acionistas; (ii) apresentar propostas bem fundamentadas e novas propostas para decisão sobre itens já incluídos na ordem do dia; e (iii) solicitar informações ou fazer perguntas sobre os itens incluídos na ordem do dia. O Conselho de Administração regulará a forma pela qual os pedidos dos Acionistas serão administrados. Caso a proposta do Acionista de incluir um ou mais itens na ordem do dia seja aceita pelo Conselho de Administração, um suplemento ao edital da Assembleia Geral de Acionistas deverá ser publicado pelo menos quinze (15) dias corridos antes da referida reunião.</p>	<p>dia da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) apresentar propostas bem fundamentadas e novas propostas para decisão sobre itens já incluídos na ordem do dia; e (iii) solicitar informações ou fazer perguntas sobre os itens incluídos na ordem do dia. O Conselho de Administração regulará a forma pela qual os pedidos dos Acionistas serão administrados. Caso a proposta do Acionista de incluir um ou mais itens na ordem do dia seja aceita pelo Conselho de Administração, um suplemento ao edital da Assembleia Geral de Acionistas deverá ser publicado pelo menos quinze (15) dias corridos antes da referida reunião, <u>ou 15 (quinze) dias úteis antes, se o novo item a ser incluído conferir o direito de inspeção aos acionistas.</u></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esclarecer que o Artigo se refere apenas à Assembleia Ordinárias. 2. Esclarecer o texto para garantir que o suplemento ao edital seja compatível com o direito de inspeção. 3. Reconhecer que os acionistas podem propor novos itens durante a Assembleia Ordinária, sem necessidade de aprovação majoritária, em conformidade com o Artigo 182 do Código Comercial, que permite aos acionistas propor novos itens durante a Assembleia, sem necessidade de aprovação majoritária.
<p>Em qualquer caso, os Acionistas conservam o direito de apresentar suas propostas durante a Assembleia Geral de Acionistas, que será discutida quando assim for decidido por maioria simples das ações representadas na</p>	<p>Em qualquer caso, os Acionistas conservam o direito de apresentar suas propostas durante a Assembleia Geral de Acionistas, que será discutida quando assim for decidido por maioria simples das ações representadas na reunião. Isto com exceção</p>	<ol style="list-style-type: none"> 4. Ajustar o prazo de depósito de documentos para especificar que ele deve ser feito, pelo

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>reunião. Isto com exceção dos assuntos que envolvem a apresentação da divisão (cisão) da Companhia para consideração da Assembleia Geral de Acionistas, se esta decisão corresponder a este órgão, ou outros assuntos que, de acordo com a lei, só podem ser discutidos sujeito ao cumprimento de exigências especiais relativas a anúncios, publicidade e disponibilidade da proposta para exame pelos Acionistas durante o prazo do edital.</p>	<p>dos assuntos que envolvem a apresentação da divisão (cisão) da Companhia para consideração da Assembleia Geral de Acionistas, se esta decisão corresponder a este órgão, ou outros assuntos que, de acordo com a lei, só podem ser discutidos sujeito ao cumprimento de exigências especiais relativas a anúncios, publicidade e disponibilidade da proposta para exame pelos Acionistas durante o prazo do edital. <u>ressalvado o direito de inspeção, em cujo caso, os procedimentos estabelecidos na lei devem ser observados para tomar tal decisão.</u></p>	<p>menos, durante o período legal em que durar o direito de inspeção.</p>
<p>As informações solicitadas pelos Acionistas serão negadas nos eventos em que as informações forem classificadas como: i) não razoáveis; ii) irrelevantes para a compreensão do progresso ou interesses da Companhia; iii) confidenciais, que incluem informações privilegiadas no âmbito do mercado de valores mobiliários, segredos industriais,</p>	<p>As informações solicitadas pelos Acionistas serão negadas nos eventos em que as informações forem classificadas como: i) não razoáveis; ii) irrelevantes para a compreensão do progresso ou interesses da Companhia; iii) confidenciais, que incluem informações privilegiadas no âmbito do mercado de valores mobiliários, <u>informações reservadas</u>, segredos industriais, transações</p>	<ol style="list-style-type: none"> 5. Excluir expressamente as informações reservadas, de acordo com a legislação vigente. 6. Reconhecer que as informações fornecidas serão divulgadas aos demais acionistas, para proporcionar tratamento igualitário (art. 23, Lei 222).

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>transações em andamento cujo sucesso para a Companhia depende substancialmente da confidencialidade de suas negociações; e iv) outras que, se divulgadas, poderiam colocar a competitividade da Companhia em um risco iminente e sério.</p>	<p>em andamento cujo sucesso para a Companhia depende substancialmente da confidencialidade de suas negociações; e iv) outras que, se divulgadas, poderiam colocar a competitividade da Companhia em um risco iminente e sério.</p>	
<p>Caso as informações fornecidas possam colocar os Acionistas em vantagem, o que eles solicitaram, a Companhia deverá publicar tais informações em seu site a fim de garantir o acesso concomitante a tal resposta por parte de todos os outros Acionistas.</p>	<p>Case <u>A fim de proporcionar tratamento igual a todos os associados,</u> as informações fornecidas aos Acionistas que as solicitaram, deverão ser publicadas no site da Companhia a fim de garantir o acesso concomitante a tal resposta por parte de todos os outros Acionistas.</p>	
<p>Artigo 9. Ata das Assembleias Gerais de Acionistas</p>	<p>Artigo 9. Ata das Assembleias Gerais de Acionistas</p>	<p>De acordo com a proposta de emenda do Artigo 25 do Estatuto Social, são especificados os requisitos que devem constar das</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Será feito um registro do que ocorre nas Assembleias Gerais de Acionistas no livro de atas, registrado na Câmara de Comércio da sede da Companhia. A ata será assinada pelo Presidente da reunião, pelo principal ou secretário ad hoc que nela atuou e, na ausência deste, pelo Auditor Estatutário, e será aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, que poderá delegar esta autoridade a uma comissão plural designada para este fim. A ata enumerará os detalhes e declarações exigidos pelas disposições legais.</p>	<p>Será feito um registro do que ocorre nas Assembleias Gerais de Acionistas no livro de atas, registrado na Câmara de Comércio da sede da Companhia. A ata será assinada pelo Presidente da reunião, pelo principal ou secretário ad hoc que nela atuou e, na ausência deste, pelo Auditor Estatutário, e será aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, que poderá delegar esta autoridade a uma comissão plural designada para este fim. A ata enumerará os detalhes e declarações exigidos pelas disposições legais.</p> <p><u>Parágrafo [único]. As atas das assembleias remotas do mais alto órgão corporativo devem conter a assinatura de um representante legal e do secretário da Companhia. Na ausência de um secretário, a ata deve ser assinada por um dos acionistas.</u></p>	<p>atas das reuniões remotas, de acordo com a lei vigente.</p>
<p>Artigo 11. Maiorias na tomada de decisões</p>	<p>Artigo 11. Maiorias na tomada de decisões</p>	<p>Em consonância com a proposta de emenda do Artigo 23 do Estatuto Social, a aplicabilidade de cada maioria qualificada está</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>As decisões da Assembleia Geral de Acionistas serão adotadas por maioria absoluta dos votos correspondentes às ações representadas na Assembleia, com as seguintes exceções</p> <p>11.1. A distribuição dos lucros exigirá a aprovação de um número plural de Acionistas que, juntos, detenham pelo menos setenta e oito por cento (78%) das ações representadas na Assembleia. Na ausência de aprovação por tal maioria, a distribuição não deverá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) dos lucros ou o restante, se as perdas de anos anteriores tiverem que ser cobertas ou 70% (setenta por cento) dos lucros, no caso de a soma das reservas legais, estatutárias e eventuais exceder cem por cento do capital subscrito, de acordo com as leis aplicáveis</p>	<p>As decisões da Assembleia Geral de Acionistas serão adotadas por maioria absoluta dos votos correspondentes às ações representadas na Assembleia, com as seguintes exceções</p> <p>11.1. <u>Desde que seja exigido pelos Artigos 155 e 454 do Código Comercial, ou qualquer regulamento que os modifique, acrescente ou os substitua,</u> a distribuição dos lucros exigirá a aprovação de um número plural de Acionistas que, juntos, detenham pelo menos setenta e oito por cento (78%) das ações representadas na Assembleia. Na ausência de aprovação por tal maioria, a distribuição não deverá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) dos lucros ou o restante, se as perdas de anos anteriores tiverem que ser cobertas ou 70% (setenta por cento) dos lucros, no caso de a soma das reservas legais, estatutárias e eventuais</p>	<p>vinculada à validade da norma legal que atualmente a estabelece (arts. 155, 420, 454, 455 C.Co, etc.). Se uma maioria especial for suprimida na lei, ela deixará de ser aplicável estatutariamente. Isto proporciona flexibilidade ao Estatuto Social e garante sua coerência com o Artigo 68 da Lei 222, que proíbe a concordância de maiorias qualificadas no Estatuto Social do emissor.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>11.2. A decisão relativa à colocação de ações sem direito de preferência para os Acionistas, no caso do Artigo 7 do Estatuto Social da Companhia, exigirá a aprovação pelo voto de 70% (setenta por cento) das ações representadas.</p>	<p>exceder cem por cento do capital subscrito, de acordo com as leis aplicáveis</p> <p>11.2. A decisão relativa à colocação de ações sem direito de preferência para os Acionistas, no caso do Artigo 7 do Estatuto Social da Companhia, exigirá a aprovação pelo voto de 70% (setenta por cento) das ações representadas, desde que seja exigido pelo número 5 do Artigo 420 do Código Comercial, ou qualquer regra que o modifique, acrescente ou substitua.</p>	
<p>11.3. O pagamento do dividendo em ações da Companhia como obrigatório para os Acionistas exigirá o voto positivo de 80% (oitenta por cento) das ações representadas.</p>	<p>11.3. O pagamento do dividendo em ações da Companhia como obrigatório para os Acionistas exigirá o voto positivo de 80% (oitenta por cento) das ações representadas, desde que seja exigido pelo Artigo 455 do Código Comercial, ou qualquer regulamento que o modifique, acrescente ou substitua.</p>	
<p>11.4. No caso de uma cisão, será exigida a unanimidade das ações representadas na Assembleia Geral de Acionistas para alterar a proporção na qual os Acionistas da companhia a ser dividida devem participar. Neste caso,</p>		

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>a Companhia, no capital da Companhia beneficiária.</p> <p>11.5. Quaisquer outras que em virtude de regulamentação legal obrigatória exijam uma maioria qualificada ou especial maior do que a maioria absoluta.</p>	<p>11.4. No caso de uma cisão, será exigida a unanimidade das ações representadas na Assembleia Geral de Acionistas para alterar a proporção na qual os Acionistas da companhia a ser dividida devem participar. Neste caso, a Companhia, no capital da Companhia beneficiária, <u>desde que seja exigido pelo Artigo 3 da Lei 222 de 1995, ou qualquer regulamento que o modifique, acrescente ou substitua.</u></p> <p>11.5. Quaisquer outras que em virtude de regulamentação legal obrigatória exijam uma maioria qualificada ou especial maior do que a maioria absoluta.</p>	
<p>Artigo 13. Regras de Votação</p> <p>Nas ações a serem tomadas e nos votos a serem emitidos pela Assembleia Geral de Acionistas, as</p>	<p>Artigo 13. Regras de Votação</p> <p>Nas ações a serem tomadas e nos votos a serem emitidos pela Assembleia Geral de Acionistas, as seguintes regras devem ser observadas:</p>	<p>De acordo com a proposta de emenda do Artigo 26 do Estatuto Social, e a fim de tornar a votação mais ágil, propõe-se contemplar a possibilidade de aprovar as emendas do Estatuto Social em bloco, ao invés do Artigo pelo</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>seguintes regras devem ser observadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os votos serão emitidos por escrito somente quando assim previsto pelo Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, ou quando o sistema de quociente eleitoral tiver que ser aplicado. 2. Uma votação separada será feita para cada eleição, mas quando um diretor e um suplente devem ser escolhidos para o mesmo cargo, a eleição será feita em conjunto. 3. No caso de empate em uma única eleição, uma nova votação será realizada e, se isso também resultar em empate, a nomeação será considerada suspensa. Se o empate ocorrer na votação de propostas ou resoluções, elas serão consideradas como sendo recusadas. 4. Quando o nome de um candidato for repetido uma ou mais vezes na mesma cédula, somente os votos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os votos serão emitidos por escrito somente quando assim previsto pelo Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, ou quando o sistema de quociente eleitoral tiver que ser aplicado. 2. Uma votação separada será feita para cada eleição, mas quando um diretor e um suplente devem ser escolhidos para o mesmo cargo, a eleição será feita em conjunto. 3. No caso de empate em uma única eleição, uma nova votação será realizada e, se isso também resultar em empate, a nomeação será considerada suspensa. Se o empate ocorrer na votação de propostas ou resoluções, elas serão consideradas como sendo recusadas. 4. Quando o nome de um candidato for repetido uma ou mais vezes na mesma cédula, somente os votos do candidato correspondentes a essa cédula serão contados. Entretanto, se a repetição consiste em ser listado como principal e, ao mesmo tempo, como suplente, a inclusão como suplente não será levada em consideração. 	<p>Artigo, caso seja aprovado pela maioria da Assembleia.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>do candidato correspondentes a essa cédula serão contados. Entretanto, se a repetição consiste em ser listado como principal e, ao mesmo tempo, como suplente, a inclusão como suplente não será levada em consideração.</p> <p>5. Quando uma cédula contiver mais nomes do que deveria, os primeiros da colocação serão contados até o número apropriado. Se tiver menos nomes, todos aqueles contidos na cédula deverão ser contados.</p> <p>6. Para formar o Conselho de Administração e as comissões ou órgãos oficiais, será aplicado o sistema de quotização eleitoral, conforme prescrito por lei, a menos que sejam preenchidos por unanimidade pelos votos correspondentes ao total das ações representadas na Assembleia, ou a lei estabeleça a obrigação de aplicar um sistema de votação diferente.</p> <p>7. A Companhia não pode votar usando suas próprias ações recompradas em sua posse.</p>	<p>5. Quando uma cédula contiver mais nomes do que deveria, os primeiros da colocação serão contados até o número apropriado. Se tiver menos nomes, todos aqueles contidos na cédula deverão ser contados.</p> <p>6. Para formar o Conselho de Administração e as comissões ou órgãos oficiais, será aplicado o sistema de quotização eleitoral, conforme prescrito por lei, a menos que sejam preenchidos por unanimidade pelos votos correspondentes ao total das ações representadas na Assembleia, ou a lei estabeleça a obrigação de aplicar um sistema de votação diferente.</p> <p>7. A Companhia não pode votar usando suas próprias ações recompradas em sua posse.</p> <p>8. No caso de alteração do Estatuto Social da Companhia, cada artigo ou grupo de artigos substancialmente relacionados entre si deverá ser votado separadamente, exceto quando um Acionista ou grupo de Acionistas detentor de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social solicitar que seja votado separadamente durante a Assembleia</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>8. No caso de alteração do Estatuto Social da Companhia, cada artigo ou grupo de artigos substancialmente relacionados entre si deverá ser votado separadamente, exceto quando um Acionista ou grupo de Acionistas detentor de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social solicitar que seja votado separadamente durante a Assembleia Geral.</p> <p>Para facilitar o processo de votação, os Acionistas que desejarem registrar sua abstenção, ou votar contra ou em oposição aos acordos alcançados pela Assembleia Geral de Acionistas serão solicitados a submeter esta decisão por escrito e assiná-la antes de sua intervenção ao Secretário da Assembleia Geral de Acionistas.</p>	<p>Geral. <u>Da mesma forma, as emendas do Estatuto Social podem ser votadas como um todo, e não separadamente para cada artigo ou grupo de artigos, quando aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas com maioria absoluta de votos.</u></p> <p>Para facilitar o processo de votação, os Acionistas que desejarem registrar sua abstenção, ou votar contra ou em oposição aos acordos alcançados pela Assembleia Geral de Acionistas serão solicitados a submeter esta decisão por escrito e assiná-la antes de sua intervenção ao Secretário da Assembleia Geral de Acionistas.</p>	
<p>Artigo 16. Delegação</p>	<p>Artigo 16. Delegação</p>	<p>De acordo com a proposta de emenda do Artigo 28 do Estatuto Social, especifica-se que certos</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>A Assembleia Geral de Acionistas pode delegar algumas de suas funções ao Conselho de Administração ou ao CEO da Companhia em casos específicos ou por um período de tempo específico, desde que possam ser delegadas por sua natureza e sua delegação não seja proibida. Entretanto, as funções contidas nas alíneas a), b) e k) do Artigo 14 deste Estatuto serão consideradas funções exclusivas da Assembleia Geral de Acionistas e, portanto, não poderão ser delegadas.</p>	<p>A Assembleia Geral de Acionistas pode delegar algumas de suas funções ao Conselho de Administração ou ao CEO da Companhia em casos específicos ou por um período de tempo específico, desde que possam ser delegadas por sua natureza e sua delegação não seja proibida. Entretanto, as funções contidas nas alíneas a), b), <u>f), g), i) e k)</u> do Artigo 14 serão consideradas funções exclusivas da Assembleia Geral de Acionistas e, portanto, não poderão ser delegadas.</p>	<p>poderes da Assembleia de Acionistas não podem ser delegados, dada a sua natureza (cargo judicial IN-07321 de 1998, 220-041078 de 2014 e 220-210006 de 2018):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Provisão de lucros. 2. Provisão de reservas. 3. Suprimir a preferência na subscrição de ações.
<p>Artigo 17. Comitês</p>	<p>Artigo 17. Comitês</p>	<p>É especificado que os representantes dos acionistas podem formar os comitês e que ambos os comitês podem ter os mesmos membros, para agilidade e economia.</p>
<p>A Assembleia Geral de Acionistas pode ter comitês para fins especiais, inclusive:</p>	<p>A Assembleia Geral de Acionistas pode ter comitês para fins especiais, inclusive:</p>	
<p>17.1. Comitê de Análise e Aprovação da Ata: Responsável pela revisão do</p>	<p>17.1. Comitê de Análise e Aprovação da Ata: Responsável pela revisão do conteúdo da ata da Assembleia Geral de Acionistas</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>conteúdo da ata da Assembleia Geral de Acionistas preparada pelo Secretário e sua assinatura em nome de todos os presentes, se achar que ela é precisa e representa a realidade dos eventos. Este comitê será composto por dois Acionistas presentes indicados pela Assembleia Geral de Acionistas.</p>	<p>preparada pelo Secretário e sua assinatura em nome de todos os presentes, se achar que ela é precisa e representa a realidade dos eventos. Este comitê será composto por dois Acionistas, <u>ou por seus representantes</u>, indicados pela Assembleia Geral de Acionistas.</p>	
<p>17.2. Comitê Eleitoral e de Contagem: Responsável pela apuração dos votos na eleição do Conselho de Administração, ou por qualquer proposta que exija uma apuração dos votos. Este comitê será composto por dois Acionistas indicados pela Assembleia Geral de Acionistas a partir dos presentes.</p>	<p>17.2. Comitê Eleitoral e de Contagem: Responsável pela apuração dos votos na eleição do Conselho de Administração, ou por qualquer proposta que exija uma apuração dos votos. Este comitê será composto por dois Acionistas indicados, <u>ou por seus representantes</u>, indicados pela Assembleia Geral de Acionistas a partir dos presentes.</p>	
	<p><u>Ambos os comitês podem ser compostos pelos mesmos membros, se aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.</u></p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Artigo 18. Intervenção dos acionistas</p> <p>As intervenções dos Acionistas na Assembleia Geral de Acionistas serão feitas essencialmente em relação à ordem do dia e serão limitadas a três (3) minutos. Este prazo poderá ser prorrogado pelo Presidente da Assembleia Geral de Acionistas por 2 (duas) atas adicionais. Uma vez alcançado o final do prazo da ordem do dia, as intervenções dos acionistas poderão continuar a fazer perguntas ou propostas adicionais à ordem do dia. Qualquer Acionista que deseje intervir deverá identificar-se, indicando seu nome completo e número de identificação. Uma vez terminadas as intervenções dos Acionistas, suas perguntas deverão ser respondidas. Qualquer informação ou esclarecimento solicitado deverá ser fornecido pelo Presidente ou, se for o caso e pela instrução deste, por outro</p>	<p>Artigo 18. Intervenção dos acionistas</p> <p>As intervenções dos Acionistas na Assembleia Geral de Acionistas serão feitas essencialmente em relação à ordem do dia e serão limitadas a três (3) minutos. Este prazo poderá ser prorrogado pelo Presidente da Assembleia Geral de Acionistas por 2 (duas) atas adicionais. Uma vez alcançado o final do prazo da ordem do dia, as intervenções dos acionistas poderão continuar a fazer perguntas ou propostas adicionais à ordem do dia, <u>nos termos da lei aplicável</u>. Qualquer Acionista que deseje intervir deverá identificar-se, indicando seu nome completo e número de identificação. Uma vez terminadas as intervenções dos Acionistas, suas perguntas deverão ser respondidas. Qualquer informação ou esclarecimento solicitado deverá ser fornecido pelo Presidente ou, se for o caso e pela instrução deste, por outro Administrador ou, se considerado apropriado, por qualquer</p>	<p>Uma referência à lei aplicável é incluída para reconhecer que, no caso de Assembleias Extraordinárias, a formulação de novas propostas deve estar de acordo com as disposições do Artigo 425 do Código Comercial, que exige o esgotamento da ordem do dia e a aprovação majoritária da Assembleia de Acionistas para tratar de novas questões.</p>

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>Administrador ou, se considerado apropriado, por qualquer funcionário ou terceiro que seja um especialista no assunto.</p>	<p>funcionário ou terceiro que seja um especialista no assunto.</p>	
<p>Artigo 19. Suspensão Temporária</p> <p>Excepcionalmente, na ocorrência de um evento que altere substancialmente o andamento ordenado da Assembleia Geral de Acionistas, ou quaisquer outras circunstâncias extraordinárias que impeçam o seu curso normal, o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas poderá propor sua suspensão pelo tempo necessário para restaurar as condições para continuar.</p>	<p>Artigo 19. Suspensão Temporária</p> <p>Excepcionalmente, na ocorrência de um evento que altere substancialmente o andamento ordenado da Assembleia Geral de Acionistas, ou quaisquer outras circunstâncias extraordinárias que impeçam o seu curso normal, o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas poderá propor sua suspensão pelo tempo necessário para restaurar as condições para continuar.</p>	<p>É ajustado para atender as disposições do Artigo 430 do Código Comercial.</p>
<p>As deliberações da Assembleia Geral de Acionistas poderão ser suspensas e retomadas posteriormente tantas vezes</p>	<p>As deliberações da Assembleia Geral de Acionistas poderão ser suspensas e retomadas posteriormente tantas vezes</p>	

Artigo Original	Texto proposto	Justificativa
<p>quantas forem decididas por qualquer número plural de Acionistas representando pelo menos a metade mais uma das ações representadas na Assembleia.</p>	<p>quantas forem decididas por qualquer número plural de Acionistas representando pelo menos a metade mais uma das ações representadas na Assembleia. <u>Entretanto, as deliberações não podem durar mais de três dias, a menos que todas as ações subscritas estejam representadas quando a reunião for retomada ou a menos que a lei atual o permita.</u></p>	

Segue a transcrição do novo Regimento Interno da Assembleia Geral de Acionistas:

Regimento Interno da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia

(A Assembleia Geral de Acionistas adotou seu regimento interno na sessão ordinária realizada em 20 de março de 2014, que foi emendado na sessão ordinária realizada em 17 de março de 2015, 23 de março de 2017 e 27 de março de 2019.)

Não obstante o cumprimento das normas legais e do Estatuto Social da Companhia com relação à Assembleia Geral de Acionistas, este documento complementa e ilustra as disposições do Estatuto Social da Companhia com relação à Assembleia Geral de Acionistas, no que diz respeito ao edital e desenvolvimento das reuniões.

Artigo 1. Composição

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral de Acionistas será composta pelos Acionistas listados no “Registro de Acionistas da Companhia”, participando eles mesmos, ou por seus agentes registrados, ou por intermédio de procuradores nomeados por escrito, reunidos com o quorum e as condições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral de Acionistas deverá contar com a presença do Presidente da Companhia e, sempre que possível, de todos os membros do Conselho de Administração ou, em sua ausência, do Presidente do Conselho de Administração e dos Presidentes de seus diferentes Comitês.

Artigo 2. CEO e Diretor Jurídico

As Assembleias Gerais de Acionistas serão presididas pelo CEO da Companhia e o Presidente do Conselho de Administração da Companhia atuará como o Vice-Presidente. Na sua ausência, as reuniões serão presididas por qualquer um dos membros do Conselho de Administração indicado na respectiva reunião pela Assembleia Geral de Acionistas. O Secretário da Assembleia Geral de Acionistas será o Conselheiro Geral da Companhia.

A Diretoria da Assembleia Geral de Acionistas é composta pelo CEO da Companhia, o Presidente do Conselho de Administração e o Secretário da Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 3. Relatórios

Não obstante a inclusão de outros itens na ordem do dia, que envolvem a apresentação de relatórios, no caso da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, serão apresentados os seguintes itens:

- a. O Relatório da Administração do CEO e do Conselho de Administração: deverá ser apresentado à Assembleia Geral de Acionistas pelo CEO da Companhia ou, na sua ausência, pelo representante legal da Companhia ou pelo Presidente do Conselho de Administração.
- b. O Relatório Anual de Governança Corporativa: deverá ser apresentado à Assembleia Geral pelo Secretário Geral da Companhia ou pelo Presidente do Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa, ou por quem quer que seja designado por eles.
- c. As demonstrações contábeis, separadas e consolidadas, do ano fiscal anterior: apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas pelo Vice-Presidente Financeiro da Companhia ou por quem quer que ele designe.
- d. Parecer emitido pelo Auditor Estatutário sobre as demonstrações contábeis, separadas e consolidadas, do ano fiscal anterior: submetido à Assembleia Geral de Acionistas pelo Auditor Estatutário.

A pedido do Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, os presidentes dos Comitês do Conselho de Administração podem relatar à Assembleia Geral aspectos específicos do trabalho realizado pelos Comitês. No entanto, o relatório de governança corporativa deverá incluir o relatório das principais atividades realizadas pelos Comitês durante o ano.

Artigo 4. Assembleias

A Assembleia Geral de Acionistas terá sessões ordinárias e extraordinárias:

4.1. Sessões ordinárias: Serão realizadas uma vez (1) por ano até 31 de março, após edital da Diretoria ou do CEO da Companhia, a fim de examinar a situação da Companhia, nomear os Administradores e outros diretores de sua escolha, considerar as contas e balanços do último ano fiscal, decidir sobre a distribuição de lucros e acordar todas as decisões para assegurar o cumprimento do objetivo corporativo. Caso não seja anunciado, e desde que a lei atual contemple a possibilidade de realizar reuniões por direito próprio, a Assembleia Geral de Acionistas poderá se reunir por direito próprio no primeiro dia útil de abril às dez horas da manhã (10h00) em sua sede onde estão localizados os escritórios administrativos, e deverá se reunir e decidir validamente com um número plural de pessoas, independentemente do número de ações representadas.

4.2. Sessões Extraordinárias: Serão realizadas quando necessárias devido a necessidades imprevistas ou urgentes da Companhia, após edital do Conselho de Administração, do CEO ou do Auditor Estatutário, por iniciativa própria ou a pedido de um número de Acionistas que represente um quarto (1/4) ou mais das ações subscritas.

A ordem do dia deve necessariamente ser inserida no edital da reunião. Salvo disposição legal em contrário, as sessões extraordinárias da Assembleia Geral de Acionistas não poderão tratar de temas que não estejam incluídos na ordem do dia indicada no edital da Assembleia, a menos que seja decidido pela maioria das ações representadas na Assembleia, uma vez alcançado o final da ordem do dia.

Artigo 5. Edital

As sessões ordinárias da Assembleia Geral de Acionistas deverão ser anunciadas com pelo menos 30 (trinta) dias de calendário de antecedência, e as sessões extraordinárias deverão ser anunciadas com não menos de 15 (quinze) dias de calendário de antecedência, não obstante o cumprimento das normas legais.

Além disso, e não obstante o prazo para edital estabelecido para as Assembleias Gerais Ordinárias, no caso de reuniões com edital especial para considerar projetos relacionados a uma fusão, cisão ou transformação da Companhia, ou o cancelamento voluntário da listagem de suas ações no Registro Nacional de Títulos ou na Bolsa de Valores, o edital deverá ser feito com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência.

Ao mesmo tempo que o edital, ou pelo menos quinze (15) dias corridos antes da reunião, os Acionistas deverão receber as propostas de acordo que a Diretoria apresentará à Assembleia Geral de Acionistas para cada item da ordem do dia.

O edital da Assembleia deverá mencionar o seguinte: (i) o prazo em que os documentos que, de acordo com as normas legais, serão disponibilizados aos Acionistas para que exerçam seu direito de inspeção, serão disponibilizados na sede administrativa, bem como o prazo em que as propostas de acordo do Conselho de Administração e da

Administração serão publicadas no website da Companhia referente a cada um dos itens da ordem do dia; (ii) o prazo para os Acionistas fazerem perguntas, solicitarem aditamentos à ordem do dia ou apresentarem propostas de acordo em relação aos itens nela contidos; (iii) o fato de que a Diretoria e os Administradores deverão abster-se de submeter à consideração da Assembleia Geral de Acionistas qualquer item que não conste da ordem do dia publicada com o edital da reunião; e (iv) a advertência sobre a possibilidade de exercer o direito de retirada quando apropriado.

Quando se tratar de discutir o aumento do capital autorizado ou diminuição do capital subscrito, o respectivo item deverá ser incluído na ordem do dia fornecida juntamente com o edital da reunião. Nesses casos, os Administradores da Companhia deverão preparar um relatório sobre os motivos da proposta, que deverá ser colocado à disposição dos Acionistas na sede administrativa da Companhia, durante o prazo previsto para o direito de inspeção.

O edital deverá conter a ordem do dia da reunião, indicando cada um dos tópicos a serem discutidos, e deverá ser comunicado aos Acionistas por qualquer um dos seguintes meios: a) Carta ou comunicação escrita enviada ao endereço registrado por cada Acionista junto à Companhia para ser anotada no Livro de Registro de Ações; b) Notificação pessoal assinada por cada um dos Acionistas; c) Notificação publicada em um jornal de grande circulação onde se localiza a sede da Companhia. Além disso, o edital será publicado no website da Companhia e em todos os outros meios eletrônicos disponíveis, juntamente com os documentos e informações associadas a cada item da ordem do dia da reunião.

A ordem do dia deve listar especificamente o conteúdo dos tópicos a serem discutidos e em nenhum caso devem ser feitas declarações genéricas que não permitam o conhecimento detalhado do assunto a ser discutido.

Para calcular os termos do edital, seja em dias úteis ou dias de calendário, conforme o caso, não será contado o dia em que ele for enviado ou publicado, bem como o dia da reunião.

Artigo 6. Reuniões sem Convocação e Decisões por Voto de Ausente

A Assembleia Geral de Acionistas pode se reunir em qualquer lugar e deliberar e decidir validamente, sem aviso prévio, quando todas as ações subscritas estiverem representadas. As decisões também serão válidas quando todos os Acionistas declararem por escrito a direção de seu voto em relação aos itens específicos, nos termos estabelecidos no Artigo 20 da Lei 222/1995, ou qualquer disposição que a modifique ou acrescente.

Parágrafo. A Assembleia Geral de Acionistas poderá deliberar e decidir remotamente, desde que os requisitos estabelecidos na lei aplicável sejam observados.

Artigo 7. Direito de inspeção

Antes da Assembleia Geral Ordinária, ou das reuniões extraordinárias quando exigido por lei, a Companhia deverá fornecer as informações exigidas pelas normas legais pelo menos quinze (15) dias úteis antes da data da reunião em seus escritórios administrativos da sede principal, a fim de exercer o direito de inspeção. Em nenhum caso o direito de inspeção será estendido aos documentos relativos a segredos industriais, ou dados que, se divulgados, poderiam ser utilizados em detrimento da Companhia.

A Companhia fornecerá aos Acionistas para as reuniões nas quais a composição do Conselho de Administração deve ser deliberada e decidida, a lista dos Conselheiros propostos, incluindo os dados mais relevantes dos currículos e perfis profissionais dos candidatos, assim que receber tais propostas dos Acionistas.

Artigo 8. Direito de informação

Dentro de cinco (5) dias corridos após a publicação do edital da reunião ordinária, qualquer Acionista pode: (i) fazer uma proposta bem fundamentada para a introdução de um ou mais itens na ordem do dia da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) apresentar propostas bem fundamentadas e novas propostas para decisão sobre itens já incluídos na

ordem do dia; e (iii) solicitar informações ou fazer perguntas sobre os itens incluídos na ordem do dia. O Conselho de Administração regulará a forma pela qual os pedidos dos Acionistas serão administrados. Se a proposta de um Acionista para incluir um ou mais itens na ordem do dia for aceita pelo Conselho de Administração, um suplemento ao edital da Assembleia Geral de Acionistas deverá ser publicado pelo menos quinze (15) dias corridos antes da referida reunião, ou quinze (15) dias úteis antes, se o novo item a ser incluído conferir o direito de inspeção aos acionistas.

Em qualquer caso, os Acionistas conservam o direito de apresentar suas propostas durante a Assembleia Geral de Acionistas. Isto com exceção dos assuntos que envolvam a apresentação da divisão (cisão) da Companhia para consideração da Assembleia Geral de Acionistas, se esta decisão corresponder a este órgão, ou outros assuntos que, de acordo com a lei, só possam ser discutidos sujeito ao cumprimento de exigências especiais relativas a editais, publicidade e disponibilidade da proposta para exame pelos Acionistas durante o prazo previsto para o direito de inspeção, caso em que, para tomar tal decisão, devem ser observados os procedimentos estabelecidos na lei.

As informações solicitadas pelos Acionistas serão negadas nos casos em que as informações forem classificadas como: i) não razoáveis; ii) irrelevantes para a compreensão do progresso ou interesses da Companhia; iii) confidenciais, que incluem informações privilegiadas no âmbito do mercado de valores mobiliários, informações reservadas, segredos industriais, transações em andamento cujo sucesso para a Companhia depende substancialmente da confidencialidade de sua negociação; e iv) outras que, se divulgadas, poderiam colocar a competitividade da Companhia em um risco iminente e sério.

Para proporcionar tratamento equitativo a todos os associados, as informações fornecidas aos Acionistas que as solicitaram serão publicadas no website da Companhia, a fim de garantir o acesso concomitante a essa resposta por parte de todos os outros Acionistas.

Artigo 9. Ata das Assembleias Gerais de Acionistas

Será feito um registro do que ocorre nas Assembleias Gerais de Acionistas no livro de atas, registrado na Câmara de Comércio da sede da Companhia. A ata será assinada pelo Presidente da reunião, pelo principal ou secretário ad hoc que nela atuou e, na ausência deste, pelo Auditor Estatutário, e será aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, que poderá delegar esta autoridade a uma comissão plural designada para este fim. A ata enumerará os detalhes e declarações exigidos pelas disposições legais.

Parágrafo. As atas das reuniões remotas do mais alto órgão social devem conter a assinatura de um representante legal e do secretário da Companhia. Na ausência de um secretário, a ata deve ser assinada por um dos acionistas.

Artigo 10. Quorum para Deliberação

Além das exceções legais, a Assembleia Geral de Acionistas deverá deliberar com um número plural de Acionistas representando pelo menos metade mais uma das ações subscritas na data da Assembleia. Se a Assembleia Geral de Acionistas não puder deliberar porque o quorum não for atingido, uma nova Assembleia será anunciada, a qual se reunirá e decidirá validamente com um ou mais Acionistas, independentemente do número de ações que eles representem. Estas reuniões não devem ser realizadas antes de dez (10) dias úteis e no máximo trinta (30) dias úteis após o segundo edital.

Artigo 11. Maiorias na tomada de decisões

As decisões da Assembleia Geral de Acionistas serão adotadas por maioria absoluta dos votos correspondentes às ações representadas na Assembleia, com as seguintes exceções

11.1. Enquanto for exigido pelos artigos 155 e 454 do Código Comercial, ou qualquer regulamento que os modifique, acrescente ou os substitua, a distribuição de lucros exigirá a aprovação de um número plural de Acionistas que, juntos, detenham pelo menos setenta e oito por cento (78%) das ações representadas na Assembleia. Na ausência de aprovação por essa maioria, a distribuição não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) dos lucros ou o

restante, se as perdas de anos anteriores tiverem que ser cobertas ou 70% (setenta por cento) dos lucros, no caso de a soma das reservas legais, estatutárias e eventuais exceder cem por cento do capital subscrito, de acordo com as leis aplicáveis.

11.2. A decisão relativa à colocação de ações sem direito de preferência para os Acionistas, no caso do Artigo 7 do Estatuto Social da Companhia, exigirá a aprovação pelo voto de setenta por cento (70%) das ações representadas, desde que exigido pelo número 5 do artigo 420 do Código Comercial, ou qualquer regra que o modifique, acrescente ou substitua.

11.3. O pagamento do dividendo em ações da Companhia como obrigatório para os Acionistas exigirá o voto positivo de oitenta por cento (80%) das ações representadas, desde que seja exigido pelo artigo 455 do Código Comercial, ou qualquer regra que o modifique, acrescente ou o substitua.

11.4. No caso de uma cisão, será exigida a unanimidade das ações representadas na Assembleia Geral de Acionistas para alterar a proporção na qual os Acionistas da Companhia a ser dividida devem participar. Neste caso, a Companhia, no capital da Companhia beneficiária, desde que exigido pelo artigo 3º da Lei 222 de 1995, ou qualquer regulamento que a modifique, acrescente ou a substitua.

11.5. Qualquer outro que, em virtude de regulamentação legal obrigatória, exija uma maioria qualificada ou especial maior do que a maioria absoluta.

Artigo 12. Direito a voto

Cada ação listada no Registro de Acionistas conferirá o direito a um voto na Assembleia Geral de Acionistas, sem restrição quanto ao número de votos que podem ser colocados pelo titular ou seu representante, exceto pelas proibições e inelegibilidades estabelecidas por lei para votar em determinadas decisões, tais como para os Administradores e funcionários da Companhia votarem nos balanços, contas de final de ano e contas de liquidação. Os votos correspondentes a um único Acionista não podem ser divididos.

Artigo 13. Regras de Votação

Nas ações a serem tomadas e nos votos a serem emitidos pela Assembleia Geral de Acionistas, as seguintes regras devem ser observadas:

1. Os votos serão emitidos por escrito somente quando assim previsto pelo Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, ou quando o sistema de quociente eleitoral tiver que ser aplicado.
2. Uma votação separada será feita para cada eleição, mas quando um diretor e um suplente devem ser escolhidos para o mesmo cargo, a eleição será feita em conjunto.
3. No caso de empate em uma única eleição, uma nova votação será realizada e, se isso também resultar em empate, a nomeação será considerada suspensa. Se o empate ocorrer na votação de propostas ou resoluções, elas serão consideradas como sendo recusadas.
4. Quando o nome de um candidato for repetido uma ou mais vezes na mesma cédula, somente os votos do candidato correspondentes a essa cédula serão contados. Entretanto, se a repetição consiste em ser listado como principal e, ao mesmo tempo, como suplente, a inclusão como suplente não será levada em consideração.
5. Quando uma cédula contiver mais nomes do que deveria, os primeiros da colocação serão contados até o número apropriado. Se tiver menos nomes, todos aqueles contidos na cédula deverão ser contados.
6. Para formar o Conselho de Administração e as comissões ou órgãos oficiais, será aplicado o sistema de quociente eleitoral, conforme prescrito por lei, a menos que sejam preenchidos por unanimidade pelos votos correspondentes ao total de ações representadas na reunião, ou que a lei estabeleça a obrigação de aplicar um sistema de votação diferente.
7. A Companhia não pode votar usando suas próprias ações recompradas em sua posse.
8. No caso de alteração do Estatuto Social da Companhia, cada artigo ou grupo de artigos substancialmente relacionados entre si deverá ser votado separadamente, exceto quando um Acionista ou grupo de Acionistas detentor de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social solicitar que seja votado separadamente durante a Assembleia Geral. Da mesma forma, as emendas do Estatuto Social poderão ser votadas como um todo, e

não separadamente para cada artigo ou grupo de artigos, quando aprovadas pela Assembleia Geral com maioria absoluta de votos.

Para facilitar o processo de votação, os Acionistas que desejarem registrar sua abstenção, ou votar contra ou em oposição aos acordos alcançados pela Assembleia Geral de Acionistas serão solicitados a submeter esta decisão por escrito e assiná-la antes de sua intervenção ao Secretário da Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 14. Procuраções

Todos os acionistas da Companhia podem ser representados nas Assembleias Gerais de Acionistas concedendo uma procuração por escrito indicando o nome do procurador, a pessoa que o procurador pode substituir e a data da(s) reunião(ões) para a(s) qual(is) a procuração é concedida. Uma procuração concedida para uma reunião é considerada válida para o número de sessões da Assembleia Geral de Acionistas correspondente à mesma reunião. Os mandantes e representantes devem ser identificados pelas disposições legais.

A fim de minimizar o uso de delegações sem instruções de voto, a Administração da Companhia publicará em seu website um formulário modelo de procuração, incluindo os diferentes itens da ordem do dia, para que o Acionista possa instruir o representante sobre como votar em cada item.

Exceto nos casos de agentes registrados, os Administradores e funcionários da Companhia não podem representar ações que não sejam suas nas Assembleias Gerais de Acionistas enquanto ocuparem seus cargos, nem podem substituir os procuradores a eles concedidos. Além disso, os administradores e funcionários não podem votar nos balanços, nas contas de final de ano ou nas contas de liquidação.

Artigo 15. Funções e Responsabilidades da Assembleia Geral de Acionistas.

A Assembleia Geral de Acionistas terá as funções estabelecidas no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, a saber:

- a. Eleger e remover livremente os membros do Conselho de Administração, o Auditor Estatutário e os respectivos suplentes e aprovar a política de sucessão para esses cargos, quando aplicável, que deverá ser proposta pelo Conselho de Administração.
- b. Aprovar a política geral de remuneração dos membros do Conselho e, se proposto pelo Conselho de Administração, definir a estrutura geral na qual o próprio Conselho poderá conceder um componente de remuneração variável para a Alta Administração a ser obtido com base no desempenho das ações da Companhia no mercado.
- c. Examinar os relatórios que devem ser feitos pelo Conselho de Administração e pelo CEO anualmente, ou quando exigido pela Assembleia Geral de Acionistas, e como resultado, aprovar, rejeitar ou alterar as demonstrações contábeis e divulgações correspondentes que, de acordo com a regulamentação legal, eles devem submeter à sua consideração.
- d. Designar entre seus membros uma comissão plural para estudar as contas, demonstrações contábeis e outros relatórios deste tipo, quando não tiverem sido aprovados, e informar à Assembleia Geral de Acionistas dentro do prazo indicado para este fim.
- e. Considerar os relatórios do Conselho de Administração e do Diretor-Presidente sobre a situação dos negócios corporativos, divulgações, dados contábeis e estatísticas exigidas por lei; as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração com as demonstrações contábeis; e o relatório do Auditor Estatutário.
- f. Dispor dos lucros estabelecidos de acordo com as declarações de posição financeira e renda, uma vez aprovados, de acordo com as disposições legais e os regulamentos do Estatuto Social da Companhia. No exercício deste poder, poderá criar ou aumentar reservas voluntárias ou ocasionais para um fim específico, e fixar o valor do dividendo, bem como a forma e o prazo de seu pagamento.
- g. Decidir sobre a transferência ou alteração da finalidade das reservas eventuais ou voluntárias, a distribuição das mesmas ou sua capitalização, quando forem desnecessárias.
- h. Alocar lucros para a reserva para recompra de ações sujeitas ao Estatuto Social da Companhia e à regulamentação legal. Com base em tais alocações, o Conselho de Administração fica autorizado a utilizar a

reserva para comprar ações emitidas pela Companhia desde que sejam pagas integralmente e de acordo com os regulamentos aplicáveis para negociação no mercado de valores mobiliários, e fica autorizado a utilizar tais ações em um estágio posterior, sempre que julgado apropriado, para qualquer dos propósitos prescritos pelo Artigo 417 do Código de Comércio.

- i. Decidir que uma emissão específica de ações ordinárias seja colocada sem direito de preferência.
- j. Criar ações emitidas para serviços ou ações de direito de cisão, emitir ações privilegiadas, regular sua colocação, determinar a natureza e extensão dos privilégios, reduzi-las ou eliminá-las, observadas as regras do Estatuto Social da Companhia e as disposições legais.
- k. Acordar sobre (i) a fusão ativa ou passiva da Companhia, com uma ou mais Companhias; (ii) sua transformação; (iii) sua cisão; ou (iv) a cisão (spin-off), venda, oneração ou arrendamento da Companhia ou parte de seus ativos quando, na opinião do Conselho de Administração, tal transação comprometer ativos essenciais para o desenvolvimento do objeto social; (v) a aquisição de outras empresas ou ativos quando, na opinião da Diretoria, tal transação possa levar a uma mudança efetiva no objeto social; (vi) a dissolução antecipada ou a extensão da vida útil; e (vii) em geral, qualquer reforma, expansão ou emenda do Estatuto Social da Companhia.
- l. Ordenar os procedimentos legais correspondentes contra Administradores, executivos ou o Auditor Estatutário.
- m. Em caso de dissolução da Companhia, nomear um ou mais liquidatários e um suplente para cada um deles, demiti-los, fixar sua remuneração, dar-lhes as ordens e instruções necessárias para a liquidação e aprovar suas contas. Até que isto seja feito e a nomeação do liquidante e do suplente seja registrada, o CEO da Companhia terá esta função quando a Companhia iniciar o processo de liquidação, e seus suplentes serão aqueles que, naquela data, forem seus suplentes, em sua ordem.
- n. Criar e colocar ações com um dividendo preferencial sem direito a voto. Entretanto, não podem representar mais do que o percentual máximo estabelecido por lei.
- o. Em geral, adotar todas as medidas necessárias para o cumprimento do Estatuto Social corporativo e do interesse comum dos Acionistas.
- p. Quaisquer outras indicadas por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, e aquelas que não sejam de responsabilidade de qualquer outro órgão societário.

Artigo 16. Delegação

A Assembleia Geral de Acionistas pode delegar algumas de suas funções ao Conselho de Administração ou ao CEO da Companhia em casos específicos ou por um período de tempo específico, desde que possam ser delegadas por sua natureza e sua delegação não seja proibida. Entretanto, as funções contidas nas alíneas a), b), f), g), i) e k) do Artigo 14 deste Estatuto serão consideradas funções exclusivas da Assembleia Geral de Acionistas e, portanto, não poderão ser delegadas.

Artigo 17. Comissão

A Assembleia Geral de Acionistas pode ter comissões para fins especiais, inclusive:

17.1. Comissão para a Revisão e Aprovação da Ata: Responsável pela revisão do conteúdo da ata da Assembleia Geral de Acionistas preparada pelo Secretário e sua assinatura em nome de todos os presentes, se achar que ela é precisa e representa a realidade dos eventos. Esta comissão será formada por dois Acionistas presentes, ou por seus representantes, nomeados pela Assembleia Geral de Acionistas.

17.2. Comissão Eleitoral e de Contagem: Responsável pela contagem dos votos na eleição do Conselho de Administração, ou por qualquer proposta que exija um voto contado. Esta comissão será composta por dois Acionistas, ou por seus representantes, nomeados pela Assembleia Geral de Acionistas a partir dos participantes.

Ambas as comissões podem ser formadas pelos mesmos membros, se aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 18. Intervenção dos acionistas

As intervenções dos Acionistas na Assembleia Geral de Acionistas serão feitas essencialmente em relação à ordem do dia e serão limitadas a três (3) minutos. Este prazo poderá ser prorrogado pelo Presidente da Assembleia Geral

de Acionistas por 2 (duas) atas adicionais. Uma vez alcançado o final da ordem do dia, as intervenções dos Acionistas poderão continuar a fazer perguntas ou propostas adicionais à ordem do dia, nos termos da legislação aplicável. Qualquer Acionista que deseje intervir deverá identificar-se, indicando seu nome completo e número de identificação. Uma vez que as intervenções dos Acionistas tenham terminado, suas perguntas serão respondidas. Qualquer informação ou esclarecimento solicitado deverá ser fornecido pelo Presidente ou, se for o caso e pela instrução deste, por outro Administrador ou, se considerado apropriado, por qualquer funcionário ou terceiro que seja um especialista no assunto.

Artigo 19. Suspensão temporária

Excepcionalmente, na ocorrência de um evento que altere substancialmente o andamento ordenado da Assembleia Geral de Acionistas, ou quaisquer outras circunstâncias extraordinárias que impeçam o seu curso normal, o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas poderá propor sua suspensão pelo tempo necessário para restaurar as condições para continuar.

As deliberações da Assembleia Geral de Acionistas poderão ser suspensas e retomadas posteriormente tantas vezes quantas forem decididas por qualquer número plural de Acionistas representando pelo menos a metade mais uma das ações representadas na Assembleia. Entretanto, as deliberações não podem durar mais de três dias, a menos que todas as ações subscritas estejam representadas quando a Assembleia Geral for retomada ou a menos que a lei atual o permita.

Artigo 20. Comportamento

Será esperado um comportamento correto de todos os participantes da Assembleia Geral de Acionistas durante suas sessões. A Diretoria está autorizada a ordenar a retirada da sessão da Assembleia Geral de Acionistas de qualquer pessoa que esteja embriagada, bebendo álcool, usando drogas ou por qualquer meio ou comportamento que esteja obstruindo o andamento normal da reunião.

Artigo 21. Informações sobre a Assembleia Geral de Acionistas

Com o objetivo de manter informados os acionistas que não podem comparecer à Assembleia Geral de Acionistas, em seu website, a Companhia deverá publicar um resumo dos principais aspectos da Assembleia Geral de Acionistas realizada, incluindo a hora de início, local, quorum para deliberação e os principais tópicos que foram abordados e votados na reunião.

Artigo 22. Aprovação

Este Regimento Interno deve ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas. A aprovação deve ser comunicada ao mercado uma vez que esta decisão seja tomada. Além disso, o Regimento Interno deverá ser divulgado no site corporativo.

Artigo 23. Interpretação, Alteração e Revogação

Este Regimento Interno estabelece o estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia e pelo Código de Governança Corporativa em relação à Assembleia Geral de Acionistas. Sua interpretação, emenda e revogação serão de responsabilidade exclusiva da mesma Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 24. Aprovação e Validade

Este Regimento Interno faz parte do Regime de Governança Corporativa da Companhia, será aplicável na Assembleia Geral de Acionistas, após a reunião na qual foram aprovados.

Envigado, 24 de maio de 2022

PROPOSTA RELATIVA À RECOMPRA DE AÇÕES APROVADA PELA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

A Almacenes Éxito S.A. (a "Companhia") informa a seus acionistas e ao mercado em geral que a Assembleia Geral Extraordinária realizada hoje pessoalmente na sede da Companhia aprovou uma proposta relativa à recompra de ações. Esta proposta inclui ajustes operacionais solicitados pela Bolsa de Valores da Colômbia ("BVC") no desenvolvimento de seus poderes declarados em suas normas e cartas de regulamentação:

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Considerando que:

1. Em conformidade com as instruções emitidas pela Assembleia Geral de Acionistas (a "Assembleia"), o Conselho de Administração executou as medidas necessárias para submeter uma recompra de ações à Assembleia.
2. O Conselho de Administração, com o apoio da administração e consultores externos, procedeu à elaboração de um regulamento para a recompra de ações, levando em conta as diretrizes recebidas em relação a (i) preço, (ii) prazo, (iii) adoção de mecanismos que garantam igualdade de tratamento para todos os acionistas e transparência com o mercado, e (iv) cumprimento das autorizações corporativas e instrumentos de governança corporativa. O texto da recompra de ações tem os seguintes elementos como uma estrutura geral:

1	Beneficiários da oferta de recompra	Todos os titulares de ações da Companhia devidamente registrados no livro de registro social a partir de 24 de maio de 2022 (data em que a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovará a Recompra)
2	Preço	\$21.000 por ação
3	Prazo para a Recompra	10 dias úteis após o próximo dia útil após a publicação do aviso de oferta da Recompra
4	Valor máximo da Recompra	Até a COP 320.000 milhões
5	Mecanismos sob os quais serão recebidas as aceitações da Oferta Recompra	Através do corretor de bolsa de valores da escolha de cada acionista
6	Processo operacional	Executado pelo bvc através de um sistema de captura eletrônica de dados ao qual todo o mercado de capitais tem acesso
7	Recompra conjunto de regras (Igualdade de condições para acionistas minoritários e transparência com o mercado)	Com base na participação que cada acionista tem na Companhia e pelo menos uma (1) ação ordinária por acionista - Este mecanismo garante condições iguais para todos os acionistas

3. Que, além disso, o Conselho de Administração identificou que a Recompra de ações implica o pronunciamento da Assembleia a respeito de uma transação com potenciais partes relacionadas, concluindo que ela atende a todos os requisitos legais e de governança corporativa.

Decide:

Aprovar uma Recompra de ações e dos respectivos termos, uma decisão que implica (i) a aprovação do regulamento da Recompra de ações e (ii) a aprovação de uma transação de partes potencialmente relacionadas.

O conteúdo completo e final das regras da Recompra de ações é o seguinte:

“ALMACENES EXITO S.A.

RECOMPRA DE AÇÕES

O Conselho de Administração da ALMACENES EXITO S.A. (o "Conselho de Administração"), em virtude de seus poderes legais e corporativos,

CONSIDERANDO QUE

a Assembleia Geral de Acionistas da Almacenes Exito S.A. (a "Companhia"), durante a reunião ordinária realizada em 24 de março de 2022, instruiu o Conselho de Administração da Companhia para proceder à elaboração de um conjunto de regras (as "Regras") para a implementação de uma Recompra de ações (a "Recompra"), a ser submetida à aprovação do mais alto órgão societário, tudo isso registrado na Ata No. 78 de acordo com o artigo 27(h) do Estatuto Social da companhia;

na referida reunião, foi aprovada a alocação de duzentos e quarenta e nove bilhões trezentos e trinta e três milhões quinhentos e noventa e nove mil quatrocentos e trinta e cinco pesos (COP\$249.333.599.435) do lucro líquido da Companhia para aumentar a reserva da Recompra de ações, bem como a realocação de cento e quarenta e sete bilhões cento e oito milhões quatrocentos e quinhentos mil quinhentos e sessenta e cinco pesos (COP\$147, 108.400.565) das eventuais reservas para futuras expansões e melhorias, para aumentar a reserva para a Recompra de ações, com a qual se soma ao saldo da reserva para a Recompra de ações disponível em 31 de dezembro de 2021, por vinte e dois bilhões de pesos (COP\$22.000.000.000), totaliza a quantia de quatrocentos e dezoito bilhões quatrocentos e quarenta e dois milhões de pesos (COP\$418.442.000.000);

a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia declarou que a Recompra se destina a proporcionar valor aos acionistas pagando um preço que reconhece o valor fundamental de suas ações e que também pode gerar eficiências para cada um deles em condições de igualdade através de um procedimento que implementa práticas adequadas de governança corporativa;

Neste contexto, e de acordo com as instruções da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, o Conselho de Administração é responsável, através da proposição do Regulamento a ser submetido à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, por assegurar a igualdade de condições do processo para a Recompra;

de acordo com as instruções da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, o preço da Recompra deve ser determinado com base em métodos tecnicamente reconhecidos, para os quais o Conselho de Administração da Companhia, de acordo com o disposto na Lei 964/2005 e no Regulamento Geral e na Carta de Regulamentação da

Bolsa de Valores da Colômbia (a "BVC"), autorizou a contratação de uma empresa de avaliação independente encarregada de determinar a faixa de valor das ações da Companhia (a "Empresa de Avaliação Independente");

a Empresa de Avaliação Independente preparou um relatório de avaliação das ações da Companhia, que foi entregue à Companhia em 29 de abril de 2022;

o Comitê de Auditoria e Risco da Companhia, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Capítulo Sete do Código de Governança Corporativa da Companhia, revisou o relatório de avaliação elaborado pela Companhia de Avaliação Independente e o considerou razoável, razão pela qual foi submetido ao Conselho de Administração;

de acordo com o artigo 3.3.4.3 do Regulamento Geral da BVC e o artigo 3.9.3.3 da Carta de Regulamentação da BVC, a Companhia considerou conveniente realizar a Recompra através de um mecanismo independente;

portanto, a Recompra deve ser realizada sob o mecanismo independente indicado acima, garantindo condições iguais a todos os acionistas, tanto em termos econômicos como processuais, para que todos os acionistas possam dispor de uma porcentagem de suas ações de acordo com sua participação na estrutura acionária da Companhia; e

a Recompra será realizada sujeita aos regulamentos aplicáveis, especialmente, às disposições do artigo 396 do Código Comercial, artigo 42 da Lei 964/2005, parágrafo terceiro do artigo 6.15.2.1.2 do Decreto 2555/2010 e às regras contidas no Regulamento Geral da BVC e na Carta de Regulamentação da BVC.

DECIDE

1. Aprovar que as seguintes Regras para a Recompra sejam submetidas à consideração da Assembleia de Acionistas da Companhia:

(1) Montante máximo da Recompra. O valor máximo da oferta da Recompra é de trezentos e vinte mil

bilhões de pesos (COP\$ 320.000.000.000.000) (o "Valor Máximo da Oferta da Recompra").

(2) Preço da Recompra. O preço oferecido por ação é de vinte e um mil pesos (COP\$ 21.000.000) (o "Preço Recompra"), que será pago em dinheiro a partir do lucro líquido da Companhia correspondente à reserva da Recompra, de acordo com o artigo 396 do Código Comercial.

(3) Número máximo de ações da Recompra. 15.238.095 ações ordinárias. É o resultado da divisão do Valor Máximo da Oferta Recompra pelo Preço da Recompra arredondado para o número inteiro inferior (o "Número Máximo de Ações da Recompra"). As ações ordinárias recompradas devem ser completamente livres e livres de qualquer ônus ou limitação ao direito de propriedade. O Número máximo de ações da Recompra pode eventualmente ser excedido como resultado da aplicação da Seção 6(b), desde que este aumento não exceda 5.036 ações em qualquer caso.

(4) Beneficiários da oferta da Recompra.

(a) Os destinatários da Oferta Recompra (os "Destinatários da Oferta Recompra") deverão ser titulares de ações da Companhia devidamente registradas no livro de registro dos acionistas (o "Livro de Registro de Acionistas") a partir de 24 de maio de 2022 (a "Data de Corte"), data na qual a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou a Recompra, este Regulamento e seus sucessores universais.

(b) A Recompra será realizada através da BVC com respeito aos valores mobiliários imobilizados e/ou desmaterializados. Portanto, os acionistas cujos títulos representativos das ações tenham sido roubados ou danificados deverão realizar o processo de emissão de duplicatas conforme o artigo 402 do Código de Comércio Colombiano. Uma vez concluída a emissão da duplicata, os acionistas que desejarem participar da Recompra deverão imobilizar e/ou desmaterializar os certificados de ações representativos de suas ações através do corretor de valores de sua escolha e seguir o procedimento disponível no link a seguir: <https://www.grupoexito.com.co/es/asamblea-de-accionistas-2022-reunion-extraordinaria-24-de-mayo-tramites-relacionados-con-acciones>.

(5) Relação de aquisição. Para fins deste Regulamento, o "Índice de Aquisição" é de 3,40%, uma porcentagem resultante da divisão do Número Máximo de Ações a serem Recompradas pelo número total de ações

subscritas e em circulação da Companhia, arredondado para duas casas decimais.

(6) Quantidade mínima e quantidade máxima de ações a serem vendidas pelos destinatários na Oferta Recompra.

(a) Cada Destinatário da Oferta Recompra pode vender à Companhia pelo menos uma (1) ação ordinária e até um número inteiro de ações resultante da multiplicação do número de ações detidas por cada Destinatário da Oferta Recompra na Data de Corte, conforme registrado no Livro de Registro de Acionistas, pela Relação de Aquisição.

(b) As frações de ações resultantes do cálculo anterior serão descartadas. Nos casos em que o cálculo do número total de ações a serem vendidas resultar em um número inferior a uma, será oferecida uma (1) ação ordinária para ser recomprada.

(7) Prazo para Recompra. Os Destinatários da Oferta Recompra podem apresentar sua aceitação a partir do dia útil seguinte à publicação do Aviso de Oferta (como tal prazo é definido abaixo), por um prazo de dez (10) dias úteis (o "Prazo da Recompra").

(8) Procedimento.

(a) A Recompra não implicará na realização de uma oferta pública de aquisição e será realizada fora dos módulos transacionais da BVC. Em qualquer caso, a Recompra cumprirá as disposições dos regulamentos aplicáveis, em particular o artigo 396 do Código Comercial, artigo 42 da Lei 964/2005, parágrafo 3 do artigo 6.15.2.1.2. do Decreto 2555/2010 e as regras contidas no Regulamento Geral da BVC e na Carta de Regulamentação da BVC.

(b) De acordo com o artigo 3.3.4.3 do Regulamento Geral da BVC e o parágrafo terceiro do artigo 6.15.2.1.2 do Decreto 2555/2010, a Recompra será realizada sob o mecanismo independente da BVC. Para esse fim:

(i) a Companhia confiou ao BVC a execução operacional da Recompra, que será regida pelas disposições destas regras e pelas disposições das instruções operacionais emitidas pelo BVC para este fim;

e

(ii) no processo de *Recompra* tratado neste Regulamento, Corredores Davivienda S.A. atuará como corretora da Companhia.

(9) Publicação do aviso de oferta da Recompra. Um aviso descrevendo os termos da *Oferta Recompra* será publicado de acordo com os requisitos estabelecidos na lei aplicável e nos regulamentos e Carta de Regulamentação da BVC (o "Aviso de Oferta"), para que os Destinatários da *Oferta Recompra* tenham as informações necessárias para participar do processo *Recompra*. A Notificação de Oferta será publicada em um jornal impresso e/ou online de grande circulação nacional, uma vez aprovada a documentação enviada à BVC. Além disso, a *Oferta Recompra* será comunicada aos Destinatários da *Oferta Recompra* através da plataforma de informação relevante da Superintendência Financeira da Colômbia, no momento previsto para esse fim. Da mesma forma, tanto o Regulamento como o Aviso de Oferta permanecerão publicados no site da companhia desde a publicação do Aviso de Oferta até o último dia do recebimento da aceitação da *Recompra*.

(10) Conteúdo mínimo da Notificação de Oferta. A Notificação de Oferta deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- (a) uma indicação de que a *Recompra* será realizada sob o mecanismo independente da BVC;
- (b) uma indicação de que a *Recompra* será realizada de acordo com os regulamentos aplicáveis para tal fim, especialmente o artigo 42 da Lei 964/2005, artigo 396 do Código Comercial e o parágrafo 3 do artigo 6.15.2.1.2 do Decreto 2555/2010;
- (c) uma indicação expressa aos Destinatários da *Oferta Recompra* de que devem submeter sua aceitação à oferta para a *Recompra* através do corretor de sua escolha;
- (d) o preço da *Recompra*, indicando que ela foi estabelecida de acordo com métodos tecnicamente reconhecidos;

- (e) o número máximo de ações oferecidas para serem recompradas pela companhia;
- (f) a indicação de que as Regras foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia;
- (g) os Destinatários da Oferta Recompra, declarando expressamente que a oferta Recompra é feita em condições de igualdade para todos os acionistas;
- (h) o mecanismo sob o qual a aceitação da oferta Recompra será recebida, o qual será determinado pela BVC nas instruções de operação correspondentes;
- (i) a forma de apresentação da aceitação, que será determinada pelo BVC nas instruções de operação correspondentes;
- (j) o prazo para apresentação de aceitações, que será o indicado na Seção (7) do Regulamento;
- (k) o prazo para apresentação de aceitações, que será das 9h00 às 13h00 nos dias úteis incluídos dentro do prazo indicado para este fim, prazo este que poderá ser prorrogado conforme determinado pela BVC, e informado ao mercado nas instruções de operação;
- (l) o período de aplicação das regras da Recompra, que será de até cinco (5) dias úteis a partir da expiração do prazo da Recompra;
- (m) a forma de pagamento, que para este fim será em dinheiro em pesos colombianos;
- (n) a data de conclusão da Recompra, que para este fim será o terceiro dia de negociação a partir da data em que as Regras da Recompra começarem a ser aplicadas;
- (o) os locais ou links do site em que as informações sobre a Recompra serão fornecidas da seguinte forma:

Corredores Davivienda S.A. Comisionista de Bolsa

Carrera 7 # 71-52 Torre B Piso 16

(+57) 60 1 312 3300

farango@corredores.com; storres@corredores.com; scaastro@corredores.com

Bolsa de Valores Colombiana

<https://bvc.co/prospectos?tab=acciones> – Prospecto

<https://bvc.co/avisos-de-oferta-publica?tab=acciones> – Editais de licitação pública

Gerente do Registro de Acionistas

Fiduciaria Bancolombia S.A.

Carrera 48 No. 26 – 85, Torre Sur, Sucursal Puerta del Río. Avenida Los Industriales.

Institutional Shareholders Services: CAA@Bancolombia.com.co

Colômbia: 018000954242 opção 2

Medellín: +57 (604) 4447231 opção 2

Tatiana Zoraida Vargas Ariza TVARGAS@Bancolombia.com.co

Medellín: +57 (604) 4042364

Sede da Almacenes Exito S.A.

Carrera 48 # 32B Sur-139

Línea en Medellín: (4) 6049696 Ext. 306560 ou 305546

María Fernanda Moreno Rodríguez maria.morenorodriguez@grupo-exito.com

(p) *uma indicação de que a aceitação da oferta da Recompra não está condicionada, e que é irrevogável desde o momento em que é submetida pelo corretor à BVC, sem qualquer modificação, retirada ou ineficácia da mesma, desde que não seja rejeitada pela BVC; e*

(q) *outros resultantes de esforços de gestão com a BVC*

(11) Instruções de operação. *De acordo com as disposições do artigo 3.3.4.3 do Regulamento Geral da BVC, esta entidade será responsável pela emissão das instruções de operação da Recompra.*

(12) Aceitações.

(a) *Os destinatários da Oferta Recompra que estiverem interessados em aceitar a oferta para a Recompra das ações da companhia devem apresentar sua aceitação através de um corretor de sua escolha, sob os termos estabelecidos pela BVC e dentro do prazo limite da Recompra. Tal aceitação será vinculativa para o destinatário da Oferta Recompra e, portanto, não poderá ser retraída, modificada ou esclarecida, exceto para as exceções indicadas nas instruções de operação emitidas pelo BVC para esta Recompra.*

(b) *Não obstante as disposições da Seção (12)(a) acima, o BVC poderá solicitar informações adicionais ao Destinatário da Oferta Recompra, através da corretora através da qual submeteu sua aceitação, para verificá-la ou corrigi-la, se aplicável. Se no momento da aplicação do Regulamento da Recompra, o Destinatário da Oferta Recompra, através de sua corretora, não tiver respondido às correções ou solicitações da BVC, entender-se-á que a BVC retirou sua aceitação. É de responsabilidade do Destinatário da Oferta Recompra processar em tempo hábil com seu corretor, de acordo com as disposições deste Regulamento, a aceitação na devida forma dentro do*

Prazo da Recompra. As despesas incorridas pelos Destinatários da Oferta para a aceitação da Recompra serão suportadas por eles. A contratação de uma corretora, requisito essencial para a aceitação desta Recompra, implicará eventualmente em uma taxa a ser paga pelo Destinatário da Oferta da Recompra para a execução da venda das ações. Esta taxa é tributada com 19% de IVA.

(13) Regras de Recompra. Dentro de cinco (5) dias úteis após o término do Prazo da Recompra, a Companhia, com o apoio da BVC, aplicará as seguintes Regras para a Recompra:

(a) Cada Acionista pode dispor de um número inteiro de ações dentro da faixa estabelecida na Seção (6)(a) acima.

(b) Uma vez que a Companhia e a BVC tenham determinado o número de ações que cada Beneficiário da Oferta Recompra venderá para a Companhia de acordo com a Seção 13(a) acima, os resultados serão comunicados aos corretores participantes da operação através do processo fornecido pela BVC para tais propósitos e, em geral, através de um boletim informativo. Além disso, a Companhia informará os resultados gerais da Recompra sob o mecanismo de informação relevante.

(c) Para todos os fins, a data efetiva de aplicação das Regras da Recompra será a data em que o BVC entregar as informações sobre a Recompra ao mercado e geralmente relatará os resultados através de um boletim de informação.

(d) Cada aceitação válida corresponderá a uma operação de mercado de ações, para a qual deverá ser compensada e liquidada de acordo com as disposições deste Regulamento.

(14) Compensação e liquidação. O processo de compensação e liquidação da Recompra será realizado de acordo com as disposições do Regulamento Geral, a Carta de Regulamentação e as Instruções Operacionais da BVC. A companhia pagará o preço correspondente aos destinatários da Oferta Recompra que aceitaram a oferta Recompra, de acordo com os resultados, em dinheiro, em pesos colombianos, e através dos corretores. O pagamento e a compensação subsequente ocorrerão no terceiro dia útil após a data de liquidação, data em que a aplicação das Regras da Recompra ocorrer. O pagamento e a liquidação para cada um dos Destinatários da Oferta Recompra serão

realizados desde que, na data de pagamento, as ações estejam totalmente livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou limitação ao direito de propriedade. Se na data de pagamento, as ações não forem totalmente liberadas, não será executada, e conseqüentemente a operação da Recompra de tais ações não será concluída. O corretor que representa cada um dos Destinatários da Oferta Recompra será responsável por verificar a validade e eficácia do certificado de cada Destinatário da Oferta Recompra sobre as ações oferecidas para venda e deverá cumprir com a entrega das ações vendidas em condições a serem transferidas para a Companhia e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, limitações de propriedade, limitações ao exercício dos direitos contidos no certificado e de qualquer reclamação, medida cautelar ou ação judicial pendente que possa afetar a propriedade ou a livre negociabilidade do mesmo, e deve entregar o número total de ações vendidas da mesma forma, ou seja, entregando o número total de ações vendidas por transferência eletrônica ao Depósito Centralizado de Títulos ("Deceval"). Como as ações devem ser completamente imobilizadas e/ou desmaterializadas sua transferência será através do Deceval, o cumprimento das operações resultantes não pode ser realizado através da entrega de certificados físicos.

(15) Dividendos. Os dividendos das ações objeto da Recompra de acordo com este Regulamento estarão sujeitos às disposições das regras do mercado de ações públicas no período ex-dividendo.

2. Encarregar o Comitê de Auditoria e Risco da Companhia com as seguintes funções:

- (1) atuar como consultor do Representante Legal da Companhia durante o processo de implementação da Recompra.*
- (2) assegurar que as disposições das Normas sejam plenamente cumpridas;*
- (3) tratar e acompanhar as preocupações que os Destinatários da Oferta Recompra possam apresentar; e*
- (4) informar ao Conselho de Administração os resultados da Recompra.*

3. Se o Regulamento for aprovado em reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas, autorizar e solicitar a qualquer um dos Representantes Legais da Companhia (1) a realização de todos os procedimentos legais necessários e/ou desejáveis para implementar e executar a Recompra, incluindo a possibilidade de fazer correções,

ajustes e esclarecimentos ao Regulamento como resultado dos pedidos levantados pela BVC; (2) tomar todas as outras medidas necessárias e/ou desejáveis para executar a Recompra, incluindo o cumprimento das exigências legais, administrativas ou quaisquer outros requisitos que possam ser necessários para esse fim; (3) atender às exigências da Bolsa de Valores da Colômbia ou Deceval; (4) ter reservas especiais e ocasionais para os fins autorizados acima; (5) obter as autorizações das autoridades administrativas que possam ser necessárias para executar a Recompra; e, em geral (6) realizar qualquer outra atividade associada e relacionada à Recompra.

4. Lembrar aos acionistas da Companhia, e ao mercado em geral, que o preço oferecido pela Companhia para a Recompra representa o valor avaliado pelo Conselho de Administração de acordo com o procedimento de avaliação utilizando metodologias tecnicamente reconhecidas, realizadas para este fim pelo Escritório de Avaliação Independente de acordo com as disposições do artigo 42 da Lei 964/2005, mas que não se trata de qualquer recomendação ou conselho para os acionistas da Companhia. Cada acionista deve avaliar de forma independente e autônoma, sob sua exclusiva responsabilidade, a conveniência de vender ou não as ações de sua propriedade e o número de ações a serem vendidas ao preço oferecido pela Companhia.

5. De acordo com o artigo 396 do Código Comercial, se as ações recompradas pertencerem à Companhia, os direitos inerentes a elas serão suspensos. Na medida em que a Recompra for feita, a Companhia, conforme apropriado, atualizará seu número de ações em circulação.

Envigado, 6 de maio de 2022.

Conselho de Administração

Almacenes Exito S.A.

**REUNIÓN EXTRAORDINARIA PRESENCIAL
ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS
ALMACENES ÉXITO S. A.
24 DE MAYO DE 2022
ACTA N° 79**

En el Municipio de Envigado, Departamento de Antioquia, República de Colombia, sede del domicilio principal de Almacenes Éxito S.A. (la “Compañía”), en la carrera 48 No. 32B Sur - 139, a las 9:00 a.m. del 24 de mayo de 2022, en el lugar, fecha y hora indicados en el aviso de convocatoria, se reunió de manera presencial la Asamblea General de Accionistas de Almacenes Éxito S.A., en su sesión extraordinaria.

CONVOCATORIA

La convocatoria para esta reunión fue dispuesta por la Junta Directiva y comunicada por medio de publicación efectuada en el periódico “El Colombiano” en la página 9, y en el periódico “El Tiempo” en la página 1.9, y en las plataformas virtuales de Primera Página y Valora Analitik, el día 7 de mayo de 2022, según el texto que se transcribe a continuación:

***Asamblea General de Accionistas
Reunión extraordinaria
Almacenes Éxito S.A.***

Aviso de Convocatoria

La Junta Directiva y el Representante Legal de Almacenes Éxito S.A., (la “Compañía”) en ejercicio de sus facultades y de conformidad con el artículo 19 de los Estatutos Sociales, se permiten convocar a los señores accionistas a la reunión extraordinaria de la Asamblea General de Accionistas, que tendrá lugar el martes 24 de mayo de 2022 a las 9:00 a.m. en la Carrera 48 # 32 B Sur-139, Avenida las Vegas, sede administrativa de la Compañía, ubicada en el municipio de Envigado, Antioquia.

El orden del día propuesto es el siguiente:

- 1. Verificación del quórum*
- 2. Lectura del orden del día*
- 3. Elección de comisionados para escrutinios y para la revisión, aprobación y firma del acta de la reunión*
- 4. Reforma de los estatutos sociales*
- 5. Reforma del reglamento de la Asamblea General de Accionistas*
- 6. Aprobación de una readquisición de acciones de la Compañía (la “Readquisición”) y de los términos de la misma*

La Junta Directiva y los Administradores se abstendrán de someter a consideración de la Asamblea General de Accionistas cualquier punto que no se hubiese incluido dentro del orden del día publicado con este aviso de convocatoria.

Los términos e instrucciones para el registro para la reunión pueden ser consultados en el sitio web <https://www.grupoexito.com.co/es/asamblea-accionistas>. El registro estará habilitado hasta el domingo 22 de mayo en nuestro sitio web www.grupoexito.com.co.

Para facilitar la toma informada de decisiones por parte de la Asamblea General de Accionistas, se encuentran disponibles en el sitio web corporativo <https://www.grupoexito.com.co/es/asamblea-accionistas>, los documentos que describen y soportan los puntos 4 a 6 del orden del día.

Los accionistas que no pudieren asistir personalmente podrán hacerse representar mediante poder otorgado por escrito, el cual deberá cumplir los requisitos previstos en el Artículo 184 del Código de Comercio. Los modelos de poderes se encuentran a disposición de los accionistas en el sitio web corporativo <https://www.grupoexito.com.co/es/asamblea-accionistas>.

Los poderes no podrán conferirse a empleados de Almacenes Éxito S.A., o a personas vinculadas, directa o indirectamente con su administración.

**JUNTA DIRECTIVA Y CARLOS MARIO GIRALDO MORENO
Almacenes Éxito S.A.**

Se deja expresa constancia de que una vez publicado el aviso de convocatoria se dio cumplimiento a los procedimientos definidos en los estatutos sociales y en las demás políticas de gobierno corporativo de la Compañía, y se dejaron a disposición de los señores accionistas, en el sitio web corporativo, los documentos relativos a las proposiciones del orden del día de la reunión, así como la documentación soporte requerida a efectos de un mayor entendimiento de las mismas y de la Readquisición.

Se dio inicio a la reunión con el himno nacional.

Posteriormente, se informó al público que durante la reunión se tomarían fotografías y videos que fueron transmitidos vía *streaming* en el sitio web corporativo y, además se indicó que, al tratarse de hechos noticiosos, las imágenes podrían ser comunicadas a través de cualquier medio. Finalmente, se invitó al público a consultar la Política de Privacidad de la Compañía disponible en el sitio web corporativo. Así mismo, se invitó al público a comunicarse al correo electrónico proteccion.datos@grupo-exito.com en caso de cualquier inquietud relacionada con el manejo de sus datos personales.

Acto seguido fueron presentados a los señores accionistas: (i) los señores miembros de la Junta Directiva que se encontraban conectados virtualmente: Luis Fernando Alarcón Mantilla (Presidente), Ana María Ibáñez Londoño, Felipe Ayerbe Muñoz, Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, Christophe Hidalgo, Susy Midori Yoshimura, Rafael Russowsky y Bernard Petit; y el Director que se encontraba presente en la reunión Philippe Alarcon; (ii) los directivos de la Compañía que presiden esta reunión: Carlos Mario Giraldo Moreno, Presidente de la Compañía, quien conforme al artículo 25 de los Estatutos Sociales preside la reunión, y Claudia Campillo Velásquez, Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, y quien a su vez actúa como secretaria de la presente reunión, de conformidad con el artículo 43 de los referidos estatutos; y (iii) el Vicepresidente Financiero, también presente en la Mesa Principal, Ruy Barbosa de Souza.

El Presidente de la Compañía extendió un saludo cordial a los señores accionistas y a la Mesa Principal, agradeciéndoles de antemano su asistencia a la reunión y a continuación se dio inicio formal a la reunión extraordinaria presencial de la Asamblea General de Accionistas. Seguidamente, concedió el uso de la palabra a Claudia Campillo Velásquez, Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, quien con el fin de propiciar un diálogo abierto, equitativo y significativo entre las señoras y señores accionistas y la Compañía, y en atención al principio de transparencia, expuso algunas de las directrices contenidas en el Instructivo que fue puesto a disposición de los accionistas desde el 6 de mayo de 2022, a saber:

(i) Intervenciones de las señoras y los señores accionistas:

- Las señoras y los señores accionistas podrán intervenir presencialmente, solicitando el uso de la palabra, con el fin de que se les suministre un micrófono, o a través de un chat de WhatsApp que tendrán habilitado durante el desarrollo de la reunión. Informó que para acceder a este chat podrían escanear el código QR que se encontraba en la escarapela que les fue entregada al ingresar a la presente reunión.
- Durante la reunión es posible que un único accionista presente múltiples preguntas. También es posible que existan varias preguntas sobre un mismo tema, en ese caso, se indicará si las mismas están siendo cubiertas con la misma respuesta.

(ii) Accionistas que han informado tener una condición de discapacidad:

- La Compañía ha provisto los mecanismos necesarios para los accionistas que al momento de su registro reportaron una condición de discapacidad, entre ellos, se encuentra el sistema *Closed Caption*, que es un *software* internacional que captura en vivo la información que se va generando y la muestra por escrito en la pantalla. Es posible que en dicho proceso haya algunas palabras que no coincidan exactamente, sobre todo al tratarse de tecnicismos o extranjerismos, por lo que agradecemos su comprensión.

PRESIDENCIA Y SECRETARÍA.

La reunión fue presidida por el Presidente de la Compañía, el señor Carlos Mario Giraldo Moreno y actuó como Secretaria, la Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, Claudia Campillo Velásquez.

1. VERIFICACIÓN DEL QUÓRUM.

La Secretaria anunció en el momento de iniciar la reunión que se encontraban entre presentes y representadas un total de 437.610.930 acciones ordinarias de la Compañía, que equivalen al 97.77% del total de las acciones en circulación de la Compañía, existiendo quórum suficiente para deliberar y decidir válidamente de acuerdo con los Estatutos Sociales de la Compañía y la Ley.

Quórum Inicial:

Asistentes	14
Accionistas representados	21
Acciones en circulación	447.604.316
Acciones presentes o representadas	437.610.930
Quórum	97.77%

El detalle del número de los accionistas presentes o representados se encuentra a continuación:

ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID ACCIONISTA	TIPO ID	NOMBRE ACCIONISTA	ACCIONES
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VÉLEZ	901442854	NIT	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICA	409.876.436
	CC		444444133	NIT	GPA2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOE	22.380.232
1053812574	CC	SERGIO LONDOÑO GONZALEZ	42885882	CC	LUZ MERY QUINTERO CASTANO	10
14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	6.600
19483455	CC	FRANCISCO MORA	19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	47.628
32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	5.110
32509289	CC	TERESITA DE JESUS POSADA BONILLA	32509289	CC	TERESITA DE POSADA BONILLA	5
42990242	CC	MARIA LOURDES MEJIA VELASQUEZ	42990242	CC	MARIA LOURDES MEJIA VELASQUEZ	488
70035728	CC	JUAN GUILLERMI CORREA MONTOYA	70035728	CC	JUAN GUILLERMO CORREA MONTOYA	50
70041567	CC	MARIO ENRIQUE SALAZAR JIMENEZ	1017185397	CC	MARISOL SALAZAR GONZALEZ	10
70083149	CC	JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	70083149	CC	JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	3.200
79796500	CC	EDGAR MUÑOZ JASSIR	900440283	NIT	FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	5.034.821
	CC		900266293	NIT	STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	18.693
	CC		900180826	NIT	SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	8.460
	CC		900704219	NIT	ALLIANZGI FONDS DSPT	5.430
	CC		900179647	NIT	SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	3.173
8278664	CC	JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	8278664	CC	JORGE HERNAN NORENA MEJIA	20
8359372	CC	JUAN LUIS MEJIA CROWE	901237428	NIT	INVERLANDES SAS	51.229
98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	900458971	NIT	DISTRINTEC S A S	94.758
	CC		98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	64.077
	CC		811015441	NIT	SERVICIOS INTEGRALES JWW LIMITADA	10.500
		Total acciones				437.610.930

De conformidad con la información suministrada por Fiduciaria Bancolombia S.A. y por el proveedor de la plataforma virtual (Eventos & Sistemas S.A.S.), en el transcurso de la reunión se logró reunir, el siguiente quórum máximo de accionistas presentes o representados, incluyendo aquellos que fueron

ingresando una vez iniciada la reunión presencial extraordinaria de la Asamblea General de Accionistas:

Quórum Máximo:

Asistentes: 25
 Accionistas representados: 33
 Acciones en circulación: 447.604.316
 Acciones presentes o representadas: 438.206.240
 Quórum: 97.90%

El detalle del número máximo de los accionistas presentes o representados es el siguiente:

ASAMBLEA GENERAL EXTRAORDINARIA DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID	TIPO ID	NOMBRE ACCIONISTA	ACCIONES
			ACCIONISTA			
1036928577	CC	JAVIER ALEJANDRO GONZALEZ BETANCUR	1036928577	CC	JAVIER ALEJANDRO GONZALEZ BETANCUR	444
1037604532	CC	GONZALO ORREGO VÉLEZ	901442854	NIT	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICA	409.876.436
	CC		444444133	NIT	GPA2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOE	22.380.232
1053812574	CC	SERGIO LONDOÑO GONZALEZ	42885882	CC	LUZ MERY QUINTERO CASTANO	10
1128268522	CC	JUAN CAMILO TORO CADAVID	1128268522	CC	JUAN CAMILO TORO CADAVID	3.660
14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	CC	FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	6.600
19483455	CC	FRANCISCO MORA	19483455	CC	FRANCISCO MORA MORENO	47.628
32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	CC	GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	5.110
32509289	CC	TERESITA DE JESUS POSADA BONILLA	32509289	CC	TERESITA DE POSADA BONILLA	5
3342371	CC	JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	CC	JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	7.000
3383456	CC	JUAN CAMILO JIMENEZ BONILLA	900865223	NIT	FONVAL ACCIONES DINAMICO	490.044
42990242	CC	MARIA LOURDES MEJIA VELASQUEZ	42990242	CC	MARIA LOURDES MEJIA VELASQUEZ	488
43091075	CC	BLANCA NIDIA GOMEZ HERNANDEZ	43091075	CC	BLANCA NIDIA GOMEZ HERNANDEZ	65
70035728	CC	JUAN GUILLERMI CORREA MONTOYA	70035728	CC	JUAN GUILLERMO CORREA MONTOYA	50
70041567	CC	MARIO ENRIQUE SALAZAR JIMENEZ	1017185397	CC	MARISOL SALAZAR GONZALEZ	10
70083149	CC	JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	70083149	CC	JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	3.200
71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	900384438	NIT	INVER ARCOIRIS S A S	13.229
	CC		71339889	CC	ALEJANDRO TIRADO TORRES	2.606
71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	CC	JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	2.242
71688461	CC	JAIRO LEON CARDONA TOBON	71688461	CC	JAIRO LEON CARDONA TOBON	670
71744198	CC	JOSE LEONARDO SANIN SALDARRIAGA	21382323	CC	ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	15.000
79796500	CC	EDGAR MUÑOZ JASSIR	900440283	NIT	FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	5.034.821
	CC		900266293	NIT	STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	18.693
	CC		900180826	NIT	SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	8.460
	CC		900704219	NIT	ALLIANZGI FONDS DSPT	5.430
	CC		900179647	NIT	SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	3.173
8278664	CC		JORGE HERNAN NOREÑA MEJIA	8278664	CC	JORGE HERNAN NORENA MEJIA
8298374	CC	ALVARO SANCHEZ LONDOÑO	8298374	CC	ALVARO SANCHEZ LONDONO	104
8359372	CC	JUAN LUIS MEJIA CROWE	901237428	NIT	INVERLANDES SAS	51.229
98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	900458971	NIT	DISTRINTEC S A S	94.758
	CC		98493899	CC	JOHN WBEIMAN WIEDEMANN RIVERA	64.077

ASAMBLEA GENERAL EXTRAORDINARIA DE ACCIONISTAS						
ALMACENES ÉXITO S.A.						
ID APODERADO	TIPO ID	NOMBRE ASISTENTE	ID	TIPO ID	NOMBRE ACCIONISTA	ACCIONES
			ACCIONISTA			
	CC		811015441	NIT	SERVICIOS INTEGRALES JWW LIMITADA	10.500
98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	CC	CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	60.246
		Total acciones				438.206.240

Se deja expresa constancia que los Administradores y empleados de la compañía, no representaron acciones de terceros. Adicionalmente, se informó que se dio estricto cumplimiento a las disposiciones contenidas en la Resolución 0116 de 2002 de la Superintendencia de Valores (hoy Superintendencia Financiera de Colombia).

2. LECTURA Y APROBACIÓN DEL ORDEN DEL DÍA.

Verificada la existencia de las condiciones de pluralidad, el Presidente declaró formalmente constituida la Asamblea.

La Secretaria procedió a dar lectura al orden del día:

ORDEN DEL DÍA

1. Verificación del quórum
2. Lectura del orden del día
3. Elección de comisionados para escrutinios y para la revisión, aprobación y firma del acta de la reunión
4. Reforma de los estatutos sociales
5. Reforma del reglamento de la Asamblea General de Accionistas
6. Aprobación de una readquisición de acciones de la Compañía (la "Readquisición") y de los términos de la misma

Seguidamente, en relación con el punto 6 del orden del día, la Secretaria informó que, de forma previa a las deliberaciones y a la votación, la administración expondría unas presentaciones para desarrollar la información oportunamente puesta a disposición de los accionistas en el sitio web corporativo.

Por último, tomó la palabra el Presidente de la Compañía quien les recordó a los accionistas que, conforme a lo dispuesto en el artículo 425 por tratarse de una reunión de naturaleza extraordinaria no hay lugar a la aprobación del orden del día, puesto que su objeto es ocuparse del orden del día propuesto en la convocatoria.

3. ELECCIÓN DE COMISIONADOS PARA ESCRUTINIOS Y PARA LA REVISIÓN, APROBACIÓN Y FIRMA DEL ACTA DE LA REUNIÓN.

El Presidente de la Asamblea propuso el nombramiento de los señores Sergio Londoño González y Gonzalo Orrego Vélez como comisionados de la Asamblea para escrutinios, así como para la revisión, aprobación y firma del acta de la reunión. Informó que los comisionados propuestos son los mismos de la anterior reunión de la Asamblea, toda vez que conocen la instrucción dada a la Junta Directiva en relación con la Readquisición y son garantes ante los accionistas de que las decisiones de ambas Asambleas sean tomadas de forma alineada.

La Asamblea aprobó la proposición por 438.124.257 votos afirmativos, correspondientes al ciento por ciento (100%) de las acciones presentes y representadas en la reunión. Se deja, entonces, expresa constancia de que no se recibieron votos en contra ni en blanco y de que ningún accionista se abstuvo de votar.

Los señores Sergio Londoño González y Gonzalo Orrego Vélez, estando presentes en el recinto de la Compañía, aceptaron la designación.

4. REFORMA DE ESTATUTOS SOCIALES.

Tomó la palabra la Secretaria, quien informó que en la pantalla se encontraba un código QR a efectos de conocer la información completa sobre la proposición de la reforma de los estatutos sociales, la cual se anexa a la presente acta (Anexo No. 1) y se considera parte integral de la misma, e indicó sus propósitos principales, a saber:

1. Actualizar, de manera razonable, el régimen de responsabilidad de los administradores sociales precisando el alcance de sus obligaciones y las reglas de funcionamiento de los órganos de la Compañía.
2. Actualizar disposiciones de los estatutos para alinearlas con las mejores prácticas de gobierno corporativo vigentes y ajustarlas a los desarrollos recientes que se han producido en leyes, decretos y jurisprudencia.
3. Ajustar la redacción de algunas disposiciones que puedan resultar ambiguas.
4. Generar mayor nivel de consistencia entre las diferentes disposiciones de los estatutos y otros instrumentos de gobierno corporativo de la Compañía.
5. Flexibilizar los instrumentos de gobierno corporativo de la Compañía para reducir la necesidad de reformar estatutos siempre que se produzcan reformas legislativas.
6. Introducir ajustes de formato y estilo a efectos de mayor orden, claridad y homogeneidad en el contenido del documento.

Asimismo, recordó a las señoras y los señores accionistas que esta proposición:

- Estuvo a su disposición desde el viernes 6 de mayo, fecha en la cual fue comunicada a través del mecanismo de información relevante y publicada en el sitio web corporativo; y
- Fue previamente estudiada y evaluada favorablemente por el Comité de Nombramientos, Remuneraciones y Gobierno Corporativo y por la Junta Directiva, órganos sociales que han recomendado someterla a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Seguidamente, de conformidad con lo establecido en el artículo 26, literal h, de los estatutos sociales de la Compañía, propuso someter a votación de las señoras y los señores accionistas, cada grupo de artículos sustancialmente relacionados entre sí. Por lo tanto, conforme fue expuesto en la proposición que estuvo a disposición de las señoras y los señores accionistas, se adelantó una votación por cada uno de los siguientes bloques:

- **Bloque No. 1:** Reformas a disposiciones básicas, régimen de capital y régimen de acciones. Comprende los artículos 3, 5 y 7.

El Presidente sometió la reforma de los estatutos sociales correspondiente al Bloque No. 1 a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Esta proposición fue aprobada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondientes al noventa y ocho punto ochenta y cuatro por ciento (98.84%) de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que: no se recibieron votos en blanco, ningún accionista se abstuvo de votar y cinco (5) accionistas votaron en contra. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Los accionistas previamente enunciados, fueron representados por el señor Edgar Muñoz Jassir identificado con la cédula de ciudadanía No. 79.796.500, quien en la reunión manifestó

expresamente su voto en contra.

- **Bloque No. 2:** Reforma al régimen de funcionamiento de la Asamblea. Comprende los artículos 18, 20, 20 bis, 22, 23, 24, 25, 26 y 28.

El Presidente sometió la reforma de los estatutos sociales correspondiente al Bloque No. 2 a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Esta proposición fue aprobada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondientes al noventa y ocho punto ochenta y cuatro por ciento (98.84%) de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que: no se recibieron votos en blanco, ningún accionista se abstuvo de votar y cinco (5) accionistas votaron en contra. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Los accionistas previamente enunciados, fueron representados por el señor Edgar Muñoz Jassir identificado con la cédula de ciudadanía No. 79.796.500, quien en la reunión manifestó expresamente su voto en contra.

- **Bloque No. 3:** Reforma al régimen de funcionamiento de la Junta Directiva y la Secretaría General. Comprende los artículos 29, 33, 34.3, 34.4 y 43.

El Presidente sometió la reforma de los estatutos sociales correspondiente al Bloque No. 3 a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Esta proposición fue aprobada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondientes al noventa y ocho punto ochenta y cuatro por ciento (98.84%) de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que: no se recibieron votos en blanco, ningún accionista se abstuvo de votar y cinco (5) accionistas votaron en contra. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Los accionistas previamente enunciados, fueron representados por el señor Edgar Muñoz Jassir identificado con la cédula de ciudadanía No. 79.796.500, quien en la reunión manifestó expresamente su voto en contra.

- **Bloque No. 4:** Reforma al régimen de utilidades y dividendos. Comprende los artículos 46 y 47.

El Presidente sometió la reforma de los estatutos sociales correspondiente al Bloque No. 4 a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Esta proposición fue aprobada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondientes al noventa y

ocho punto ochenta y cuatro por ciento (98.84%) de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que: no se recibieron votos en blanco, ningún accionista se abstuvo de votar y cinco (5) accionistas votaron en contra. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Los accionistas previamente enunciados, fueron representados por el señor Edgar Muñoz Jassir identificado con la cédula de ciudadanía No. 79.796.500, quien en la reunión manifestó expresamente su voto en contra.

- **Bloque No. 5:** Reformas a las disposiciones finales varias. Comprende los artículos: 49 (el cual hacía referencia a la disolución eventual por pérdidas, la cual fue derogada por la Ley 2069 de 2020, lo que conlleva a ajustar la enumeración de los artículos siguientes), y 51 (ahora 50), 52 (ahora 51), 56 (se elimina) y 57 (ahora 55).

El Presidente sometió la reforma de los estatutos sociales correspondiente al Bloque No. 5 a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Esta proposición fue aprobada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondientes al noventa y ocho punto ochenta y cuatro por ciento (98.84%) de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que: no se recibieron votos en blanco, ningún accionista se abstuvo de votar y cinco (5) accionistas votaron en contra. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Los accionistas previamente enunciados, fueron representados por el señor Edgar Muñoz Jassir identificado con la cédula de ciudadanía No. 79.796.500, quien en la reunión manifestó expresamente su voto en contra.

- **Bloque No. 6:** se trata de aquellos artículos sobre los cuales únicamente se introducen reformas que implican correcciones de forma y estilo, a efectos de mayor orden, claridad y homogeneidad del contenido del documento.

El Presidente sometió la reforma de los estatutos sociales correspondiente al Bloque No. 6 a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Esta proposición fue aprobada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondientes al noventa y ocho punto ochenta y cuatro por ciento (98.84%) de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que: no se recibieron votos en blanco, ningún accionista se abstuvo

de votar y cinco (5) accionistas votaron en contra. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Los accionistas previamente enunciados, fueron representados por el señor Edgar Muñoz Jassir identificado con la cédula de ciudadanía No. 79.796.500, quien en la reunión manifestó expresamente su voto en contra.

Por último, la Secretaria anotó que con ocasión de la reforma objeto de aprobación, la administración otorgará la escritura pública correspondiente, la cual incluirá de forma integral todos los artículos de los estatutos sociales y llevará a cabo todos los actos necesarios para su perfeccionamiento. La versión integral de los estatutos sociales, que contiene todas las reformas aprobadas por la asamblea general de accionistas durante la presente sesión, se anexa a la presente acta (Anexo No. 1).

5. REFORMA DEL REGLAMENTO DE LA ASAMBLEA GENERAL DE ACCIONISTAS

Tomó la palabra la Secretaria, quien informó que en la pantalla se encontraba un código QR a efectos de conocer la información completa sobre la proposición de la reforma del Reglamento de la Asamblea General de Accionistas, la cual se anexa a la presente acta (Anexo No. 2) y se considera parte integral de la misma, y propone la modificación de 12 artículos.

De igual forma, recordó a las señoras y los señores accionistas que esta proposición:

- Estuvo a su disposición desde el viernes 6 de mayo, fecha en la cual fue comunicada a través del mecanismo de información relevante y publicada en el sitio web corporativo; y
- Fue previamente estudiada y evaluada favorablemente por el Comité de Nombramientos, Remuneraciones y Gobierno Corporativo y por la Junta Directiva, órganos sociales que han recomendado someterla a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Seguidamente, informó que de los 12 artículos objeto de modificación:

- 4 se reforman con el fin de ajustarlos a la normatividad colombiana e incluir en ellos buenas prácticas en materia de gobierno corporativo.
- 8 se modifican en atención a algunas de las reformas propuestas en relación con el Bloque No. 2 de los Estatutos Sociales, el cual hace alusión a la reforma al régimen de funcionamiento de la Asamblea, con el fin de garantizar coherencia y homogeneidad en las disposiciones de ambos documentos.

El Presidente sometió a aprobación de la Asamblea General de Accionistas la reforma del Reglamento de la Asamblea General de Accionistas.

Esta proposición fue aprobada por 433.113.926 votos afirmativos, correspondientes al noventa y ocho punto ochenta y cuatro por ciento (98.84%) de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que: no se recibieron votos en blanco, ningún accionista se abstuvo de votar y cinco (5) accionistas votaron en contra. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
FONDO BURSATIL ISHARES COLCAP	900440283	5.034.821
STICHTING SHELL PENSIOENFONDS	900266293	18.693
SHELL PENSIONS TRUST LIMITED AS TRUSTEE OF SHELL C	900180826	8.460
ALLIANZGI FONDS DSPT	900704219	5.430
SHELL TRUST (BERMUDA) LIMITED	900179647	3.173

Los accionistas previamente enunciados, fueron representados por el señor Edgar Muñoz Jassir identificado con la cédula de ciudadanía No. 79.796.500, quien en la reunión manifestó expresamente su voto en contra.

6. APROBACIÓN DE UNA READQUISICIÓN DE ACCIONES DE LA COMPAÑÍA (LA “READQUISICIÓN”) Y DE LOS TÉRMINOS DE LA MISMA

Tomó la palabra el Presidente, quien informó que en la pantalla se encontraba un código QR para conocer la información completa de la Readquisición de acciones, la cual recordamos que estuvo a su disposición desde el viernes 6 de mayo, fecha en la cual fue comunicada a través del mecanismo de información relevante y publicada en el sitio web corporativo. Esta proposición se anexa a la presente acta (Anexo No. 3) y se considera parte integral de la misma.

Posteriormente, informó que con el fin de exponer una síntesis acerca de la información relacionada con esta proposición, a continuación, se realizarían las presentaciones sobre los siguientes puntos:

- a) Contexto, estructura general y racional de la Readquisición;
- b) Precio de la Readquisición;
- c) Reglamento de Readquisición;
- d) Autorizaciones societarias y de gobierno corporativo;
- e) Disposición de las acciones; y
- f) Tratamiento igualitario y transparencia al mercado.

E indicó que luego se proporcionaría un espacio para las deliberaciones e intervenciones de los señores accionistas en forma previa a la respectiva votación.

a) Contexto, estructura general y racional de la Readquisición:

Continuó con el uso de la palabra el Presidente, quien recordó a las señoras y los señores accionistas que en la reunión ordinaria de la Asamblea General de Accionistas que se llevó a cabo el pasado 24 de marzo, se sometieron a su consideración, entre otras, las siguientes proposiciones de la Administración:

- **Reforma de los estatutos sociales:** la Asamblea aprobó la reforma de estatutos presentada para ponerlos en línea con lo establecido en el artículo 396 del Código de Comercio, que señala que la sociedad anónima sólo puede adquirir sus propias acciones por decisión de la Asamblea;
- **Asignación de recursos:** la Asamblea autorizó la asignación de recursos provenientes de utilidades y otras reservas ocasionales a la reserva de readquisición de acciones, debido a que la readquisición se debe llevar a cabo con utilidades líquidas producto de las operaciones de la Compañía, las cuales se asignan a una reserva con propósito especial;
- **Instrucción a la Junta Directiva para reglamentar una readquisición de acciones:** la Asamblea impartió instrucciones a la Junta Directiva para que reglamentara la operación de readquisición de acciones, estableciendo que debía tener en consideración los siguientes lineamientos:
 - Fijación del precio el cual deberá estar dentro del rango de precio determinado por un tercero independiente a partir de procedimientos reconocidos técnicamente;
 - El plazo de la readquisición, el cual no debe ser inferior a diez (10) días hábiles;

- Surtir los trámites de autorizaciones societarias previstos en la ley y en los instrumentos de gobierno corporativo de la Compañía;
- Implementar mecanismos que garanticen el tratamiento igualitario para los accionistas y la transparencia con el mercado;
- Disposición de las acciones readquiridas;

En este sentido, la Junta Directiva, en su reunión extraordinaria del 6 de mayo de 2022, decidió someter a consideración de la Asamblea la proposición del Reglamento de readquisición de acciones para ser sometido a la aprobación de esta Asamblea General de Accionistas. El contenido de este reglamento fue puesto a disposición de todos los accionistas, desde el 6 de mayo, a través del mecanismo de información relevante de la Superintendencia Financiera de Colombia y en el sitio web corporativo.

En cuanto al racional de la Readquisición de acciones, recordó que en la Asamblea del día 24 de marzo, se propuso llevar a cabo la entrega de un mayor valor para todos los accionistas, a través de dos mecanismos: el primero consistió en distribuir dividendos con base en la utilidad del ejercicio y liberar reservas de periodos anteriores; y el segundo consistió en la readquisición de acciones de la Compañía. Señaló que tanto el dividendo como la recompra de acciones son mecanismos contemplados en la ley que permiten utilizar utilidades para darle un retorno a los accionistas a través de procedimientos específicos e igualitarios.

Recordó que el pago del dividendo de que trata el primer mecanismo fue pagado en una única cuota el pasado 31 de marzo, y correspondió a la distribución del 50% de las utilidades generadas en el 2021, representando un incremento del 37% con respecto al dividendo entregado en 2020.

Así mismo, indicó que en la misma reunión se autorizó acrecentar la reserva de readquisición de acciones en doscientos cuarenta y nueve mil trescientos treinta y tres millones quinientos noventa y nueve mil cuatrocientos treinta y cinco pesos (COP 249.333.599.435); y reasignar de la reserva ocasional a la reserva de readquisición de acciones ciento cuarenta y siete mil ciento ocho millones cuatrocientos mil quinientos sesenta y cinco pesos (COP 147.108.400.565).

Con respecto a la readquisición de acciones, informó que se ha implementado un proceso que, cumpliendo con todos los requisitos legales y buenas prácticas de gobierno corporativo, otorga mayor valor a los accionistas, a través de un procedimiento transparente y debidamente informado garantizando condiciones de trato equitativo para todos los accionistas.

Destacó que las ventajas que tiene la readquisición para los accionistas son claras en cuanto a que:

1. Se entrega mayor valor a los accionistas.
2. Ambos mecanismos tienen en común que los accionistas deciden sobre las utilidades de la Compañía, pudiendo obtener un mayor valor y optimización de los montos a recibir.
3. Como sea que se reglamente el proceso de readquisición de acciones, el mecanismo establece que la determinación del precio de las acciones a comprar, en línea con el artículo 42 de la Ley 964 de 2005, supone que éste se fije con base en procedimientos reconocidos técnicamente. De este modo, el proceso, como lo exige la ley, asegura que la Compañía reconozca un precio en línea con el valor fundamental de sus acciones para los accionistas.
4. La recompra de acciones de la Compañía generaría eficiencias que beneficiarían a todos los accionistas en igualdad de condiciones y de acuerdo con su porcentaje de participación accionaria, ya que conforme con lo establecido en el artículo 36-1 del Estatuto Tributario, la utilidad generada en la venta de acciones que cotizan en bolsa no constituye renta, ni ganancia ocasional para el vendedor, siempre y cuando las acciones que sean recompradas no superen el 10% de las acciones en circulación de la Compañía. Por el contrario, la distribución de dividendos está sujeta a impuestos al momento de su distribución, y genera una retención en la fuente a una tarifa del 7.5% o del 10%, según sea el caso.
5. Los mecanismos propuestos le dan la flexibilidad a los accionistas de recibir la totalidad de utilidades que se van a usar para el pago del dividendo y la recompra, o recibir sólo la parte correspondiente al dividendo y conservar más acciones en la sociedad.

6. La propuesta de distribuir la utilidad de la Compañía mediante una repartición de dividendos y a través de una operación de readquisición de acciones tiene en consideración la aplicación de las mejores prácticas en materia de Gobierno.

Seguidamente, a efectos de continuar con la exposición sobre el precio de la readquisición, el Presidente continuó con el uso de la palabra.

b) Precio de la Readquisición:

El Presidente describió aquellas actividades relacionadas con la fijación del precio de la Readquisición, según los lineamientos instruidos a la Junta Directiva, a saber:

- El precio de la readquisición de acciones debe cumplir lo establecido en el artículo 42 de la Ley 964 de 2005, el cual establece que el mismo deberá fijarse con base en un estudio realizado con procedimientos reconocidos técnicamente.
- Conforme a las decisiones de la Asamblea General de Accionistas en la reunión ordinaria del 24 de marzo de 2022, se instruyó a la Junta Directiva la fijación del precio de readquisición así:
 - Deberá determinarse con base en un estudio realizado por un tercero independiente de conformidad con procedimientos reconocidos técnicamente, el cual será contratado por la Junta Directiva.
 - La Junta Directiva propondrá a la Asamblea, en el marco del reglamento que someterá a su consideración, un precio de readquisición que se encuentre dentro del rango determinado por el tercero independiente.

Señaló que, teniendo en consideración lo anterior, la Junta Directiva contrató a un tercero independiente tras haber adelantado un proceso de selección interno en donde, entre otros criterios, se evaluaron la experiencia, independencia y trayectoria. Informó que el resultado fue la contratación de SOLFIN – SOLUCIONES FINANCIERAS LTDA (“Solfin”), banca de inversión que además de cumplir con los criterios señalados, cuenta con calificaciones de idoneidad por parte de la Superintendencia Financiera de Colombia en procesos de valoración similares. Señaló que esta firma tiene experiencia en más de 40 transacciones con clientes de primer nivel, dentro de las cuales se encuentran compañías como Grupo Familia, Essity Group, Smurfit Kappa, Brookfield, Vanti, Valorem, ISAGEN, Grupo Argos, entre otros.

Seguidamente, a efectos de ilustrar en mayor detalle las metodologías utilizadas para el ejercicio de valoración adelantado por Solfin, el Presidente le concedió el uso de la palabra a Ruy Barbosa de Souza, Vicepresidente Financiero de la Compañía.

El Vicepresidente Financiero explicó a las señoras y los señores accionistas que el tercero independiente contratado para la valoración implementó los siguientes procedimientos reconocidos técnicamente para determinar el rango de precio de la acción:

1. Valoración por flujo de caja descontado: metodología de acuerdo con la cual el tercero independiente toma como base una proyección del plan de negocios de la Compañía, obteniendo el rango de valor de la acción a partir del valor presente de los flujos de caja libre operacionales futuros descontados a una tasa que refleja el costo ponderado de capital y deuda según las particularidades de cada jurisdicción donde opera la Compañía.
2. Valoración por múltiplos de compañías comparables: metodología que toma como base los Estados Financieros Consolidados de la Compañía, obteniendo el rango de su valor en función de los indicadores financieros de compañías listadas en bolsa con características comparables que operan en el mismo sector.
3. Valoración por múltiplos de transacciones precedentes: metodología que toma como base los Estados Financieros Consolidados de la Compañía, obteniendo el rango de valor de ésta en función del precio pagado en transacciones recientes de adquisición de compañías con características comparables que operan en el mismo sector.

4. Referencia de precios objetivo de los analistas económicos que hacen seguimiento periódico de la acción de la Compañía.

Explicó que la ponderación de las cuatro metodologías mencionadas anteriormente le dio como resultado al valorador independiente un rango de valor de la acción de la Compañía entre 20.494 pesos por acción y 21.520 pesos por acción. Dentro de este rango, y según instrucciones impartidas por la Asamblea en la reunión del 24 de marzo de 2022, se encuentra el precio de readquisición que hoy se somete a consideración de los accionistas. Por lo tanto, la Junta Directiva somete a consideración de la Asamblea un precio de readquisición de 21.000 pesos por acción que corresponde al punto medio del rango fijado por el tercero independiente.

Indicó que, con base en lo anterior, se puede apreciar que el precio se ha determinado, como lo exige la ley, con base en métodos técnicamente reconocidos. La valoración se ha llevado a cabo por una firma independiente, y el precio que hoy se sugiere a los accionistas ha sido fijado con base en recomendaciones del Comité de Auditoría y Riesgos en el que participan todos los miembros independientes de la Junta Directiva.

Finalmente, a efectos de conocer en mayor medida el contenido del Reglamento de Readquisición, el Vicepresidente Financiero concedió el uso de la palabra a Claudia Campillo, Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, para continuar con la exposición al respecto.

c) Reglamento de Readquisición:

La señora Campillo señaló que, conforme fue informado el pasado viernes 6 de mayo mediante el mecanismo de información relevante, y de acuerdo con la información previamente expuesta en detalle, ese día, la Junta Directiva en su reunión extraordinaria, reglamentó la readquisición de acciones teniendo en consideración las directrices que le fueron impartidas. Informó que en la pantalla se encontraba un código QR para conocer la información completa sobre las directrices impartidas consagradas en el Reglamento de readquisición de acciones.

Seguidamente, presentó la estructura general de la readquisición de acciones que se somete a consideración de las señoras y los señores accionistas en la presente reunión:

1. **Los destinatarios de la oferta de Readquisición:** indicó que, tal y como se informó mediante el mecanismo de información relevante el 6 de mayo de 2022, serán todos los titulares de acciones inscritos en el libro de registro de accionistas a hoy, 24 de mayo de 2022. Se reitera que, de conformidad con la normatividad aplicable, la readquisición debe ser realizada en condiciones de igualdad para todos los accionistas.
2. **El período de aceptación:** informó que será de diez (10) días hábiles contados desde el día hábil siguiente a la publicación del aviso de oferta. En este sentido se estima llevar a cabo la readquisición de acciones entre el 26 de mayo y el 9 de junio del 2022, sin perjuicio de que estas fechas puedan variar en función de los procedimientos que es preciso adelantar ante la Bolsa de Valores de Colombia (“BVC”), como, por ejemplo, la revisión del aviso de oferta de readquisición, y las pruebas tecnológicas al sistema electrónico que recibirá las aceptaciones a la readquisición por parte de los inversionistas.
Indicó que el horario para presentar las aceptaciones será de 9:00 a.m. a 1:00 p.m. de los días hábiles del período de aceptación, pudiendo ampliar este horario el último día según lo determine la BVC, y lo informe al mercado mediante instructivo operativo.
3. **Los términos propuestos para la Readquisición:**
 - El precio propuesto por la Junta Directiva es de 21.000 pesos por acción.
 - El monto total de readquisición será de hasta 320.000 millones de pesos, que representa un número máximo de acciones a readquirir de 15.238.095 acciones a \$21.000 pesos cada una.
 - Proporción de adquisición: el número máximo de acciones a readquirir de 15.238.095 debe ser distribuido de manera igualitaria y equitativa entre todos los accionistas de la Compañía conforme a su participación en el capital social, razón por la cual a cada accionista se le comprará un máximo de hasta 3.40% de las acciones que posea al día hoy. Señaló que el tratamiento igualitario que determina la ley en un proceso de

readquisición como el que se somete a aprobación hoy, no permite que, ningún accionista pueda vender más del 3.40% de sus acciones, independientemente de quiénes acepten la oferta de readquisición, impidiendo, cualquier tipo de acrecimiento en el derecho de venta en caso de que no se complete el monto total de la readquisición de hasta 320.000 millones de pesos. Aclaró que esta readquisición no corresponde a un programa con una vigencia específica, se trata de una operación puntual y única en la que se estima podrá participar entre el 26 de mayo y el 9 de junio de 2022, si es aprobada por esta Asamblea de Accionistas. Asimismo, anotó que la readquisición, no limita la negociación de las acciones que posee cada accionista en la Compañía a través de la BVC.

- Cada accionista podrá participar en la readquisición con un mínimo de una (1) acción y máximo con un número de acciones que resulta de multiplicar el número de acciones de su titularidad por la proporción de adquisición.
- Las fracciones de acción que resulten del cómputo anterior se descartarán, salvo en aquellos casos en que el cómputo dé como resultado un número inferior a uno, en cuyo caso se ofrece readquirir una (1) acción ordinaria.

4. Comunicación a los accionistas y al mercado de la oferta de Readquisición:

- Se publicará un aviso de oferta en diarios de amplia circulación nacional. Adicionalmente, el reglamento y el aviso de oferta se podrán consultar en la sección de Información relevante de la página de la Superintendencia Financiera de Colombia y en el sitio web corporativo de la Compañía.

5. Las reglas propuestas para la Readquisición:

- Los destinatarios de la Readquisición deberán presentar a través de la sociedad comisionista de bolsa de su elección su aceptación de la oferta.
- El proceso operativo de la Readquisición será ejecutado por la BVC mediante un sistema electrónico de captura de datos al cual tiene acceso todo el mercado de capitales. Asimismo, informó que el reglamento objeto de aprobación contempla los ajustes de índole operativo solicitados por la BVC en desarrollo de las facultadas que le han sido conferidas en sus reglamentos y circulares.
- Anotó que aceptar la oferta de recompra es una decisión voluntaria de cada accionista.

A modo ilustrativo expuso a las señoras y los señores accionistas un ejemplo donde se describen las reglas de readquisición:

Accionista	No. acciones	Proporción	Cálculo inicial	No. máximo de acciones a readquirir
A	212.300	3.40%	7.218,2	7.218
B	20	3.40%	0,68	1

6. El pago del Precio de la Readquisición por cada una de las acciones que sean readquiridas por la Compañía: se realizará a través de la sociedad comisionista de bolsa elegida por cada accionista, de contado, en pesos colombianos, el tercer día hábil siguiente a la fecha en la cual se divulguen al mercado los resultados de la readquisición.

Por último, expuso el cronograma indicativo del trámite de Readquisición, en el cual se contempla, tras el anuncio del aviso de oferta, que se planea publicar el día 25 de mayo de 2022, comenzar el periodo de readquisición el 26 de mayo y finalizarlo diez (10) días hábiles después, es decir, el 9 de junio de 2022.

Anotó que, de conformidad con lo previsto en los reglamentos y circulares de la BVC, esta entidad tiene hasta cinco (5) días hábiles para aplicar las reglas de readquisición previstas en el reglamento que se somete a aprobación de esta Asamblea. Explicó que dichos cinco (5) días hábiles dan como fecha máxima el 16 de junio de 2022, y dentro de los tres (3) días hábiles siguientes a dicha fecha, es decir, el 22 de junio de 2022, se llevaría a cabo el cumplimiento y pago efectivo de las acciones readquiridas.

Continuó con la palabra la Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, Claudia Campillo, quien continuó con la exposición sobre las autorizaciones societarias y de gobierno corporativo.

d) Autorizaciones societarias y de gobierno corporativo:

En primer lugar, informó que, teniendo en cuenta que la Readquisición implica una compra a todos los accionistas que participen en el proceso, lo que podría llegar a incluir al accionista mayoritario, la Junta Directiva encontró que la Readquisición lleva implícito el pronunciamiento de la Asamblea frente a una potencial transacción con partes relacionadas, concluyendo que la misma cumpliría con todos los requisitos legales y de gobierno corporativo.

En segundo lugar, señaló que, de conformidad con la Política de Transacciones entre Partes Relacionadas contenida en el Capítulo Séptimo del Código de Gobierno Corporativo, el Comité de Auditoría y Riesgos y la Junta Directiva adelantaron una evaluación de la potencial transacción entre partes relacionadas que puede surgir de aprobarse la Readquisición. Señaló que la referida evaluación consideró:

1. La clasificación de la transacción.
2. El precio y su coincidencia con las condiciones de mercado.
3. La conveniencia de la transacción de acuerdo con el cumplimiento de los principios.
4. La revelación de información.

En relación con la clasificación de la transacción, informó que, al analizar la naturaleza de la transacción, ambos órganos evidenciaron que:

- a. Conforme a lo dispuesto en el artículo 396 del Código de Comercio, se trata de una transacción que, por su naturaleza, es objeto de aprobación por parte de la Asamblea General de Accionistas; y
- b. En línea con el numeral 4 del capítulo "*Aprobación*" de la Política de Transacciones entre Partes Relacionadas, al ser la Readquisición una transacción cuya aprobación conforme a la ley corresponde a la Asamblea General de Accionistas "*tanto el Comité de Auditoría y Riesgos como la Junta Directiva deberán conocer y evaluar la transacción de manera que la propuesta que se lleve a la Asamblea General de Accionistas corresponda a los análisis, evaluaciones y conclusiones aprobados en ambas instancias*". Revisiones que se cumplieron y se otorgaron conceptos favorables.

En cuanto al precio y su coincidencia con las condiciones de mercado, indicó que la información respecto al precio y a la metodología empleada por el tercero independiente a efectos de su determinación que fue conocida y evaluada por ambas instancias, corresponde a la previamente expuesta.

Respecto a la conveniencia de la transacción, informó que ambos órganos evaluaron que la transacción cumpliera con los principios que contempla la Política de Transacciones entre Partes Relacionadas, a saber:

- a. Satisface el interés de la Compañía y no le causa un perjuicio.
- b. Se pretende el ofrecimiento de un mejor servicio, mejor precio o mejores condiciones para los clientes de la Compañía.
- c. No se menoscaba o pone en riesgo la capacidad de la Compañía para cumplir con sus obligaciones frente a terceros
- d. Transparencia.
- e. Se genera valor para la Compañía.
- f. Se promueva el aprovechamiento de sinergias atendiendo a las limitaciones y restricciones establecidas en la ley; y
- g. Respeto los derechos de los accionistas minoritarios.

En cuanto a la revelación de información, informó que ambas instancias identificaron que se ha implementado una rigurosa estrategia de comunicación al mercado, que conlleva a la entrega de

información clara, veraz y oportuna en las diferentes instancias del proceso, velando por los intereses de la Compañía, sus accionistas y demás grupos de interés.

Continuó con la palabra la señora Claudia Campillo, quien continuó con la exposición sobre la disposición de acciones.

e) Disposición de las acciones:

En relación con la disposición de las acciones readquiridas, la señora Campillo explicó que, según lo dispuesto en el artículo 417 del Código de Comercio, la Compañía podrá tomar libre decisión en relación con las acciones readquiridas, por lo que la disposición de dichas acciones será definida de forma posterior a la realización de la Readquisición. Asimismo, precisó que, para efectos de surtir cualquier trámite relacionado con la disposición de las acciones, la Compañía lo podrá llevar a cabo previa autorización de la Asamblea.

Igualmente, reiteró que mientras estas acciones sean de propiedad de la Compañía, se suspenden los derechos inherentes a ellas, y los futuros dividendos se repartirán entre los accionistas que queden en la base, en proporción a su participación, del total de acciones en circulación una vez finalizada la Readquisición.

Por último, la señora Claudia Campillo realizó la última exposición, correspondiente a las medidas contempladas para garantizar la igualdad de tratamiento para todos los accionistas y la transparencia con el mercado.

f) Tratamiento igualitario y transparencia al mercado:

En primer lugar, reiteró, conforme se expuso anteriormente, que la determinación del precio de Readquisición se llevó a cabo mediante procedimientos reconocidos técnicamente ejecutados por un tercero independiente.

En segundo lugar, en cuanto al cumplimiento de las reglas de Readquisición, indicó que se designó a la BVC para la aplicación de las reglas de Readquisición y la ejecución del proceso operativo como entidad experta e imparcial. Además, señaló que se incorporó la posibilidad de vender mínimo una (1) acción para aquellos accionistas minoritarios que por la implementación de las reglas de readquisición el cálculo resultante es inferior a una (1) acción, como se ilustró de forma previa a modo de ejemplo. Destacó que de esta manera se está garantizando la posibilidad de que todos los accionistas participen en el proceso.

En tercer lugar, añadió que, como parte del tratamiento igualitario y con el fin de facilitar el acceso de los destinatarios de la Readquisición, la Compañía ha considerado conveniente vincular operativamente a algunas sociedades comisionistas de bolsa como Corredores Davivienda, Valores Bancolombia, Credicorp Capital y Casa de Bolsa, al proceso de Readquisición para efectos de atender a los potenciales vendedores clara y oportunamente. Recordó a las señoras y los señores accionistas que la contratación de una sociedad comisionista de bolsa para aplicar a la Readquisición es indispensable y que dicha gestión implica costos los cuales están gravados con el Impuesto al Valor Agregado (IVA) y deberán ser asumidos por cada accionista.

En cuarto lugar, informó que se planea otorgar un subsidio equivalente a 50.000 pesos para cada uno de los accionistas, descontables del eventual costo que deban asumir los destinatarios de la readquisición para aplicar a la misma.

En quinto lugar, indicó que se ha contemplado que Corredores Davivienda S.A. comisionista de bolsa, brinde atención exclusiva a cualquier accionista sin depositante directo, es decir un accionista que tenga sus acciones físicas y no esté vinculado a una sociedad comisionista de bolsa que esté legalmente constituida para operar en Colombia.

Finalmente, informó que se planea disponer de canales de comunicación para la Readquisición que permitirán una amplia difusión de la información del proceso entre los cuales se encuentran los siguientes: la Compañía, como canal permanente de comunicación con los accionistas; Fiduciaria Bancolombia S.A., en su calidad de administrador del libro de registro de accionistas; Depósito

Centralizado de Valores de Colombia – Deceval S.A. (“Deceval”) y la BVC como mecanismos de Readquisición y desmaterialización de acciones. Hizo especial énfasis en que los destinatarios que decidan participar en esta Readquisición deberán contar con los títulos inmovilizados o desmaterializados y señaló que, en caso de que los accionistas no contaran con los títulos inmovilizados o desmaterializados, podrían solicitar la información relacionada con los requerimientos para llevar a cabo este proceso a través de los canales mencionados anteriormente o en todo caso consultar el “*Procedimiento de inmovilización de acciones y registro en Deceval*” haciendo clic en el banner creado para tal efecto en el sitio web corporativo de la Compañía.

Tomó la palabra el Presidente de la Compañía, quien una vez concluidas las presentaciones sobre la información que ha estado disponible a efectos de transparencia y equidad, brindó a las señoras y los señores accionistas la oportunidad para intervenir o formular preguntas antes de someter a votación esta proposición.

Intervenciones de las señoras y los señores accionistas:

Tomo la palabra el accionista, Joan Manuel Gualy Ramírez, identificado con la cédula de ciudadanía No. 71.362.233, titular de 2.242 acciones ordinarias, quien en primer lugar, manifestó el descontento de los accionistas minoritarios en la medida en que el porcentaje máximo de acciones a readquirir a cada accionista corresponde al porcentaje del flotante del capital social de la Compañía; en segundo lugar, afirmó que el comunicado sobre las reglas para la Readquisición fue confuso y siendo necesario acudir a Corredores Davivienda a efectos de mayor claridad; y en tercer lugar, señaló que es una falta de respeto y transparencia el hecho de que se permita la participación del accionista mayoritario en la Readquisición, indicando que lo correcto era que únicamente pudieran participar en tal operación los accionistas minoritarios.

Intervino el Presidente de la Compañía, quien le explicó al accionista que, de acuerdo con la normatividad vigente en materia de readquisición de acciones -que es una transacción diferente a una Oferta Pública de Adquisición de acciones (“OPA”)- la Compañía debe garantizar la igualdad de condiciones para todos los accionistas, es decir, la oferta debe realizarse a todos los accionistas en los mismos términos (por ejemplo: en cuanto a plazo y precio) y de forma proporcional a su participación en el capital social de la Compañía. Reiteró que mediante la distribución del dividendo que fue pagado el pasado 31 de mayo, se repartió el 50% de las utilidades de la Compañía y mediante la destinación de 320.000 millones de pesos a efectos de la Readquisición, se logrará la distribución del 67.4% de las utilidades de la Compañía, lo que significa que al final hay una disposición de más del 100% de las utilidades de la Compañía. Seguidamente, señaló que la decisión de participar en la Readquisición es completamente libre, tanto para los accionistas minoritarios como para el accionista mayoritario. Asimismo, reiteró que en todo momento la comunicación ha sido clara, transparente y oportuna y que el reglamento de readquisición es claro y completo y solicitó a la Secretaria dar lectura al aparte del reglamento que regula lo concerniente a la proporción de adquisición:

En primer lugar, la Secretaria informó que, en la proposición, al exponerse la estructura general se indicó lo siguiente:

(...) “*El texto del reglamento de readquisición de acciones propuesto tiene como estructura general los siguientes elementos:*

7. Reglas de readquisición (Tratamiento igualitario a los accionistas minoritarios y transparencia con el mercado)	Prorrata de su participación en la propiedad de la Compañía y como mínimo una acción por accionista – Mecanismo que garantiza igualdad de tratamiento a accionistas minoritarios.”
--	--

En segundo lugar, la Secretaria informó que en el numeral 5 del Reglamento, se consagró lo siguiente:

(...) “*5. Proporción de Adquisición. Para efectos de este Reglamento, la “Proporción de Adquisición” es de 3.40%, porcentaje que resulta de dividir el Número Máximo de Acciones a*

Readquirir entre el número total de acciones suscritas y en circulación de la Sociedad, aproximado a dos cifras decimales.”

Concluyendo, entonces, que la información a disposición en el reglamento fue clara, transparente y suministrada de forma oportuna.

Solicitó el uso de la palabra el señor José Leonardo Sanín Saldarriaga, identificado con la cédula de ciudadanía No. 71.744.198, apoderado de la accionista Rosmira Del Rosario Saldarriaga Espinosa titular de 15.000 acciones ordinarias, quien manifestó: *“Me parece que hay falta de gobierno corporativo y me adhiero en parte a lo de Joan por un detalle de lo que acabas de volver a repetir que está en el reglamento, dice 3.40%, pero si vamos a ser proporcionales y vamos a ser justos, no todas las personas, no todos los accionistas van a vender, lo que quiere decir que tienen la posibilidad, porque están los recursos, de asignar proporcionalmente a todas las personas que quieran hacer la oferta, lo que quiere decir que podría aumentarse y no se está en ningún momento violando esa parte de la proporcionalidad donde si el 50% no quiere vender y el otro 50%, proporcionen los recursos y cómprenle el porcentaje que salga a la venta.”*

A efectos de atender las inquietudes del accionista, tomó la palabra el Vicepresidente Financiero, Ruy Souza, quien señaló que cuando se determinó la proporción de adquisición del 3.40%, ello se hace de forma que su aplicación sea igualitaria para todos los accionistas, lo cual constituye un trato equitativo para todos; y explicó que existen dos posibles escenarios a efectos de percibir el valor, a saber (i) a partir de la venta de sus acciones: si un accionista acepta la oferta y decide participar en la Readquisición, percibirá el valor como una distribución alternativa de dividendos; y (ii) a través de la adquisición de una mayor participación en la Compañía: si un accionista no acepta la oferta y decide abstenerse de participar en la Readquisición, conservará sus acciones y tendrá un mayor valor en el patrimonio contable de la Compañía.

Seguidamente, intervino la Vicepresidente de Asuntos Corporativos y Secretaria General, Claudia Campillo, quien explicó al accionista que, al momento de redactar el reglamento, no se consagró la posibilidad de acrecer en la venta en la proporción de aquellos accionistas decidieran abstenerse de participar en la Readquisición, dado que una de las premisas esenciales ha sido que todos los accionistas puedan vender en la misma proporción. Adicionalmente, anotó que la operación de Readquisición se ha estructurado como una transacción puntual y no un programa a lo largo del tiempo.

Posteriormente, tomó la palabra el Presidente, quien explicó que las reglas en materia de gobierno corporativo exigen que: (i) las decisiones sean tomadas por los órganos facultados para el efecto y, como evidencia de ello, brevemente hizo alusión al trámite corporativo que se ha surtido a nivel de Asamblea General de Accionistas, en su reunión ordinaria del pasado 24 de marzo, posteriormente frente a la Junta Directiva y luego, en la presente reunión extraordinaria presencial de la Asamblea General de Accionistas; (ii) la operación se haya llevado a cabo conforme a la normatividad vigente aplicable y, recalcó, que la ley exige un trato igualitario a todos los accionistas; (iii) se haya transmitido en debida forma la información relevante al respecto, lo cual se ha hecho mediante el mecanismo dispuesto por la Superintendencia Financiera y a través del sitio web corporativo, donde la información de los comunicados ha sido clara, veraz y oportuna.

Agregó que se exige que sea la Asamblea quien tome la decisión y lo haga con base en las acciones representadas, y que la oferta de readquisición se realice *a prorrata* de la participación de cada uno de los accionistas de la Compañía.

Hizo uso de la palabra el accionista Juan Luis Mejía Crowe, identificado con la cédula de ciudadanía No. 8.359.372, representante legal de Inverlandes S.A.S. titular de 51.229 acciones ordinarias, quien manifestó diferir en dos asuntos de la Readquisición, a saber: (i) haberse establecido el 3.40% como límite máximo, en lugar de permitir que, si el accionista mayoritario decidía no participar en la Readquisición, tales recursos fueran empleados a efecto de comprarle a los accionistas minoritarios en aras de que el accionista mayoritario terminara siendo el único o casi único accionista de la Compañía; y (ii) manifestó que, conforme a otras transacciones de readquisición tanto del mercado bursátil nacional como internacional, sería idóneo que se utilizara el mecanismo de subasta en precio e indicó que él estaría dispuesto a dar un precio hasta con el 15% de descuento y aseguró que

probablemente otros accionistas minoritarios podrían tener la misma disposición, lo cual redundaría en un beneficio para la Compañía. Seguidamente, manifestó que, si bien conoce los excelentes resultados de la Compañía, existe un flotante del 3.5% y no hay interés alguno por parte de potenciales inversionistas, por lo cual cuestionó qué otros mecanismos podrían existir a efectos de la generación de valor de la acción en bolsa e indicó que, a su juicio, hay activos de la Compañía infravalorados e, incluso afirmó que un valor de 20.000 pesos por acción es muy bajo.

Tomó la palabra el Presidente, quien, en primer lugar, señaló que la Readquisición se hace con base en los recursos económicos disponibles, no únicamente con las reservas, y ello se hace teniendo en consideración las proyecciones del plan de inversiones, las necesidades de expansión, etc. de la Compañía, y reiteró que, al final, tras realizarse la distribución de dividendos y de aprobarse la Readquisición, se estaría distribuyendo más del 100% de las utilidades de la Compañía. Asimismo, manifestó que superar el límite del 3.40% implicaría que la Compañía asumiera un endeudamiento, lo cual no es razonable y pondría en peligro el crecimiento de la organización en un mercado altamente competido y en el que la Compañía debe seguir mostrando los beneficios de la innovación, la omnicanalidad y de los nuevos negocios.

En segundo lugar, indicó en materia de Readquisición existen dos alternativas: una operación puntual única - que es la estructura del caso objeto de aprobación- para la cual la normas exigen una valoración técnica a efectos de establecer el precio; o una readquisición permanente en el mercado, teniendo esta última alternativa una limitante: el monto de operaciones diarias permitido, el cual – dadas las bajas transacciones de que ha tenido la acción de la Compañía – hacía prácticamente imposible lograr cumplir con el objetivo de la Readquisición. En relación con la primera alternativa, destacó que mensaje al mercado en cuanto al valor fundamental de la Compañía, que de acuerdo con el trabajo adelantado por Solfin, en virtud de la ponderación de los diferentes métodos de valoración, arrojó un valor de 21.000 pesos por acción e indicó que aunque tal valor no es reconocido actualmente por el mercado, es de destacar que en lo corrido del presente año el mercado ha reconocido aproximadamente un 20% de valorización de la acción, frente a un 5% que ha sido la valoración del COLCAP.

Acto seguido tomó la palabra el Vicepresidente Financiero, quien hizo especial énfasis en los siguientes asuntos:

- (i) Se realizó un análisis del monto que puede ser destinado a la Readquisición sin impactar el plan de negocios e inversiones de la Compañía; y
- (ii) Esta es la manera más eficiente, desde el punto de vista tributario, de entregar valor a todos los accionistas producto de las utilidades del año anterior.

Además, anotó que, si el precio se fijare por mecanismo en bolsa, uno de los objetivos que es el de entregar valor a los accionistas en el plazo más corto posible no sería alcanzado, puesto que por el monto de transacciones diarias que existe – que se mide acorde al volumen histórico de los últimos 90 días– la transacción por 320.000 millones de pesos podría tomar más de un año en ejecutarse. Así, esto no tendría sentido a efectos del objetivo de entregar a los accionistas un retorno de las utilidades de 2021.

Luego, solicitó la palabra el accionista Félix Libardo Bonilla Mantilla, identificado con la cédula de ciudadanía No. 14.138.917, titular de 6.600 acciones ordinarias, quien, en relación con la valoración de la Compañía, manifestó que los múltiplos de la Compañía, comparados con otros *retailers* en América Latina, deberían conducir a una valoración superior. Asimismo, indicó que el valor de la acción no ha cambiado significativamente, teniendo en consideración que antes de la pandemia tenía un valor de 14.000 pesos y actualmente está en 13.200 pesos. Añadió que la magnitud del dividendo de 2020 fue desdibujada por la inflación actual y que para quienes tienen la acción con una proyección a largo plazo, el valor no ha sufrido cambios relevantes.

Posteriormente, manifestó que la información puesta a disposición no fue clara, señaló que el ejemplo expuesto en la reunión no estuvo consagrado en los documentos revelados e indicó que varias de las sociedades comisionistas de bolsa tuvieron que contactar al emisor a efectos de comprender la transacción y evitar la especulación en el mercado que se estaba dando. Posteriormente, manifestó: *“Me parece como que la información no ha sido muy clara y como que*

el minoritario realmente acá está es como que prácticamente de adorno porque esa readquisición prácticamente el mayoritario es quién va ahí y que quien tenga, por ejemplo, 100 acciones de Éxito, máximo podrá vender 3, ósea, es decir, prácticamente le dan para el transporte de regreso a la casa.”

Por último, preguntó: “¿ustedes como mayoritarios van a participar con las acciones que tienen en esa readquisición o es simplemente para los demás?”.

Tomó la palabra el Vicepresidente Financiero, quien, con el fin de resolver el último interrogante, indicó que a la fecha la administración no conoce la decisión que cada accionista, con independencia de su participación en el capital social, tomará, reiteró que la participación en la Readquisición es una decisión libre de cada accionista y que dependerá de si la proposición es aprobada en la presente reunión.

Seguidamente, en cuanto a las manifestaciones en torno a la valoración de la Compañía, reiteró que el tercero independiente empleó cuatro metodologías efectuando finalmente una ponderación entre ellas. Señaló que una de dichas metodologías tiene en cuenta la generación del flujo de caja de la Compañía en los próximos años, alineados con el plan de negocios y de inversiones, y que esto pesa cerca del 60% de la ponderación; seguidamente, anotó que: se realizaron comparaciones con otras compañías listadas en bolsas en América Latina y que de dicho ejercicio se tomó la mediana; se hicieron comparaciones con transacciones precedentes y se tuvieron en consideración, a manera de referencia, los precios objetivo de los analistas económicos que hacen seguimiento periódico de la acción de la Compañía. Así, explicó nuevamente que el rango que determinó el valorador (Solfin) obedece a una combinación de dichas metodologías, información interna de la Compañía e información de mercado.

Posteriormente, en relación con los dividendos, señaló que, si se compara lo que se está proponiendo para el 2022 entre distribución de dividendos y Readquisición, si todos los accionistas aceptaran la oferta de adquisición, el monto sería de, aproximadamente, 550 mil millones de pesos de retorno al accionista por los dos mecanismos, lo cual equivale a más de tres veces el dividendo del año anterior con una eficiencia tributaria adicional.

Por otro lado, en relación con la aseveración en cuanto al precio de la acción antes y después de la pandemia y al comentario respecto a los dividendos de 2020, indicó que, si el precio prepandemia se ajusta por estos dividendos, que es como si fuera algo para reducir el precio al provenir de las utilidades de la Compañía, hay un crecimiento en el valor, incluso comparando el valor actual vs. el valor prepandemia.

De igual forma, tomó la palabra el Presidente, quien, respecto a las manifestaciones relacionadas con la claridad de la información, recordó que en la reunión ordinaria de la Asamblea General de Accionistas que se llevó a cabo el pasado 24 de marzo, se preguntó expresamente si la Readquisición era una operación de desliste y que en dicho escenario se aclaró en debida forma que no lo era. Adicionalmente, señaló que en el reglamento de la Readquisición que fue publicado el 6 de mayo junto con el comunicado de información relevante correspondiente, se consagró expresamente:

(...) “5. Proporción de Adquisición. Para efectos de este Reglamento, la “Proporción de Adquisición” es de 3.40%, porcentaje que resulta de dividir el Número Máximo de Acciones a Readquirir entre el número total de acciones suscritas y en circulación de la Sociedad, aproximado a dos cifras decimales.”

Nuevamente solicitó el uso de la palabra el señor José Leonardo Sanín Saldarriaga, identificado con la cédula de ciudadanía No. 71.744.198, apoderado de la accionista Rosmira Del Rosario Saldarriaga Espinosa titular de 15.000 acciones ordinarias, quien, en primer lugar, aduciendo razones de gobierno corporativo, cuestionó que la proporción de adquisición del 3.40% coincida con el porcentaje de participación de los accionistas minoritarios en el capital social de la Compañía. En segundo lugar, manifestó que, si de esta figura se deriva un beneficio tributario, esto confirma que el beneficiado será el accionista mayoritario y argumentó que el único que se verá beneficiado de la transacción será éste, más aún, teniendo en cuenta la baja bursatilidad del mercado. En tercer lugar, indicó que lo más conveniente en considerar llevar a cabo el desliste de la Compañía y de

esta manera, el accionista mayoritario se convertiría en el único accionista de la Compañía y se lograría contribuir a la pérdida de valor que han sufrido los accionistas minoritarios, argumentando que con independencia de la óptica desde la cual se mire (precios prepandemia, valor del dólar, múltiplos en el mercado), es evidente la pérdida de valor. Agregó que el problema final es que el único beneficiado de la Readquisición es el accionista mayoritario, lo cual se traduce en un problema de gobierno corporativo. Por último, reiteró que el camino es llevar a cabo el desliste de la Compañía e hizo especial énfasis en que, en su criterio, en el proyecto de reglamento de Readquisición habría debido consagrarse la posibilidad de que el monto de venta de los accionistas que deseen vender acrezca en la proporción de aquellos que se abstengan de hacerlo.

Con el fin de atender las inquietudes del accionista, tomó la palabra el Presidente, quien, en primer lugar, indicó que por casualidad la proporción de adquisición (3.40%) es un porcentaje cercano al de propiedad de los accionistas minoritarios, aclarando que no es el mismo, puesto que la participación de los accionistas minoritarios es un porcentaje ligeramente superior al de la proporción de adquisición. Añadió que la proporción de adquisición fue establecida después de haberse definido el valor de la Readquisición, es decir, fue el resultado de definir los 320.000 millones de pesos, que era el monto que tenía previsto la Compañía dentro de su plan de expansión con posibilidad de hacer la readquisición, por el valor de la acción, 21.000 pesos. En segundo lugar, en cuanto a las afirmaciones respecto al tratamiento del accionista mayoritario, reiteró que el tratamiento es exactamente el mismo para todos los accionistas *a prorrata* de su participación y que el beneficio tributario es igual para todos. Finalmente, en cuanto al planteamiento del desliste, informó que se dejaría de ello en el acta y el mensaje sería transmitido al accionista mayoritario.

Acto seguido, tomó la palabra la Secretaria, quien hizo especial énfasis en que la decisión del desliste corresponde a los accionistas, no a la administración de la Compañía, debiéndose tomar en una reunión de la Asamblea General de Accionistas. Reiteró que se dejaría constancia de ello en el acta.

Tomó la palabra el accionista Francisco Mora Moreno, identificado con la cédula de ciudadanía No. 19.483.455, titular de 47.628 acciones ordinarias, quien manifestó que esperaba un precio por acción superior al propuesto, manifestó que se trata de un mensaje para la administración en cuanto a que los accionistas y el mercado esperaban un valor diferente y tal vez no están haciendo las cosas tan bien como creen. Manifestó que, a pesar de no haber sido adrede, resulta desafortunada la coincidencia entre el valor de la proporción de adquisición y el valor del flotante, puesto que ha sido un asunto que ha sido percibido negativamente por los accionistas y el mercado. Señaló que el mensaje principal para la Junta Directiva es que los accionistas minoritarios desean vender, pero a un precio justo. Agregó que *“Si ustedes han visto el comportamiento de la acción a raíz de lo que ha pasado en los últimos días, ustedes son más inteligentes porque los hemos puesto aquí, los hemos puesto aquí en la Junta Directiva, entonces cómo es posible que el mercado hoy esté viendo esta, esta readquisición de acciones con el precio que se está viendo en la bolsa de valores, esto no ha caído bien, esto no caído bien al mercado, ha sido visto como una jugadita, no ha gustado, ustedes que velan por los accionistas minoritarios. Hombre, realmente deja mucho que desear de que al final de todo esto, tratando de hacer las cosas bien, hayan salido tan mal, tan mal, tan mal. Lo que la gente piensa es que realmente ha sido una distribución de utilidades obviamente para los mayoristas. Yo con todo respeto les quiero dejar ese mensaje, aquí no ha caído bien, ustedes han notado la participación de 4 ó 5 personas y realmente ha sido desastroso el mensaje para los pequeños accionistas. Ojalá no lo aprobaran, no lo aprobaran hoy porque todavía pudieran hacer las cosas de otra forma, los accionistas minoritarios no quieren estar más porque no han visto realmente que el precio de las acciones que se han comprado, hay personas que compraron a 21.000 pesos, hay personas que compraron a 18.000 pesos en una OPA, entonces sentimos que la Junta Directiva no ha hecho el deber de subir la valoración de la empresa que es para lo que han sido puestos aquí.”*

Tomó la palabra el Presidente, quien, en primer lugar, manifestó que existe una coincidencia cercana entre el valor del flotante y la proporción de adquisición, explicó que se trata de una simple coincidencia, no tiene ninguna justificación oculta. En segundo lugar, reiteró que el valor de readquisición fue el resultado de dividir el monto de 320.000 millones de pesos por el valor de la acción, 21.000 pesos. En tercer lugar, indicó que desde la óptica de largo plazo, el mensaje que se brinda con el valor de 21.000 pesos por acción es positivo frente al valor de la Compañía y, agregó

que con todas las dificultades que se han presentado en los mercados bursátiles del mundo, sin ser Colombia la excepción, la acción de la Compañía, en lo que va corrido del año, ha crecido el 20%, que aunque no refleja el valor completo que tiene la Compañía conforme se ha identificado según la valoración reciente, frente a un mercado bursátil colombiano que ha crecido el 5%. En tercer y último lugar, señaló que las manifestaciones y peticiones de los accionistas minoritarios, en relación con la búsqueda de alternativas que generen un mayor valor, son bien recibidas por la Administración y la Junta Directiva.

Solicitó el uso de la palabra el accionista Carlos Mario Moreno Montoya, identificado con la cédula de ciudadanía No. 98.549.314, titular de 60.246 acciones ordinarias, quien manifestó que quienes no participaron en la venta de las acciones como consecuencia de la Oferta Pública de Adquisición de Acciones de 2019, se abstuvieron de hacerlo porque habían pagado por ellas un mayor valor y no querían materializar en ese momento dicha pérdida, no fue una decisión caprichosa. Agregó que *“El Éxito es el único negocio al que tú puedes ir y darle vuelta sin pedirle permiso a nadie, y el Éxito siempre ha ido creciendo, ha construido, es una máquina de hacer dinero. Entonces, digamos que \$21.000 no es que sea el mejor precio, pero la cuestión es que la acción y con las determinaciones y acciones que han hecho ustedes, ha perdido bursatilidad, entonces salen después de hacer este ofrecimiento y va a volver la acción a los valores que estaba, como está en este mismo momento. Entonces eso es lo que los accionistas minoritarios no queremos, todos queremos tener un activo que en el momento que necesitemos efectivo o algo podamos salir a vender a la acción, pero resulta que si la vamos a vender hoy en día está por debajo del valor fundamental. Entonces, se han tomado unas decisiones, una de ellas es, por ejemplo, colocar el valor del dividendo en una sola cuota, porque todo el mundo, y salen los especuladores a vender, a presionar la acción hacia abajo y eso no está bien. Entonces, les pedimos, pues que corrijan esa parte porque, la verdad, como accionista minoritario, no queremos tener un activo que a la hora de salir a venderlo entonces salimos a venderlo por debajo, y lo otro es que no fueron claros con esa información desde un inicio. Si no, no hubiera pasado lo primero, que salió el precio disparado pensando en que eso iba a salir a \$25.000. Lo otro, ustedes destinaron para la recompra \$418 mil millones y luego que les dieron como la tasación entonces ya dijeron no, entonces vamos a recomprar \$320 mil, hay muchas cosas que no fueron claras. Yo sí quisiera reforzar todo lo que han dicho acá y es que los minoritarios ya queremos, mejor dicho, salir de un activo que no tiene bursatilidad. Entonces que nos permitan, el mayoritario, a los que queremos vender, salir con la proporción que tenemos y que ellos se recompren el resto.”*

Tomó la palabra el Presidente, quien manifestó recibir los comentarios del accionista y de los demás en cuanto a la posibilidad de buscar opciones que le den mayor bursatilidad a la acción u otro tipo de alternativas para los accionistas. Seguidamente, indicó que la distribución de utilidades que hubo acompañada de una readquisición para todos los accionistas, además con un mensaje al mercado sobre el valor fundamental de la Compañía, pone la acción y las perspectivas en un punto mucho mejor de aquel en el que estaban. Señaló que la solución en cuanto a la bursatilidad de la acción no se va a dar instantáneamente, pero se están logrando avances positivos y reiteró que, a pesar de las equivocaciones que se hayan presentado en el mercado, conforme lo leyó en ocasiones anteriores, la información relevante publicada fue clara.

Acto seguido, solicitó el uso de la palabra el accionista Fonval Acciones Dinámico, titular de 490.044 acciones ordinarias, que a través de su representante legal, el señor Juan Camilo Jiménez Bonilla, identificado con la cédula de ciudadanía No. 3.383.456, , manifestó entender a cabalidad que, atendiendo a las reglas en materia de gobierno corporativo, la Readquisición no se pueda dirigir exclusivamente a los accionistas minoritarios; sin embargo, anotó que debe considerarse que existe la posibilidad de que el accionista mayoritario no participe, y en ese evento, una vez los accionistas minoritarios hayan participado con su proporción de adquisición, el accionista mayoritario adquirirá una participación accionaria cercana al 99%, lo cual conduce a que la Compañía tenga cada vez menor bursatilidad y número de accionistas, lo cual evidencia que el accionista minoritario cada vez está en una situación de mayor desventaja respecto a su peso dentro de la empresa. Por lo tanto, manifestó que, a su juicio, que, si tras adelantarse esta Readquisición queda un remanente, dicho remanente debería poder utilizarse a efectos de una recompra adicional, bien sea en una operación puntual consiguiente o mediante una operación martillo.

Tomó la palabra el Presidente, quien señaló que, para la Junta Directiva y la administración, el debido cumplimiento de las reglas de gobierno corporativo es de suma importancia y reiteró que la transacción ha surtido las aprobaciones debidas, se ha estructurado conforme a la ley y se ha comunicado adecuadamente. En relación con la sugerencia de disponer del remanente que eventualmente resultare tras finalizada la Readquisición, el Presidente manifestó que, aunque la transacción no ha sido estructurada de esta manera, abordará este asunto con la Junta Directiva a efectos de que esta idea sea tenida en consideración en eventuales futuras operaciones.

Retomó la palabra el accionista Juan Luis Mejía Crowe, identificado con la cédula de ciudadanía No. 8.359.372, representante legal de Inverlandes S.A.S. titular de 51.229 acciones ordinarias, quien aclaró que en su intervención anterior no hizo referencia a aumentar el monto a efectos de la Readquisición, sino a la conveniencia, en su criterio, de eliminar la restricción del 3.40%, con el fin de permitir que exista la posibilidad de disuadir al accionista mayoritario de participar en la Readquisición. La aclaración fue recibida por el Presidente.

Retomó la palabra el accionista Félix Libardo Bonilla Mantilla, identificado con la cédula de ciudadanía No. 14.138.917, titular de 6.600 acciones ordinarias, quien, en primer lugar, solicitó conocer a fondo el estudio de valoración con el fin de entender por qué los análisis que él realizó en compañía de sus asesores arrojaban un valor superior al de tal estudio. En segundo lugar, preguntó por qué, si la Compañía genera rentabilidad y sus proyecciones son positivas, la misma Compañía no adquiere el flotante. Señaló que, incluso si ello implicara un endeudamiento, al ser una Compañía tan prometedora, ello valdría la pena. En tercer y último lugar, cuestionó cuál es el beneficio para la Compañía de la readquisición, tratándose de un activo de baja bursatilidad e indicó que la alta complejidad de los anuncios que se publican desincentiva cualquier tipo de inversión en la Compañía.

Tomó la palabra el Vicepresidente Financiero quien, en primer lugar, explicó que no es posible publicar más detalles del ejercicio de valoración debido a que dicho estudio contempla información interna sobre el plan de negocios de la Compañía, tratándose de información confidencial sujeta a reserva que no puede ser dada a conocer al público; sin embargo, recapituló cuáles fueron las cuatro metodologías empleadas, a saber: valoración por flujo de caja descontado, señalando que el histórico de este indicador sí es información pública, valoración por múltiplos de compañías comparables, valoración por múltiplos de transacciones precedentes y referencia de precios objetivo de los analistas económicos que hacen seguimiento periódico de la acción de la Compañía. Señaló que es posible recomponer este análisis con la información que es de índole pública, puesto que, por las razones antes mencionadas, no es posible entregar el documento. Respecto al segundo planteamiento del accionista, reiteró que la transacción planteada no es una OPA de desliste y, nuevamente, aclaró que una OPA de desliste es una decisión que compete a la Asamblea General de Accionistas, no a la Administración ni a la Junta Directiva. En relación con el tercer punto, referente a la liquidez de la acción, informó que hoy hay aproximadamente 15.300.000 acciones en el flotante, es decir, que no están en manos del accionista mayoritario, e informó que esta oferta puede llegar a comprar aproximadamente 500 mil acciones de las 15.300.000. Por lo tanto, explicó que el impacto de la recompra en las acciones que estarían en el flotante de mercado, es decir, en la bursatilidad de la acción, no es material.

Seguidamente, tomó la palabra la Secretaria, quien dio lectura a las preguntas recibidas a través del chat de *WhatsApp* que fue dispuesto de las señoras y los señores accionistas para el efecto, a saber:

- (i) El accionista Fonval Acciones Dinámico, titular de 490.044 acciones ordinarias, a través de su representante legal, el señor Juan Camilo Jiménez Bonilla, identificado con la cédula de ciudadanía No. 3.383.456, formuló las siguientes preguntas:

“En caso tal que el accionista mayoritario no participe con todo lo que tiene derecho, que se haría con ese remanente?”

“Como emisor, que ventajas tiene el seguir manteniendo la acción listada en el mercado sabiendo que su valor fundamental, claramente y basado en la valoración hecha para la recompra, esta muy por encima de aquel al cual está negociando en el mercado.”

“Como emisor, que mecanismos tienen para que los minoritarios tengamos la manera de desbloquear el valor que el mercado no está reconociendo ya que no es coherente que una valoración hecha por un independiente de un valor de 21.000 y el mercado se encuentre cerca a los 14.000. Es más rentable para ustedes como emisor el tener un programa de recompra de acciones constante a mercado sabiendo que se estaría haciendo con un descuento implícito de cerca del 40%?”

Al respecto, la Secretaria informó que estas preguntas ya han sido resueltas en virtud de las anteriores intervenciones y explicaciones dadas.

- (ii) El accionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado con la cédula de ciudadanía No. 98.493.899, titular de 64.077 acciones ordinarias, manifestó:

“Por favor en la valoración que valor le agrega al negocio retail tradicional, los negocios inmobiliario y Tuya? o que valor tuvo cada negocio, o en la Valoración total como distribuye porcentualmente cada negocio.”

Tomó la palabra el Vicepresidente Financiero, quien, en primer lugar, a efectos de mayor claridad, hizo referencia a la publicación de los resultados financieros correspondiente al primer trimestre del año en curso, e informó que de la utilidad operativa de 2021 el negocio inmobiliario representó el 12% y aclaró que las metodologías empleadas para valorar este negocio son diferentes, por lo cual, explicó que no es procedente concluir que si este negocio representó el 12% del EBITDA, este negocio vale el 12% del valor de la Compañía. Seguidamente, anotó que si se suman los negocios inmobiliario y de Tuya, principales negocios complementarios, la contribución de estos negocios a la utilidad operativa de la Compañía es de aproximadamente el 20% o 25%, rango de los últimos 3 años, y recalzó que Tuya también tiene una metodología de valoración diferente. Luego, informó que la valoración que realizó el tercero independiente tuvo en consideración los estados financieros consolidados de la Compañía, a través de 4 metodologías que son reconocidas técnicamente y, si bien no se hizo una valoración independiente de cada una de las compañías y negocios que conforman el Grupo, es una valoración conjunta de todos. Explicó que, por tales razones, la Compañía no dispone de la información sobre el valor de cada compañía y negocio en relación con la valoración y aclaró que, de tenerse, se trataría de información de índole sensible y confidencial que no estaría sujeta a revelación.

Posteriormente, en vista de que la Secretaria informó que había recibido una solicitud de atender la inquietud sobre qué sucede con el remanente que resulte de la Readquisición, continuó con el uso de la palabra el Vicepresidente Financiero, quien señaló que – conforme se expuso con anterioridad – al tratarse de una oferta puntual, de una ronda, no hay lugar a disponer del remanente, simplemente éste hará parte del patrimonio y del activo, en términos de caja, de la Compañía. En consecuencia, atendiendo al número de accionistas que deseen participar en la Readquisición, se recompondrán la caja y el patrimonio, los cuales corresponden a los accionistas en proporción a su participación.

Tomó la palabra el Presidente, quien agradeció a las señoras y los señores accionistas su participación en las deliberaciones y de forma previa a someter a consideración la proposición de aprobación de una readquisición de acciones de la Compañía (la “Readquisición”) y de los términos de la misma, expuso ante las señoras y los señores accionistas, las siguientes consideraciones:

- Con independencia de las expresiones de deseo de un monto mayor, de limitar los destinatarios a los accionistas minoritarios, de un derecho de acreencia, la Readquisición tiene varios asuntos positivos: brindó la oportunidad de que una valoración independiente técnica determinara el valor fundamental de la Compañía conforme a unas metodologías técnicamente reconocidas, tratándose de un mensaje importante para el presente y el futuro.
- Al analizar los resultados del año 2021 y la forma en que los mismos están siendo repartidos entre las señoras y los señores accionistas, de forma proporcional a su participación, es una distribución de dividendos que, junto con la readquisición, constituyen una de las distribuciones de dividendos más significativas del mercado, puesto que supera el 100% de

las utilidades, con una destinación, por un lado, de 237 mil millones de pesos, y por el otro lado, de 320 mil millones de pesos.

- Desde la perspectiva de gobierno corporativo, recalcó que se ha dado cumplimiento a las autorizaciones requeridas, la normatividad aplicable y la revelación de información. Reiteró que para la Junta Directiva y la Administración es fundamental la adopción de buenas prácticas en materia de gobierno corporativo, siendo un asunto que no está sujeto a conciliación o excepción alguna, no solo por el deber legal de ello, sino por la transparencia que rige el actuar de una Compañía emisora del mercado de valores.

Seguidamente, expresó un mensaje de agradecimiento a las señoras y señores accionistas por su participación y manifestó recibir los planteamientos y solicitudes expuestos por ellos a efectos de tratarlos de forma ordenada con la Junta Directiva y el accionista mayoritario.

El Presidente sometió la proposición del punto 6 del orden de día, consistente en la aprobación de una readquisición de acciones de la Compañía (la “Readquisición”) y de los términos de la misma, decisión que conlleva (i) la aprobación del reglamento de readquisición de acciones y (ii) la aprobación de una potencial transacción entre partes relacionadas, a aprobación de la Asamblea General de Accionistas.

Las señoras y señores accionistas ejercieron su derecho al voto a través de la papeleta física No. 9, depositándola en la urna que se puso a su disposición para el efecto. La Secretaria recordó que el escrutinio de los votos estaría presidido por los comisionados elegidos en la presente reunión para tal propósito y para la revisión, aprobación y firma del acta.

Durante el escrutinio de votos, la Secretaria informó sobre la recepción de la siguiente pregunta, a través del chat de *WhatsApp*, formulada por el accionista John Wbeiman Wiedemann Rivera, identificado con la cédula de ciudadanía No. 98.493.899, titular de 64.077 acciones ordinarias:

“Buenos días por favor cómo se dará a conocer la Valoración?”

Al respecto, la Secretaria reiteró que esta inquietud fue resuelta en virtud de otras intervenciones similares que fueron previamente atendidas.

Una vez finalizado el escrutinio de votos, la Secretaria informó que esta proposición fue aprobada por 438.022.930 votos afirmativos, correspondientes al noventa y nueve punto noventa y seis por ciento (99.96%) de las acciones presentes y representadas en la reunión.

Se deja expresa constancia de que: no se recibieron votos en blanco, ningún accionista se abstuvo de votar y diez (10) accionistas votaron en contra. A continuación, se encuentra el listado de los accionistas que votaron en contra:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	2242
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	47628
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
INVERLANDES SAS	901237428	51229
CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	60246
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
JUAN GUILLERMO CORREA MONTOYA	70035728	50
JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	70083149	3200
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	5110
TERESITA DE POSADA BONILLA	32509289	5

NOTA ACLARATORIA:

De acuerdo con lo dispuesto en el artículo 15 del anexo 6 del Decreto 2270 del 2019, la suscrita Secretaria de la reunión presencial extraordinaria de la Asamblea General de Accionistas del 24 de mayo de 2022, se permite corregir los errores de transcripción que se incluyeron

involuntariamente en el acta en la sección relacionada con los resultados de la votación de esta proposición. Por lo anterior, a continuación, se hacen ciertas aclaraciones y se indica el número correcto de votos emitidos este punto del orden del día, todo lo cual se entiende aprobado por los comisionados elegidos por la Asamblea General de Accionistas, con la firma de la presente acta, de conformidad con el artículo 14 del citado anexo 6:

- (i) Al momento de leer los resultados de la votación de esta proposición, la Secretaria indicó: *“Señoras y señores accionistas y Mesa Principal, la proposición ha sido aprobada con un porcentaje de 99.96% de las acciones presentes y representadas, que equivalen a 438.022.930 acciones; por el no tengo 183.310 acciones que equivalen al 0.04%, y no tengo registrados votos en blanco. De esta manera, la proposición ha sido aprobada.”*
- (ii) Dicha información no coincide con los datos del escrutinio en la medida en que no contempló el voto negativo de la señora accionista Rosmira Del Rosario Saldarriaga Espinosa, identificada con la cédula de ciudadanía No. 21.382.323 titular de 15.000 acciones ordinarias, quien actuó a través de su apoderado el señor José Leonardo Sanín Saldarriaga, identificado con cédula de ciudadanía No. 71.744.198.
- (iii) Por lo anterior, la cantidad total de votos afirmativos corresponde a 438.007.930, esto es, el noventa y nueve punto noventa y cinco (99.95%) de las acciones presentes y representadas en la reunión. Se deja expresa constancia de que no se recibieron votos en blanco ni ningún accionista se abstuvo de votar. Los siguientes once (11) accionistas votaron en contra de la proposición:

NOMBRE DEL ACCIONISTA	NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN	NÚMERO DE ACCIONES
JOAN MANUEL GUALY RAMIREZ	71362233	2242
FRANCISCO MORA MORENO	19483455	47628
FELIX LIBARDO BONILLA MANTILLA	14138917	6600
INVERLANDES SAS	901237428	51229
CARLOS MARIO MORENO MONTOYA	98549314	60246
JOSE GABRIEL SANIN ARANGO	3342371	7000
JUAN GUILLERMO CORREA MONTOYA	70035728	50
JUAN RAFAEL VELEZ GONZALEZ	70083149	3200
GLORIA DEL SOCORRO ARISTIZABAL ZULUAGA	32309979	5110
TERESITA DE POSADA BONILLA	32509289	5
ROSMIRA DEL ROSARIO SALDARRIAGA ESPINOSA	21382323	15000

En consecuencia, una vez agotado el orden del día, el señor Carlos Mario Giraldo reiteró su agradecimiento a las señoras y los señores accionistas por su asistencia y participación. Declaró oficialmente finalizada la reunión extraordinaria presencial de la Asamblea General de Accionistas de la Compañía.

Tomó la palabra la Secretaria quien informó a las señoras y los señores accionistas que, en el costado izquierdo del recinto, encontrarían el lugar de atención a accionistas de Corredores Davivienda en donde los asesores de inversión capacitados para atenderlos y orientarlos están disponibles para resolver todos los trámites operativos relacionados con la Readquisición.

Finalmente, se informó al público que en la salida del recinto podrían reclamar un obsequio que simboliza el compromiso de la Compañía y la Fundación Éxito con el país *“Nutrimos de oportunidades a Colombia”*, y su aporte a lograr una Colombia con cero desnutrición crónica en menores de 5 años. Seguidamente, se procedió a reproducir el himno Antioqueño.

El Presidente de la Asamblea declaró concluidas las deliberaciones y procedió a levantar la sesión, siendo la 11:55 a.m. del mismo día.

Se deja expresa constancia de que la reunión extraordinaria presencial de la Asamblea General de Accionistas terminó sus deliberaciones con un quórum del 97.9 % de las acciones en circulación.

A la presente acta se anexa la siguiente documentación:

Anexo No. 1. Proposición de reforma de los estatutos sociales aprobada por la Asamblea General de Accionistas.

Anexo No. 2. Proposición de reforma del reglamento de la Asamblea General de Accionistas aprobada por la Asamblea General de Accionistas.

Anexo No. 3. Proposición de aprobación de una readquisición de acciones de la Compañía (la “Readquisición”) y de los términos de la misma, decisión que conlleva (i) la aprobación del reglamento de readquisición de acciones y (ii) la aprobación de una potencial transacción entre partes relacionadas, aprobada por la Asamblea General de Accionistas.

En constancia, se firma:

CARLOS MARIO GIRALDO MORENO
Presidente

CLAUDIA CAMPILLO VELÁSQUEZ
Secretaria General

COMISIONADOS PARA REVISIÓN, APROBACIÓN Y FIRMA DEL ACTA

SERGIO LONDOÑO GONZÁLEZ
Comisionado

GONZALO ORREGO VÉLEZ
Comisionado

Envigado, May 24, 2022

**BYLAWS AMENDMENT APPROVED BY THE
GENEREAL SHAREHOLDERS´ ASSEMBLY**

Almacenes Éxito S.A. informs its shareholders and the market in general that the following bylaws amendment proposal was approved at the extraordinary meeting of the General Shareholders´ Assembly held in person today at the Company´s headquarters.

For clarity purposes, the adjustments approved are presented in a comparative manner, with their respective justification followed by the compilation of the new Bylaws for their comprehensive review.

THE GENERAL SHAREHOLDERS´ ASSEMBLY

Resolves:

To approve the following bylaws amendment proposal.

Block No. 1: Amendments to basic provisions, and to the capital and share regime.

Includes articles: 3, 5 and 7.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 3. – Duration. The duration of the Company will expire December 31 of the year two thousand fifty (2050). However, before expiration of this term, the Shareholders General Assembly could decide, through the bylaws reform or by</p>	<p>Article 3. – Duration. The duration of the Company will expire December 31 of the year two thousand <u>one hundred</u> fifty (2050<u>150</u>). However, before expiration of this term, the Shareholders General Assembly could decide, through the</p>	<p>The duration of the Company is extended taking into consideration this amendment. The proposal addresses a matter of opportunity.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>any of the other circumstances set by law, its renewal.</p>	<p>bylaws reform or by any of the other circumstances set by law, its renewal.</p>	
<p>Article 5. - Authorized capital. The authorized capital of the Company, expressed in Colombian pesos, is five billion three hundred million (5,300,000,000) pesos, divided into five hundred thirty million (530,000,000) common shares at par value of ten pesos (\$10.00) The indicated amount of authorized capital may be modified at any time by amendment to the bylaws approved by the Shareholder Meeting and then legalized.</p> <p>Paragraph. While the company's shares are traded on the public stock exchange, increasing the amount of authorized capital, decreasing the amount of subscribed capital or voluntary cancellation of the registration of the shares on the National Registry of Securities or Stock Exchange will require approval of the Shareholders General Assembly with an ordinary majority, provided they have complied with the legal requirements on call to meeting, specifying the agenda, communication,</p>	<p>Article 5. - Authorized capital. The authorized capital of the Company, expressed in Colombian pesos, is five billion three hundred million (5,300,000,000) pesos, divided into five hundred thirty million (530,000,000) common shares at par value of ten pesos (\$10.00) The indicated amount of authorized capital may be modified at any time by amendment to the bylaws approved by the Shareholder Meeting and then legalized.</p> <p>Paragraph. While the Company's shares are traded on the public stock exchange, increasing the amount of authorized capital, decreasing the amount of subscribed capital or voluntary cancellation of the registration of the shares on the National Registry of Securities or Stock Exchange will require approval of the Shareholders General Assembly with an ordinary majority, provided they have complied with the legal requirements on call to meeting, specifying the agenda, communication, and other information required by Articles</p>	<p>References to specific regulations are adjusted, to also include any future provision that modifies it. This is to provide greater flexibility to the bylaws, in the face of eventual legislative amendments. Otherwise, it would be necessary to amend them each time the referenced regulations change.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>and other information required by Articles 13 and 67 of Law 222 of 1995.</p>	<p>13 and 67 of Law 222 of 1995, or by any regulation that modifies or complements them.</p>	
<p>Article 7. - Issuance and subscription of shares. Common shares in reserve are available to the Board of Directors for issuance as it deems appropriate. Rules for subscription will be issued by the Board of Directors; this will not require application of that stipulated in section d) of article 41 of Law 964 of 2005.</p> <p>Issues will be made with preference rights. In any new issue of shares, shareholders will be entitled to subscribe, preferentially, an amount proportional to that recorded in the book of shareholders at the date of adoption of the rules. However, the preferential right of shareholders does not apply in the following cases:</p> <p>a. When the Shareholders General Assembly so decides, by an affirmative vote of not less than seventy percent (70%) of the shares present at the meeting.</p> <p>b. When the issuance is aimed solely at subscriptions by employees of the</p>	<p>Article 7. - Issuance and subscription of shares. Common shares in reserve are available to the Board of Directors for issuance as it deems appropriate. Rules for subscription will be issued by the Board of Directors; this will not require application of that stipulated in section d) of article 41 of Law 964 of 2005.</p> <p>Issues will be made with preference rights. In any new issue of shares, shareholders will be entitled to subscribe, preferentially, an amount proportional to that recorded in the book of shareholders at the date of adoption of the rules. However, the preferential right of shareholders does not apply in the following cases:</p> <p>a. When the Shareholders General Assembly so decides, by an affirmative vote of not less than seventy percent (70%) of the shares present at the meeting, provided that this special majority, set forth in article 420, numeral 5 of the Commercial Code, stay current.</p>	<p>It is suggested to condition the majority of 70% to the validity of numeral 5, art. 433, of the Commercial Code. Therefore, if that article is repealed, the majority will be ordinary, as required by article 68 of Law 222.</p> <p>Minor format and style corrections were also made for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>company or subsidiaries for time employed or merit or for other valid reasons approved by the Board of Directors. For this purpose, the Board of Directors may issue and regulate up to ten percent (10%) of the shares currently in reserve, and the same percentage of the future shares issued to increase authorized capital. Accordingly, the Board of Directors will freely determine the number of shares issued, the person or persons benefiting from the subscription and the proportion, the price, the payment form and all other details of the subscription.</p> <p>The Board of Directors may use its power as it deems, within the above limit of percentage of shares in reserve, to award an employee the right to subscribe on one or more occasions, whether employees, shareholders or non-shareholders and also give right to future subscriptions of the same class.</p> <p>Paragraph. For legal reason, subscription rights may not be awarded to the statutory auditor or</p>	<p>b. When the issuance is aimed solely at subscriptions by employees of the <u>C</u>company or subsidiaries for time employed or merit or for other valid reasons approved by the Board of Directors. For this purpose, the Board of Directors may issue and regulate up to ten percent (10%) of the shares currently in reserve, and the same percentage of the future shares issued to increase authorized capital. Accordingly, the Board of Directors will freely determine the number of shares issued, the person or persons benefiting from the subscription and the proportion, the price, the payment form and all other details of the subscription.</p> <p>The Board of Directors may use its power as it deems, within the above limit of percentage of shares in reserve, to award an employee the right to subscribe on one or more occasions, whether employees, shareholders or non-shareholders and also give right to future subscriptions of the same class.</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>alternate; however, upon final retirement from the position, he/she may receive such subscription rights by decision of the Board of Directors.</p> <p>c. In the case of merger, spin-off or similar events and in all events involving the subscription of shares with cash, capitalization of credits as well as those events where the subscription is paid for in cash specifically for the acquisition of fixed assets or business establishments, the Board of Directors is authorized to issue and regulate, without subject to preferential rights, the number of shares necessary to cover the amount of the goods according to the evaluation set by the Board of Directors and approved by the respective Superintendence, if necessary.</p>	<p>Paragraph. For legal reason, subscription rights may not be awarded to the statutory auditor or alternate; however, upon final retirement from the position, he/she may receive such subscription rights by decision of the Board of Directors.</p> <p>c. In the case of merger, spin-off or similar events and in all events involving the subscription of shares with cash, capitalization of credits as well as those events where the subscription is paid for in cash specifically for the acquisition of fixed assets or business establishments, the Board of Directors is authorized to issue and regulate, without subject to preferential rights, the number of shares necessary to cover the amount of the goods according to the evaluation set by the Board of Directors and approved by the respective Superintendence, if necessary.</p>	

Block No. 2: Amendment to the operating regime of the assembly.

Includes articles: 18, 20, 20 bis, 22, 23, 25, 26 and 28.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 18. - Ordinary Meeting. The Shareholders General Assembly will hold its ordinary meeting each year, at the latest on March 31st, and it will convened by the Board of Directors, to examine the situation of the company, to designate administrators and other elected officials, to determine economic directives of the Company, to examine accounts and balances of the past year, to solve the distribution of profits and to agree on all the decisions needed to guarantee the compliance of the corporate purpose. If it were not convened, the Shareholders General Assembly by its own right will meet the first business day of the month of April at 10 in the morning (10 am), in the main offices of the administration, and will hold the meeting and will decide validly with a plural number of people, whatever amount of shares are represented by them.</p> <p>Paragraph 1. The meeting call will be convened at least thirty (30) calendar days beforehand, without prejudice to the compliance of the legal norms, and the delivery of the corresponding financial statements, reports, propositions, books and other paperwork, that in accordance</p>	<p>Article 18. - Ordinary Meeting. The Shareholders General Assembly will hold its ordinary meeting each year, at the latest on March 31st, <u>in the municipality or registered office</u>, and it will convened by the Board of Directors <u>or by the Chief Executive Officer of the Company</u>, to examine the situation of the Company, to designate administrators and other elected officials, to determine economic directives of the Company, to examine accounts and balances of the past year, to solve the distribution of profits and to agree on all the decisions needed to guarantee the compliance of the corporate purpose. If it were not convened, <u>and as long as the current law contemplates the possibility of holding meetings in its own right</u>, the Shareholders General Assembly by its own right will <u>can</u> meet the first business day of the month of April at 10 in the morning (10 am), in the main offices of the administration, and will hold the meeting and will decide validly with a plural number of people, whatever amount of shares are represented by them.</p>	<p>It is suggested:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. To include a mention not only of the registered office, but also of the municipality in which the company is located, as possible places to hold meetings of the Shareholders' Assembly. In this way, as both possibilities are expressed, there is no room for doubt and it is avoided incurring in discussions about whether it is only possible to hold the meetings in the Company's administration offices or if it is also legally viable to do so in another place located within the municipality of the registered office. This proposal is due to the current debates between the Superior Court of Bogotá and the Superintendency of Companies, on the place where the Shareholders' Assembly should meet, as they have different interpretations of the scope of the expression "registered office". 2. To also empower the Chief Executive Officer ("CEO") to convene the Assembly meeting, to

Original Article	Proposed text	Justification
<p>to legal norms will remain at the disposal of the shareholders to inspect or consult during the period indicated in article 447 of the Code of Commerce, at the main offices of the administration, will be mentioned.</p> <p>Paragraph 2. The Board of Directors and the administrators will refrain from having the Shareholders General Assembly consider any item that was not included in the agenda published in the notice for said meeting.</p> <p>Paragraph 3. Within five (5) calendar days after the publication of the notice for said meeting, any shareholder will be able to: (i) Propose in a well-founded manner the introduction of one or more items to the agenda of the Shareholders General Assembly; (ii) Present in a well-founded manner new proposals to decide on the items already included in the agenda; and (iii) request information or make inquiries about the items found in the agenda. The Board of Directors will regulate the manner in which it will answer the requests of the shareholders. If the proposal of the shareholder to add one or more items to the agenda is</p>	<p>Paragraph 1. The meeting call will be convened at least thirty (30) calendar days beforehand, without prejudice to the compliance of the legal norms, and the delivery of the corresponding financial statements, reports, propositions, books and other paperwork, that in accordance to legal norms will remain at the disposal of the shareholders to inspect or consult during the period indicated in article 447 of the Code of Commerce, at the main offices of the administration, will be mentioned.</p> <p>Paragraph 2. The Board of Directors and the administrators will refrain from having the Shareholders General Assembly consider any item that was not included in the agenda published in the notice for said meeting.</p> <p>Paragraph 3. Within five (5) calendar days after the publication of the notice for said <u>a ordinary</u> meeting, any shareholder will be able to: (i) Ppropose in a well-founded manner the introduction of one or more items to the agenda of the Shareholders General Assembly; (ii) Ppresent in a well-founded manner new proposals to decide on the</p>	<p>align the bylaws with the best corporate governance practices.</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. To condition the possibility of holding meetings in their own right to the fact that said institution is provided for in the current law. 4. To adjust paragraph three to clarify that it refers only to ordinary meetings. 5. To adjust the third paragraph to ensure that the supplement to the call is compatible with the right of inspection. 6. To adjust the third paragraph to align it with article 182 of the Commercial Code, which allows shareholders to propose new matters during the meeting, without the need for a majority approval. 7. To adjust the term of deposit of documents to specify that it must be done, at least, during the legal time that the inspection right lasts.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>accepted by the Board of Directors, a complement to the meeting call of the Assembly will be published at least fifteen (15) calendar days before the meeting is held. In any case, the Shareholders will keep their right to present proposals during the meeting of the Shareholders General Assembly , which will be debated when the simple majority of the shares represented in the meeting decides to do so, unless the segregation (wrongful split) of the company is presented to the Shareholders General Assembly for its consideration, if said decision is to be made by this body, or when the items proposed are other matters that in accordance to the law may only be debated if special requisites were previously observed about the call of the meeting, its publicity and its delivery of the project to the shareholders to examine during the period of the call.</p>	<p>items already included in the agenda; and (iii) request information or make inquiries about the items found in the agenda. The Board of Directors will regulate the manner in which it will answer the requests of the shareholders. If the proposal of the shareholder to add one or more items to the agenda is accepted by the Board of Directors, a complement to the meeting call of the <u>Shareholders General</u> Assembly will be published at least fifteen (15) calendar days before the meeting is held, <u>or fifteen (15) business days in advance, if the new point to be included is one of those that confers the right of inspection to the shareholders.</u> In any case, the <u>s</u>Shareholders will keep their right to present proposals during the meeting of the Shareholders General Assembly , which will be debated when the simple majority of the shares represented in the meeting decides to do so, unless the segregation (wrongful split) of the <u>C</u>ompany is presented to the Shareholders General Assembly for its consideration, if said decision is to be made by this body, or when the items proposed are other matters that in accordance to the law may only be</p>	<p>Minor format and style corrections are also introduced for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
	<p>debated if special requisites were previously observed about the call of the meeting, its publicity and its delivery of the project to the shareholders to examine during the period of the call <u>provided for the right of inspection.</u></p>	
<p>Article 20. - Call of the Meeting. The call of the meeting will include the agenda for that meeting, detailing each of the issues that will be debated and the shareholders will be informed of it via any of the following means: a) Letter or written communication sent to the address each shareholder indicated to the Company for its registration in the Book of Registered Shares; b) Personal notification, with the signature of each and all of the shareholders. c) Published notice in an in-house journal at the main offices of the Company. When calculating the period of the call, whether business days or calendar days, whichever applies, both the day in which the call is informed and the day in which the meeting is held will be counted.</p>	<p>Article 20. - Call of the Meeting. The call of the meeting will include the agenda for that meeting, detailing each of the issues that will be debated and the shareholders will be informed of it via any of the following means: a) <u>(i)</u> Letter or written communication sent to the address each shareholder indicated to the Company for its registration in the Book of Registered Shares; b) <u>(ii)</u> Personal notification, with the signature of each and all of the shareholders; c) <u>(iii)</u> Published notice in an in-house journal at the main offices of the Company. When calculating the period of the call, whether business days or calendar days, whichever applies, both the day in which the call is informed <u>send or publish</u> and the day in which the meeting is held will be counted.</p> <p><u>Paragraph. Right of inspection. During the fifteen (15) business days immediately prior to the meeting of the</u></p>	<p>It is proposed to specify in the article that the anticipation of the call is counted from its sending or publication. This to address current debates on when the call is understood to be “done”: if from its submission or from its reception.</p> <p>In order to provide the bylaws of greater coherence and order, it is suggested to move the rule on the right of inspection (currently contained in article 56 of the bylaws) to the paragraph of this article. With respect to this right, it is expressly included that its exercise must comply with the provisions of the law, the Bylaws and the Code of Corporate Governance of the Company.</p> <p>Minor format and style corrections are also included for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
	<p><u>Shareholders General Assembly in which the year-end Balance Sheet is to be considered, or in the other events provided for in the applicable law, the documents required by law for the exercise of the right of inspection will be placed, in the offices of the administration, at the disposal of the shareholders. Shareholders will be informed of this fact in the call notice. During the indicated period, the shareholders may exercise the right of inspection in their favor, in the terms established in the law, the bylaws and the Code of Corporate Governance of the Company.</u></p>	
<p>Article 20 bis. – Meetings that Require Special Call. Without prejudice to the period of the call established for ordinary meetings of the Shareholders General Assembly, the call will be made at least fifteen (15) business days before for those meetings in which the projects submitted for consideration are related to the merger, split, transformation of the company, or to the voluntary cancellation of the registration of its shares in the National Registry of Values or Stock Market. In the notice for said call the matters to be debated shall be</p>	<p>Article 20 bis. – Meetings that Require Special Call. Without prejudice to the period of the call established for ordinary meetings of the Shareholders General Assembly, the call will be made at least fifteen (15) business days before for those meetings in which the projects submitted for consideration are related to the merger, split, transformation of the Company, or to the voluntary cancellation of the registration of its shares in the National Registry of Values or Stock Market. In the notice for said call the matters to be debated shall be</p>	<p>It is proposed:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. To specify that the reference to the right of inspection must be included whenever it is intended to discuss transformations, split, mergers or delisting. This to attend to the jurisprudence of the Superintendence of Companies that has established that it is not up to the administrators to determine if the right of withdrawal proceeds or not, for the purpose of mentioning it in the call.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>specifically indicated and the shareholders will be informed of the delivery, during said period, to the main offices, of the respective project or report about the reasons for this proposal, so the shareholders may consult it. Additionally, whenever applicable, there will be included notices about the possibility to exercise the right to withdraw.</p> <p>Paragraph. When it is intended to discuss the increase of the authorized capital or the decrease of the share capital, the respective point must be included in the agenda indicated in the call. The omission of this requirement will make the corresponding decision ineffective. In these cases, the administrators of the company will prepare a report on the reasons for the proposal, which must be made available to the shareholders at the company's administration offices, during the term of the call.</p>	<p>specifically indicated and the shareholders will be informed of the delivery, during said period, to the main offices, of the respective project or report about the reasons for this proposal, so the shareholders may consult it. Additionally, whenever applicable, there will be included notices about the possibility to exercise the right to withdraw.</p> <p>Paragraph. When it is intended to discuss the increase of the authorized capital or the decrease of the share capital, the respective point must be included in the agenda indicated in the call. The omission of this requirement will make the corresponding decision ineffective. In these cases, the administrators of the eCompany will prepare a report on the reasons for the proposal, which must be made available to the shareholders at the <u>C</u>company's administration offices, during the term of the call. <u>provided for the right of inspection.</u></p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. To eliminate mentions of ineffectiveness, as it is a sanction of legal consecration, being its statutory consecration unnecessary. 3. To adjust the term of deposit of documents to specify that it must be done, at least, during the legal time that the right of inspection lasts. <p>Minor format and style corrections are also included for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>
<p>Article 22. - Deliberative Quorum. Subject to legal exceptions, the Shareholders General Assembly will deliberate with a plurality of shareholders</p>	<p>Article 22. - Deliberative Quorum. Subject to legal exceptions, the Shareholders General Assembly will deliberate with a plurality of</p>	<p>The origin of the meetings in their own right is subject to said institution being recognized in the current law.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>representing at least half plus one of the subscribed shares at the date of the meeting. If for lack of quorum the Shareholders General Assembly is unable to deliberate, another meeting will be summoned to decide validly with one or more shareholders regardless of the number of shares they represent.</p> <p>Paragraph 1. The second called meeting must be held no sooner than ten (10) business days or later than thirty (30) business days.</p> <p>Paragraph 2. When dealing with meetings in their own right, on the first business day of April, the Assembly may validly deliberate and decide with a plural number of shareholders, regardless of the number of shares they represent.</p>	<p>shareholders representing at least half <u>(1/2)</u> plus one <u>(1)</u> of the subscribed shares at the date of the meeting. If for lack of quorum the Shareholders General Assembly is unable to deliberate, another meeting will be summoned to decide validly with one or more shareholders regardless of the number of shares they represent.</p> <p>Paragraph 1. The second called meeting must be held no sooner than ten (10) business days or later than thirty (30) business days.</p> <p>Paragraph 2. When dealing with meetings in their own right, <u>and provided that the applicable law enshrines them,</u> on the first business day of April, the <u>Shareholders General</u> Assembly may validly deliberate and decide <u>at the main administration offices</u> with a plural number of shareholders, regardless of the number of shares they represent.</p>	<p>Minor format and style corrections were also made for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>
<p>Article 23. - Deciding Majorities. The decisions of the Shareholders General Assembly shall require an absolute majority of the votes corresponding to the shares represented at the meeting, with the following exceptions:</p>	<p>Article 23. - Deciding Majorities. The decisions of the Shareholders General Assembly shall require an absolute majority of the votes corresponding to the shares represented at the meeting, with the following exceptions:</p>	<p>The applicability of each qualified majority is tied to the validity of the legal norm that currently enshrines it (arts. 155, 420, 454, 455 C.Co, etc.). If a special majority is suppressed in the law, it will cease to apply in the bylaws. This</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>a. The distribution of profits requires the approval of a plural number of shareholders meeting, with at least seventy-eight percent (78%) of the shares represented at the meeting. In the absence of such a majority approval, the distribution will not be less than fifty percent (50%) of the profits or the remainder thereof after compensating for losses from previous periods.</p> <p>b. The decision on the placement of shares without preference for the shareholders, in the case of the seventh article of these bylaws, will require approval with the vote of seventy percent (70%) of the shares represented.</p> <p>c. The payment of the dividend in shares released by the company, obligatory for the shareholder, requires approval by eighty percent preference for shareholders, in the case of Article Seven of these bylaws, requires a (80%) of the shares represented.</p>	<p>a. <u>As long as it is required by articles 155 and 454 of the Commercial Code, or any rule that replaces or modifies them,</u> the distribution of profits requires the approval of a plural number of shareholders meeting, with at least seventy-eight percent (78%) of the shares represented at the meeting. In the absence of such a majority approval, the distribution will not be less than fifty percent (50%) of the profits or the remainder thereof after compensating for losses from previous periods. <u>If the sum of the legal, statutory, and occasional reserves exceeds the value of the share capital, the obligatory percentage of liquid profits that must be distributed, in the absence of the indicated majority, will rise to seventy percent (70%).</u></p> <p>b. The decision on the placement of shares without preference for the shareholders, in the case of the seventh article of these bylaws, will require approval with the vote of seventy percent (70%) of the shares</p>	<p>provides flexibility to the bylaws and guarantees their consistency with article 68 of Law 222, which prohibits agreeing on qualified majorities in issuer bylaws.</p> <p>In the special majority for the withholding of dividends, a precision is included on the minimum amount that must be distributed (70%) when the reserves exceed the capital, in such a way that it is consistent with article 454 of the Commercial Code.</p> <p>Minor format and style corrections are also included for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>d. A spin-off requires unanimity of the shares represented in the Shareholders General Assembly of the company to modify the proportion of shareholder participation in the spin-off, in this case Almacenes Exito S.A. in the capital of the beneficiary company in accordance with the law.</p> <p>e. All others that by mandatory legal norm require a qualified or special majority above the absolute majority.</p>	<p>represented, as long as it is required by numeral 5 of article 420 of the Commercial Code or any regulation that replaces or modifies it.</p> <p>c. The payment of the dividend in shares released by the company, obligatory for the shareholder, requires approval by eighty percent preference for shareholders, in the case of Article Seven of these bylaws, requires a (80%) of the shares represented, as long as it is required by article 455 of the Commercial Code or any rule that replaces or modifies it.</p> <p>d. A spin-off requires unanimity of the shares represented in the Shareholders General Assembly of the Company company to modify the proportion of shareholder participation in the spin-off, in this case Almacenes Exito S.A. the Company in the capital of the beneficiary company in accordance with the law, as long as it is required by article 3 of Law 222 of 1995 or any regulation that replaces or modifies it.</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
	e. All others that by mandatory legal norm require a qualified or special majority above the absolute majority.	
<p>Article 24. - Right to vote. Each share registered in the Share Registry confers the right to vote in the Shareholders General Assembly, without restriction regarding the number of votes that can be made by the shareholder or representative, but remaining in effect prohibitions or ineligibilities for votes on certain matters, such as the case of company administrators and employees in votes on financial statements, year-end accounts and liquidation. The votes of a single shareholder shall not be divisible.</p>	<p>Article 24. - Right to vote. Each share registered in the Share Registry confers the right to vote in the Shareholders General Assembly, without restriction regarding the number of votes that can be made by the shareholder or representative, but remaining in effect prohibitions or ineligibilities for votes on certain matters, such as the case of company administrators and employees in votes on financial statements, year-end accounts and liquidation. The votes of a single shareholder shall not be divisible.</p>	
<p>Article 25. - Presidency and minutes. The meetings of the Shareholders General Assembly will be presided by the Chief Executive Officer of the company and/or any of the members of the Board of Directors; in the absence of any of these, by the person designated by the Shareholders General Assembly from the attendees with a majority of the votes corresponding to the represented shares.</p> <p>A record of the meeting will be entered in the book of Minutes, registered with the</p>	<p>Article 25. - Presidency and minutes. The meetings of the Shareholders General Assembly will be presided by the Chief Executive Officer of the company and/or any of the members of the Board of Directors; in the absence of any of these, by the person designated by the Shareholders General Assembly from the attendees with a majority of the votes corresponding to the represented shares.</p>	<p>The requirements that the minutes of non-face-to-face meetings must contain, in accordance with current law, are specified.</p> <p>Minor format and style corrections are also included for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Chamber of Commerce of the company's domicile. The minutes shall be signed by the person presiding the meeting, by the titular Secretary or adhoc who has acted in it and, in his/her absence by the Statutory Auditor, and shall be approved by the Shareholders General Assembly; the latter may delegate this authority to a plural committee designated for this effect (Art. 189 of Commercial Code). The minutes shall contain the details and statements required by the law.</p>	<p>A record of the meeting will be entered in the book of Minutes, registered with the Chamber of Commerce of the <u>C</u>ompany's domicile. The minutes shall be signed by the person presiding the meeting, by the titular Secretary or adhoc who has acted in it and, in his/her absence by the Statutory Auditor, and shall be approved by the Shareholders General Assembly; the latter may delegate this authority to a plural committee designated for this effect (Art. 189 of Commercial Code, <u>or any regulation that modifies or adds</u>). The minutes shall contain the details and statements required by the law.</p> <p><u>Paragraph. The minutes of non-face-to-face meetings of the highest corporate body must contain the signature of a legal representative and the Company's secretary. In the absence of a secretary, the minutes must be signed by one of the shareholders.</u></p>	
<p>Article 26. - Voting Rules. To carry out its corresponding actions and votes the Shareholders General Assembly will observe the following rules:</p>	<p>Article 26. - Voting Rules. To carry out its corresponding actions and votes the Shareholders General Assembly will observe the following rules:</p>	<p>To make voting more agile, it is proposed to contemplate the possibility of approving the bylaws amendments in a block, instead of article by article, if the assembly approves it by majority.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>a. The votes will be carried out in writing only whenever the president of the Shareholders General Assembly so establishes it, or when the system of electoral quotient must be applied;</p> <p>b. For each unitary election a separate vote will be carried out, but when the vote is for the regular and alternate delegate for a single position the election will be carried out jointly;</p> <p>c. If a tie was reached in a unitary election, another vote will be carried out and if in the second vote a tie was also reached, the appointment of that position will be considered suspended. If a tie was reached when voting for proposals or resolutions, these will be considered not accepted.</p> <p>d. When the name of a candidate is repeated one or more times in the same ballot, only the votes in their favor in said ballot will be counted; but if the repetition is due to this person appearing as the regular and alternate delegate of a position, its name for alternate delegate will not be taken into consideration;</p>	<p>a. The votes will be carried out in writing only whenever the president of the Shareholders General Assembly so establishes it, or when the system of electoral quotient must be applied;</p> <p>b. For each unitary election a separate vote will be carried out, but when the vote is for the regular and alternate delegate for a single position the election will be carried out jointly;</p> <p>c. If a tie was reached in a unitary election, another vote will be carried out and if in the second vote a tie was also reached, the appointment of that position will be considered suspended. If a tie was reached when voting for proposals or resolutions, these will be considered not accepted.</p> <p>d. When the name of a candidate is repeated one or more times in the same ballot, only the votes in their favor in said ballot will be counted; but if the repetition is due to this person appearing as the regular and alternate delegate of a position, its</p>	<p>Minor format and style corrections are also included for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>e. If any ballot has a number of names greater than the number it is supposed to have, the names that will be counted will be the first in order of appearance up to and including the last one before the due number is reached. If the number is smaller than the one it is supposed to have, all that appear will count.</p> <p>f. To integrate the Board of Directors and the commissions or collegiate bodies, the system of electoral quotient will be applied, in the manner prescribed by the law, unless there is unanimity of votes corresponding to the total of the shares represented in the meeting, or unless the National Government establishes the obligation to apply a different voting system;</p> <p>g. The company may not vote with its own reacquired shares in its power;</p> <p>h. If the Bylaws are modified, each article or group of articles that are substantially related to each other will be voted on separately, unless a</p>	<p>name for alternate delegate will not be taken into consideration;</p> <p>e. If any ballot has a number of names greater than the number it is supposed to have, the names that will be counted will be the first in order of appearance up to and including the last one before the due number is reached. If the number is smaller than the one it is supposed to have, all that appear will count.</p> <p>f. To integrate the Board of Directors and the commissions or collegiate bodies, the system of electoral quotient will be applied, in the manner prescribed by the law, unless there is unanimity of votes corresponding to the total of the shares represented in the meeting, or unless the National Government establishes the obligation to apply a different voting system;</p> <p>g. The eCompany may not vote with its own reacquired shares in its power;</p> <p>h. If the Bylaws are modified, each article or group of articles that are</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>shareholder or group of shareholders that represents at least five percent (5%) of the corporate capital, requests that they be voted on separately during the Assembly.</p>	<p>substantially related to each other will be voted on separately, unless a shareholder or group of shareholders that represents at least five percent (5%) of the corporate capital, requests that they be voted on separately during the Shareholders General Assembly. In the same sense, the statutory bylaws amendments may be voted on as a whole, and not separately each article or group of articles, when approved by the Shareholders General Assembly with the absolute majority of votes.</p>	
<p>Article 28. - Delegation. The Shareholders General Assembly may delegate to the Board of Directors or to the President, in certain cases or for a certain period of time, some of its functions, as long as they can be delegated due to their nature and if their delegation is not prohibited. Nevertheless, the functions described in a), b) and k) of article 27 of these bylaws will be considered exclusive to the Shareholders General Assembly and thus non-delegable.</p>	<p>Article 28. - Delegation. The Shareholders General Assembly may delegate to the Board of Directors or to the President, in certain cases or for a certain period of time, some of its functions, as long as they can be delegated due to their nature and if their delegation is not prohibited. Nevertheless, the functions described in a), b), f), g), i) and k) of article 27 of these bylaws will be considered exclusive to the Shareholders General Assembly and thus non-delegable.</p>	<p>It is specified that certain powers of the Shareholders General Assembly cannot be delegated, given their nature (judicial office no. IN-07321 of 1998, 220-041078 of 2014 and 220-210006 of 2018):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Provision of profits. 2. Provision of reserves. 3. Suppress preference in subscription of shares.

Block No. 3: Amendment to the operating system of the board of directors and the general secretary.

Includes articles: 29, 33, 34.3, 34.4 and 43.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 29. - Composition. The Board of Directors is composed of nine (9) Members or Directors, elected by the Shareholders General Assembly; three must be independent under terms of Law 964 of 2005, or norms that expand or modify it.</p> <p>Paragraph. The Chief Executive Officer of the company, as such, is not a member of the Board of Directors, but shall attend all its meetings, with voice but no vote, and will not receive special compensation for his/her attendance. Nevertheless, said official may be a Member of the Board of Directors if elected by the Shareholders General Assembly and, in such case, shall have the rights and privileges belonging to the other Directors. In any case, the Board of Directors may meet, deliberate and validly decide without the presence of the Chief Executive Officer of the company.</p>	<p>Article 29. - Composition. The Board of Directors is composed of nine (9) mMembers or Directors, elected by the Shareholders General Assembly; three must be independent under terms of Law 964 of 2005, or norms that expand or modify it.</p> <p>Paragraph. The Chief Executive Officer of the Ceompany, as such, is not a member of the Board of Directors, but shall attend all its meetings, with voice but no vote, and will not receive special compensation for his/her attendance. <u>In any case, the Board of Directors may meet, deliberate and validly decide without the presence of the Chief Executive Officer of the Company.</u> Nevertheless, said official may be a Member of the Board of Directors if elected by the Shareholders General Assembly and, in such case, shall have the rights and privileges belonging to the other Directors. In any case, the Board of Directors may meet, deliberate and validly decide without the presence of the Chief Executive Officer of the company.</p>	<p>It is suggested to adjust the order of the article to clarify that the Board of Directors can deliberate and decide without the presence of the CEO, as long as he is not a member of the Board of Directors.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 33. – Regulations. Operation of the Board of Directors shall be governed by the following regulations:</p> <p>a. The Chief Executive Officer of the company will attend meetings but the Board of Directors may meet and decide validly without his presence;</p> <p>b. It will deliberate with the presence of five (5) members, and this same majority vote shall be required to approve decisions, except in cases where the bylaws or any law require a special majority.</p> <p>Paragraph: In the event that a potential conflict of interest (defined as stipulated in Article 23 of Law 222 of 1995, as well as any other regulation that supplements, modifies or replaces said law in the future) in which case one or more of the board members should abstain from participating in the deliberations and the voting, quorum will consist of those members of the Board of Directors that do not present said conflict of</p>	<p>Article 33. – Regulations. Operation of the Board of Directors shall be governed by the following regulations:</p> <p>a. Subject to the provisions of the paragraph of article 29 of these Bylaws, the Chief Executive Officer of the company will attend meetings but the Board of Directors may meet and decide validly without his presence;</p> <p>b. It will deliberate with the presence of five (5) members, and this same majority vote shall be required to approve decisions, except in cases where the bylaws or any law require a special majority.</p> <p>Paragraph: In the event that a potential conflict of interest (defined as stipulated in Article 23 of Law 222 of 1995, as well as any other regulation that supplements, modifies or replaces said law in the future) in which case one or more of the board members should abstain from participating in the deliberations and the voting, quorum will consist of those</p>	<p>In line with the proposal to modify article 29 of the Bylaws, it is suggested to clarify that the Board of Directors can meet and decide without the presence of the CEO.</p> <p>In addition to the above, the requirements that the minutes of non-face-to-face meetings must meet are specified.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>interest and decisions shall be taken by a simple majority of these unaffected members, but only if the decisive quorum required by law is achieved. Otherwise, the decision which creates the potential conflict shall be submitted for consideration by the Shareholders General Assembly.</p> <p>c. If a tie were to occur when voting on propositions or resolutions, they are deemed as negated. If a tie should occur for a nomination, a new vote shall ensue, and if a tie is repeated, the appointment shall be deemed suspended;</p> <p>d. De All meetings and decisions referred to in paragraph 2 of Article 32 of this bylaws, shall be written and records settled in the book of records registered at the Chamber of Commerce where the company's official address is located. In said book will be recorded the facts and circumstances pertaining to the face to face meeting (time, date, name of the attendees, matters discussed, decisions), or an explanation of the</p>	<p>members of the Board of Directors that do not present said conflict of interest and decisions shall be taken by a simple majority of these unaffected members, but only if the decisive quorum required by law is achieved. Otherwise, the decision which creates the potential conflict shall be submitted for consideration by the Shareholders General Assembly.</p> <p>c. If a tie were to occur when voting on propositions or resolutions, they are deemed as negated. If a tie should occur for a nomination, a new vote shall ensue, and if a tie is repeated, the appointment shall be deemed suspended;</p> <p>d. De All meetings and decisions referred to in paragraph 2 of Article 32 of this bylaws, shall be written and records settled in the book of records registered at the Chamber of Commerce where the company's official address is located. In said book will be recorded the facts and circumstances pertaining to the face to face meeting (time, date, name of</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>mechanism used for decision-making as stated in paragraph 2 of Article 32 of these bylaws, and in all cases what decisions were adopted, the number of votes cast for, against, or blank, how each voter cast his decision, manifestations or reasons for abstaining to vote, the circumstances and relevant information brought up by participating administrators relative to acts for which a conflict of interest may exist, and the statements left by those who participated in the deliberations and decisions;</p> <p>e. The minutes shall be signed by the chairman of the respective meeting and the secretary who participated in it, if it were a face to face meeting. If it were not a face to face meeting, the minutes shall be signed by the legal representative and the Company Secretary. In all cases, the minutes shall be submitted for approval at the next Board meeting unless the Board approves them during the original meeting or through a committee specifically designated for that purpose.</p>	<p>the attendees, matters discussed, decisions), or an explanation of the mechanism used for decision-making as stated in paragraph 2 of Article 32 of these bylaws, and in all cases what decisions were adopted, the number of votes cast for, against, or blank, how each voter cast his decision, manifestations or reasons for abstaining to vote, the circumstances and relevant information brought up by participating administrators relative to acts for which a conflict of interest may exist, and the statements left by those who participated in the deliberations and decisions;</p> <p>e. The minutes shall be signed by the chairman of the respective meeting and the secretary who participated in it, if it were a face to face meeting. If it were not a face to face meeting, the minutes shall be signed by the legal representative and the Company Secretary, <u>or, in the absence of the latter, by one of the Directors</u>. In all cases, the minutes shall be submitted for approval at the next Board <u>of Directors</u> meeting</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
	<p>unless the Board <u>of Directors</u> approves them during the original meeting or through a committee specifically designated for that purpose.</p>	
<p>34.3. Relating to the control and management of risk:</p> <p>a. Ensure an adequate control environment within the company and its subsidiaries, with preference for a control architecture that covers all the related companies, and monitoring their effectiveness.</p> <p>b. Approve risk policies and delegation thereof, and periodically monitor the company's main risks, including those that occur off the balance sheet.</p> <p>c. Approve, monitor and verify effectiveness as related to internal control systems in accordance with the procedures, stipulated in the risk control systems and alarms that have been adopted by the Board of Directors.</p>	<p>34.3. Relating to the control and management of risk:</p> <p>a. Ensure an adequate control environment within the <u>Company</u> and its subsidiaries <u>subordinates</u>, with preference for a control architecture that covers all the related companies, and monitoring their effectiveness.</p> <p>b. Approve risk policies and delegation thereof, and periodically monitor the company's main risks, including those that occur off the balance sheet.</p> <p>c. Approve, monitor and verify <u>assess</u> effectiveness as related to internal control systems in accordance with the procedures, stipulated in the risk control systems and alarms that have been adopted by the Board of Directors.</p>	<p>The language of the functions of the board in terms of compliance (compliance) is adjusted to clarify that they are obligations of conduct and not of result.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>d. Submit a proposal to the Shareholders General Assembly for the hiring of an Auditor, having performed a prior analysis of their experience, availability and that they possess the human and technical resources necessary to perform said audit.</p> <p>e. Monitor the independence and efficiency of the internal audit procedure.</p>	<p>d. Submit a proposal to the Shareholders General Assembly for the hiring of an Auditor, having performed a prior analysis of their experience, availability and that they possess the human and technical resources necessary to perform said audit.</p> <p>e. Monitor the independence and efficiency of the internal audit procedure.</p>	
<p>34.4 Relating to conflicts of interest and transactions between related entities:</p> <p>a. Be aware of and manage conflicts of interest between the company and shareholders, members of the Board and Senior Management as well as approve policies for managing conflicts of interest and the use of insider information by any employee, and regulate such conflicts through the establishment and operation of a Committee for Conflicts of Interest.</p> <p>b. Define the rules that the company must follow for the evaluation and</p>	<p>34.4 Relating to conflicts of interest and transactions between related entities:</p> <p>a. Be aware of and manage conflicts of interest between the Company and shareholders, members of the Board and Senior Management as well as approve policies for managing conflicts of interest and the use of insider information by any employee, and regulate such conflicts through the establishment and operation of a Committee for Conflicts of Interest. The foregoing is without prejudice to the powers legally assigned to the</p>	<p>It is specified that the functions of the meeting in matters of conflicts of interest do not displace the legal procedures on the matter, which grant exclusive powers to the shareholders general assembly.</p> <p>Minor format and style corrections are also included for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>authorization of transactions performed by the company in respect to: 1) controlling shareholders, major shareholders or ones that are represented in the Board of Directors; 2) members of the Board of Directors and other Managers or persons related to them, and 3) with the company groups to which they belong.</p>	<p>Shareholders General Assembly in matters of conflicts of interest.</p> <p>b. Define the rules that the company must follow for the evaluation and authorization of transactions performed by the Ccompany in respect to: 1)(i) controlling shareholders, major shareholders or ones that are represented in the Board of Directors; 2) (ii) members of the Board of Directors and other Managers or persons related to them, and 3) (iii) with the company groups to which they belong. The foregoing is without prejudice to the powers legally assigned to the Shareholders General Assembly in matters of conflicts of interest.</p>	
<p>Article 43. - Appointment and Functions. The Company shall have a Secretary General, who will also hold an executive position in the Company, so the decision of his/her appointment and removal will depend on the Board of Directors according to the proposal of the Company's CEO after a report from the Appointment, Remuneration and Corporate Governance Committee. The Company's Secretary General will be</p>	<p>Article 43. - Appointment and Functions. The Company shall have a Secretary General, who will also hold an executive position in the Company, so the decision of his/her appointment and removal will depend on the Board of Directors according to the proposal of the Company's CEO after a report from the Appointment, Remuneration and Corporate Governance Committee. The Company's Secretary General will be</p>	<p>It is specified that the Secretary General may, simultaneously, hold the position of Vice President.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Secretary to both the General Shareholders Meeting and the Board of Directors.</p> <p>In addition to the special functions that are assigned to him/her by the Board of Directors or the Chief Executive Officer, the Secretary will have the following functions and responsibilities:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Keep in accordance with the law the book of minutes of the Shareholders General Assembly and the Board of Directors, taking minutes and authorizing by signing issued copies; b. Monitor issuance and transfers of share certificates and registration of documents in the corresponding Share registry book; c. Communicate calls for meetings of the Board of Directors and Shareholders General Assembly and deliver, on time and in good and due form, the information to the members of the Board of Directors; 	<p>Secretary to both the General Shareholders Meeting and the Board of Directors.</p> <p>In addition to the special functions that are assigned to him/her by the Board of Directors or the Chief Executive Officer, the Secretary will have the following functions and responsibilities:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Keep in accordance with the law the book of minutes of the Shareholders General Assembly and the Board of Directors, taking minutes and authorizing by signing issued copies; b. Monitor issuance and transfers of share certificates and registration of documents in the corresponding Share registry book; c. Communicate calls for meetings of the Board of Directors and Shareholders General Assembly and deliver, on time and in good and due form, the information to the members of the Board of Directors; 	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>d. Manage documents and archives of the Company and ensure the custody and preservation of books, deeds, titles, records and other items entrusted to him/her;</p> <p>e. Maintain up to date with legal requirements the registration of trademarks, emblems, names and other industrial or commercial property rights, insurance policies, public deeds and other documents relating to the ownership, possession or custody of property and rights of the Company;</p> <p>f. Ensure the formal legality of the actions of the Board of Directors and that its procedures and governance rules are respected and regularly reviewed, in accordance to the provisions of the Company Bylaws and other internal regulations.</p>	<p>d. Manage documents and archives of the Company and ensure the custody and preservation of books, deeds, titles, records and other items entrusted to him/her;</p> <p>e. Maintain up to date with legal requirements the registration of trademarks, emblems, names and other industrial or commercial property rights, insurance policies, public deeds and other documents relating to the ownership, possession or custody of property and rights of the Company;</p> <p>f. Ensure the formal legality of the actions of the Board of Directors and that its procedures and governance rules are respected and regularly reviewed, in accordance to the provisions of the Company Bylaws and other internal regulations.</p> <p><u>Paragraph. The Secretary may hold, simultaneously, a position of Vice President of the Company, in which case, in addition to the rules set forth in this article, the provisions contained in</u></p>	

Original Article	Proposed text	Justification
	articles 37 and following of these bylaws will be applicable.	

Block No. 4: Amendment to the system of profits and dividends.

Includes articles: 46 and 47.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 46. - Reserves and Dividends. The profits of each period, as established by the general statements approved by the Shareholders General Assembly, will be distributed in accordance with the following norms and legal dispositions</p> <p>a. Ten percent (10%) of the net profits after taxes must be transferred to the legal reserve until this reaches fifty percent (50%), at least, of subscribed capital; On reaching this level, the Shareholders General Assembly will decide whether to continue increasing the legal reserve, but if the reserve falls below this level, appropriations of ten percent (10%) of the net profit of each period must be transferred to the legal reserve until it again reaches the set level;</p>	<p>Article 46. - Reserves and Dividends. The profits of each period, as established by the general statements approved by the Shareholders General Assembly, will be distributed in accordance with the following norms and legal dispositions</p> <p>a. As long as required by applicable law. Ten percent (10%) of the net profits after taxes must be transferred to the legal reserve until this reaches fifty percent (50%), at least, of subscribed capital; On reaching this level, the Shareholders General Assembly will decide whether to continue increasing the legal reserve, but if the reserve falls below this level, appropriations of ten percent (10%) of the net profit of each period must</p>	<p>Adjust the language to:</p> <ol style="list-style-type: none"> Specify that the constitution of a legal reserve must be done while the law so requires. Specify that the qualified majority will only apply in those events in which the law requires the distribution of certain minimum amounts of profits (not necessarily 50% but, currently, also 70%).

Original Article	Proposed text	Justification
<p>b. After the appropriation for the legal reserve, as the case may be, the Assembly may order appropriations deemed necessary or appropriate to establish or increase occasional reserves, subject to the legal norms. Such reserves will have clear and specific uses and shall be binding for the period in which they are made, but the Shareholders General Assembly may change the use given to such reserves or distributed them when they are unnecessary. c) If there are prior period losses affecting capital which have not been cancelled, profits will be applied to their cancellation before any appropriation to legal, voluntary or occasional reserves.</p> <p>c. If there were prior period losses non canceled that affect the capital, the profits will be applied to the cancellation of said losses before any appropriation for legal, voluntary or occasional reserves.</p> <p>d. Appropriations to create or increase voluntary or occasional reserves</p>	<p>be transferred to the legal reserve until it again reaches the set level;</p> <p>b. After the appropriation for the legal reserve, as the case may be, the <u>Shareholders General</u> Assembly may order appropriations deemed necessary or appropriate to establish or increase occasional reserves, subject to the legal norms. Such reserves will have clear and specific uses and shall be binding for the period in which they are made, but the Shareholders General Assembly may change the use given to such reserves or distributed them when they are unnecessary. c) If there are prior period losses affecting capital which have not been cancelled, profits will be applied to their cancellation before any appropriation to legal, voluntary or occasional reserves.</p> <p>c. If there were prior period losses non canceled that affect the capital, the profits will be applied to the cancellation of said losses before any appropriation for legal, voluntary or occasional reserves.</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>which would affect the minimum legal profit to shareholders require a favorable vote by a plural number of shareholders representing at least seventy eight (78%) of the shares represented in the meeting: Unless otherwise decided, approval by the majority indicated above requires distribution of at least fifty percent (50%) of the net income or of that remaining after cancellation of prior period losses.</p>	<p>d. As long as required by applicable law, a Appropriations to create or increase voluntary or occasional reserves which would affect the minimum legal profit to shareholders require a favorable vote by a plural number of shareholders representing at least seventy eight (78%) of the shares represented in the meeting: Unless otherwise decided, approval by the majority indicated above requires distribution of at least fifty percent (50%) of the net income or of that remaining after cancellation of prior period losses. The minimum distribution percentage will be increased to seventy percent (70%) if the amount of the legal, statutory, and occasional reserves exceeds the value of the share capital.</p>	
<p>Article 47. - Payment of Dividends. Dividends will be paid in proportion to the paid in portion of the share par value. Payment will be in cash, within the year following the date in which they are decreed, in the form or period as determined by the Shareholders General Assembly, to the shareholder at time of</p>	<p>Article 47. - Payment of Dividends. Dividends will be paid in proportion to the paid in portion of the share par value. Payment will be in cash, within the year following the date in which they are decreed, in the form or period as determined by the Shareholders General Assembly, to the shareholder at time of</p>	<p>The wording is adjusted to make it consistent with the paragraph of article 455 of the Commercial Code.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>payment. Dividends will be offset by amounts owed by the shareholder to the company.</p> <p>Paragraph. By decision of the shareholders General Assembly , the dividend may be paid with released shares. The decision shall be binding on the shareholder when it is approved by a vote of eighty percent (80%) of the shares represented; in the absence of such a majority, shareholders will choose to receive the dividend in shares or require payment in cash.</p>	<p>payment. Dividends will be offset by amounts owed by the shareholder to the eCompany.</p> <p>Paragraph. <u>As long as the applicable law so provides, b</u>By decision of the shareholders General Assembly , the dividend may be paid with released shares. The decision shall be binding on the shareholder when it is approved by a vote of eighty percent (80%) of the shares represented; <u>or in the event that the Company is in a situation of subordination,</u> in the absence of such a majority, shareholders will choose to receive the dividend in shares or require payment in cash.</p>	

Block No. 5: Amendments to various final provisions.

It comprises the articles: 49 (removed), 51 (now 50), 52 (now 51), 56 (removed) and 57 (now 55).

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 49. - Eventual dissolution due to losses. When losses reduce net capital of the company below fifty percent (50%) of subscribed capital, the society will not dissolve ipso facto because the</p>	<p>Article 49. - Eventual dissolution due to losses. When losses reduce net capital of the company below fifty percent (50%) of subscribed capital, the society will not dissolve ipso facto because the</p>	<p>It is proposed to delete the article, given that the cause of dissolution due to losses was repealed by Law 2069 of 2020.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Shareholders General Assembly can take or order measures to re-establish net capital above fifty percent (50%) of subscribed capital within six months of the date of the statement showing the indicated losses. If such measures are not taken within the time specified, the Shareholders shall declare the dissolution of the company to proceed to its liquidation</p> <p>Paragraph. When losses indicated in this article occur, the Chief Executive Officer and the Board of Directors must refrain from initiating new operations and must immediately convene the Shareholders General Assembly to fully and in detail inform it of the situation.</p>	<p>Shareholders General Assembly can take or order measures to re-establish net capital above fifty percent (50%) of subscribed capital within six months of the date of the statement showing the indicated losses. If such measures are not taken within the time specified, the Shareholders shall declare the dissolution of the company to proceed to its liquidation</p> <p>Paragraph. When losses indicated in this article occur, the Chief Executive Officer and the Board of Directors must refrain from initiating new operations and must immediately convene the Shareholders General Assembly to fully and in detail inform it of the situation.</p>	<p>The numbering of all subsequent articles is adjusted.</p>
<p>Article 51. - Norms for the liquidation. The liquidation of the Company and the division of the corporate capital will proceed in accordance with the law and with the applicable dispositions of the Civil Code, observing the following rules:</p> <p>a. The General Assembly of the Shareholders will be convened and will meet at the times and terms prescribed for the ordinary meetings, and extraordinarily</p>	<p>Article 510. - Norms for the liquidation. The liquidation of the Company and the division of the corporate capital will proceed in accordance with the law and with the applicable dispositions of the Civil Code, observing the following rules:</p> <p>a. The General Assembly of the Shareholders will be convened and will meet at the times and terms prescribed for the ordinary</p>	<p>The last paragraph is deleted to specify that the applicable majorities are the ordinary ones, in accordance with article 68 of Law 222 of 1995.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>whenever convened by the liquidator, the Statutory Auditor, the Superintendent of Societies, or when requested by shareholders representing at least twenty-five percent (25%) of the subscribed shares. In these meetings it will carry out all the functions compatible with the liquidation status and particularly, freely naming, changing and removing the liquidator or liquidators and Alternates, requiring accounts from them, defining the assets that must be distributed in kind and establishing priorities for disposal of assets, form and period to do so, establishing liquidator's fees and all other in accordance with the law.</p> <p>b. The Shareholders General Assembly will determine which goods will be distributed in kind, set the values of these goods or the procedure to determine them, establish the procedure for awarding them and authorize the liquidator to make the corresponding distributions in accordance with the law.</p>	<p>meetings, and extraordinarily whenever convened by the liquidator, the Statutory Auditor, the Superintendent of Societies, or when requested by shareholders representing at least twenty-five percent (25%) of the subscribed shares. In these meetings it will carry out all the functions compatible with the liquidation status and particularly, freely naming, changing and removing the liquidator or liquidators and Alternates, requiring accounts from them, defining the assets that must be distributed in kind and establishing priorities for disposal of assets, form and period to do so, establishing liquidator's fees and all other in accordance with the law.</p> <p>b. The Shareholders General Assembly will determine which goods will be distributed in kind, set the values of these goods or the procedure to determine them, establish the procedure for awarding them and authorize the liquidator to make the corresponding</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>c. The Shareholders General Assembly will have faculty to authorize the awarding of assets indivisibly owned by groups of shareholders; to have sales of assets by means of private auctions between such shareholders or with bids from outsiders, and to employ other suitable means;</p> <p>d. An absolute majority of votes present is sufficient to approve periodic accounting from the liquidator, or other as may be needed as well as authorize the awarding of goods in kind, authorize repossessions, permit special concessions to debtors of the company and carry out the transactions or waivers necessary or pertinent to facilitate or conclude the liquidation;</p> <p>e. For the approval of the final liquidation accounting and the distribution minutes, an affirmative vote of the majority of shareholders attending the Assembly, whatever</p>	<p>distributions in accordance with the law.</p> <p>c. The Shareholders General Assembly will have faculty to authorize the awarding of assets indivisibly owned by groups of shareholders; to have sales of assets by means of private auctions between such shareholders or with bids from outsiders, and to employ other suitable means;</p> <p>d. An absolute majority of votes present is sufficient to approve periodic accounting from the liquidator, or other as may be needed as well as authorize the awarding of goods in kind, authorize repossessions, permit special concessions to debtors of the company and carry out the transactions or waivers necessary or pertinent to facilitate or conclude the liquidation;</p> <p>e. For the approval of the final liquidation accounting and the distribution minutes, an affirmative vote of the majority of shareholders</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>the number of shares they represent, is sufficient.</p>	<p>attending the Assembly, whatever the number of shares they represent, is sufficient.</p>	
<p>Article 56. - Right of Inspection. During the fifteen (15) business days before the meeting of the Shareholders General Assembly to consider the end of period financial statements, the financial statements, inventories, management report, reports, minutes, books and other items required by law will be made available to the shareholder at management offices. Shareholders will be notified of this in the convening notice. During the period indicated, the shareholders may freely exercise the right of inspection and examination as is their right by law.</p>	<p>Article 56. - Right of Inspection. During the fifteen (15) business days before the meeting of the Shareholders General Assembly to consider the end of period financial statements, the financial statements, inventories, management report, reports, minutes, books and other items required by law will be made available to the shareholder at management offices. Shareholders will be notified of this in the convening notice. During the period indicated, the shareholders may freely exercise the right of inspection and examination as is their right by law.</p>	<p>In order to provide the bylaws with greater coherence and order, it is suggested to transfer this rule on the right of inspection to the paragraph of article 20, referring to the call for meetings of the Shareholders General Assembly, which is precisely in the chapter referring to the highest corporate body.</p> <p>The numbering of the following articles is adjusted.</p>
<p>Article 57. - Trading of shares by managers. Persons who, in accordance with article 22 of 1995 law 222, are considered managers of the Company, will not be able to directly or indirectly acquire or dispose of shares of the Company while exercising their positions, except for non-speculative operations and with authorization of the Board of Directors, granted with the favorable vote of two thirds (2/3) of the members, excluding the applicant.</p>	<p>Article 557. - Trading of Sshares by Mmanagers. Persons who, in accordance with article 22 of 1995 law 222, are considered managers of the Company, will not be able to directly or indirectly acquire or dispose of shares of the Company while exercising their positions, except for non-speculative operations and with authorization of the Board of Directors, granted with the favorable vote of two thirds (2/3) of the</p>	<p>A paragraph is included to specify those events that, according to current doctrine, do not constitute grounds for speculation.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
	<p>members, excluding the <u>vote of the applicant</u>.</p> <p><u>Paragraph. It will be understood that there are no reasons for speculation and therefore the managers are authorized, among other hypotheses, when the acquisition of shares is the product of:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <u>a. The subscription of shares in exercise of the right of preference.</u> <u>b. The negotiation of shares in exercise of the right of preference.</u> <u>c. The payment of dividends in shares.</u> <u>d. Dation in payment.</u> <u>e. An allocation of shares by operation of law.</u> 	

Block No. 6: Amendments that only imply corrections of form and style, for the purpose of greater order, clarity, and homogeneity of the content of the document.

Includes articles: 1, 2, 4, 5 bis, 8, 10, 11, 15, 16, 17, 19, 21, 24, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 36 A, 36 B , 38, 39, 39 bis, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 50 (will remain as 49), 55, 58 (will remain as 56), 59 (will remain as 57), 60 (will remain as 58) and 61 (will remain as 59).

Original Article	Proposed text
<p>Article 1. - Name and Status. ALMACENES EXITO S.A., commercial stock company, publicly traded, incorporated in accordance with Colombian law and governed by it in all that is not provided for in these bylaws.</p>	<p>Article 1. - Name and Status. ALMACENES EXITO S.A. (from now the “Company”), commercial stock societycompany, publicly traded, incorporated in accordance with cColombian law and governed by it in all that is not provided for in these bylaws.</p>
<p>Article 2. - Domicile. The company has its corporate headquarters in Envigado, Department of Antioquia, which can only be changed by the bylaws reform approved by the Shareholders General Assembly of and legally formalized. The Company may also open commercial establishments as branches or agencies within or outside the domicile, in the country or abroad.</p>	<p>Article 2. - Domicile. The eCompany has its corporate headquarters in Envigado, Department of Antioquia, which can only be changed by the bylaws reform approved by the Shareholders General Assembly of and legally formalized. The Company may also open commercial establishments as branches or agencies within or outside the domicile, in the country or abroad.</p>
<p>Article 4. - Corporate Purpose. (...)... j. The provision in Colombia and abroad of corporate and business services to third parties, in any area that creates value for the company. (...)... In development of its corporate purpose, the company may acquire tangible and intangible property, required for the accomplishment of the corporate purpose; and also acquire and own assets, social insurance contributions and shares in commercial or civil companies and any other form of association, securities of all kinds with stable investment purposes, or as investment for promotion or to take advantage of tax incentives as established by law; temporary investments in early liquidity shares for the purpose of temporary productive use of a cash surplus or</p>	<p>Article 4. - Corporate Purpose. (...)... j. The provision in Colombia and abroad of corporate and business services to third parties, in any area that creates value for the Ccompany. (...)... In development of its corporate purpose, the eCompany may acquire tangible and intangible property, required for the accomplishment of the corporate purpose; and also acquire and own assets, social insurance contributions and shares in commercial or civil companies and any other form of association, securities of all kinds with stable investment purposes, or as investment for promotion or to take advantage of tax incentives as established by law; temporary investments in early liquidity shares for the purpose of temporary productive use of a cash surplus or liquid assets or other which are not required to immediately for the</p>

<p>liquid assets or other which are not required to immediately for the development of company business; to import and to export goods, products, manufactures of any type; to issue bonds and/or commercial papers or other massive security emissions authorized by the legal or regulatory standards for public placement, to offer consumer loan agreements, to perform firm factoring operations with funds belonging to the company, to constitute guarantees on its real estate, and to conduct financial operations that for the acquisition of funds or other assets, or assure the supply of goods and/or services, some of which may be necessary for the development of the company; to act as an agent or representative of national or foreign entrepreneurs, and to uphold all kinds of contracts related to the distribution and/or sale of goods and services; promote and establish or invest in companies or any other form of association, for the development of any activities included within the aforementioned corporate purpose, merge with, absorb, or split from other companies; to acquire brands, emblems, trade names, patents or other industrial property or intellectual property rights, to exploit them or to outsource its development to third parties under contractual license; and, in general, to execute all the acts and to uphold all contracts, irrespective of their nature, related to the corporate purpose or which have as a purpose to exercise the rights and to fulfill the obligations, whether legally or conditionally derived from the existence and activities carried out by the company.</p>	<p>development of company business; to import and to export goods, products, manufactures of any type; to issue bonds and/or commercial papers or other massive security emissions authorized by the legal or regulatory standards for public placement, to offer consumer loan agreements, to perform firm factoring operations with funds belonging to the company, to constitute guarantees on its real estate, and to conduct financial operations that for the acquisition of funds or other assets, or assure the supply of goods and/or services, some of which may be necessary for the development of the company; to act as an agent or representative of national or foreign entrepreneurs, and to uphold all kinds of contracts related to the distribution and/or sale of goods and services; promote and establish or invest in companies or any other form of association, for the development of any activities included within the aforementioned corporate purpose, merge with, absorb, or split from other companies; to acquire brands, emblems, trade names, patents or other industrial property or intellectual property rights, to exploit them or to outsource its development to third parties under contractual license; and, in general, to execute all the acts and to uphold all contracts, irrespective of their nature, related to the corporate purpose or which have as a purpose to exercise the rights and to fulfill the obligations, whether legally or conditionally derived from the existence and activities carried out by the eCompany.</p>
<p>Article 5. bis. -Decrease in subscribed capital. Decrease in subscribed capital. - The reduction of subscribed capital of the company may be made in accordance with the requirements of legal norms through the bylaws reform</p>	<p>Article 5. bis. -Decrease in subscribed capital. Decrease in subscribed capital. - The reduction of subscribed capital of the eCompany may be made in accordance with the requirements of legal norms through the bylaws reform approved by the Shareholders</p>

<p>approved by the Shareholders General Assembly subject to the legal requirements regarding majority, motivation of the proposal, specification of the point in the order the day, communication and sufficient advance of the call to meeting.</p>	<p>General Assembly subject to the legal requirements regarding majority, motivation of the proposal, specification of the point in the order the day, communication and sufficient advance of the call to meeting.</p>
<p>Article 8. - Characteristics. The Company's shares are registered, common and capital, and as such give the holder the rights under law for shares of this kind. The Shareholders General Assembly, however, may at any time, within the requirements of these bylaws and the laws, create preferred shares with preferred dividend and without voting rights and compensatory shares, with different series. The shares may be in certificate form or electronically registered (dematerialized), according to law.</p> <p>The company will provide equal treatment to all shareholders whom, within the same share class and holding the same conditions, without implying privileged access to information to any shareholder in particular.</p>	<p>Article 8. - Characteristics. The Company's shares are registered, common and capital, and as such give the holder the rights under law for shares of this kind. The Shareholders General Assembly, however, may at any time, within the requirements of these bylaws and the laws, create preferred shares with preferred dividend and without voting rights and compensatory shares, with different series. The shares may be in certificate form or electronically registered (dematerialized), according to law.</p> <p>The eCompany will provide equal treatment to all shareholders whom, within the same share class and holding the same conditions, without implying privileged access to information to any shareholder in particular.</p>
<p>Article 10. - Certificates. The Company will issue to each shareholder certificates as such for the total amount of shares owned, unless the shareholder requests partial collective certificates. The Company shall not issue fractional shares certificates.</p> <p>Provisional certificates and definitive certificates are issued in continuous series, with the signatures of the Chief Executive Officer and the Secretary, and shall contain the information required by law in accordance with the text and the external form determined by the Board of Directors. For the foregoing purposes, such signatures may be reproduced mechanically.</p>	<p>Article 10. - Certificates. The Company will issue to each shareholder certificates as such for the total amount of shares owned, unless the shareholder requests partial collective certificates. The Company shall not issue fractional shares certificates.</p> <p>Provisional certificates and definitive certificates are issued in continuous series, with the signatures of the Chief Executive Officer and the Secretary, and shall contain the information required by law in accordance with the text and the external form determined by the Board of Directors. For the foregoing purposes, such signatures may be reproduced mechanically.</p>

<p>(...).</p>	<p>(...).</p>
<p>Article 11. - Share registry. (...).</p> <p>In view of the nominal nature of the shares, the company will recognize shareholder status or rights holder only to that person registered as such in the above mentioned Registry.</p> <p>(...).</p> <p>Paragraph 3. By decision of the Board of Directors, the Company may delegate the keeping of the shareholders' book to a specialized entity or to a Central Securities Depository. If the company delegates the keeping of the shareholders' book to a specialized entity or a Central Securities Depository, such entity will carry out the notations corresponding to the subscribers of the shares in accordance with that established in legal norms applicable to dematerialized shares.</p>	<p>Article 11. - Share registry. (...).</p> <p>In view of the nominal nature of the shares, the eCompany will recognize shareholder status or rights holder only to that person registered as such in the above mentioned Registry.</p> <p>(...).</p> <p>Paragraph 3. By decision of the Board of Directors, the Company may delegate the keeping of the shareholders' book to a specialized entity or to a Central Securities Depository. If the eCompany delegates the keeping of the shareholders' book to a specialized entity or a Central Securities Depository, such entity will carry out the notations corresponding to the subscribers of the shares in accordance with that established in legal norms applicable to dematerialized shares.</p>
<p>Article 15. - Negotiation. Shares are participation securities, negotiable according to law, except those legally exempt. In cases of disposal, registration in the Share Registry book will be made by written order of the transferor, whether by "letter of transfer", or in the form of endorsement of the respective certificate. In forced selling and award cases, the recording shall be made by producing the original or certified copy of the relevant documents which contain an order or communication from the legally required person. To issue new registration and title to the purchaser, the Company will cancel certificates issued to the grantor or previous owner, except in the case of an operation with</p>	<p>Article 15. - Negotiation. Shares are participation securities, negotiable according to law, except those legally exempt. In cases of disposal, registration in the Share Registry book will be made by written order of the transferor, whether by "letter of transfer", or in the form of endorsement of the respective certificate. In forced selling and award cases, the recording shall be made by producing the original or certified copy of the relevant documents which contain an order or communication from the legally required person. To issue new registration and title to the purchaser, the Company will cancel certificates issued to the grantor or previous owner, except in the case of an operation with respect to a certificate in Ddecentralized Ssecurities Ddepository, in which case it will not be</p>

<p>respect to a certificate in Decentralized Securities Depository, in which case it will not be cancelled and therefore a new certificate will not be issued; instead, the relevant registration will be made through a communication issued by the security depository.</p> <p>Paragraph 1. The Company does not assume responsibility for facts or circumstances not registered in the transfer order which may affect the validity of the contract between the transferor and transferee, and to accept or reject transfers it will only abide by compliance with external formalities of the transfer. It will not assume responsibility when the registration is carried out under a judicial order, notary action or an instruction issued by a Central Securities Depository.</p> <p>Paragraph 2. If the document communicating the disposal or the transfer order does not expressly indicate the contrary, dividends due will belong to the acquirer as of the date of said document or order, except for those operations carried out on the stock exchanges, in which case norms relative to "ex-dividend date" in accordance with the law will apply.</p>	<p>cancelled and therefore a new certificate will not be issued; instead, the relevant registration will be made through a communication issued by the security depository.</p> <p>Paragraph 1. The Company does not assume responsibility for facts or circumstances not registered in the transfer order which may affect the validity of the contract between the transferor and transferee, and to accept or reject transfers it will only abide by compliance with external formalities of the transfer. It will not assume responsibility when the registration is carried out under a judicial order, notary action or an instruction issued by a Central Securities Depository.</p> <p>Paragraph 2. If the document communicating the disposal or the transfer order does not expressly indicate the contrary, dividends due will belong to the acquirer as of the date of said document or order, except for those operations carried out on the stock exchanges, in which case norms relative to "ex-dividend date" in accordance with the law will apply.</p>
<p>Article 16. - Corporate Bodies. For the purposes of management, administration and representation, the company has the following bodies: a) Shareholders General Assembly; b) Board of Directors, c) Chief Executive Officer d) Operative Presidency Retail Colombia. The management of the company corresponds, first, to the Shareholders General Assembly and, secondly, to the Board of Directors as a delegate of the former. Legal representation of the</p>	<p>Article 16. - Corporate Bodies. For the purposes of management, administration and representation, the eCompany has the following bodies: a) Shareholders General Assembly; b) Board of Directors, c) Chief Executive Officer d) Operative Presidency Retail Colombia. The management of the company corresponds, first, to the Shareholders General Assembly and, secondly, to the Board of Directors as a delegate of the former. Legal representation of the</p>

<p>company and management of corporate business will be the responsibility of the Chief Executive Officer.</p> <p>Paragraph 1. Each one of the indicated bodies has the functions and attributions that these bylaws confer to them, those in accordance with the special norms expressed here and those in accordance with the legal dispositions.</p> <p>Paragraph 2. When these bylaws do not expressly refer to the position of Presidency as Operative Presidency Retail Colombia, it will refer in all the cases to the Presidency base on the literal (c) of this article.</p>	<p>eCompany and management of corporate business will be the responsibility of the Chief Executive Officer.</p> <p>Paragraph 1. Each one of the indicated bodies has the functions and attributions that these bylaws confer to them, those in accordance with the special norms expressed here and those in accordance with the legal dispositions.</p> <p>Paragraph 2. When these bylaws do not expressly refer to the position of Presidency as Operative Presidency Retail Colombia, it will refer in all the cases to the Presidency base on the literal (c) of this article.</p>
<p>Article 17. - Composition. The Shareholders General Assembly will be composed of the shareholders registered in the Share Registry book in person, or their legal representatives, or attorneys appointed in writing, meeting with quorum and as provided in these bylaws.</p>	<p>Article 17. - Composition. The Shareholders General Assembly will be composed of the shareholders registered in the Share Registry book in person, or their legal representatives, or attorneys appointed in writing, meeting with quorum and as provided in these bylaws.</p>
<p>Article 19 . - Extraordinary Meetings. Extraordinary meetings will be held when unforeseen or urgent needs of the Company demand it, and will be convened by the Board of Directors, by the Chief Executive Officer or by the Statutory Auditor, either by their own initiative or at the request of a number of shareholders that represents a quarter (1/4) or more of the shares signed. As a general rule, the meeting will be held no less than fifteen (15) calendar days beforehand, without prejudice to the compliance of legal norms, by one of the means indicated in the twentieth article, and the agenda will be necessarily included in the notice. Except when legal provisions state otherwise, the Shareholders General Assembly will not deal with matters not included in the agenda published in the notice of the meeting during extraordinary meetings, except if the majority</p>	<p>Article 19 . - Extraordinary Meetings. Extraordinary meetings will be held when unforeseen or urgent needs of the Company demand it, and will be convened by the Board of Directors, by the Chief Executive Officer or by the Statutory Auditor, either by their own initiative or at the request of a number of shareholders that represents a quarter (1/4) or more of the shares signed. As a general rule, the meeting will be held no less than fifteen (15) calendar days beforehand, without prejudice to the compliance of legal norms, by one of the means indicated in the twentieth article, and the agenda will be necessarily included in the notice. Except when legal provisions state otherwise, the Shareholders General Assembly will not deal with matters not included in the agenda published in the notice of the meeting during extraordinary meetings, except if the majority of the shares represented in the meeting established by the law adopts said decision, once the agenda has been discussed.</p>

<p>of the shares represented in the meeting established by the law adopts said decision, once the agenda has been discussed.</p>	
<p>Article 21. - Meetings without previous notice and decisions by remote voting. The Shareholders General Assembly may meet at any site, deliberate and validly decide, without prior citation, when all the subscribed shares are represented. Similarly, decisions are valid when all shareholders express in writing their vote regarding specific points, in the terms established by Article 20 of Law 222 of 1995.</p>	<p>Article 21. - Meetings without Pprevious nNotice and dDecisions by rRemote Vvoting. The Shareholders General Assembly may meet at any site, deliberate and validly decide, without prior citation, when all the subscribed shares are represented. Similarly, decisions are valid when all shareholders express in writing their vote regarding specific points, in the terms established by Article 20 of Law 222 of 1995.</p>
<p>Article 24. - Right to vote. Each share registered in the Share Registry confers the right to vote in the Shareholders General Assembly, without restriction regarding the number of votes that can be made by the shareholder or representative, but remaining in effect prohibitions or ineligibilities for votes on certain matters, such as the case of company administrators and employees in votes on financial statements, year-end accounts and liquidation. The votes of a single shareholder shall not be divisible.</p>	<p>Article 24. - Right to Vvote. Each share registered in the Share Registry confers the right to vote in the Shareholders General Assembly, without restriction regarding the number of votes that can be made by the shareholder or representative, but remaining in effect prohibitions or ineligibilities for votes on certain matters, such as the case of eCompany administrators and employees in votes on financial statements, year-end accounts and liquidation. The votes of a single shareholder shall not be divisible.</p>
<p>Article 27. - Functions and Attributions. (...) d. Appointing from its number a plural commission that studies the accounts, the financial statements and other reports of this type, when these are not approved, and which reports to the Shareholders General Assembly its findings in the period indicated by the Shareholders General Assembly; (...)</p>	<p>Article 27. - Functions and Attributions. (...) d. Appointing from its number a plural commission that studies the accounts, the financial statements and other reports of this type, when these are not approved, and which reports to the Shareholders General Assembly its findings in the period indicated by the Shareholders General Assembly; (...)</p>

<p>m. Designating, in the event of the dissolution of the Company, one or several liquidators, and alternate delegates for each one, removing them, determining their retribution and dictating them orders and instructions needed for the liquidation, and approving their accounts. As long as the names of the liquidator and his alternate delegate are not registered, the Chief Executive Officer will be considered as such when the company is in liquidation, and the alternate delegates will be those who at that time are alternate delegates of the Chief Executive Officer, in the corresponding order;</p> <p>(...)</p>	<p>m. Designating, in the event of the dissolution of the Company, one or several liquidators, and <u>a</u>Alternate delegates for each one, removing them, determining their retribution and dictating them orders and instructions needed for the liquidation, and approving their accounts. As long as the names of the liquidator and his alternate delegate are not registered, the Chief Executive Officer will be considered as such when the company is in liquidation, and the alternate delegates will be those who at that time are alternate delegates of the Chief Executive Officer, in the corresponding order;</p> <p>(...)</p>
<p>Article 30. - Period of Directors. The appointment of the Directors shall be for periods of two (02) years, but they may be re-elected indefinitely and freely removed by the General Assembly at any time.</p> <p>Paragraph 1. Directors may not be replaced in partial elections without a new election by the electoral quotient system, unless the vacancies are filled by unanimity of the votes corresponding to the shares represented at the meeting.</p> <p>Paragraph 2. All the members of the Board of Directors will be elected at the General Shareholders Meeting, through the electoral quotient system in two (2) voting processes, one of them to elect the independent members and another for the election of the remaining members. However, the</p>	<p>Article 30. - Period of Directors. The appointment of the Directors shall be for periods of two (02) years, but they may be re-elected indefinitely and freely removed by the <u>Shareholders</u> General Assembly at any time.</p> <p>Paragraph 1. Directors may not be replaced in partial elections without a new election by the electoral quotient system, unless the vacancies are filled by unanimity of the votes corresponding to the shares represented at the meeting.</p> <p>Paragraph 2. All the members of the Board of Directors will be elected at the General Shareholders Meeting, through the electoral quotient system in two (2) voting processes, one of them to elect the independent members and another for the election of the remaining members. However, the election of all the members of the Board of Directors may be carried out in a single voting process, whenever it</p>

<p>election of all the members of the Board of Directors may be carried out in a single voting process, whenever it is assured that at least three (3) independent members will be elected or when only one list is presented, including at least three (3) independent members.</p>	<p>is assured that at least three (3) independent members will be elected or when only one list is presented, including at least three (3) independent members.</p>
<p>Article 31. - President of the Board of Directors. During the period for which it has been chosen, the Board of Directors will appoint from its numbers a President, who must have the quality of independent, who will preside the meetings, will direct the deliberations and the actions of the corporation; if the President is absent, the meetings will be presided by one of the members that attend the meeting, appointed ad hoc. Whoever is the legal representative may not act as President of the Board of Directors. Functions of the President of the Board of Directors include the following and those defined by the Board of Directors: (i) Assuring that the Board of Directors efficiently fixes and implements the strategic direction of the company; (ii) Promoting governing rules in the company, acting as a liaison between the shareholders and the Board of Directors; (iii) Coordinating and planning the operation of the Board of Directors by establishing an annual plan of work based on assigned functions, (iv) Calling the meetings, directly or by means of the Secretary of the Board of Directors; (v) Preparing the agenda of the meetings, in coordination with the Chief Executive Officer of the company, the Secretary of the Board of Directors and the other members; (vi) Guaranteeing the timely delivery of information to the Members of the Board of Directors, directly or by means of the Secretary of the Board of Directors; (vii) Presiding the meetings and handling the debates; (viii) Guaranteeing the execution of the agreements of the Board of Directors and carrying out follow</p>	<p>Article 31. - President of the Board of Directors. During the period for which it has been chosen, the Board of Directors will appoint from its <u>m</u>Members a President, who must have the quality of independent, who will preside the meetings, will direct the deliberations and the actions of the corporation; if the President is absent, the meetings will be presided by one of the members that attend the meeting, appointed ad hoc. Whoever is the legal representative may not act as President of the Board of Directors. Functions of the President of the Board of Directors include the following and those defined by the Board of Directors: (i) <u>A</u>ssuring that the Board of Directors efficiently fixes and implements the strategic direction of the <u>e</u>Company; (ii) <u>P</u>romoting governing rules in the <u>e</u>Company, acting as a liaison between the shareholders and the Board of Directors; (iii) <u>C</u>oordinating and planning the operation of the Board of Directors by establishing an annual plan of work based on assigned functions, (iv) <u>C</u>alling the meetings, directly or by means of the Secretary of the Board of Directors; (v) <u>P</u>reparing the agenda of the meetings, in coordination with the Chief Executive Officer of the <u>e</u>Company, the Secretary of the Board of Directors and the other members; (vi) <u>G</u>uaranteeing the timely delivery of information to the Members of the Board of Directors, directly or by means of the Secretary of the Board of Directors; (vii) <u>P</u>residing the meetings and handling the debates; (viii) <u>G</u>uaranteeing the execution of the agreements of the Board of Directors and carrying out follow ups to its orders and decisions; (ix) <u>M</u>onitoring the active participation of the members of the Board of Directors; and (x)</p>

<p>ups to its orders and decisions; (ix) Monitoring the active participation of the members of the Board of Directors; and (x) Being a leader in the annual assessment process of the Board of Directors and the Committees, except for its own assessment.</p>	<p>Being a leader in the annual assessment process of the Board of Directors and the Committees, except for its own assessment.</p>
<p>Article 32. - Meetings. The Board of Directors shall meet regularly at least eight (8) times a year; and extraordinarily when summoned by the same Board of Directors, by the President, by the Auditor or by two of its Members. Summons for extraordinary meetings shall be communicated at least a day in advance, but if all members are already assembled they may deliberate validly anywhere and take decisions without prior summons.</p> <p>(...)</p> <p>Paragraph 2. In cases and under the requirements established by law, Board deliberations and decisions may be carried out via simultaneous or successive communications among the members, including telephone, fax, radio or other appropriate form of transmission and reception of audible or visible messages. As well, decisions may be adopted by distance vote in writing by Board members in the same document or in separate documents, clearly indicating the vote issued by each of the members, when and if the document is received by the Chairman of the Board or legal representative within one month after the date of the first received communication.</p>	<p>Article 32. - Meetings. The Board of Directors shall meet regularly at least eight (8) times a year; and extraordinarily when summoned by the same Board of Directors, by the President, by the Auditor or by two of its Members. Summons for extraordinary meetings shall be communicated at least a day in advance, but if all members are already assembled they may deliberate validly anywhere and take decisions without prior summons.</p> <p>(...)</p> <p>Paragraph 2. In cases and under the requirements established by law, the Board of Directors deliberations and decisions may be carried out via simultaneous or successive communications among the members, including telephone, fax, radio or other appropriate form of transmission and reception of audible or visible messages. As well, decisions may be adopted by distance vote in writing by Board of Directors members in the same document or in separate documents, clearly indicating the vote issued by each of the members, when and if the document is received by the Chairman of the Board of Directors or legal representative within one month after the date of the first received communication.</p>
<p>Article 34. - Duties.</p> <p>(...)</p>	<p>Article 34. - Duties.</p> <p>(...)</p>

<p>34.1. Relating to the company's strategy:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Summon the ordinary and extraordinary meetings of the Shareholders General Assembly when required by the needs of the company or requested by shareholders representing at least one-fifth (1/5) of the shares subscribed. b. Approve and periodically monitor the strategic plan, business plan, management targets and annual budgets of the company, as well as periodic monitoring of the performance of the same and ordinary course of business, serving as an advisory body to the Presidency. c. Define the structure of the company, including its subsidiaries and group governance model. d. Establish company policies and those of its affiliates in the different orders of activity companies, and, where appropriate, develop the proposal to the Shareholders General Assembly of the remaining policies or proposals that body must approve. <p>34.2. Relating to corporate governance:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Ensure respect for the rights of investors who have invested in securities issued by the company, ensure effective compliance and disclosure, and promote equal treatment for all shareholders and investors. b. Respect the right of shareholders to participate in dividends and profits of the company, participate in the 	<p>34.1. Relating to the eCompany's strategy:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Summon the ordinary and extraordinary meetings of the Shareholders General Assembly when required by the needs of the eCompany or requested by shareholders representing at least one-fifth (1/5) of the shares subscribed. b. Approve and periodically monitor the strategic plan, business plan, management targets and annual budgets of the eCompany, as well as periodic monitoring of the performance of the same and ordinary course of business, serving as an advisory body to the Presidency. c. Define the structure of the eCompany, including its subsidiaries and group governance model. d. Establish eCompany policies and those of its affiliates in the different orders of activity companies, and, where appropriate, develop the proposal to the Shareholders General Assembly of the remaining policies or proposals that body must approve. <p>34.2. Relating to corporate governance:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Ensure respect for the rights of investors who have invested in securities issued by the eCompany, ensure effective compliance and disclosure, and promote equal treatment for all shareholders and investors. b. Respect the right of shareholders to participate in dividends and profits of the eCompany, participate in the appointment and removal of members from the Board and assess the report of its
--	--

<p>appointment and removal of members from the Board and assess the report of its management, and participate and vote at the Shareholders General Assembly.</p> <p>c. (...)...</p> <p>d. Adopt the company's Code of Good Governance and ensure its effective compliance and disclosure.</p> <p>e. Monitor the efficiency and the level of compliance with corporate governance measures and the ethical and behavioral standards adopted by the company, as well as the adoption of policies that relate to systems of anonymous complaints or "whistle-blowers".</p> <p>(...)...</p> <p>34.6. Relating to the operation of the Board:</p> <p>a. Propose policies for succession of the Board of Directors to be approved by the Shareholders General Assembly and ensure that the procedures of proposing and electing Board Members are carried out in accordance with the formalities prescribed by the Company.</p> <p>b. Propose to the Shareholders General Assembly the policy for remuneration of Board Members.</p> <p>(...)...</p> <p>34.7. Relating to the management of the company:</p>	<p>management, and participate and vote at the Shareholders General Assembly.</p> <p>c. (...)...</p> <p>d. Adopt the eCompany 's Code of Good Governance and ensure its effective compliance and disclosure.</p> <p>e. Monitor the efficiency and the level of compliance with corporate governance measures and the ethical and behavioral standards adopted by the eCompany, as well as the adoption of policies that relate to systems of anonymous complaints or "whistle-blowers".</p> <p>(...)...</p> <p>34.6. Relating to the operation of the Board <u>of Directors</u>:</p> <p>a. Propose policies for succession of the Board of Directors to be approved by the Shareholders General Assembly and ensure that the procedures of proposing and electing Board Members are carried out in accordance with the formalities prescribed by the Company.</p> <p>b. Propose to the Shareholders General Assembly the policy for fRemuneration of Board Members.</p> <p>(...)...</p> <p>34.7. Relating to the management of the eCompany:</p>
--	--

<p>a. Appoint the Chairman of the company, the Internal Auditor and the Secretary General, and define the remuneration and compensation, performance evaluation and succession policy of these appointees. For these appointments, prior reports will be provided by the Appointment Committee, by the Remuneration and Corporate Governance committee, and in the case of the Internal Auditor a prior report will also be provided by the Audit and Risk Committee.</p> <p>b. Naming of Operations Officer Retail Colombia and Retail Trade Operations and of Vice-Presidents as per the Company Chief Executive Officer proposals. Likewise, approve the remuneration and compensation, performance evaluation, and succession policy for these, except if said tasks were designated as a responsibility of the Shareholders General Assembly.</p> <p>(...)</p> <p>34.8 Regarding the financial and non-financial information of the Company.</p> <p>(...)</p> <p>c. Monitor information, financial and otherwise, which must periodically be disclosed under the information and communication policies of the company.</p> <p>d. Examine the financial statements that are periodically prepared by the management, as well as the books, documents, assets and dependencies belonging to the</p>	<p>a. Appoint the Chairman of the eCompany, the Internal Auditor and the Secretary General, and define the remuneration and compensation, performance evaluation and succession policy of these appointees. For these appointments, prior reports will be provided by the Appointment Committee, by the Remuneration and Corporate Governance committee, and in the case of the Internal Auditor a prior report will also be provided by the Audit and Risk Committee.</p> <p>b. Naming of Operations Officer Retail Colombia and Retail Trade Operations and of Vice-Presidents as per the eCompany Chief Executive Officer proposals. Likewise, approve the remuneration and compensation, performance evaluation, and succession policy for these, except if said tasks were designated as a responsibility of the Shareholders General Assembly.</p> <p>(...)</p> <p>34.8 Regarding the financial and non-financial information of the eCompany.</p> <p>(...)</p> <p>c. Monitor information, financial and otherwise, which must periodically be disclosed under the information and communication policies of the eCompany.</p> <p>d. Examine the financial statements that are periodically prepared by the management, as well as the books, documents, assets and dependencies belonging to the eCompany for the purposes of directing and evaluating the management.</p>
--	--

<p>company for the purposes of directing and evaluating the management.</p> <p>(...)</p> <p>f. Liaising between the shareholders and the management of the company for the provision of information by creating and defining company policies and regulations that are effective mechanisms for ensuring the effectiveness and timeliness of information pertaining to the company's business.</p> <p>g. Regulate the procedures for empowering shareholders and the owners of securities issued by the company through public offering, to perform specialized audits at their own cost and responsibility, in accordance with the rules and requirements that are defined for this purpose.</p> <p>h. Consider proposals that are presented by a plural number of shareholders who represent, at least, five percent (5%) of the subscribed shares, and respond in writing to those who have formulated them, clearly indicating the reasons that motivated the decisions. In all cases the objective of such proposals may not be any issues related to industrial secrets or strategic intelligence for the development of the company.</p> <p>(...)</p> <p>34.9. In relation to the shares of the company:</p> <p>(...)</p>	<p>(...)</p> <p>f. Liaising between the shareholders and the management of the eCompany for the provision of information by creating and defining eCompany policies and regulations that are effective mechanisms for ensuring the effectiveness and timeliness of information pertaining to the eCompany 's business.</p> <p>g. Regulate the procedures for empowering shareholders and the owners of securities issued by the eCompany through public offering, to perform specialized audits at their own cost and responsibility, in accordance with the rules and requirements that are defined for this purpose.</p> <p>h. Consider proposals that are presented by a plural number of shareholders who represent, at least, five percent (5%) of the subscribed shares, and respond in writing to those who have formulated them, clearly indicating the reasons that motivated the decisions. In all cases the objective of such proposals may not be any issues related to industrial secrets or strategic intelligence for the development of the eCompany.</p> <p>(...)</p> <p>34.9. In relation to the shares of the company:</p> <p>(...)</p> <p>d. Define the authorizations policy to company employees and members of the Board of Directors, every time the law demands</p>
---	---

<p>d. Define the authorizations policy to company employees and members of the Board of Directors, every time the law demands and within its requirements, to acquire or to transfer shares of the company.</p> <p>(...).</p>	<p>and within its requirements, to acquire or to transfer shares of the eCompany.</p> <p>(...).</p>
<p>Article 35. - Delegation. The Board of Directors will be able to delegate to the committees of the Board of Directors, the Chief Executive Officer or to the other Legal Representatives, whenever it is deemed appropriate, for special cases or for a limited time, one or some of the functions listed in the preceding article, whenever by their nature they are delegable by not being prohibited by law or because their delegation is not recommendable in accordance with the rules of corporate governance contained in the Country Code published by the Superintendence of Finance.</p>	<p>Article 35. - Delegation. The Board of Directors will be able to delegate to the Committees of the Board of Directors, the Chief Executive Officer or to the other Legal Representatives, whenever it is deemed appropriate, for special cases or for a limited time, one or some of the functions listed in the preceding article, whenever by their nature they are delegable by not being prohibited by law or because their delegation is not recommendable in accordance with the rules of Corporate Governance contained in the Country Code published by the Superintendence of Finance.</p>
<p>Article 36. - Appointment and Legal Representation. The Legal Representation of the Company, in and out of court, and the management of the corporate businesses will be the responsibility of an employee referred to as the Chief Executive Officer, whose appointment will be made by the Board of Directors for an indefinite term and which may be removed freely by the Board at any time. All employees of the Company, with the exception of the Internal Auditor will be subordinates to the Chief Executive Officer in the performance of their roles.</p>	<p>Article 36. - Appointment and Legal Representation. The Legal Representation of the Company, in and out of court, and the management of the corporate businesses will be the responsibility of an employee referred to as the Chief Executive Officer, whose appointment will be made by the Board of Directors for an indefinite term and which may be removed freely by the Board of Directors at any time. All employees of the Company, with the exception of the Internal Auditor will be subordinates to the Chief Executive Officer in the performance of their roles.</p>

<p>Article 36 A. – Operative Presidency Retail Colombia. Operative Officer Retail Colombia will be named by the Board of Directors for an indefinite term, according to the proposals presented by the Chief Executive Officer of the Company, and without prejudice to free dismissal by the Board at any time, will carry out the legal representation of the Company, judicially and extra-judicially and will be subordinate to the Chief Executive Officer.</p>	<p>Article 36 A. – Operative Presidency Retail Colombia. Operative Officer Retail Colombia will be named by the Board of Directors for an indefinite term, according to the proposals presented by the Chief Executive Officer of the Company, and without prejudice to free dismissal by the Board of Directors at any time, will carry out the legal representation of the Company, judicially and extra-judicially and will be subordinate to the Chief Executive Officer.</p>
<p>Article 36 B. – Functions. Operative Officer Retail Colombia: a) Make decisions in accordance with the strategy and guidelines set by the Chief Executive Officer; b) Accompany, support and complement the Chief Executive Officer in strategy, government relations, media, expansion plans, investors and new business initiatives; c) Be responsible for the operation of the integral supply chain of Retail business and corresponding P&L; d) Accompanying the Chief Executive Officer at investor meeting deemed pertinent; e) Align conceptually and philosophically the areas of responsibility to results of the Retail business; f) Execute the expansion plan; g) Ensure effective coordination among key business areas of Retail and the support areas; h) Endorse the competitive strategy of the various Retail businesses; i) Support new business already defined and promote the development of new businesses and hidden assets. j) Prioritize intra-area work initiatives; k) Propose compensation schemes that align management with business results; i) Lead required organizational transformation; m) Manage operations transversally across areas and businesses to obtain consistent results; n) Align goals with required results. Ensure periodic controls; ñ) Optimize discussion scenarios</p>	<p>Article 36 B. – Functions. Operative Officer Retail Colombia:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Make decisions in accordance with the strategy and guidelines set by the Chief Executive Officer; b. Accompany, support and complement the Chief Executive Officer in strategy, government relations, media, expansion plans, investors and new business initiatives; c. Be responsible for the operation of the integral supply chain of Retail business and corresponding P&L; d. Accompanying the Chief Executive Officer at investor meeting deemed pertinent; e. Align conceptually and philosophically the areas of responsibility to results of the Retail business; f. Execute the expansion plan; g. Ensure effective coordination among key business areas of Retail and the support areas; h. Endorse the competitive strategy of the various Retail businesses; i. Support new business already defined and promote the development of new businesses and hidden assets. j. Prioritize intra-area work initiatives; k. Propose compensation schemes that align management with business results;

<p>and use key business information to improve procedures and programs; o) Maintain program goals despite personnel changes that occur; p) Ensure the implementation of established agreements and goals; q) Chair the committee of Vice-presidents and Retail corporate managers.; r) Take responsibility for sales, EBITDA, inventory turnover, work environment, customer service, retail market share.</p>	<ul style="list-style-type: none"> l. Lead required organizational transformation; m. Manage operations transversally across areas and businesses to obtain consistent results; n. Align goals with required results. Ensure periodic controls; ñ. Optimize discussion scenarios and use key business information to improve procedures and programs; o. Maintain program goals despite personnel changes that occur; p. Ensure the implementation of established agreements and goals; q. Chair the committee of Vice-presidents and Retail corporate managers.; r. Take responsibility for sales, EBITDA, inventory turnover, work environment, customer service, retail market share.
<p>Article 37. - Other Legal Representatives.</p> <p>(...)</p> <p>Paragraph 1. In case of permanent absence, understood as death, accepted resignation or removal from the position for more than thirty consecutive days without license, the Board of Directors will appoint a new Chief Executive Officer for the rest of the period; while the appointment and the corresponding registration in the commercial register takes place, the Chief Executive Officer of the Company will be practiced by the substitutes indicated in this article.</p> <p>Paragraph 2. For the purposes of the legal representation of the company, it will equally have the quality of legal representative, the Secretary-General or the position that takes its place, who will represent the company exclusively</p>	<p>Article 37. - Other Legal Representatives.</p> <p>(...)</p> <p>Paragraph 1. In case of permanent absence, understood as death, accepted resignation or removal from the position for more than thirty (30) consecutive days without license, the Board of Directors will appoint a new Chief Executive Officer for the rest of the period; while the appointment and the corresponding registration in the commercial register takes place, the Chief Executive Officer of the Company will be practiced by the substitutes indicated in this article.</p> <p>Paragraph 2. For the purposes of the legal representation of the eCompany, it will equally have the quality of legal representative, the Secretary-General or the position that takes its place, who will represent the eCompany exclusively before the jurisdictional, administrative, police and taxation authorities and organizations of the State.</p>

<p>before the jurisdictional, administrative, police and taxation authorities and organizations of the State.</p> <p>Paragraph 3. For the purposes of the legal representation of the company in a simultaneous way, the other Legal Representatives other than the Chief Executive Officer will have fixed limitations to these bylaws, and in particular they will not be able to carry out actions or make contracts that exceed twenty-three thousand (23,000) times the value of the monthly minimum legal wage at the time of the operation without the previous authorization of the Board of Directors. When another Legal Representative practices the representation of the company as a substitute of the Chief Executive Officer by virtue of his/her temporary or definitive absence or because of becoming prevented or unable, the same limitations established for the Chief Executive Officer will apply to them.</p>	<p>Paragraph 3. For the purposes of the legal representation of the eCompany in a simultaneous way, the other Legal Representatives other than the Chief Executive Officer will have fixed limitations to these bylaws, and in particular they will not be able to carry out actions or make contracts that exceed twenty-three thousand (23,000) times the value of the monthly minimum legal wage at the time of the operation without the previous authorization of the Board of Directors. When another Legal Representative practices the representation of the eCompany as a substitute of the Chief Executive Officer by virtue of his/her temporary or definitive absence or because of becoming prevented or unable, the same limitations established for the Chief Executive Officer will apply to them.</p> <p>(...)</p>
<p>Article 38. - Duties. The Chief Executive Officer of the Company is the chief executive with representation powers, with executive and management functions and, as such, he is in charge of the legal representation of the Company, the business and financial management, the responsibility of the administrative action, the coordination and the general supervision of the Company, which he shall execute in accordance with these Bylaws and legal provisions, subject to the orders and instructions from the Board of Directors. In addition to the general functions aforementioned, the Chief Executive Officer shall also:</p> <p>(...)</p>	<p>Article 38. - Duties. The Chief Executive Officer of the Company is the chief executive with representation powers, with executive and management functions and, as such, he is in charge of the legal representation of the Company, the business and financial management, the responsibility of the administrative action, the coordination and the general supervision of the Company, which he shall execute in accordance with these Bylaws and legal provisions, subject to the orders and instructions from the Board of Directors. In addition to the general functions aforementioned, the Chief Executive Officer shall also:</p> <p>(...)</p> <p>c. Summon the Board of Directors when deemed necessary or convenient, and keep it duly informed as regards any operation</p>

<p>c. Summon the Board of Directors when deemed necessary or convenient, and keep it duly informed as regards any operation for social businesses; submit for consideration the trial balances and other financial statements destined for administration, and provided all reports they request concerning the company and its operations;</p> <p>(...)</p> <p>e. Maintain the market fully informed of relevant facts and matters which have taken place in the company as well as their main risks, by means of the due disclosure of information to the Financial Superintendence and the Stock Market in which the securities issued by the company are registered. The foregoing, for the shareholders and investors be constantly informed of relevant facts, acts and operations related to the company that, in some way, may affect its interests. In agreement with Paragraph 3 of Article 37, the Financial Vice President shall fulfill the function of compliance agent concerning relevant information. In accordance with the foregoing, a place with information for shareholders and investors shall be created in the company's webpage;</p> <p>(...)</p>	<p>for social businesses; submit for consideration the trial balances and other financial statements destined for administration, and provided all reports they request concerning the eCompany and its operations;</p> <p>(...)</p> <p>e. Maintain the market fully informed of relevant facts and matters which have taken place in the eCompany as well as their main risks, by means of the due disclosure of information to the Financial Superintendence and the Stock Market in which the securities issued by the eCompany are registered. The foregoing, for the shareholders and investors be constantly informed of relevant facts, acts and operations related to the eCompany that, in some way, may affect its interests. In agreement with Paragraph 3 of Article 37, the Financial Vice President shall fulfill the function of compliance agent concerning relevant information. In accordance with the foregoing, a place with information for shareholders and investors shall be created in the eCompany's webpage;</p> <p>(...)</p>
<p>Article 39. - Authorization. As legal representatives of the Company, in and out of court, the Chief Executive Officer and the other Legal Representatives will have the authority to implement or to perform, without other limitations other</p>	<p>Article 39. - Authorization. As Legal Representatives of the Company, in and out of court, the Chief Executive Officer and the other Legal Representatives will have the authority to implement or to perform, without other limitations other than those established in</p>

<p>than those established in these bylaws, operations that must be previously authorized by the Board of Directors or the Meeting of Shareholders, all the actions or contracts understood within the corporative objective or that simply have a preparatory, accessory or complementary nature for the accomplishment of the aims that the company pursues, and those that are directly related to the existence and the operation of these. The President and the other Legal Representatives will be granted special powers to compromise, arbitrate and be involved in the company businesses, to bring about or to help judicial or administrative actions or disputes in which the Company has an interest and to interpose all the applicable resources according to the law; to stop actions or resources that interpose; to notate obligations or credits; to give or to receive goods in payment; to establish the judicial or extrajudicial representatives that are deemed necessary so that, acting under their orders, they represent the Company in any sort of business, and to determine their authorization, previous authorization from the Board of Directors when it is to form general representatives; to revoke mandates and substitutions.</p>	<p>these bylaws, operations that must be previously authorized by the Board of Directors or the Meeting of Shareholders, all the actions or contracts understood within the corporative objective or that simply have a preparatory, accessory or complementary nature for the accomplishment of the aims that the eCompany pursues, and those that are directly related to the existence and the operation of these. The President and the other Legal Representatives will be granted special powers to compromise, arbitrate and be involved in the company businesses, to bring about or to help judicial or administrative actions or disputes in which the Company has an interest and to interpose all the applicable resources according to the law; to stop actions or resources that interpose; to notate obligations or credits; to give or to receive goods in payment; to establish the judicial or extrajudicial representatives that are deemed necessary so that, acting under their orders, they represent the Company in any sort of business, and to determine their authorization, previous authorization from the Board of Directors when it is to form general representatives; to revoke mandates and substitutions.</p>
<p>Article 39 bis. – Delegation. The Chief Executive Officer will be able to delegate to the employees of the company, especially in the Senior Management, the practice of one or some of the previous functions and authorizations, whenever by their nature such functions or authorizations are delegable and the delegation is not prohibited, in accordance with the policy that the Board of Directors approves for this reason.</p>	<p>Article 39 bis. – Delegation. The Chief Executive Officer will be able to delegate to the employees of the eCompany, especially in the Senior Management, the practice of one or some of the previous functions and authorizations, whenever by their nature such functions or authorizations are delegable and the delegation is not prohibited, in accordance with the policy that the Board of Directors approves for this reason.</p>
<p>Article 40. - Appointment. The Statutory Auditor and his/her Substitute will be chosen by the General Assembly</p>	<p>Article 40. - Appointment. The Statutory Auditor and his/her Substitute will be chosen by the Shareholders General Assembly for</p>

<p>for periods of two (2) years simultaneous to those of the Board of Directors, but as representatives from the group of the shareholders they can be removed at any time by the Meeting and be re-elected successively, with the vote corresponding to the absolute majority of the shares represented in the meeting. The Substitute will replace the principal in all cases of absolute or temporary absence.</p> <p>(...).</p>	<p>periods of two (2) years simultaneous to those of the Board of Directors, but as representatives from the group of the shareholders they can be removed at any time by the Meeting and be re-elected successively, with the vote corresponding to the absolute majority of the shares represented in the meeting. The Substitute will replace the principal in all cases of absolute or temporary absence.</p> <p>(...).</p>
<p>Article 41. - Quality and Legal Status. The Statutory Auditor and his Alternate must be Public Accountants and shall be subject to the disqualifications, prohibitions, incompatibilities and responsibilities established by law.</p>	<p>Article 41. - Quality and Legal Status. The Statutory Auditor and his Alternate must be Public Accountants and shall be subject to the disqualifications, prohibitions, incompatibilities and responsibilities established by law.</p>
<p>Article 42. - Functions. The functions of the Statutory Auditor are:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Ensure that the transactions entered into or carried out on behalf of the company conform to the provisions of the bylaws, decisions of the Shareholders General Assembly and of the Board of Directors; b. Provide timely accounts, in writing, to the Shareholders General Assembly , the Board of Directors or the Chief Executive Officer regarding irregularities that occur in the functioning of the company and the running of its businesses; <p>(...).</p> <ul style="list-style-type: none"> d. Ensure timely accounting of the company and the minutes of the meeting of the Shareholders General Assembly and the Board of Directors and the due 	<p>Article 42. - Functions. The functions of the Statutory Auditor are:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Ensure that the transactions entered into or carried out on behalf of the eCompany conform to the provisions of the bylaws, decisions of the Shareholders General Assembly and of the Board of Directors; b. Provide timely accounts, in writing, to the Shareholders General Assembly , the Board of Directors or the Chief Executive Officer regarding irregularities that occur in the functioning of the eCompany and the running of its businesses; <p>(...).</p> <ul style="list-style-type: none"> d. Ensure timely accounting of the eCompany and the minutes of the meeting of the Shareholders General Assembly and the Board of Directors and the due conservation of correspondence of the Company and accounting vouchers, giving the necessary instructions for such purposes;

<p>conservation of correspondence of the Company and accounting vouchers, giving the necessary instructions for such purposes;</p> <p>e. Regularly inspect the Company's assets and ensure conservation or safety measures of these and others for which the company has custody;</p> <p>(...)</p> <p>k. Constantly inform the Chief Executive Officer and the Board of Directors on relevant and material matters resulting from his/her audit. The disclosure of this relevant and material information by the Chief Executive Officer and the Board of Directors will be made by timely referral to the Securities Superintendency and the Stock Exchanges where the securities issued by the company are registered.</p>	<p>e. Regularly inspect the Company's assets and ensure conservation or safety measures of these and others for which the company has custody;</p> <p>(...)</p> <p>i. Constantly inform the Chief Executive Officer and the Board of Directors on relevant and material matters resulting from his/her audit. The disclosure of this relevant and material information by the Chief Executive Officer and the Board of Directors will be made by timely referral to the Securities Financial Superintendency and the Stock Exchanges where the securities issued by the eCompany are registered.</p>
<p>Article 44. - Accounting and financial information. The Company shall keep the accounting of its businesses in accordance with the laws and regulations and subject to applicable technical standards. At least once a year, as of December thirty-one (31), the Company will issue financial information on its business situation, results of operations and changes in its financial situation, identifying end of period date and period covered. This information will be issued through the basic financial statements prescribed by law, prepared in the manner prescribed by it and subject to the relevant technical standards. The basic financial statements will be official once they are approved by the Shareholders General Assembly, which must consider the statements. Periodically, when determined by the Board of Directors or</p>	<p>Article 44. - Accounting and Financial Information. The Company shall keep the accounting of its businesses in accordance with the laws and regulations and subject to applicable technical standards. At least once a year, as of December thirty-one (31), the Company will issue financial information on its business situation, results of operations and changes in its financial situation, identifying end of period date and period covered. This information will be issued through the basic financial statements prescribed by law, prepared in the manner prescribed by it and subject to the relevant technical standards. The basic financial statements will be official once they are approved by the Shareholders General Assembly, which must consider the statements. Periodically, when determined by the Board of Directors or the Chief Executive Officer,</p>

<p>the Chief Executive Officer, trial balances will be issued along with partial information deemed necessary for management purposes only</p>	<p>trial balances will be issued along with partial information deemed necessary for management purposes only</p>
<p>Article 45. - Profits. Distribution of profits will be based on the end of period general statements approved by the Shareholders General Assembly. Profits cannot be distributed without cancellation of prior period losses affecting capital, affecting capital understood as a consequence of losses reducing net capital below subscribed capital.</p>	<p>Article 45. - Profits. Distribution of profits will be based on the end of period general statements approved by the Shareholders General Assembly. Profits cannot be distributed without cancellation of prior period losses affecting capital, affecting capital understood as a consequence of losses reducing net capital below subscribedshare capital.</p>
<p>Article 48. - Grounds for dissolution. The company can be dissolved on general legal grounds applicable to all commercial companies, on grounds specific to publicly held share companies and extraordinarily at any time by a decision of the Shareholders General Assembly with votes of at least half plus one of the shares represented in the meeting and legally formalized.</p>	<p>Article 48. - Grounds for <u>D</u>issolution. The eCompany can be dissolved on general legal grounds applicable to all commercial companies, on grounds specific to publicly held share companies and extraordinarily at any time by a decision of the Shareholders General Assembly with votes of at least half plus one of the shares represented in the meeting and legally formalized.</p>
<p>Article 50. - Liquidator. Upon dissolution of the company on any grounds, the liquidation and division of corporate capital will be done in accordance with legal norms by a special liquidator appointed by the Shareholders General Assembly without prejudice that it may designate various liquidators and decide if they should work jointly or separately. For every liquidator the Shareholders General Assembly will appoint an alternate. Until the appointment of the liquidator is made and registered, the Chief Executive Officer, the Operative Presidency Retail Colombia and the Vice-presidents listed in the mercantile registry will act as such.</p>	<p>Article 5049. - Liquidator. Upon dissolution of the eCompany on any grounds, the liquidation and division of corporate capital will be done in accordance with legal norms by a special liquidator appointed by the Shareholders General Assembly without prejudice that it may designate various liquidators and decide if they should work jointly or separately. For every liquidator the Shareholders General Assembly will appoint an alternate. Until the appointment of the liquidator is made and registered, the Chief Executive Officer, the Operative Presidency Retail Colombia and the Vice-presidents listed in the mercantile registry will act as such.</p>
<p>Article 53. - Limitation of authorities. (...)</p>	<p>Article 5352. - Limitation of <u>A</u>uthorities. (...)</p>

<p>Article 55. - Extension of appointments. (...).</p>	<p>Article 5554. - Extension of appointments. (...).</p>
<p>Article 58. - Board Committees. The Board of Directors will establish committees to support their management, and as a minimum this will include an Audit and Risk Committee, as well as an Appointment, Remuneration and Corporate Governance Committee. In addition to the above, the Board of Directors may create and regulate the operation of a Conflicts of Interest Committee. The Board of Directors will however be able to divide the duties of these committees or contemplate other functions to other committees created for such functions. The Committees will be formed by at least three (3) members of the Board of Directors who may be Independent or Non-Independent Members. In any case, the Audit and Risk Committee must be chaired by an Independent member, and must have the participation of all Independent members of the Board of Directors.</p> <p>The Audit and Risk Committee will include the statutory auditor, who will attend and is entitled to participate but not vote.</p> <p>The Board shall adopt a regulation for the operation of the committees in mention, which will indicate the frequency of its meetings and corresponding functions, which in any case will be to act as advisory and supervisory bodies to support the Board of Directors in their functions. The functions of the committees must comply with the legal requirements and with the corporate governance standards that the Board of Directors voluntarily accepts.</p>	<p>Article 5856. - Board Committees. The Board of Directors will establish committees to support their management, and as a minimum this will include an Audit and Risk Committee, as well as an Appointment, Remuneration and Corporate Governance Committee. In addition to the above, the Board of Directors may create and regulate the operation of a Conflicts of Interest Committee. The Board of Directors will however be able to divide the duties of these committees or contemplate other functions to other committees created for such functions. The Committees will be formed by at least three (3) members of the Board of Directors who may be Independent or Non-Independent Members. In any case, the Audit and Risk Committee must be chaired by an Independent member, and must have the participation of all Independent members of the Board of Directors.</p> <p>The Audit and Risk Committee will include the Company's Statutory Auditor, who will attend and is entitled to participate but not vote.</p> <p>The Board shall adopt a regulation for the operation of the committees in mention, which will indicate the frequency of its meetings and corresponding functions, which in any case will be to act as advisory and supervisory bodies to support the Board of Directors in their functions. The functions of the committees must comply with the legal requirements and with the Corporate Governance standards that the Board of Directors voluntarily accepts.</p>
<p>Article 59. - Internal Audit or Internal Control. The company will have an Internal Audit area, whose mission will be to provide assurance (audit) and consultation (advice),</p>	<p>Article 5957. - Internal Audit or Internal Control. The Company will have an Internal Audit area, whose mission will be to provide assurance (audit) and consultation (advice), independently and</p>

<p>independently and objectively, of the processes of governance, risk and control, in order to improve the operations of the company, helping it meet its objectives. The head of this area will be the Internal Auditor, who will depend both professional and operationally on the Board of Directors, which shall be responsible for the appointment and removal of candidates proposed by the Audit and Risk Committee.</p>	<p>objectively, of the processes of governance, risk and control, in order to improve the operations of the <u>C</u>eompany, helping it meet its objectives. The head of this area will be the Internal Auditor, who will depend both professional and operationally on the Board of Directors, which shall be responsible for the appointment and removal of candidates proposed by the Audit and Risk Committee.</p>
<p>Article 60. - External Audits. The shareholders and holders of bonds issued by the company and offered through public offer approved by the Superintendence of Finance will be able to carry out specialized audits one a year, at their own expense and under their responsibility, in accordance with the provisions defined by the Board of Directors, which will, at least, establish: Term, opportunity, frequency, procedure and requirements to request an audit, items that can be included in the audit, responsibilities, authorizations and the time in which the audit should be granted and conducted, how the person responsible for conducting the audit is to be appointed, and other pertinent aspects.</p>	<p>Article 6058. - External Audits. The shareholders and holders of bonds issued by the <u>C</u>eompany and offered through public offer approved by the Superintendence of Finance will be able to carry out specialized audits one a year, at their own expense and under their responsibility, in accordance with the provisions defined by the Board of Directors, which will, at least, establish: Term, opportunity, frequency, procedure and requirements to request an audit, items that can be included in the audit, responsibilities, authorizations and the time in which the audit should be granted and conducted, how the person responsible for conducting the audit is to be appointed, and other pertinent aspects.</p>

The following is a transcription of the new Bylaws:

**BYLAWS
ALMACENES ÉXITO S.A.**

CHAPTER I

Name, Status, Domicile and Duration

Article 1. - Name and Status.

ALMACENES ÉXITO S.A., (from now the “Company”), commercial stock society, publicly traded, incorporated in accordance with colombian law and governed by it in all that is not provided for in these bylaws.

Article 2. - Domicile.

The Company has its corporate headquarters in Envigado, Department of Antioquia, which can only be changed by the bylaws reform approved by the Shareholders General Assembly of and legally formalized. The Company may also open commercial establishments as branches or agencies within or outside the domicile, in the country or abroad.

Article 3. – Duration.

The duration of the Company will expire december 31 of the year two thousand one hundred and fifty (2150). However, before expiration of this term, the Shareholders General Assembly could decide, through the bylaws reform or by any of the other circumstances set by law, its renewal.

CHAPTER II

Corporate Purpose

Article 4. - Corporate Purpose.

The corporate or business purpose of the company:

- a. The acquisition, processing, transformation, and in general, the distribution and commercial sale in any form, including the financing thereof, of all types of domestic and foreign goods and products, produced either locally or abroad, including pharmaceuticals, medical and other related items, wholesale and/or retail; retail by physical or virtual means. Likewise, the provision of complementary services such as credit granting for the acquisition of merchandise, insurance granting, transfers, remittances and activities of support to an operator of postal services of payment duly authorized and registered by the Ministry of Information and Communication Technologies; the provision of mobile phone services, travel and tourist package sales, repair and maintenance of movable assets, bureaucratic procedures and errands, and the provision in rent or under any other title of stores or commercial spaces in supermarkets or shopping malls;

- b. The acquisition, creation, organization, establishment, administration and operation of stores, supermarkets, drugstores and pharmacies, warehouses and other commercial establishments for the purchase of goods and products of all kinds for resale, disposal of the same by wholesale and and/or retail, the sale of goods and the provision of complementary services according to modern sales systems in specialized multiple business and/or self-service stores among which are those known under the commercial name of “ALMACENES ÉXITO”.
- c. Rent or rent out commercial sites, receive or cede in rentals or under other title sales or commercial areas or sites within its business establishments, equipment, items and chattels utilized for the business of merchandise and products distribution and the presentation of complementary services.
- d. Establish, finance, promote and participate with other individuals or companies in the incorporation of companies or businesses aimed at the production of objects, goods, articles or items or the provision of services related with the corporate purpose, and associate with these companies as a partner, through contributions in money, goods or services.
- e. The development, construction, management, marketing, administration, operation, lease and economic exploitation of company or third party real estate assets with any type of destiny or use. The promotion and execution of, or investment in projects that are carried out on properties belonging to the company or to third parties, whether directly or indirectly, and may form partnerships or any other form of association, to participate in programs or plans for plot division plans or division of real estate intended for housing, commerce, industry, office space, among others, and the sale, lease and economic exploitation of the lots, plots, premises, offices, houses, apartments and, in general, real estate units resulting from the aforementioned real estate projects. The provision of services for structuring, promotion, development and project management and administration and management of real estate assets and company and third party vehicles.
- f. Apply funds for the purchase of stocks, bonds, commercial paper and other securities freely traded in the market, as deemed by the Board of Directors, for the purpose of stable investments or as a short-term tradable investment of excess cash or liquidity.
- g. The wholesale distribution of petroleum based liquid fuels.
- h. The retail distribution of petroleum liquid fuels through automotive service stations.

l. The distribution of alcohols, biofuels, vehicular natural gas and any other fuel or mixture having application in the automotive, industrial, fluvial, marine and aviation sector.

j. The provision in Colombia and abroad of corporate and business services to third parties, in any area that creates value for the Company.

k. Establish, finance, promote and concur with other natural or legal persons to the formation of Companies or businesses whose purpose is the generation, transmission, distribution and commercialization of energy, as well as the development of all similar, connected, complementary and related activities to the distribution and commercialization of energy, the performance of works, designs and consultancy in energy solutions, including the provision of technical services and the marketing of associated products, directly or through third parties.

In development of its Corporate purpose, the company may acquire tangible and intangible property, required for the accomplishment of the corporate purpose; and also acquire and own assets, social insurance contributions and shares in commercial or civil companies and any other form of association, securities of all kinds with stable investment purposes, or as investment for promotion or to take advantage of tax incentives as established by law; temporary investments in early liquidity shares for the purpose of temporary productive use of a cash surplus or liquid assets or other which are not required to immediately for the development of company business; to import and to export goods, products, manufactures of any type; to issue bonds and/or commercial papers or other massive security emissions authorized by the legal or regulatory standards for public placement, to offer consumer loan agreements, to perform firm factoring operations with funds belonging to the company, to constitute guarantees on its real estate, and to conduct financial operations that for the acquisition of funds or other assets, or assure the supply of goods and/or services, some of which may be necessary for the development of the Company; to act as an agent or representative of national or foreign entrepreneurs, and to uphold all kinds of contracts related to the distribution and/or sale of goods and services; promote and establish or invest in companies or any other form of association, for the development of any activities included within the aforementioned corporate purpose, merge with, absorb, or split from other companies; to acquire brands, emblems, trade names, patents or other industrial property or intellectual property rights, to exploit them or to outsource its development to third parties under contractual license; and, in general, to execute all the acts and to uphold all contracts, irrespective of their nature, related to the corporate purpose or which have as a purpose to exercise the rights and to fulfill the obligations, whether legally or conditionally derived from the existence and activities carried out by the Company.

CHAPTER III

Capital

Article 5. - Authorized Capital.

The authorized capital of the Company, expressed in Colombian pesos, is five billion three hundred million (5,300,000,000) pesos, divided into five hundred thirty million (530,000,000) common shares at par value of ten pesos (\$10.00) The indicated amount of authorized capital may be modified at any time by amendment to the bylaws approved by the Shareholder Meeting and then legalized.

Paragraph. While the company's shares are traded on the public stock exchange, increasing the amount of authorized capital, decreasing the amount of subscribed capital or voluntary cancellation of the registration of the shares on the National Registry of Securities or Stock Exchange will require approval of the Shareholders General Assembly with an ordinary majority, provided they have complied with the legal requirements on call to meeting, specifying the agenda, communication, and other information required by Articles 13 and 67 of Law 222 of 1995, or by any rule that modifies or complements them..

Article 5. bis. -Decrease in subscribed capital.

Decrease in subscribed capital. - The reduction of subscribed capital of the Company may be made in accordance with the requirements of legal norms through the bylaws reform approved by the Shareholders General Assembly subject to the legal requirements regarding majority, motivation of the proposal, specification of the point in the order the day, communication and sufficient advance of the call to meeting.

Article 6. - Shares in reserve.

The difference between the amount of subscribed and paid-in capital and the amount of authorized capital, set in Article 5 as well as new amounts from increases in that figure will be held in reserve at the disposition of the Board of Directors and subject to related regulations in accordance with bylaws and legal norms.

Article 7. - Issuance and subscription of shares.

Common shares in reserve are available to the Board of Directors for issuance as it deems appropriate. Rules for subscription will be issued by the Board of Directors; this will not require application of that stipulated in section d) of article 41 of Law 964 of 2005.

Issues will be made with preference rights. In any new issue of shares, shareholders will be entitled to subscribe, preferentially, an amount proportional to that recorded in the book of shareholders at the date of adoption of the rules. However, the preferential right of shareholders does not apply in the following cases:

- a. When the Shareholder General Assembly so decides, by an affirmative vote of not less than seventy percent (70%) of the shares present at the meeting, provided that this special majority, set forth in article 420, numeral 5 of the Commercial Code, stay current.
- b. When the issuance is aimed solely at subscriptions by employees of the Company or subsidiaries for time employed or merit or for other valid reasons approved by the Board of Directors. For this purpose, the Board of Directors may issue and regulate up to ten percent (10%) of the shares currently in reserve, and the same percentage of the future shares issued to increase authorized capital. Accordingly, the Board of Directors will freely determine the number of shares issued, the person or persons benefiting from the subscription and the proportion, the price, the payment form and all other details of the subscription.

The Board of Directors may use its power as it deems, within the above limit of percentage of shares in reserve, to award an employee the right to subscribe on one or more occasions, whether employees, shareholders or non-shareholders and also give right to future subscriptions of the same class.

Paragraph. For legal reason, subscription rights may not be awarded to the statutory auditor or alternate; however, upon final retirement from the position, he/she may receive such subscription rights by decision of the Board of Directors.

- c. In the case of merger, spin-off or similar events and in all events involving the subscription of shares with cash, capitalization of credits as well as those events where the subscription is paid for in cash specifically for the acquisition of fixed assets or business establishments, the Board of Directors is authorized to issue and regulate, without subject to preferential rights, the number of shares necessary to cover the amount of the goods according to the evaluation set by the Board of Directors and approved by the respective Superintendence, if necessary.

CHAPTER IV Shares

Article 8. - Characteristics.

The Company's shares are registered, common and capital, and as such give the holder the rights under law for shares of this kind. The Shareholders General Assembly, however, may at any time, within the requirements of these bylaws and the laws, create preferred shares with preferred dividend and without voting rights and compensatory shares, with different series. The shares may be in certificate form or electronically registered (dematerialized), according to law.

The Company will provide equal treatment to all shareholders whom, within the same share class and holding the same conditions, without implying privileged access to information to any shareholder in particular.

Article 9. - Indivisibility.

Share are indivisible and therefore, when for any legal or conventional reason a share belongs to more than one person, these persons must designate a sole representative to exercise the rights corresponding to ownership of the share. Failing agreement, the Court of the companies' jurisdiction shall designate a representative at the request of any interested party.

Article 10. - Certificates.

The Company will issue to each shareholder certificates as such for the total amount of shares owned, unless the shareholder requests partial collective certificates. The Company shall not issue fractional shares certificates.

Provisional certificates and definitive certificates are issued in continuous series, with the signatures of the Chief Executive Officer and the Secretary, and shall contain the information required by law in accordance with the text and the external form determined by the Board of Directors. For the foregoing purposes, such signatures may be reproduced mechanically.

Paragraph 1. While the shares are not completely paid-in, only provisional certificates will be issued to the subscribers.

Paragraph 2. In the event that the Company decides to convert to electronic registration of shares (dematerialization), it will issue a global certificate for each share class of subscribed capital. These certificates will be kept in custody and administration of a specialized entity or a Central Securities Depository previously chosen by the Board of Directors.

Paragraph 3. Holders of electronic shares may request a certificate indicating so from the specialized entity or Central Securities Depository, in order to exercise the rights as such.

Article 11. - Share registry.

Provisional certificates, definitive certificates, as well as disposal or transfer of shares, embargoes and legal suits related to them, pledges and other liens or limitations on them will be registered in the “Share Registry” which will be kept by the Company as prescribed by law. This Registry will be registered with the Chamber of Commerce of the company’s domicile.

In view of the nominal nature of the shares, the Company will recognize shareholder status or rights holder only to that person registered as such in the above mentioned Registry.

Paragraph 1. No act of disposal or transfer of shares, lien or limitation, embargo or judgment will produce effects on the Company and third parties except when registered in the Share Registry book, which cannot be denied by the Company except by order of a competent authority, or for shares whose negotiation requires specific requisites or formalities which have not been carried out.

Paragraph 2. The circulation, liens and other subjects and operations related to electronically registered (dematerialized) shares will be governed by the legal norms applicable to these shares as well as by those current and future norms which complement, modify or add to those norms.

Paragraph 3. By decision of the Board of Directors, the Company may delegate the keeping of the shareholders’ book to a specialized entity or to a Central Securities Depository. If the Company delegates the keeping of the shareholders’ book to a specialized entity or a Central Securities Depository, such entity will carry out the notations corresponding to the subscribers of the shares in accordance with that established in legal norms applicable to dematerialized shares.

Article 12. - Duplicate Certificates.

The issuance of duplicate certificates due to theft, loss or damage to the certificates shall be subject to the requirements established by law. In the case of dematerialized shares, and in the event that the administration of the shareholders' book has been delegated to a third party, the shareholder may apply for a new record to the specialized entity or corresponding Central Securities Depository.

Article 13. – Taxes.

Taxes on share transfer will be paid by the shareholder; taxes on share issuance will be paid by the Company.

Article 14. - Representation.

Inherent rights of a shareholder may be exercised by proxy or agents appointed in public deed or private document, letter or fax directed to the Company, or in other written form. The representation of shares to deliberate and vote at the Shareholders General Assembly and the powers of attorney granted for this effect by the shareholders is subject to the prohibitions, restrictions and requirements of the law.

Such powers may be authorized in writing, indicating the name of the representative or agent, the person to whom he/she who can delegate representation, if be the case, and the date or period of the meeting or meetings for which power is conferred. Powers authorized outside the country are subject to the same requirements.

Paragraph. Unless otherwise stated by the grantor, the power conferred for a specific Shareholder Meeting will be sufficient to exercise in successive meeting which result from the former.

Article 15. - Negotiation.

Shares are participation securities, negotiable according to law, except those legally exempt. In cases of disposal, registration in the Share Registry book will be made by written order of the transferor, whether by "letter of transfer", or in the form of endorsement of the respective certificate. In forced selling and award cases, the recording shall be made by producing the original or certified copy of the relevant documents which contain an order or communication from the legally required person. To issue new registration and title to the purchaser, the Company will cancel certificates issued to the grantor or previous owner, except in the case of an operation with respect to a certificate in decentralized securities depository, in which case it will not be cancelled and therefore a new certificate will not be issued; instead, the relevant registration will be made through a communication issued by the security depository

Paragraph 1. The Company does not assume responsibility for facts or circumstances not registered in the transfer order which may affect the validity of the contract between the transferor and transferee, and to accept or reject transfers it will only abide by compliance with external formalities of the transfer.

It will not assume responsibility when the registration is carried out under a judicial order, notary action or an instruction issued by a Central Securities Depository.

Paragraph 2. If the document communicating the disposal or the transfer order does not expressly indicate the contrary, dividends due will belong to the acquirer as of the date of said document or order, except for those operations carried out on the stock exchanges, in which case norms relative to "ex-dividend date" in accordance with the law will apply.

CHAPTER V

SECTION ONE

Management and Administration

Article 16. - Corporate Bodies.

For the purposes of management, administration and representation, the Company has the following bodies: a) Shareholders General Assembly; b) Board of Directors, c) Chief Executive Officer d) Operative Presidency Retail Colombia. The management of the Company corresponds, first, to the Shareholders General Assembly and, secondly, to the Board of Directors as a delegate of the former. Legal representation of the Company and management of corporate business will be the responsibility of the Chief Executive Officer.

Paragraph 1. Each one of the indicated bodies has the functions and attributions that these bylaws confer to them, those in accordance with the special norms expressed here and those in accordance with the legal dispositions.

Paragraph 2. When these bylaws do not expressly refer to the position of Presidency as Operative Presidency Retail Colombia, it will refer in all the cases to the Presidency base on the literal (c) of this article.

SECTION TWO

Shareholders General Assembly

Article 17. - Composition.

The Shareholders General Assembly will be composed of the shareholders registered in the Share Registry book in person, or their legal representatives, or attorneys appointed in writing, meeting with quorum and as provided in these bylaws.

Article 18. - Ordinary Meeting.

The Shareholders General Assembly will hold its ordinary meeting each year, at the latest on March 31st, in the municipality or registered office, and it will be convened by the Board of Directors or by the Chief Executive Officer of the Company, to examine the situation of the Company, to designate administrators and other elected officials, to determine economic directives of the Company, to examine accounts and balances of the past year, to solve the distribution of profits and to agree on all the decisions needed to guarantee the compliance of the corporate purpose. If it were not convened, and as long as the current law contemplates the possibility of holding meetings in its own right, the Shareholders General Assembly by its own right will meet the first business day of the month of April at 10 in the morning (10 am), in the main offices of the administration, and will hold the meeting and will decide validly with a plural number of people, whatever amount of shares are represented by them.

Paragraph 1. The meeting call will be convened at least thirty (30) calendar days beforehand, without prejudice to the compliance of the legal norms, and the delivery of the corresponding financial statements, reports, propositions, books and other paperwork, that in accordance to legal norms will remain at the disposal of the shareholders to inspect or consult during the period indicated in article 447 of the Code of Commerce, at the main offices of the administration, will be mentioned.

Paragraph 2. The Board of Directors and the administrators will refrain from having the Shareholders General Assembly consider any item that was not included in the agenda published in the notice for said meeting.

Paragraph 3. Within five (5) calendar days after the publication of the notice for an ordinary meeting, any shareholder will be able to: (i) Propose in a well-founded manner the introduction of one or more items to the agenda of the Shareholders General Assembly; (ii) Present in a well-founded manner new proposals to decide on the items already included in the agenda; and (iii) request information or make inquiries about the items found in the agenda. The Board of Directors will regulate the manner in which it will answer the requests of the shareholders. If the proposal of the shareholder to add one or more items to the agenda is accepted by the Board of Directors, a complement to the meeting call of the Shareholders General

Assembly will be published at least fifteen (15) calendar days before the meeting is held. or fifteen (15) business days in advance, if the new point to be included is one of those that confers the right of inspection to the shareholders. In any case, the Shareholders will keep their right to present proposals during the meeting of the Shareholders General Assembly, so unless the segregation (wrongful split) of the company is presented to the Shareholders General Assembly for its consideration, if said decision is to be made by this body, or when the items proposed are other matters that in accordance to the law may only be debated if special requisites were previously observed about the call of the meeting, its publicity and its delivery of the project to the shareholders to examine during the period of the call, provided for the right of inspection.

Article 19 . - Extraordinary Meetings.

Extraordinary meetings will be held when unforeseen or urgent needs of the Company demand it, and will be convened by the Board of Directors, by the Chief Executive Officer or by the Statutory Auditor, either by their own initiative or at the request of a number of shareholders that represents a quarter (1/4) or more of the shares signed. As a general rule, the meeting will be held no less than fifteen (15) calendar days beforehand, without prejudice to the compliance of legal norms, by one of the means indicated in the twentieth article, and the agenda will be necessarily included in the notice. Except when legal provisions state otherwise, the Shareholders General Assembly will not deal with matters not included in the agenda published in the notice of the meeting during extraordinary meetings, except if the majority of the shares represented in the meeting established by the law adopts said decision, once the agenda has been discussed.

Article 20. - Call of the Meeting.

The call of the meeting will include the agenda for that meeting, detailing each of the issues that will be debated and the shareholders will be informed of it via any of the following means: (i) letter or written communication sent to the address each shareholder indicated to the Company for its registration in the Book of Registered Shares; (ii) personal notification, with the signature of each and all of the shareholders. (iii) published notice in an in-house journal at the main offices of the Company. When calculating the period of the call, whether business days or calendar days, whichever applies, both the day in which the call is sent or informed and the day in which the meeting is held will be counted.

Paragraph. Right of inspection. During the fifteen (15) business days immediately prior to the meeting of the Shareholders General Assembly in which the year-end Balance Sheet is to be considered, or in the other events provided for in the applicable law, the documents required by law for the exercise of the right of inspection will be placed, in the offices of the administration, at the disposal of the shareholders. Shareholders will be informed of this fact in the call notice. During the indicated period, the

shareholders may exercise the right of inspection in their favor, in the terms established in the law, the bylaws and the Code of Corporate Governance of the Company.

Article 20 bis. – Meetings that Require Special Call.

Without prejudice to the period of the call established for ordinary meetings of the Shareholders General Assembly, the call will be made at least fifteen (15) business days before for those meetings in which the projects submitted for consideration are related to the merger, split, transformation of the company, or to the voluntary cancellation of the registration of its shares in the National Registry of Values or Stock Market. In the notice for said call the matters to be debated shall be specifically indicated and the shareholders will be informed of the delivery, during said period, to the main offices, of the respective project or report about the reasons for this proposal, so the shareholders may consult it. Additionally, whenever applicable, there will be included notices about the possibility to exercise the right to withdraw.

Paragraph. When it is intended to discuss the increase of the authorized capital or the decrease of the share capital, the respective point must be included in the agenda indicated in the call. In these cases, the administrators of the Company will prepare a report on the reasons for the proposal, which must be made available to the shareholders at the Company's administration offices, during the term provided for the right of inspection.

Article 21. - Meetings without previous notice and decisions by remote voting.

The Shareholders General Assembly may meet at any site, deliberate and validly decide, without prior citation, when all the subscribed shares are represented. Similarly, decisions are valid when all shareholders express in writing their vote regarding specific points, in the terms established by Article 20 of Law 222 of 1995.

Article 22. - Deliberative Quorum.

Subject to legal exceptions, the Shareholders General Assembly will deliberate with a plurality of shareholders representing at least half (1/2) plus one (1) of the subscribed shares at the date of the meeting. If for lack of quorum the Shareholders General Assembly is unable to deliberate, another meeting will be summoned to decide validly with one or more shareholders regardless of the number of shares they represent.

Paragraph 1. The second called meeting must be held no sooner than ten (10) business days or later than thirty (30) business days.

Paragraph 2. When dealing with meetings in their own right, and provided that the applicable law enshrines them on the first business day of April, the Shareholders General Assembly may validly deliberate and decide at the main administration offices with a plural number of shareholders, regardless of the number of shares they represent.

Article 23. - Deciding Majorities.

The decisions of the Shareholders General Assembly shall require an absolute majority of the votes corresponding to the shares represented at the meeting, with the following exceptions:

- a. As long as it is required by articles 155 and 454 of the Commercial Code, or any rule that replaces or modifies them, the distribution of profits requires the approval of a plural number of shareholders meeting, with at least seventy-eight percent (78%) of the shares represented at the meeting. In the absence of such a majority approval, the distribution will not be less than fifty percent (50%) of the profits or the remainder thereof after compensating for losses from previous periods. If the sum of the legal, statutory, and occasional reserves exceeds the value of the share capital, the obligatory percentage of liquid profits that must be distributed, in the absence of the indicated majority, will rise to seventy percent (70%).
- b. The decision on the placement of shares without preference for the shareholders, in the case of the seventh article of these bylaws, will require approval with the vote of seventy percent (70%) of the shares represented, as long as it is required by numeral 5 of article 420 of the Commercial Code or any regulation that replaces or modifies it.
- c. The payment of the dividend in shares released by the company, obligatory for the shareholder, requires approval by eighty percent preference for shareholders, in the case of Article Seven of these bylaws, requires a (80%) of the shares represented, as long as it is required by article 455 of the Commercial Code or any rule that replaces or modifies it..
- d. A spin-off requires unanimity of the shares represented in the Shareholders General Assembly of the Company to modify the proportion of shareholder participation in the spin-off, in this case the Company in the capital of the beneficiary company in accordance with the law, as long as it is required by article 3 of Law 222 of 1995 or any regulation that replaces or modifies it.
- e. All others that by mandatory legal norm require a qualified or special majority above the absolute majority.

Article 24. - Right to vote.

Each share registered in the Share Registry confers the right to vote in the Shareholders General Assembly, without restriction regarding the number of votes that can be made by the shareholder or representative, but remaining in effect prohibitions or ineligibilities for votes on certain matters, such as the case of company administrators and employees in votes on financial statements, year-end accounts and liquidation. The votes of a single shareholder shall not be divisible.

Article 25. - Presidency and minutes.

The meetings of the Shareholders General Assembly will be presided by the Chief Executive Officer of the company and/or any of the members of the Board of Directors; in the absence of any of these, by the person designated by the Shareholders General Assembly from the attendees with a majority of the votes corresponding to the represented shares

A record of the meeting will be entered in the book of Minutes, registered with the Chamber of Commerce of the Company's domicile. The minutes shall be signed by the person presiding the meeting, by the titular Secretary or adhoc who has acted in it and, in his/her absence by the Statutory Auditor, and shall be approved by the Shareholders General Assembly; the latter may delegate this authority to a plural committee designated for this effect (Art. 189 of Commercial Code, or any regulation that modifies or adds). The minutes shall contain the details and statements required by the law.

Paragraph. The minutes of non-face-to-face meetings of the highest corporate body must contain the signature of a legal representative and the Company's secretary. In the absence of a secretary, the minutes must be signed by one of the shareholders.

Article 26. - Voting Rules.

To carry out its corresponding actions and votes the Shareholders General Assembly will observe the following rules:

- a. The votes will be carried out in writing only whenever the president of the Shareholders General Assembly so establishes it, or when the system of electoral quotient must be applied;
- b. For each unitary election a separate vote will be carried out, but when the vote is for the regular and alternate delegate for a single position the election will be carried out jointly;

- c. If a tie was reached in a unitary election, another vote will be carried out and if in the second vote a tie was also reached, the appointment of that position will be considered suspended. If a tie was reached when voting for proposals or resolutions, these will be considered not accepted.
- d. When the name of a candidate is repeated one or more times in the same ballot, only the votes in their favor in said ballot will be counted; but if the repetition is due to this person appearing as the regular and alternate delegate of a position, its name for alternate delegate will not be taken into consideration;
- e. If any ballot has a number of names greater than the number it is supposed to have, the names that will be counted will be the first in order of appearance up to and including the last one before the due number is reached. If the number is smaller than the one it is supposed to have, all that appear will count.
- f. To integrate the Board of Directors and the commissions or collegiate bodies, the system of electoral quotient will be applied, in the manner prescribed by the law, unless there is unanimity of votes corresponding to the total of the shares represented in the meeting, or unless the National Government establishes the obligation to apply a different voting system;
- g. The Company may not vote with its own reacquired shares in its power;
- h. If the Bylaws are modified, each article or group of articles that are substantially related to each other will be voted on separately, unless a shareholder or group of shareholders that represents at least five percent (5%) of the corporate capital, requests that they be voted on separately during the Shareholders General Assembly. In the same sense, the statutory bylaws amendments may be voted on as a whole, and not separately each article or group of articles, when approved by the Shareholders General Assembly with the absolute majority of votes.

Article 27. - Functions and Attributions.

Functions and Attributions of the Shareholders General Assembly include:

- a. Choosing and removing freely members of the Board of Directors, the Statutory Auditor, and approving the succession policy for these positions, when needed;

- b. Approving the general policy for remuneration of the members of the Board of Directors, and of the Senior Management if a variable component of remuneration is found linked to the value of the business of the Company in the market;
- c. Examining the accounting that must be presented by the Board of Directors and the Chief Executive Officer each year, or whenever the Assembly demands it; and consequently, approving, not approving or modifying the corresponding financial statements and disclosures that, according to legal norms, they must submit for consideration;
- d. Appointing from its number a plural commission that studies the accounts, the financial statements and other reports of this type, when these are not approved, and which reports to the Shareholders General Assembly its findings in the period indicated by the Shareholders General Assembly;
- e. Considering the reports of the Board of Directors and of the Chief Executive Officer in regard to the social businesses, disclosures, accounting and statistical data required by the law; the proposals presented by the Board of Directors with the financial statements and the report of the Statutory Auditor;
- f. Making use of the profits that exist in accordance to the financial statements of situation and of results, once approved, subject to the legal dispositions and to the norms of these bylaws. When exercising this attribution it may create or increase voluntary or occasional reserves for a specific purpose; and set the amount of the dividend, the manner and the period in which it is to be paid;
- g. Ordering the transfer or a change in destination of the occasional or voluntary reserves, their distribution or their capitalization, when these were deemed unnecessary;
- h. Appropriating profits that were designated as reserves to reacquire shares, subject to the bylaws and legal norms and authorize the acquisition of the Company's own shares;
- i. Ordering that certain ordinary shares be issued without them being subject to preemptive rights;

- j. Creating industrial or usufruct shares; issuing privileged shares, issuing regulations for their placement, determining their nature and the extension of their privileges, reducing these or eliminating them, subject to the norms of these bylaws and legal provisions;
- k. To decide (i) the merger of the Company with another company or other companies, (ii) its transformation, (iii) its split, or (iv) its separation (wrongful split), the disposal of shares, a lien or the lease of the corporate business or that of a portion of its assets, whenever these assets are considered as essential to the corporate business by the Board of Directors, (v) the acquisition of companies or assets whenever the acquisition, according to the Board of Directors, may modify the corporate business, (vi) the anticipated dissolution or the extension of its duration and (vii) in general, on any change, extension or modification of the Bylaws;
- l. Ordering the corresponding legal actions against administrators, directing delegates or the Statutory Auditor;
- m. Designating, in the event of the dissolution of the Company, one or several liquidators, and alternate delegates for each one, removing them, determining their retribution and dictating them orders and instructions needed for the liquidation, and approving their accounts. As long as the names of the liquidator and his alternate delegate are not registered, the Chief Executive Officer will be considered as such when the company is in liquidation, and the alternate delegates will be those who at that time are alternate delegates of the Chief Executive Officer, in the corresponding order;
- n. Creating and placing shares with preferential dividends and without the right to vote; however, these may not represent more than the maximum percentage (%) established by the law;
- o. Adopting, in general, all measures required to comply with the bylaws and for the common interest of the shareholders;
- p. Any other indicated by the law or by these bylaws and which are not carried out by any other social body.

Article 28. - Delegation.

The Shareholders General Assembly may delegate to the Board of Directors or to the President, in certain cases or for a certain period of time, some of its functions, as long as they can be delegated due to their nature and if their delegation is not prohibited.

Nevertheless, the functions described in a), b), f), g), i) and k) of article 27 of these bylaws will be considered exclusive to the Shareholders General Assembly and thus non-delegable

SECTION THREE

Board of Directors

Article 29. - Composition.

The Board of Directors is composed of nine (9) members or Directors, elected by the Shareholders General Assembly; three must be independent under terms of Law 964 of 2005, or norms that expand or modify it.

Paragraph. The Chief Executive Officer of the Company, as such, is not a member of the Board of Directors, but shall attend all its meetings, with voice but no vote, and will not receive special compensation for his/her attendance. In any case, the Board of Directors may meet, deliberate and validly decide without the presence of the Chief Executive Officer of the Company. Nevertheless, said official may be a Member of the Board of Directors if elected by the Shareholders General Assembly and, in such case, shall have the rights and privileges belonging to the other Directors.

Article 30. - Period of Directors.

The appointment of the Directors shall be for periods of two (02) years, but they may be re-elected indefinitely and freely removed by the Shareholders General Assembly at any time.

Paragraph 1. Directors may not be replaced in partial elections without a new election by the electoral quotient system, unless the vacancies are filled by unanimity of the votes corresponding to the shares represented at the meeting.

Paragraph 2. All the members of the Board of Directors will be elected at the General Shareholders Meeting, through the electoral quotient system in two (2) voting processes, one of them to elect the independent members and another for the election of the remaining members. However, the election of all the members of the Board of Directors may be carried out in a single voting process, whenever it is assured that at least three (3) independent members will be elected or when only one list is presented, including at least three (3) independent members.

Article 31. - President of the Board of Directors.

During the period for which it has been chosen, the Board of Directors will appoint from its members a President, who must have the quality of independent, who will preside the meetings, will direct the deliberations and the actions of the corporation; if the President is absent, the meetings will be presided by one of the members that attend the meeting, appointed ad hoc. Whoever is the legal representative may not act as President of the Board of Directors. Functions of the President of the Board of Directors include the following and those defined by the Board of Directors: (i) assuring that the Board of Directors efficiently fixes and implements the strategic direction of the Company; (ii) promoting governing rules in the Company, acting as a liaison between the shareholders and the Board of Directors; (iii) coordinating and planning the operation of the Board of Directors by establishing an annual plan of work based on assigned functions, (iv) calling the meetings, directly or by means of the Secretary of the Board of Directors; (v) preparing the agenda of the meetings, in coordination with the Chief Executive Officer of the Company, the Secretary of the Board of Directors and the other members; (vi) guaranteeing the timely delivery of information to the Members of the Board of Directors, directly or by means of the Secretary of the Board of Directors; (vii) presiding the meetings and handling the debates; (viii) guaranteeing the execution of the agreements of the Board of Directors and carrying out follow ups to its orders and decisions; (ix) monitoring the active participation of the members of the Board of Directors; and (x) being a leader in the annual assessment process of the Board of Directors and the Committees, except for its own assessment.

Article 32. - Meetings.

The Board of Directors shall meet regularly at least eight (8) times a year; and extraordinarily when summoned by the same Board of Directors, by the President, by the Auditor or by two of its Members. Summons for extraordinary meetings shall be communicated at least a day in advance, but if all members are already assembled they may deliberate validly anywhere and take decisions without prior summons.

Paragraph 1. The meetings shall be held at the corporate domicile or at a site agreed upon by the Board of Directors.

Paragraph 2. In cases and under the requirements established by law, the Board of Directors deliberations and decisions may be carried out via simultaneous or successive communications among the members, including telephone, fax, radio or other appropriate form of transmission and reception of audible or visible messages.

As well, decisions may be adopted by distance vote in writing by Board of Directors members in the same document or in separate documents, clearly indicating the vote issued by each of the members, when and if the document is received by the Chairman of the Board of Directors or legal representative within one month after the date of the first received communication.

Article 33. – Regulations.

Operation of the Board of Directors shall be governed by the following regulations:

- a. Subject to the provisions of the paragraph of article 29 of these Bylaws, the Chief Executive Officer of the company will attend meetings but the Board of Directors may meet and decide validly without his presence;
- b. It will deliberate with the presence of five (5) members, and this same majority vote shall be required to approve decisions, except in cases where the bylaws or any law require a special majority.

Paragraph: In the event that a potential conflict of interest (defined as stipulated in Article 23 of Law 222 of 1995, as well as any other regulation that supplements, modifies or replaces said law in the future) in which case one or more of the board members should abstain from participating in the deliberations and the voting, quorum will consist of those members of the Board of Directors that do not present said conflict of interest and decisions shall be taken by a simple majority of these unaffected members, but only if the decisive quorum required by law is achieved. Otherwise, the decision which creates the potential conflict shall be submitted for consideration by the Shareholders General Assembly.

- c. If a tie were to occur when voting on propositions or resolutions, they are deemed as negated. If a tie should occur for a nomination, a new vote shall ensue, and if a tie is repeated, the appointment shall be deemed suspended;
- d. De All meetings and decisions referred to in paragraph 2 of Article 32 of this bylaws, shall be written and records settled in the book of records registered at the Chamber of Commerce where the company's official address is located. In said book will be recorded the facts and circumstances pertaining to the face to face meeting (time, date, name of the attendees, matters discussed, decisions), or an explanation of the mechanism used for decision-making as stated in paragraph 2 of Article 32 of these bylaws, and in all cases what decisions were adopted, the number of votes cast for, against, or blank, how each voter cast his decision, manifestations or reasons for abstaining to vote, the circumstances and relevant information brought up by participating administrators relative to acts for which a conflict of interest may exist, and the statements left by those who participated in the deliberations and decisions;

e. The minutes shall be signed by the chairman of the respective meeting and the secretary who participated in it, if it were a face to face meeting. If it were not a face to face meeting, the minutes shall be signed by the legal representative and the Company Secretary, or, in the absence of the latter, by one of the Directors. In all cases, the minutes shall be submitted for approval at the next Board of Directors meeting unless the Board of Directors approves them during the original meeting or through a committee specifically designated for that purpose.

Article 34. - Duties.

The Board of Directors is given the broadest mandate for managing the Company and therefore is awarded sufficient powers to order the execution or to celebrate any act or contract that falls within its duties and to take the necessary decisions in order for the Company to fulfill its purposes and, specifically, has the following functions:

34.1. Relating to the Company's strategy:

- a. Summon the ordinary and extraordinary meetings of the Shareholders General Assembly when required by the needs of the Company or requested by shareholders representing at least one-fifth (1/5) of the shares subscribed.
- b. Approve and periodically monitor the strategic plan, business plan, management targets and annual budgets of the Company, as well as periodic monitoring of the performance of the same and ordinary course of business, serving as an advisory body to the Presidency.
- c. Define the structure of the Company, including its subsidiaries and group governance model.
- d. Establish Company policies and those of its affiliates in the different orders of activity companies, and, where appropriate, develop the proposal to the Shareholders General Assembly of the remaining policies or proposals that body must approve.

34.2. Relating to corporate governance

- a. Ensure respect for the rights of investors who have invested in securities issued by the Company, ensure effective compliance and disclosure, and promote equal treatment for all shareholders and investors.
- b. Respect the right of shareholders to participate in dividends and profits of the Company, participate in the appointment and removal of members from the Board and assess the report of its management, and participate and vote at the Shareholders General Assembly.
- c. Approve the policies and the Annual Report of the Corporate Governance as well as information and communication policies with the various types of shareholders, markets, interest groups and the public in general.
- d. Adopt the Company's Code of Good Governance and ensure its effective compliance and disclosure.

- e. Monitor the efficiency and the level of compliance with corporate governance measures and the ethical and behavioral standards adopted by the Company, as well as the adoption of policies that relate to systems of anonymous complaints or "whistle-blowers".

34.3. Relating to the control and management of risk:

- a. Ensure an adequate control environment within the Company and its subordinates, with preference for a control architecture that covers all the related companies and monitoring their effectiveness.
- b. Approve risk policies and delegation thereof, and periodically monitor the company's main risks, including those that occur off the balance sheet.
- c. Approve, monitor and assess effectiveness as related to internal control systems in accordance with the procedures, stipulated in the risk control systems and alarms that have been adopted by the Board of Directors.
- d. Submit a proposal to the Shareholders General Assembly for the hiring of an Auditor, having performed a prior analysis of their experience, availability and that they possess the human and technical resources necessary to perform said audit.
- e. Monitor the independence and efficiency of the internal audit procedure.

34.4. Relating to conflicts of interest and transactions between related entities:

- a. Be aware of and manage conflicts of interest between the Company and shareholders, members of the Board and Senior Management as well as approve policies for managing conflicts of interest and the use of insider information by any employee, and regulate such conflicts through the establishment and operation of a Committee for Conflicts of Interest. The foregoing is without prejudice to the powers legally assigned to the Shareholders General Assembly in matters of conflicts of interest.
- b. Define the rules that the company must follow for the evaluation and authorization of transactions performed by the Company in respect to: (i) controlling shareholders, major shareholders or ones that are represented in the Board of Directors; (ii) members of the Board of Directors and other Managers or persons related to them, and (iii) with the company groups to which they belong. The foregoing is without prejudice to the powers legally assigned to the Shareholders General Assembly in matters of conflicts of interest.

34.5. Relating to financial management and investments:

- a. Approve the financial, accounting and investment policies of the company and determine the destination of the appropriations allocated by the Shareholders as investment reserves.

- b. Authorize the acts or operations that, due to their amounts, exceed the President's or other Legal representatives' mandates, except when these mandates have been reserved for the Shareholders General Assembly, in which case the function of the Board of Directors is limited to the proposal and justification of said operation. Pertaining to this, the Board of Directors must previously authorize the Chief Executive Officer of the company before he/she may execute or enter into any act or contract where the amount is or exceeds forty-six thousand (46,000) times the value of the legal monthly minimum wage at the time of said operation and must do the same for other legal representatives when the amount exceeds twenty-three thousand (23,000) times the effective monthly minimum wage at the time of operation. This limitation excludes: (i) the purchase and sale of inventories for resale in stores, (ii) procurement of public services, cleaning, security, or other services necessary for the normal operation of the company, and (iii) financial operations required for the effective management of the company or to hedge its exposure to foreign exchange within the limits set for it by the Board of Directors. The above stated operations may be undertaken by the company's Chief Executive Officer, without limitations or prior authorization from the Board of Directors.
- c. Authorize the creation or acquisition of shares in any company, regardless of their location as well as their subsequent disposal, when these operations: (a) are above the attributions of the Legal Representative or (b) take place in jurisdictions considered to be fiscal paradises regardless of their amount.
- d. It must also provide for and regulate the procurement of collective loans, issuance of securities, bonds or similar documents.
- e. Start negotiations on mergers or integration with other companies, and submit these for approval at the Shareholders General Assembly.

34.6. Relating to the operation of the Board of Directors:

- a. Propose policies for succession of the Board of Directors to be approved by the Shareholders General Assembly and ensure that the procedures of proposing and electing Board Members are carried out in accordance with the formalities prescribed by the Company.
- b. Propose to the Shareholders General Assembly the policy for Remuneration of Board Members.
- c. Organize the evaluation and self-evaluation process of the Board of Directors and its members, in accordance with the rules adopted for this purpose, as well as ensuring compliance with policies and procedures governing the process of proposing and electing these said members of the Board of Directors.
- d. Create any Support Committees for the Board of Directors deemed necessary, as well as the adoption of internal rules of operation for these said committees. Among them shall be included at least one Audit and Risk Committee together with a Nominating, Compensation and Corporate Governance committee.

34.7. Relating to the management of the Company:

- a. Appoint the Chairman of the Company, the Internal Auditor and the Secretary General, and define the remuneration and compensation, performance evaluation and succession policy of these appointees. For these appointments, prior reports will be provided by the Appointment Committee, by the Remuneration and Corporate Governance committee, and in the case of the Internal Auditor a prior report will also be provided by the Audit and Risk Committee.
- b. Naming of Operations Officer Retail Colombia and Retail Trade Operations and of Vice-Presidents as per the Company Chief Executive Officer proposals. Likewise, approve the remuneration and compensation, performance evaluation, and succession policy for these, except if said tasks were designated as a responsibility of the Shareholders General Assembly.
- c. Determine the order of precedence in which the Vice-presidents and other officials shall act as alternates to the Chief Executive Officer and how he/she would be replaced in case of a temporary or accidental absence;
- d. Authorize the policy for gratuities, benefits and other entitlements of an extralegal character to be provided for the company's service staff;

34.8. Regarding the financial and non-financial information of the Company.

- a. Prescribe methods or systems to be applied for accounting as well as standards for the preparation and presentation of financial statements in accordance with the established accounting laws and regulations;
- b. Monitor the integrity and reliability of accounting systems and of internal information based, amongst other things, on reports from internal auditing and from legal representatives.
- c. Monitor information, financial and otherwise, which must periodically be disclosed under the information and communication policies of the Company.
- d. Examine the financial statements that are periodically prepared by the management, as well as the books, documents, assets and dependencies belonging to the Company for the purposes of directing and evaluating the management.
- e. Approve the financial statements for each financial year, the Management Report and the distribution of profits or the write-off of losses plan, which must be submitted to the Shareholders General Assembly during its regular meetings.
- f. Liaising between the shareholders and the management of the Company for the provision of information by creating and defining Company policies and regulations that are effective mechanisms for ensuring the effectiveness and timeliness of information pertaining to the Company's business.

- g. Regulate the procedures for empowering shareholders and the owners of securities issued by the Company through public offering, to perform specialized audits at their own cost and responsibility, in accordance with the rules and requirements that are defined for this purpose.
- h. Consider proposals that are presented by a plural number of shareholders who represent, at least, five percent (5%) of the subscribed shares, and respond in writing to those who have formulated them, clearly indicating the reasons that motivated the decisions. In all cases the objective of such proposals may not be any issues related to industrial secrets or strategic intelligence for the development of the Company.
- i. Take care of requests or complaints from shareholders and investors related to the effective fulfillment of the rules of Corporate Governance

34.9. In relation to the shares of the company:

- a. Regulate the positioning of shares held in reserve, complying with legal requirements.
- b. Propose the share buyback policy to the Shareholders General Assembly.
- c. Approve the dematerialization process of the Company's shares and authorize the Chief Executive Officer for its implementation.
- d. Define the authorizations policy to company employees and members of the Board of Directors, every time the law demands and within its requirements, to acquire or to transfer shares of the Company.
- e. Determine, in the event of default by a shareholder on the payment of pending installments for shares that have been subscribed, the indemnification will that must be used by the Company, between the various ones authorized by law.

Article 35. - Delegation.

The Board of Directors will be able to delegate to the Committees of the Board of Directors, the Chief Executive Officer or to the other Legal Representatives, whenever it is deemed appropriate, for special cases or for a limited time, one or some of the functions listed in the preceding article, whenever by their nature they are delegable by not being prohibited by law or because their delegation is not recommendable in accordance with the rules of Corporate Governance contained in the Country Code published by the Superintendence of Finance.

SECTION FOUR

Chief Executive Officer and Other Legal Representatives

Article 36. - Appointment and Legal Representation.

The Legal Representation of the Company, in and out of court, and the management of the corporate businesses will be the responsibility of an employee referred to as the Chief Executive Officer, whose appointment will be made by the Board of Directors for an indefinite term and which may be removed freely by the Board at any time. All employees of the Company, with the exception of the Internal Auditor will be subordinates to the Chief Executive Officer in the performance of their roles.

Article 36 A. – Operative Presidency Retail Colombia.

Operative Officer Retail Colombia will be named by the Board of Directors for an indefinite term, according to the proposals presented by the Chief Executive Officer of the Company, and without prejudice to free dismissal by the Board of Directors at any time, will carry out the legal representation of the Company, judicially and extra-judicially and will be subordinate to the Chief Executive Officer.

Article 36 B. – Functions.

Operative Officer Retail Colombia:

- a. Make decisions in accordance with the strategy and guidelines set by the Chief Executive Officer;
- b. Accompany, support and complement the Chief Executive Officer in strategy, government relations, media, expansion plans, investors and new business initiatives;
- c. Be responsible for the operation of the integral supply chain of Retail business and corresponding P&L;
- d. Accompanying the Chief Executive Officer at investor meeting deemed pertinent;
- e. Align conceptually and philosophically the areas of responsibility to results of the Retail business;
- f. Execute the expansion plan;

- g. Ensure effective coordination among key business areas of Retail and the support areas;
- h. Endorse the competitive strategy of the various Retail businesses;
- i. Support new business already defined and promote the development of new businesses and hidden assets.
- j. Prioritize intra-area work initiatives;
- k. Propose compensation schemes that align management with business results;
- l. Lead required organizational transformation;
- m. Manage operations transversally across areas and businesses to obtain consistent results;
- n. Align goals with required results. Ensure periodic controls;
- ñ. Optimize discussion scenarios and use key business information to improve procedures and programs;
- o. Maintain program goals despite personnel changes that occur;
- p. Ensure the implementation of established agreements and goals;
- q. Chair the committee of Vice-presidents and Retail corporate managers.;
- r. Take responsibility for sales, EBITDA, inventory turnover, work environment, customer service, retail market share;

Article 37. - Other Legal Representatives.

Simultaneously with the Chief Executive Officer, the legal representation will be applied jointly or separately by Operations Officer Retail Colombia, and the Vice-Presidents, who in addition, in the order that the Board of Directors determine, will be substitutes for the Chief Executive Officer, and will replace him or her in cases of occasional or temporary absence and in absolute absences

while they are in the position, or when they are legally prevented from or unable to act on a particular subject, circumstances that will be verified, declared and certified by the Chairman of the Board of Directors. In the absence of other Legal Representatives, the members of the Board of Directors will be substitutes, in the order in which they have been elected.

Paragraph 1. In case of permanent absence, understood as death, accepted resignation or removal from the position for more than thirty (30) consecutive days without license, the Board of Directors will appoint a new Chief Executive Officer for the rest of the period; while the appointment and the corresponding registration in the commercial register takes place, the Chief Executive Officer of the Company will be practiced by the substitutes indicated in this article.

Paragraph 2. For the purposes of the legal representation of the Company, it will equally have the quality of legal representative, the Secretary-General or the position that takes its place, who will represent the Company exclusively before the jurisdictional, administrative, police and taxation authorities and organizations of the State.

Paragraph 3. For the purposes of the legal representation of the Company in a simultaneous way, the other Legal Representatives other than the Chief Executive Officer will have fixed limitations to these bylaws, and in particular they will not be able to carry out actions or make contracts that exceed twenty-three thousand (23,000) times the value of the monthly minimum legal wage at the time of the operation without the previous authorization of the Board of Directors. When another Legal Representative practices the representation of the Company as a substitute of the Chief Executive Officer by virtue of his/her temporary or definitive absence or because of becoming prevented or unable, the same limitations established for the Chief Executive Officer will apply to them.

Paragraph 4. The responsible for filing relevant information to the Finance Superintendent of Colombia will be that of the Finance Vice-president of the Company or the agent in lieu thereof.

Article 38. - Duties.

The Chief Executive Officer of the Company is the chief executive with representation powers, with executive and management functions and, as such, he is in charge of the legal representation of the Company, the business and financial management, the responsibility of the administrative action, the coordination and the general supervision of the Company, which he shall execute in accordance with these Bylaws and legal provisions, subject to the orders and instructions from the Board of Directors. In addition to the general functions aforementioned, the Chief Executive Officer shall also:

- a. Execute and fulfill agreements and decisions from the General Assembly and the Board of Directors;
- b. Freely appoint and remove Company employees, except those whose appointment and removal compromises the Shareholders General Assembly and the Board of Directors;
- c. Summon the Board of Directors when deemed necessary or convenient, and keep it duly informed as regards any operation for social businesses; submit for consideration the trial balances and other financial statements destined for administration, and provided all reports they request concerning the Company and its operations;
- d. Call for a Shareholders General Assembly and present, in the ordinary meeting, the balance for the end of the fiscal year along with the reports, utilities distribution project and other disclosures and special information required by law, prior to the analysis, consideration and approval of the Board of Directors;
- e. Maintain the market fully informed of relevant facts and matters which have taken place in the Company as well as their main risks, by means of the due disclosure of information to the Financial Superintendence and the Stock Market in which the securities issued by the Company are registered. The foregoing, for the shareholders and investors be constantly informed of relevant facts, acts and operations related to the Company that, in some way, may affect its interests. In agreement with Paragraph 3 of Article 37, the Financial Vice President shall fulfill the function of compliance agent concerning relevant information. In accordance with the foregoing, a place with information for shareholders and investors shall be created in the Company's webpage;
- f. Ensure the effective compliance and disclosure of the Code of Good Governance, jointly with the Board of Directors;
- g. Provide the opening or closure of subsidiaries or agencies, within or outside the main headquarters and determine the extension and limitations of the powers granted to the administrators of the respective institutions;
- h. And others granted by these Bylaws or legislation

Article 39. - Authorization.

As Legal Representatives of the Company, in and out of court, the Chief Executive Officer and the other Legal Representatives will have the authority to implement or to perform, without other limitations other than those established in these bylaws, operations that must be previously authorized by the Board of Directors or the Meeting of Shareholders, all the actions or contracts understood within the corporative objective or that simply have a preparatory, accessory or complementary nature for the accomplishment of the aims that the Company pursues, and those that are directly related to the existence and the operation of these. The President and the other Legal Representatives will be granted special powers to compromise, arbitrate and be involved in the company businesses, to bring about or to help judicial or administrative actions or disputes in which the Company has an interest and to interpose all the applicable resources according to the law; to stop actions or resources that interpose; to notate obligations or credits; to give or to receive goods in payment; to establish the judicial or extrajudicial representatives that are deemed necessary so that, acting under their orders, they represent the Company in any sort of business, and to determine their authorization, previous authorization from the Board of Directors when it is to form general representatives; to revoke mandates and substitutions.

Article 39 bis. – Delegation.

The Chief Executive Officer will be able to delegate to the employees of the Company, especially in the Senior Management, the practice of one or some of the previous functions and authorizations, whenever by their nature such functions or authorizations are delegable and the delegation is not prohibited, in accordance with the policy that the Board of Directors approves for this reason.

CHAPTER VI

Statutory Auditor

Article 40. - Appointment.

The Statutory Auditor and his/her Substitute will be chosen by the Shareholders General Assembly for periods of two (2) years simultaneous to those of the Board of Directors, but as representatives from the group of the shareholders they can be removed at any time by the Meeting and be re-elected successively, with the vote corresponding to the absolute majority of the shares represented in the meeting. The Substitute will replace the principal in all cases of absolute or temporary absence.

Paragraph 1. The Tax Auditing can be entrusted to an accounting firm or association designated by the Shareholders General Assembly. In this case, the designated accounting firm or association must appoint a public accountant to conduct the audit personally and a substitute in case the assigned accountant is unable to perform his/her functions.

Paragraph 2. The Board of Directors will guarantee that the Shareholders General Assembly selects the Tax Auditor in a transparent and objective way. To that end, the Board of Directors will study the quotes and general and specific qualifications of three candidates and will make any recommendations it considers necessary to the Shareholders General Assembly so an Auditor can be selected.

Article 41. - Quality and Legal Status.

The Statutory Auditor and his Alternate must be public accountants and shall be subject to the disqualifications, prohibitions, incompatibilities and responsibilities established by law.

Article 42. - Functions.

The functions of the Statutory Auditor are:

- a. Ensure that the transactions entered into or carried out on behalf of the Company conform to the provisions of the bylaws, decisions of the Shareholders General Assembly and of the Board of Directors;
- b. Provide timely accounts, in writing, to the Shareholders General Assembly , the Board of Directors or the Chief Executive Officer regarding irregularities that occur in the functioning of the Company and the running of its businesses;
- c. Cooperate with government agencies engaged in the inspection and supervision of the Companies and present reports that may be required or requested;
- d. Ensure timely accounting of the Company and the minutes of the meeting of the Shareholders General Assembly and the Board of Directors and the due conservation of correspondence of the Company and accounting vouchers, giving the necessary instructions for such purposes;

- e. Regularly inspect the Company's assets and ensure conservation or safety measures of these and others for which the company has custody;
- f. Give instructions, carry out inspections and request the necessary reports to establish permanent control over corporate securities;
- g. Authorize with signature any statement with his/her corresponding opinion and report;
- h. To call for a Shareholders extraordinary meeting when deemed necessary;
- i. Ensure that all insurance policies that protect the assets of the Company are timely issued, renewed and regularized with the payment of corresponding premiums;
- j. Visit in person or through delegates, at least once a year, commercial establishments of the Company;
- k. Perform such other duties as are specified in laws or the bylaws and those that, being compatible with the above, are entrusted by the Shareholders General Assembly.
- l. Constantly inform the Chief Executive Officer and the Board of Directors on relevant and material matters resulting from his/her audit. The disclosure of this relevant and material information by the Chief Executive Officer and the Board of Directors will be made by timely referral to the Financial Superintendency and the Stock Exchanges where the securities issued by the company are registered.

CHAPTER VII

Secretary General

Article 43. - Appointment and Functions.

The Company shall have a Secretary General, who will also hold an executive position in the Company, so the decision of his/her appointment and removal will depend on the Board of Directors according to the proposal of the Company's CEO after a report from the Appointment, Remuneration and Corporate Governance Committee. The Company's Secretary General will be Secretary to both the General Shareholders Meeting and the Board of Directors.

In addition to the special functions that are assigned to him/her by the Board of Directors or the Chief Executive Officer, the Secretary will have the following functions and responsibilities:

- a. Keep in accordance with the law the book of minutes of the Shareholders General Assembly and the Board of Directors, taking minutes and authorizing by signing issued copies;
- b. Monitor issuance and transfers of share certificates and registration of documents in the corresponding Share registry book;
- c. Communicate calls for meetings of the Board of Directors and Shareholders General Assembly and deliver, on time and in good and due form, the information to the members of the Board of Directors;
- d. Manage documents and archives of the Company and ensure the custody and preservation of books, deeds, titles, records and other items entrusted to him/her;
- e. Maintain up to date with legal requirements the registration of trademarks, emblems, names and other industrial or commercial property rights, insurance policies, public deeds and other documents relating to the ownership, possession or custody of property and rights of the Company;
- f. Ensure the formal legality of the actions of the Board of Directors and that its procedures and governance rules are respected and regularly reviewed, in accordance to the provisions of the Company Bylaws and other internal regulations.

Paragraph. The Secretary may hold, simultaneously, a position of Vice President of the Company, in which case, in addition to the rules set forth in this article, the provisions contained in articles 37 and following of these bylaws will be applicable.

CHAPTER VIII

Financial Statements, Reserves and Dividends

Article 44. - Accounting and Financial Information.

The Company shall keep the accounting of its businesses in accordance with the laws and regulations and subject to applicable technical standards. At least once a year, as of December thirty-one (31), the Company will issue financial information on its business situation, results of operations and changes in its financial situation, identifying end of period date and period covered. This information will be issued through the basic financial statements prescribed by law, prepared in the manner prescribed by it and subject to the relevant technical standards. The basic financial statements will be official once they are approved by the Shareholders General Assembly, which must consider the statements. Periodically, when determined by the Board of Directors or the Chief Executive Officer, trial balances will be issued along with partial information deemed necessary for management purposes only

Article 45. - Profits.

Distribution of profits will be based on the end of period general statements approved by the Shareholders General Assembly . Profits cannot be distributed without cancellation of prior period losses affecting capital, affecting capital understood as a consequence of losses reducing net capital below share capital.

Article 46. - Reserves and Dividends.

The profits of each period, as established by the general statements approved by the Shareholders General Assembly, will be distributed in accordance with the following norms and legal dispositions

- a. As long as required by applicable law, ten percent (10%) of the net profits after taxes must be transferred to the legal reserve until this reaches fifty percent (50%), at least, of subscribed capital; On reaching this level, the Shareholders General Assembly will decide whether to continue increasing the legal reserve, but if the reserve falls below this level, appropriations of ten percent (10%) of the net profit of each period must be transferred to the legal reserve until it again reaches the set level;

b. After the appropriation for the legal reserve, as the case may be, the Shareholders General Assembly may order appropriations deemed necessary or appropriate to establish or increase occasional reserves, subject to the legal norms. Such reserves will have clear and specific uses and shall be binding for the period in which they are made, but the Shareholders General Assembly may change the use given to such reserves or distributed them when they are unnecessary. c) If there are prior period losses affecting capital which have not been cancelled, profits will be applied to their cancellation before any appropriation to legal, voluntary or occasional reserves.

c. If there were prior period losses non canceled that affect the capital the profits will be applied to the cancellation of said losses before any appropriation for legal, voluntary or occasional reserves.

d. As long as required by applicable law, appropriations to create or increase voluntary or occasional reserves which would affect the minimum legal profit to shareholders require a favorable vote by a plural number of shareholders representing at least seventy eight (78%) of the shares represented in the meeting: Unless otherwise decided, approval by the majority indicated above requires distribution of at least fifty percent (50%) of the net income or of that remaining after cancellation of prior period losses. The minimum distribution percentage will be increased to seventy percent (70%) if the amount of the legal, statutory, and occasional reserves exceeds the value of the share capital.

Article 47. - Payment of Dividends.

Dividends will be paid in proportion to the paid in portion of the share par value. Payment will be in cash, within the year following the date in which they are decreed, in the form or period as determined by the Shareholders General Assembly, to the shareholder at time of payment. Dividends will be offset by amounts owed by the shareholder to the Company.

Paragraph. As long as the applicable law so provides, by decision of the shareholders General Assembly, the dividend may be paid with released shares. The decision shall be binding on the shareholder when it is approved by a vote of eighty percent (80%) of the shares represented; or in the event that the Company is in a situation of subordination, in the absence of such a majority, shareholders will choose to receive the dividend in shares or require payment in cash.

CHAPTER IX

Dissolution and Liquidation

Article 48. - Grounds for dissolution.

The company can be dissolved on general legal grounds applicable to all commercial companies, on grounds specific to publicly held share companies and extraordinarily at any time by a decision of the Shareholders General Assembly with votes of at least half plus one of the shares represented in the meeting and legally formalized.

Article 49. - Liquidator.

Upon dissolution of the Company on any grounds, the liquidation and division of corporate capital will be done in accordance with legal norms by a special liquidator appointed by the Shareholders General Assembly without prejudice that it may designate various liquidators and decide if they should work jointly or separately. For every liquidator the Shareholders General Assembly will appoint an alternate. Until the appointment of the liquidator is made and registered, the Chief Executive Officer, the Operative Presidency Retail Colombia and the Vice-presidents listed in the mercantile registry will act as such.

Article 50. - Norms for the liquidation

The liquidation of the Company and the division of the corporate capital will proceed in accordance with the law and with the applicable dispositions of the Civil Code, observing the following rules:

a. The General Assembly of the Shareholders will be convened and will meet at the times and terms prescribed for the ordinary meetings, and extraordinarily whenever convened by the liquidator, the Statutory Auditor, the Superintendent of Societies, or when requested by shareholders representing at least twenty-five percent (25%) of the subscribed shares. In these meetings it will carry out all the functions compatible with the liquidation status and particularly, freely naming, changing and removing the liquidator or liquidators and Alternates, requiring accounts from them, defining the assets that must be distributed in kind and establishing priorities for disposal of assets, form and period to do so, establishing liquidator's fees and all other in accordance with the law.

- b. The Shareholders General Assembly will determine which goods will be distributed in kind, set the values of these goods or the procedure to determine them, establish the procedure for awarding them and authorize the liquidator to make the corresponding distributions in accordance with the law.
- c. The Shareholders General Assembly will have faculty to authorize the awarding of assets indivisibly owned by groups of shareholders; to have sales of assets by means of private auctions between such shareholders or with bids from outsiders, and to employ other suitable means;
- d. An absolute majority of votes present is sufficient to approve periodic accounting from the liquidator, or other as may be needed as well as authorize the awarding of goods in kind, authorize repossessions, permit special concessions to debtors of the company and carry out the transactions or waivers necessary or pertinent to facilitate or conclude the liquidation;
- e. For the approval of the final liquidation accounting and the distribution minutes, an affirmative vote of the majority of shareholders attending the Assembly, whatever the number of shares they represent, is sufficient.

Article 51. - Dispute Settlement.

The disputes that arise between the shareholders defined in the Articles of Incorporation, the shareholders and the company, or the shareholders and the Board of Directors, while this entity exists, at the time that it is being dissolved or during the period that it is being liquidated, and which cannot be settled directly by those involved with a period of thirty (30) business days, will be subject to the decision of a Court of Arbitration, comprised of three designated arbitrators agreed on by the parties, and if no agreement is reached, by the Medellin Chamber of Commerce. The decision must be rendered according to the law, preferably by applying the regulations contained in the bylaws detailed here and, where these or other Colombian laws fall short, by applying the general principals of law and natural equity, pursuant to the legal regulations that govern the arbitration process. If, for some reason, the Chamber of Commerce does not designate the arbitrators, the designation will be carried out in accordance with the procedural regulations that apply to the case. For the purposes of this clause, a party is understood as a person or group of people with a common interest.

Paragraph. Arbitration is not necessary when, within fifteen (15) days of the date on which the direct settlement between parties failed, being capable of compromising on a dispute that is subject to compromise, the parties jointly resolve to submit the dispute

to conciliation or the mechanism of friendly composition. In the first case, that is, when the parties opt to submit the dispute to conciliation, they will follow the rules on conciliation established by the Medellin Chamber of Commerce.

In the second case, that is, when the parties opt for friendly composition, the parties will decide the number of friendly arbitrators and will appoint them. In case of a discrepancy about the number of friendly arbitrators or their appointment, a single friendly arbitrator will be designated by the Medellin Chamber of Commerce's Conciliation and Arbitration Center. The rules and procedures of the aforementioned Conciliation and Arbitration Center will apply to this mechanism. The decision will have conciliatory effects, pursuant to Law 1563 of 2012 and any regulations that modify it or are added to it.

Article 52. - Limitation of authorities.

In all the cases where these bylaws establish limitations to the authorities of the administrators with regards to the amounts of the acts or contracts, it will be understood that all those acts or contracts dealing with the same business operation constitute a single act or contract for effects of the applicable limitation.

Article 53. - Prohibitions.

The Company is prohibited from establishing itself as a guarantor of obligations for third parties and from guaranteeing any obligations, other than those arising from its purpose or social company, with company assets, except on grounds of expediency when recognized by the Shareholders General Assembly with affirmative votes from the majority of voters present.

Paragraph. The Company may act as a guarantor of obligations or pledge assets belonging to the companies in which it has shareholding interest or with which it has signed a collaboration agreement for the development of a business line, in which case prior authorization from the Company's Board of Directors will be required.

Article 54. - Extension of appointments.

If the Shareholders General Assembly or the Board of Directors does not make on a timely basis the elections or appointments that correspond to them according to the bylaws, the period of the previously named or elected appointment is understood as extended until the corresponding appointment or election is made.

Article 55. - Trading of shares by managers.

Persons who, in accordance with article 22 of 1995 law 222, are considered managers of the Company, will not be able to directly or indirectly acquire or dispose of shares of the Company while exercising their positions, except for non-speculative operations and with authorization of the Board of Directors, granted with the favorable vote of two thirds (2/3) of the members, excluding the applicant.

Article 56. - Board Committees.

The Board of Directors will establish committees to support their management, and as a minimum this will include an Audit and Risk Committee, as well as an Appointment, Remuneration and Corporate Governance Committee. In addition to the above, the Board of Directors may create and regulate the operation of a Conflicts of Interest Committee. The Board of Directors will however be able to divide the duties of these committees or contemplate other functions to other committees created for such functions. The Committees will be formed by at least three (3) members of the Board of Directors who may be Independent or Non-Independent Members. In any case, the Audit and Risk Committee must be chaired by an Independent member and must have the participation of all Independent members of the Board of Directors.

The Audit and Risk Committee will include the Company’s Statutory Auditor, who will attend and is entitled to participate but not vote.

The Board shall adopt a regulation for the operation of the committees in mention, which will indicate the frequency of its meetings and corresponding functions, which in any case will be to act as advisory and supervisory bodies to support the Board of Directors in their functions. The functions of the committees must comply with the legal requirements and with the Corporate Governance standards that the Board of Directors voluntarily accepts.

Article 57. - Internal Audit or Internal Control.

The Company will have an Internal Audit area, whose mission will be to provide assurance (audit) and consultation (advice), independently and objectively, of the processes of governance, risk and control, in order to improve the operations of the Company, helping it meet its objectives. The head of this area will be the Internal Auditor, who will depend both professional and operationally on the Board of Directors, which shall be responsible for the appointment and removal of candidates proposed by the Audit and Risk Committee.

Article 58. - External Audits.

The shareholders and holders of bonds issued by the Company and offered through public offer approved by the Superintendence of Finance will be able to carry out specialized audits one a year, at their own expense and under their responsibility, in accordance with the provisions defined by the Board of Directors, which will, at least, establish: term, opportunity, frequency, procedure and requirements to request an audit, items that can be included in the audit, responsibilities, authorizations and the time in which the audit should be granted and conducted, how the person responsible for conducting the audit is to be appointed, and other pertinent aspects.

Article 59. – Corporate Governance and Transparency.

The company, its management and employees or officials are obliged to comply with corporate governance regulations, transparency, prevention of fraud or corruption, as established in the law, in the current bylaws, as well as with the other policies to be subsequently adopted at the General Meeting of Shareholders, in accordance with the recommendations of the Código País enacted by the Financial Superintendence, and the standards and regulations issued in relation to transparency and the prevention of fraud and national and international corruption.

Envigado, May 24, 2022

**AMENDMENT TO THE RULES OF PROCEDURE OF THE GENERAL SHAREHOLDERS' ASSEMBLY APPROVED BY THE
GENERAL SHAREHOLDERS' ASSEMBLY**

Almacenes Éxito S.A. informs its shareholders and the market in general that the following amendment to the Rules of Procedure of the General Shareholders' Assembly was approved at the extraordinary meeting of the General Shareholders' Assembly held in person today at the Company's headquarters.

For clarity purposes, the adjustments approved are presented in a comparative manner, with their respective justification, followed by the compilation of the new Rules of Procedure of the General Shareholders' Assembly for their comprehensive review.

THE GENERAL SHAREHOLDERS' ASSEMBLY

Resolves:

To approve the following amendment to the Rules of Procedure of the General Shareholders' Assembly.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 4. Meetings</p> <p>The General Meeting of Shareholders shall have ordinary and extraordinary sessions:</p> <p>4.1. Ordinary Meetings: They shall be held once (1) a year by March thirty-one (31),</p>	<p>Article 4. Meetings</p> <p>The General Meeting of Shareholders shall have ordinary and extraordinary sessions:</p> <p>4.1. Ordinary Meetings: They shall be held once (1) a year by March thirty-one (31), following</p>	<p>It is suggested, in line with the proposal to amend article 18 of the bylaws:</p> <p>1. Also empower the Company CEO to call the meeting, to align the</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>following announcement by the Board of Directors, in order to examine the Company's situation, appoint the Administrators and other officers of their choice, consider the accounts and balance sheets of the last fiscal year, decide on profit distribution and agree on all the decisions to ensure fulfillment of the corporate purpose. If it is not announced, the General Meeting of Shareholders shall meet in its own right on the first business day of April at ten o'clock in the morning (10:00 am) at its headquarters where the administrative offices are located, and it shall meet and decide validly with a plural number of persons, regardless of the number of shares represented.</p>	<p>announcement by the Board of Directors <u>or the Company CEO</u>, in order to examine the Company's situation, appoint the Administrators and other officers of their choice, consider the accounts and balance sheets of the last fiscal year, decide on profit distribution and agree on all the decisions to ensure fulfillment of the corporate purpose. If it is not announced, <u>and as long as the current law contemplates the possibility of holding meetings in its own right</u>, the General Meeting of Shareholders shall <u>may</u> meet in its own right on the first business day of April at ten o'clock in the morning (10:00 am) at its headquarters where the administrative offices are located, and it shall meet and decide validly with a plural number of persons, regardless of the number of shares represented.</p>	<p>bylaws with the best corporate governance practices.</p> <p>2. Condition the mention of meetings in its own right to the fact that said institution is in force in the law. If the meetings in its own right are repealed in any future legislative reform, they would cease to apply for Éxito.</p>
<p>Article 5. Announcement</p> <p>Ordinary sessions of the General Meeting of Shareholders shall be announced at least thirty (30) calendar days in advance, and extraordinary sessions shall be announced no less than fifteen (15) calendar days in advance, notwithstanding compliance with the legal rules.</p> <p>In addition, and notwithstanding the term for announcement set forth for Ordinary</p>	<p>Article 5. Announcement</p> <p>Ordinary sessions of the General Meeting of Shareholders shall be announced at least thirty (30) calendar days in advance, and extraordinary sessions shall be announced no less than fifteen (15) calendar days in advance, notwithstanding compliance with the legal rules.</p> <p>In addition, and notwithstanding the term for announcement set forth for Ordinary General Meetings, in the case of meetings with a special</p>	<p>It is suggested, in line with the proposal to amend article 20 and 20 bis of the bylaws:</p> <p>1. Replace the specific mention of certain information subject to the right of inspection by a generic reference to "documents that must be subject to inspection".</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>General Meetings, in the case of meetings with a special announcement to consider projects related to a merger, spin-off or transformation of the Company, or the voluntary cancellation of the listing of its shares on the National Securities Registry or on the Securities Exchange, the announcement shall be made at least fifteen (15) business days in advance.</p> <p>At the same time as the announcement, or at least fifteen (15) calendar days prior to the meeting, Shareholders shall be provided with the agreement proposals that the Board of Directors will submit to the General Meeting of Shareholders for each item on the agenda.</p> <p>The announcement of the meeting shall mention the following: (i) the term in which the corresponding financial statements, reports, proposals, books and other documents that, in accordance with the legal regulations, are to be made available to the Shareholders in order for them to exercise their right of inspection, will be made available at the administrative offices of the headquarters, as well as the term in which the agreement proposals from the Board of Directors and the Administration</p>	<p>announcement to consider projects related to a merger, spin-off or transformation of the Company, or the voluntary cancellation of the listing of its shares on the National Securities Registry or on the Securities Exchange, the announcement shall be made at least fifteen (15) business days in advance.</p> <p>At the same time as the announcement, or at least fifteen (15) calendar days prior to the meeting, Shareholders shall be provided with the agreement proposals that the Board of Directors will submit to the General Meeting of Shareholders for each item on the agenda.</p> <p>The announcement of the meeting shall mention the following: (i) the term in which the corresponding financial statements, reports, proposals, books and other documents that, in accordance with the legal regulations, are to be made available to the Shareholders in order for them to exercise their right of inspection, will be made available at the administrative offices of the headquarters, as well as the term in which the agreement proposals from the Board of Directors and the Administration shall be published on the Company website regarding each of the items on the agenda; (ii) the term for Shareholders to ask questions, request additions to the agenda or make agreement proposals regarding the items</p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. Remove references to ineffectiveness, insofar as it is a sanction of legal consecration, being unnecessary its consecration in the bylaws. 3. Adjust the term of deposit of documents to specify that it must be done, at least, during the legal term that the right of inspection lasts. 4. Specify that the advance notice of the announcement is counted from its sending or publication. This to address current debates about when the announcement is understood to be “done”: if from its submission or from its reception.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>shall be published on the Company website regarding each of the items on the agenda; (ii) the term for Shareholders to ask questions, request additions to the agenda or make agreement proposals regarding the items contained therein; (iii) the fact that the Board of Directors and the Administrators shall refrain from submitting for consideration by the General Meeting of Shareholders any item that is not included on the agenda published with the announcement of the meeting; and (iv) the warning about the possibility of exercising the right to withdraw when appropriate.</p> <p>When it is intended to discuss the increase in the authorized capital or decrease the subscribed capital, the respective item must be included in the agenda provided with the announcement. Failing to meet this requirement shall render the corresponding decision null and void. In these cases, the Company Administrators shall prepare a report regarding the reasons for the proposal, which must be made available to the Shareholders at the Company's administrative offices, during the term of the announcement of the meeting.</p>	<p>contained therein; (iii) the fact that the Board of Directors and the Administrators shall refrain from submitting for consideration by the General Meeting of Shareholders any item that is not included on the agenda published with the announcement of the meeting; and (iv) the warning about the possibility of exercising the right to withdraw when appropriate.</p> <p>When it is intended to discuss the increase in the authorized capital or decrease the subscribed capital, the respective item must be included in the agenda provided with the announcement. Failing to meet this requirement shall render the corresponding decision null and void. In these cases, the Company Administrators shall prepare a report regarding the reasons for the proposal, which must be made available to the Shareholders at the Company's administrative offices, during the term of the announcement of the meeting <u>provided for the right of inspection.</u></p> <p>The announcement shall contain the agenda for the meeting, indicating each of the topics to be subject to discussion, and shall be communicated to the Shareholders by any of the following means: a) Letter or written communication sent to the address registered by each Shareholder with the Company to be noted in the Share Ledger; b) Personal notification signed by each and every</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>The announcement shall contain the agenda for the meeting, indicating each of the topics to be subject to discussion, and shall be communicated to the Shareholders by any of the following means: a) Letter or written communication sent to the address registered by each Shareholder with the Company to be noted in the Share Ledger; b) Personal notification signed by each and every one of the Shareholders; c) Notice published in a widely circulated newspaper where the Company headquarters are located. In addition, the announcement shall be published on the Company website and all other electronic means available, along with the documents and information associated with each item on the meeting's agenda.</p> <p>The agenda shall specifically list the content of the topics to be discussed and in no case shall any generic statements be made that do not permit the detailed knowledge of the matter to be discussed.</p> <p>In order to calculate the terms of the announcement, whether in business days or calendar days, as applicable, the day on which it is communicated, as well as the day of the meeting, shall not be counted.</p>	<p>one of the Shareholders; c) Notice published in a widely circulated newspaper where the Company headquarters are located. In addition, the announcement shall be published on the Company website and all other electronic means available, along with the documents and information associated with each item on the meeting's agenda.</p> <p>The agenda shall specifically list the content of the topics to be discussed and in no case shall any generic statements be made that do not permit the detailed knowledge of the matter to be discussed.</p> <p>In order to calculate the terms of the announcement, whether in business days or calendar days, as applicable, the day on which it is communicated sent or published, as well as the day of the meeting, shall not be counted.</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 6. Unannounced Meetings and Decisions by Absentee Ballot</p> <p>The General Meeting of Shareholders can meet anywhere and deliberate and decide validly without prior notice when all the subscribed shares are represented. Decisions shall also be valid when all Shareholders state in writing the direction of their vote regarding the specific items, in the terms established in Article 20 of Law 222/1995.</p>	<p>Article 6. Unannounced Meetings and Decisions by Absentee Ballot</p> <p>The General Meeting of Shareholders can meet anywhere and deliberate and decide validly without prior notice when all the subscribed shares are represented. Decisions shall also be valid when all Shareholders state in writing the direction of their vote regarding the specific items, in the terms established in Article 20 of Law 222/1995, <u>or any provision that modifies or adds to it.</u></p> <p><u>Paragraph. The General Shareholders Assembly may deliberate and decide remotely, as long as the requirements set forth in the applicable law are observed.</u></p>	<p>It is suggested to include a paragraph to recognize the possibility of holding virtual meetings.</p>
<p>Article 7. Right of Inspection</p> <p>Prior to the Ordinary General Meeting, or the extraordinary meetings when required by law, the Company shall provide the information required by legal regulations fifteen (15) business days prior to the meeting date at its headquarters in order to exercise the right of inspection. In no case shall the right of inspection be extended to the documents regarding industrial secrets,</p>	<p>Article 7. Right of Inspection</p> <p>Prior to the Ordinary General Meeting, or the extraordinary meetings when required by law, the Company shall provide the information required by legal regulations <u>at least</u> fifteen (15) business days prior to the meeting date at its <u>administrative offices of the main</u> headquarters in order to exercise the right of inspection. In no case shall the right of inspection be extended to the documents regarding industrial secrets, or data</p>	<p>In line with the proposal to amend article 20 of the bylaws, it is specified that the right of inspection must be exercised in the administrative offices of the main headquarters, to the extent that the Superintendence has understood that the domicile is not equivalent to the offices.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>or data that, if disclosed, could be used to the detriment of the Company.</p> <p>The Company shall provide the Shareholders for the meetings at which the composition of the Board of Directors must be deliberated and decided, the list of proposed Board Members, including the most relevant data from the candidates' résumés and professional profiles, as soon as it receives said proposals from the Shareholders.</p>	<p>that, if disclosed, could be used to the detriment of the Company.</p> <p>The Company shall provide the Shareholders for the meetings at which the composition of the Board of Directors must be deliberated and decided, the list of proposed Board Members, including the most relevant data from the candidates' résumés and professional profiles, as soon as it receives said proposals from the Shareholders.</p>	
<p>Article 8. Right of Information</p> <p>Within five (5) calendar days following the publication of the announcement, any Shareholder can: (i) make a well-founded proposal for the introduction of one or more items to the agenda of the General Meeting of Shareholders; (ii) submit well-founded, new proposals for decision about items already included on the agenda; and (iii) request information or ask questions about the items included on the agenda. The Board of Directors shall regulate the way in which the Shareholders' requests shall be managed. If a Shareholder's proposal to include one or more items on the agenda is accepted by the Board of Directors, a</p>	<p>Article 8. Right of Information</p> <p>Within five (5) calendar days following the publication of the ordinary meeting announcement, any Shareholder can: (i) make a well-founded proposal for the introduction of one or more items to the agenda of the General Meeting of Shareholders; (ii) submit well-founded, new proposals for decision about items already included on the agenda; and (iii) request information or ask questions about the items included on the agenda. The Board of Directors shall regulate the way in which the Shareholders' requests shall be managed. If a Shareholder's proposal to include one or more items on the agenda is accepted by the Board of Directors, a supplement to the announcement of the General</p>	<p>It is suggested, in line with the proposal to amend paragraph 3 of article 18 of the bylaws:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Clarify that the article refers only to ordinary meetings. 2. Clarify the text to ensure that the supplement to the announcement is compatible with the right of inspection. 3. Recognize that shareholders can propose new items during the

Original Article	Proposed text	Justification
<p>supplement to the announcement of the General Meeting of Shareholders shall be published at least fifteen (15) calendar days prior to said meeting.</p> <p>In any case, Shareholders retain the right to put forward their proposals during the General Meeting of Shareholders, which shall be discussed when so decided by a simple majority of the shares represented at the meeting. This is with the exception of matters that involve submitting the division (spin-off) of the Company for consideration by the General Meeting of Shareholders, if this decision corresponds to this body, or other matters that, in accordance with the law, can only be discussed subject to compliance with special requirements regarding announcements, advertising and availability of the proposal for examination by Shareholders during the term of the announcement.</p> <p>The information requested by Shareholders shall be denied in the events in which the information is classified as: i) unreasonable; ii) irrelevant for understanding the Company's progress or interests; iii) confidential, which includes privileged information in the scope of the</p>	<p>Meeting of Shareholders shall be published at least fifteen (15) calendar days prior to said meeting, <u>or fifteen (15) business days prior, if the new item to be included confers the right of inspection to the shareholders.</u></p> <p>In any case, Shareholders retain the right to put forward their proposals during the General Meeting of Shareholders, which shall be discussed when so decided by a simple majority of the shares represented at the meeting. This is with the exception of matters that involve submitting the division (spin-off) of the Company for consideration by the General Meeting of Shareholders, if this decision corresponds to this body, or other matters that, in accordance with the law, can only be discussed subject to compliance with special requirements regarding announcements, advertising and availability of the proposal for examination by Shareholders during the term of the announcement. <u>provided for the right of inspection, in which case, the procedures established in the law must be observed to make such decision.</u></p> <p>The information requested by Shareholders shall be denied in the events in which the information is classified as: i) unreasonable; ii) irrelevant for understanding the Company's progress or interests; iii) confidential, which includes</p>	<p>ordinary meeting, without the need for majority approval, in line with article 182 of the Commercial Code, which allows shareholders to propose new items during the meeting, without the need for majority approval.</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Adjust the term of document deposit to specify that it must be done, at least, during the legal time that the right of inspection lasts. 5. Expressly exclude reserved information, in accordance with current law. 6. Recognize that the information provided will be disclosed to the other shareholders, to provide equitable treatment (art. 23, Law 222).

Original Article	Proposed text	Justification
<p>securities market, industrial secrets, transactions underway of which their success for the Company substantially depends on the confidentiality of their negotiation; and iv) others which, if disclosed, could put the Company's competitiveness at an imminent and serious risk.</p> <p>In the event that the information provided could put Shareholders at an advantage, which they requested, the Company shall publish said information on its website in order to ensure concomitant access to said response by all other Shareholders.</p>	<p>privileged information in the scope of the securities market, <u>reserved information</u>, industrial secrets, transactions underway of which their success for the Company substantially depends on the confidentiality of their negotiation; and iv) others which, if disclosed, could put the Company's competitiveness at an imminent and serious risk.</p> <p>In the event that <u>To provide equitable treatment to all associates,</u> the information provided supplied could put to the Shareholders at an advantage, which they that requested it, the Company shall <u>be published said information</u> on it's <u>the Company's</u> website in order to ensure concomitant access to said response by all other Shareholders.</p>	
<p>Article 9. Minutes of the General Meetings of Shareholders</p> <p>A record will be made of what occurs at the General Meetings of Shareholders in the minutes book, registered at the Chamber of Commerce of the Company's headquarters. The minutes shall be signed by the Chairman of the meeting, the principal or <i>ad hoc</i> Secretary who acted therein and, in the absence thereof, by the</p>	<p>Article 9. Minutes of the General Meetings of Shareholders</p> <p>A record will be made of what occurs at the General Meetings of Shareholders in the minutes book, registered at the Chamber of Commerce of the Company's headquarters. The minutes shall be signed by the Chairman of the meeting, the principal or <i>ad hoc</i> Secretary who acted therein and, in the absence thereof, by the Statutory Auditor, and they shall be approved by the</p>	<p>In line with the proposal to amend article 25 of the bylaws, the requirements that must be contained in the minutes of remote meetings are specified, in accordance with current law.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Statutory Auditor, and they shall be approved by the General Meeting of Shareholders, which can delegate this authority to a plural commission appointed for this purpose. The minutes shall list the details and statements required by the legal provisions.</p>	<p>General Meeting of Shareholders, which can delegate this authority to a plural commission appointed for this purpose. The minutes shall list the details and statements required by the legal provisions.</p> <p><u>Paragraph. The minutes of remote meetings of the highest corporate body must contain the signature of a legal representative and the Company secretary. In the absence of a secretary, the minutes must be signed by one of the shareholders.</u></p>	
<p>Article 11. Decision-making Majorities</p> <p>The decisions of the General Meeting of Shareholders shall be adopted by an absolute majority of the votes corresponding to the shares represented at the meeting, with the following exceptions:</p> <p>11.1. The distribution of profits shall require the approval of a plural number of Shareholders who together hold at least seventy-eight percent (78%) of the shares represented at the meeting. In the absence of approval by such a majority, the distribution shall be no less than fifty percent (50%) of the profits or the remainder thereof, if losses from previous years must be covered or seventy percent</p>	<p>Article 11. Decision-making Majorities</p> <p>The decisions of the General Meeting of Shareholders shall be adopted by an absolute majority of the votes corresponding to the shares represented at the meeting, with the following exceptions:</p> <p>11.1. <u>As long as it is required by articles 155 and 454 of the Commercial Code, or any regulation that modifies, adds or replaces them,</u> the distribution of profits shall require the approval of a plural number of Shareholders who together hold at least seventy-eight percent (78%) of the shares represented at the meeting. In the absence of approval by such a majority, the distribution shall be no less than fifty percent (50%) of the profits or the remainder thereof, if</p>	<p>In line with the proposal to amend article 23 of the bylaws, the applicability of each qualified majority is tied to the validity of the legal norm that currently establishes it (arts. 155, 420, 454, 455 C.Co, etc.). If a special majority is suppressed in the law, it will cease to apply statutorily. This provides flexibility to the bylaws and guarantees their consistency with article 68 of Law 222, which prohibits agreeing on qualified majorities in issuer bylaws.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>(70%) of the profits, in the event that the sum of legal, statutory and occasional reserves exceeds one hundred percent of the subscribed capital, in accordance with the applicable laws</p> <p>11.2. The decision regarding the placement of shares without preemptive rights for Shareholders, in the case of Article 7 of the Company Bylaws, shall require approval by the vote of seventy percent (70%) of the shares represented.</p> <p>11.3. Payment of the dividend in Company shares as mandatory for Shareholders shall require the positive vote of eighty percent (80%) of the shares represented.</p> <p>11.4. In the event of a spin-off, the unanimity of the shares represented at the General Meeting of Shareholders shall be required to amend the proportion in which the Shareholders of the company being divided must participate. In this case the Company, in the capital of the beneficiary Company.</p> <p>11.5. Any others that by virtue of mandatory legal regulation require a qualified or</p>	<p>losses from previous years must be covered or seventy percent (70%) of the profits, in the event that the sum of legal, statutory and occasional reserves exceeds one hundred percent of the subscribed capital, in accordance with the applicable laws.</p> <p>11.2. The decision regarding the placement of shares without preemptive rights for Shareholders, in the case of Article 7 of the Company Bylaws, shall require approval by the vote of seventy percent (70%) of the shares represented, as long as it is required by numeral 5 of article 420 of the Commercial Code, or any rule that modifies, adds or replaces it.</p> <p>11.3. Payment of the dividend in Company shares as mandatory for Shareholders shall require the positive vote of eighty percent (80%) of the shares represented, as long as it is required by article 455 of the Commercial Code, or any regulation that modifies, adds or replaces it.</p> <p>11.4. In the event of a spin-off, the unanimity of the shares represented at the General Meeting of Shareholders shall be required to amend the proportion in which the Shareholders of the company being divided must participate. In this case the Company, in the capital of the</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>special majority greater than the absolute majority.</p>	<p>beneficiary Company, as long as it is required by article 3 of Law 222 of 1995, or any regulation that modifies, adds or replaces it.</p> <p>11.5. Any others that by virtue of mandatory legal regulation require a qualified or special majority greater than the absolute majority.</p>	
<p>Article 13. Voting Rules</p> <p>In the actions to be taken and votes to be cast by the General Meeting of Shareholders, the following rules shall be observed:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Votes shall be cast in writing only when so provided by the Chairman of the General Meeting of Shareholders, or when the electoral quotient system must be applied. 2. A separate vote shall be taken for each single election, but when a principal and alternate must be chosen for the same position, the election shall be made jointly. 3. In the event of a tie in a single election, a new vote shall be taken and, if this also results in a tie, the appointment shall be deemed suspended. If the tie occurs when voting on proposals or 	<p>Article 13. Voting Rules</p> <p>In the actions to be taken and votes to be cast by the General Meeting of Shareholders, the following rules shall be observed:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Votes shall be cast in writing only when so provided by the Chairman of the General Meeting of Shareholders, or when the electoral quotient system must be applied. 2. A separate vote shall be taken for each single election, but when a principal and alternate must be chosen for the same position, the election shall be made jointly. 3. In the event of a tie in a single election, a new vote shall be taken and, if this also results in a tie, the appointment shall be deemed suspended. If the tie occurs when voting on proposals or resolutions, they shall be deemed to be denied. 4. When the name of a candidate is repeated one or more times on the same ballot, only 	<p>In line with the proposal to amend article 26 of the bylaws, and in order to make voting more agile, it is proposed to contemplate the possibility of approving the bylaws amendments on bloc, instead of article by article, if it is approved by the majority of the assembly.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>resolutions, they shall be deemed to be denied.</p> <p>4. When the name of a candidate is repeated one or more times on the same ballot, only the votes for the candidate corresponding to said ballot shall be counted. However, if the repetition consists of being listed as a principal and, at the same time, as an alternate, the inclusion as an alternate shall not be taken into account.</p> <p>5. When a ballot contains more names than it should, the first ones on the placement shall be counted up to the appropriate number. If it has less names, all those contained on the ballot shall be counted.</p> <p>6. To form the Board of Directors and the commissions or official bodies, the electoral quotient system shall be applied, as prescribed by law, unless they are filled unanimously by the votes corresponding to the total shares represented at the meeting, or the law establishes the obligation of applying a different voting system.</p> <p>7. The Company cannot vote using its own repurchased shares in its possession.</p>	<p>the votes for the candidate corresponding to said ballot shall be counted. However, if the repetition consists of being listed as a principal and, at the same time, as an alternate, the inclusion as an alternate shall not be taken into account.</p> <p>5. When a ballot contains more names than it should, the first ones on the placement shall be counted up to the appropriate number. If it has less names, all those contained on the ballot shall be counted.</p> <p>6. To form the Board of Directors and the commissions or official bodies, the electoral quotient system shall be applied, as prescribed by law, unless they are filled unanimously by the votes corresponding to the total shares represented at the meeting, or the law establishes the obligation of applying a different voting system.</p> <p>7. The Company cannot vote using its own repurchased shares in its possession.</p> <p>8. In the event of amendment of the Company Bylaws, each article or group of articles substantially related to each other shall be voted on separately, except when a Shareholder or group of Shareholders holding at least five percent (5%) of the share capital requests that it be voted on separately during the General Meeting. Likewise, the bylaws amendments may be voted on as a</p>	

Original Article	Proposed text	Justification
<p>8. In the event of amendment of the Company Bylaws, each article or group of articles substantially related to each other shall be voted on separately, except when a Shareholder or group of Shareholders holding at least five percent (5%) of the share capital requests that it be voted on separately during the General Meeting.</p> <p>To facilitate the voting process, Shareholders who wish to make a record of their abstention, or vote against or in opposition to the agreements reached by the General Meeting of Shareholders shall be requested to submit this decision in writing and sign it prior to their intervention to the Secretary of the General Meeting of Shareholders.</p>	<p><u>whole, and not separately for each article or group of articles, when approved by the General Shareholders Meeting with an absolute majority of votes.</u></p> <p>To facilitate the voting process, Shareholders who wish to make a record of their abstention, or vote against or in opposition to the agreements reached by the General Meeting of Shareholders shall be requested to submit this decision in writing and sign it prior to their intervention to the Secretary of the General Meeting of Shareholders.</p>	
<p>Article 16. Delegation</p> <p>The General Meeting of Shareholders may delegate some of its functions to the Board of Directors or the Company CEO in specific cases or for a specific period of time, provided that they can be delegated by their nature and their delegation is not forbidden. However, the functions contained in subsections a), b) and k) of</p>	<p>Article 16. Delegation</p> <p>The General Meeting of Shareholders may delegate some of its functions to the Board of Directors or the Company CEO in specific cases or for a specific period of time, provided that they can be delegated by their nature and their delegation is not forbidden. However, the functions contained in subsections a), b), <u>f), g), i)</u> and k) of Article 14 herein shall be deemed</p>	<p>In line with the proposal to amend article 28 of the bylaws, it is specified that certain powers of the Shareholders Meeting cannot be delegated, given their nature (judicial office IN-07321 of 1998, 220-041078 of 2014 and 220-210006 of 2018):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Provision of profits. 2. Provision of reserves.

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 14 herein shall be deemed exclusive functions of the General Meeting of Shareholders and, therefore, may not be delegated.</p>	<p>exclusive functions of the General Meeting of Shareholders and, therefore, may not be delegated.</p>	<p>3. Suppress preference in subscription of shares.</p>
<p>Article 17. Commission</p> <p>The General Meeting of Shareholders can have commissions for special purposes, including:</p> <p>17.1. Commission for the Review and Approval of the Minutes: Responsible for reviewing the content of the minutes of the General Meeting of Shareholders prepared by the Secretary and signing it on behalf of all those attending if it finds that it is accurate and represents the reality of the events. This commission shall be made up of two attending Shareholders appointed by the General Meeting of Shareholders.</p> <p>17.2. Election and Counting Commission: Responsible for counting the votes at the election of the Board of Directors, or for any proposal that requires a counted vote. This commission shall be comprised of two Shareholders appointed by the General Meeting of Shareholders from the attendees.</p>	<p>Article 17. Commission</p> <p>The General Meeting of Shareholders can have commissions for special purposes, including:</p> <p>17.1. Commission for the Review and Approval of the Minutes: Responsible for reviewing the content of the minutes of the General Meeting of Shareholders prepared by the Secretary and signing it on behalf of all those attending if it finds that it is accurate and represents the reality of the events. This commission shall be made up of two attending Shareholders, <u>or by their representatives</u>, appointed by the General Meeting of Shareholders.</p> <p>17.2. Election and Counting Commission: Responsible for counting the votes at the election of the Board of Directors, or for any proposal that requires a counted vote. This commission shall be comprised of two Shareholders, <u>or by their representatives</u>, appointed by the General Meeting of Shareholders from the attendees.</p>	<p>It is specified that the shareholder representatives can form the commissions and that both commissions can have the same members, for agility and economy.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
	<p><u>Both commissions may be comformed by the same members, if approved by the General Meeting of Shareholders.</u></p>	
<p>Article 18. Shareholder Intervention</p> <p>Interventions by Shareholders at the General Meeting of Shareholders shall be made essentially in relation to the agenda and shall be limited to three (3) minutes. This term may be extended by the Chairman of the General Meeting of Shareholders for two (2) additional minutes. Once the end of the agenda has been reached, Shareholder interventions may continue to ask questions or make additional proposals to the agenda. Any Shareholders who wish to intervene shall identify themselves, indicating their full name and identification number. Once the Shareholder interventions have ended, their questions shall be answered. Any information or clarification requested shall be provided by the Chairman or, if applicable and by the instruction thereof, by another Administrator or, if deemed appropriate, by any employee or third party who is an expert on the matter.</p>	<p>Article 18. Shareholder Intervention</p> <p>Interventions by Shareholders at the General Meeting of Shareholders shall be made essentially in relation to the agenda and shall be limited to three (3) minutes. This term may be extended by the Chairman of the General Meeting of Shareholders for two (2) additional minutes. Once the end of the agenda has been reached, Shareholder interventions may continue to ask questions or make additional proposals to the agenda, <u>in terms of the applicable law</u>. Any Shareholders who wish to intervene shall identify themselves, indicating their full name and identification number. Once the Shareholder interventions have ended, their questions shall be answered. Any information or clarification requested shall be provided by the Chairman or, if applicable and by the instruction thereof, by another Administrator or, if deemed appropriate, by any employee or third party who is an expert on the matter.</p>	<p>A reference to the applicable law is included to recognize that, in the case of extraordinary meetings, the formulation of new proposals must comply with the provisions of article 425 of the Commercial Code, which requires exhausting the agenda and having majority approval of the Shareholders Meeting to address new issues.</p>

Original Article	Proposed text	Justification
<p>Article 19. Temporary Suspension</p> <p>Exceptionally, in the occurrence of an event that substantially alters the orderly progress of the General Meeting of Shareholders, or any other extraordinary circumstances that prevent the normal course thereof, the Chairman of the General Meeting of Shareholders may propose its suspension for the time necessary to restore the conditions to continue.</p> <p>The deliberations of the General Meeting of Shareholders may be suspended and resumed at a later time as many times as decided by any plural number of Shareholders representing at least half plus one of the shares represented at the meeting.</p>	<p>Article 19. Temporary Suspension</p> <p>Exceptionally, in the occurrence of an event that substantially alters the orderly progress of the General Meeting of Shareholders, or any other extraordinary circumstances that prevent the normal course thereof, the Chairman of the General Meeting of Shareholders may propose its suspension for the time necessary to restore the conditions to continue.</p> <p>The deliberations of the General Meeting of Shareholders may be suspended and resumed at a later time as many times as decided by any plural number of Shareholders representing at least half plus one of the shares represented at the meeting. <u>However, the deliberations may not last for more than three days, unless all the subscribed shares are represented when the meeting resumes or unless the current law allows it.</u></p>	<p>It is adjusted to meet the provisions of article 430 of the Commercial Code.</p>

The following is a transcription of the new Rules of Procedure of the General Shareholders' Assembly:

Rules of Procedure for the Company's General Meeting of Shareholders

(The General Meeting of Shareholders adopted its rules of procedure at the ordinary session held on March 20, 2014, which were amended at the ordinary session held on March 17, 2015, March 23, 2017 and March 27, 2019.)

Notwithstanding compliance with the legal regulations and Company Bylaws regarding the General Meeting of Shareholders, this document complements and illustrates the provisions of the Company Bylaws regarding General Meeting of Shareholders, with respect to the announcement and development of the meetings.

Article 1. Composition

In accordance with the Company Bylaws, the General Meeting of Shareholders shall be comprised of the Shareholders listed in the “Company Shareholder Register”, participating themselves, or through their registered agents, or through proxies appointed in writing, meeting with the quorum and the conditions set forth in the Company Bylaws.

The General Meeting of Shareholders must be attended by the Company CEO and, whenever possible, all the members of the Board of Directors or, in their absence, the Chairman of the Board of Directors and the Chairmen of its different Committees.

Article 2. CEO and General Counsel

The General Meetings of Shareholders shall be chaired by the Company CEO and the Chairman of the Company’s Board of Directors shall act as the Deputy Chairman. In their absence, the meetings shall be chaired by any of the members of the Board of Directors appointed at the respective meeting by the General Meeting of Shareholders. The Secretary of the General Meeting of Shareholders shall be the Company’s General Counsel.

The Board of the General Meeting of Shareholders is comprised of the Company CEO, the Chairman of the Board of Directors and the Secretary of the General Meeting of Shareholders.

Article 3. Reports

Notwithstanding the inclusion of other items on the agenda, that involve the presentation of reports, in the case of the ordinary General Shareholders Meeting, the following will be presented:

- a. The CEO'S and Board of Directors Management Report: shall be submitted to the General Shareholders Meeting by the Company's CEO or in his/her absence by legal representative of the Company or by the Chairman of the Board of Directors.
- b. The Annual Corporate Governance Report: shall be submitted to the General Shareholders Meeting by the General Secretary of the Company or by the Chairman of the Appointments, Remuneration and Corporate Governance Committee, or whoever they designate.
- c. The financial statements, separated and consolidated, of the previous fiscal year: submitted to the General Shareholders Meeting by the Financial Vice-President of the Company or whomever his/her designates.
- d. Opinion issued by the Statutory Auditor about the financial statements, separated and consolidated, of the previous fiscal year: submitted to the General Shareholders Meeting by the Statutory Auditor.

At the request of the Chairman of the General Meeting of Shareholders, the chairmen of the Board of Directors Committees may report to the General Shareholders Meeting specific aspects of the work carried out by the Committees. Nonetheless, the corporate governance report shall include the report on the main activities carried out by the Committees during the year.

Article 4. Meetings

The General Meeting of Shareholders shall have ordinary and extraordinary sessions:

4.1. Ordinary Meetings: They shall be held once (1) a year by March thirty-one (31), following announcement by the Board of Directors or the Company CEO, in order to examine the Company's situation, appoint the Administrators and other officers of their choice, consider the accounts and balance sheets of the last fiscal year, decide on profit distribution and agree on all the decisions to ensure fulfillment of the corporate purpose. If it is not announced, and as long as the current law contemplates the possibility of holding meetings in its own right, the General Meeting of Shareholders may meet in its own right on the first business day of April at ten o'clock in the morning (10:00 am) at its headquarters where the administrative offices are located, and it shall meet and decide validly with a plural number of persons, regardless of the number of shares represented.

4.2. Extraordinary Meetings: They shall be held when required due to unforeseen or urgent needs of the Company, following announcement by the Board of Directors, the CEO or Statutory Auditor, either on their own initiative or at the request of a number of Shareholders representing one fourth (1/4) or more of the subscribed shares.

The agenda shall necessarily be inserted in the announcement of the meeting. Except where there are legal provisions to the contrary, extraordinary sessions of the General Meeting of Shareholders cannot deal with topics that are not included in the agenda indicated in the announcement of the meeting, unless decided by the majority of the shares represented at the meeting, once the end of the agenda has been reached.

Article 5. Announcement

Ordinary sessions of the General Meeting of Shareholders shall be announced at least thirty (30) calendar days in advance, and extraordinary sessions shall be announced no less than fifteen (15) calendar days in advance, notwithstanding compliance with the legal rules.

In addition, and notwithstanding the term for announcement set forth for Ordinary General Meetings, in the case of meetings with a special announcement to consider projects related to a merger, spin-off or transformation of the Company, or the voluntary cancellation of the listing of its shares on the National Securities Registry or on the Securities Exchange, the announcement shall be made at least fifteen (15) business days in advance.

At the same time as the announcement, or at least fifteen (15) calendar days prior to the meeting, Shareholders shall be provided with the agreement proposals that the Board of Directors will submit to the General Meeting of Shareholders for each item on the agenda.

The announcement of the meeting shall mention the following: (i) the term in which the documents that, in accordance with the legal regulations, are to be made available to the Shareholders in order for them to exercise their right of inspection, will be made available at the administrative offices of the headquarters, as well as the term in which the agreement proposals from the Board of Directors and the Administration shall be published on the Company website regarding each of the items on the agenda; (ii) the term for Shareholders to ask questions, request additions to the agenda or make agreement proposals regarding the items contained therein; (iii) the fact that the Board of Directors and the Administrators shall refrain from submitting for consideration by

the General Meeting of Shareholders any item that is not included on the agenda published with the announcement of the meeting; and (iv) the warning about the possibility of exercising the right to withdraw when appropriate.

When it is intended to discuss the increase in the authorized capital or decrease the subscribed capital, the respective item must be included in the agenda provided with the announcement. In these cases, the Company Administrators shall prepare a report regarding the reasons for the proposal, which must be made available to the Shareholders at the Company's administrative offices, during the term provided for the right of inspection.

The announcement shall contain the agenda for the meeting, indicating each of the topics to be subject to discussion, and shall be communicated to the Shareholders by any of the following means: a) Letter or written communication sent to the address registered by each Shareholder with the Company to be noted in the Share Ledger; b) Personal notification signed by each and every one of the Shareholders; c) Notice published in a widely circulated newspaper where the Company headquarters are located. In addition, the announcement shall be published on the Company website and all other electronic means available, along with the documents and information associated with each item on the meeting's agenda.

The agenda shall specifically list the content of the topics to be discussed and in no case shall any generic statements be made that do not permit the detailed knowledge of the matter to be discussed.

In order to calculate the terms of the announcement, whether in business days or calendar days, as applicable, the day on which it is sent or published, as well as the day of the meeting, shall not be counted.

Article 6. Unannounced Meetings and Decisions by Absentee Ballot

The General Meeting of Shareholders can meet anywhere and deliberate and decide validly without prior notice when all the subscribed shares are represented. Decisions shall also be valid when all Shareholders state in writing the direction of their vote regarding the specific items, in the terms established in Article 20 of Law 222/1995, or any provision that modifies or adds to it.

Paragraph. The General Shareholders Assembly may deliberate and decide remotely, as long as the requirements set forth in the applicable law are observed.

Article 7. Right of Inspection

Prior to the Ordinary General Meeting, or the extraordinary meetings when required by law, the Company shall provide the information required by legal regulations at least fifteen (15) business days prior to the meeting date at its administrative offices of the main headquarters in order to exercise the right of inspection. In no case shall the right of inspection be extended to the documents regarding industrial secrets, or data that, if disclosed, could be used to the detriment of the Company.

The Company shall provide the Shareholders for the meetings at which the composition of the Board of Directors must be deliberated and decided, the list of proposed Board Members, including the most relevant data from the candidates' résumés and professional profiles, as soon as it receives said proposals from the Shareholders.

Article 8. Right of Information

Within five (5) calendar days following the publication of the ordinary meeting announcement, any Shareholder can: (i) make a well-founded proposal for the introduction of one or more items to the agenda of the General Meeting of Shareholders; (ii) submit well-founded, new proposals for decision about items already included on the agenda; and (iii) request information or ask questions about the items included on the agenda. The Board of Directors shall regulate the way in which the Shareholders' requests shall be managed. If a Shareholder's proposal to include one or more items on the agenda is accepted by the Board of Directors, a supplement to the announcement of the General Meeting of Shareholders shall be published at least fifteen (15) calendar days prior to said meeting, or fifteen (15) business days prior, if the new item to be included confers the right of inspection to the shareholders.

In any case, Shareholders retain the right to put forward their proposals during the General Meeting of Shareholders. This is with the exception of matters that involve submitting the division (spin-off) of the Company for consideration by the General Meeting of Shareholders, if this decision corresponds to this body, or other matters that, in accordance with the law, can only be discussed subject to compliance with special requirements regarding announcements, advertising and availability of the proposal for examination by Shareholders during the term provided for the right of inspection, in which case, the procedures established in the law must be observed to make such decision.

The information requested by Shareholders shall be denied in the events in which the information is classified as: i) unreasonable; ii) irrelevant for understanding the Company's progress or interests; iii) confidential, which includes privileged information in the scope of the securities market, reserved information, industrial secrets, transactions underway of which their success for the Company substantially depends on the confidentiality of their negotiation; and iv) others which, if disclosed, could put the Company's competitiveness at an imminent and serious risk.

To provide equitable treatment to all associates, the information supplied to the Shareholders that requested it, shall be published on the Company's website in order to ensure concomitant access to said response by all other Shareholders.

Article 9. Minutes of the General Meetings of Shareholders

A record will be made of what occurs at the General Meetings of Shareholders in the minutes book, registered at the Chamber of Commerce of the Company's headquarters. The minutes shall be signed by the Chairman of the meeting, the principal or *ad hoc* Secretary who acted therein and, in the absence thereof, by the Statutory Auditor, and they shall be approved by the General Meeting of Shareholders, which can delegate this authority to a plural commission appointed for this purpose. The minutes shall list the details and statements required by the legal provisions.

Paragraph. The minutes of remote meetings of the highest corporate body must contain the signature of a legal representative and the Company secretary. In the absence of a secretary, the minutes must be signed by one of the shareholders.

Article 10. Quorum to Deliberate

Apart from the legal exceptions, the General Meeting of Shareholders shall deliberate with a plural number of Shareholders representing at least half plus one of the shares subscribed as at the date of the meeting. If the General Meeting of Shareholders cannot deliberate because the quorum is not met, a new meeting shall be announced, which shall meet and decide validly with one or more Shareholders, regardless of the number of shares they represent. These meetings must be held no earlier than ten (10) business days and no later than thirty (30) business days following the second announcement.

Article 11. Decision-making Majorities

The decisions of the General Meeting of Shareholders shall be adopted by an absolute majority of the votes corresponding to the shares represented at the meeting, with the following exceptions:

11.1. As long as it is required by articles 155 and 454 of the Commercial Code, or any regulation that modifies, adds or replaces them, the distribution of profits shall require the approval of a plural number of Shareholders who together hold at least seventy-eight percent (78%) of the shares represented at the meeting. In the absence of approval by such a majority, the distribution shall be no less than fifty percent (50%) of the profits or the remainder thereof, if losses from previous years must be covered or seventy percent (70%) of the profits, in the event that the sum of legal, statutory and occasional reserves exceeds one hundred percent of the subscribed capital, in accordance with the applicable laws

11.2. The decision regarding the placement of shares without preemptive rights for Shareholders, in the case of Article 7 of the [Company Bylaws](#), shall require approval by the vote of seventy percent (70%) of the shares represented, as long as it is required by numeral 5 of article 420 of the Commercial Code, or any rule that modifies, adds or replaces it.

11.3. Payment of the dividend in Company shares as mandatory for Shareholders shall require the positive vote of eighty percent (80%) of the shares represented, as long as it is required by article 455 of the Commercial Code, or any regulation that modifies, adds or replaces it.

11.4. In the event of a spin-off, the unanimity of the shares represented at the General Meeting of Shareholders shall be required to amend the proportion in which the Shareholders of the company being divided must participate. In this case the Company, in the capital of the beneficiary Company, as long as it is required by article 3 of Law 222 of 1995, or any regulation that modifies, adds or replaces it.

11.5. Any others that by virtue of mandatory legal regulation require a qualified or special majority greater than the absolute majority.

Article 12. Right to Vote

Each share listed in the Shareholder Register shall confer the right to one vote at the General Meeting of Shareholders, without restriction regarding the number of votes that can be placed by the holder or the representative thereof, except for the prohibitions

and ineligibilities established by law to vote on certain decisions, such as for Company Administrators and employees to vote on the balance sheets, year-end accounts and settlement accounts. The votes corresponding to a single Shareholder cannot be split.

Article 13. Voting Rules

In the actions to be taken and votes to be cast by the General Meeting of Shareholders, the following rules shall be observed:

1. Votes shall be cast in writing only when so provided by the Chairman of the General Meeting of Shareholders, or when the electoral quotient system must be applied.
2. A separate vote shall be taken for each single election, but when a principal and alternate must be chosen for the same position, the election shall be made jointly.
3. In the event of a tie in a single election, a new vote shall be taken and, if this also results in a tie, the appointment shall be deemed suspended. If the tie occurs when voting on proposals or resolutions, they shall be deemed to be denied.
4. When the name of a candidate is repeated one or more times on the same ballot, only the votes for the candidate corresponding to said ballot shall be counted. However, if the repetition consists of being listed as a principal and, at the same time, as an alternate, the inclusion as an alternate shall not be taken into account.
5. When a ballot contains more names than it should, the first ones on the placement shall be counted up to the appropriate number. If it has less names, all those contained on the ballot shall be counted.
6. To form the Board of Directors and the commissions or official bodies, the electoral quotient system shall be applied, as prescribed by law, unless they are filled unanimously by the votes corresponding to the total shares represented at the meeting, or the law establishes the obligation of applying a different voting system.
7. The Company cannot vote using its own repurchased shares in its possession.
8. In the event of amendment of the Company Bylaws, each article or group of articles substantially related to each other shall be voted on separately, except when a Shareholder or group of Shareholders holding at least five percent (5%) of the share capital requests that it be voted on separately during the General Meeting. Likewise, the bylaws amendments may be voted on as a whole, and not separately for each article or group of articles, when approved by the General Shareholders Meeting with an absolute majority of votes.

To facilitate the voting process, Shareholders who wish to make a record of their abstention, or vote against or in opposition to the agreements reached by the General Meeting of Shareholders shall be requested to submit this decision in writing and sign it prior to their intervention to the Secretary of the General Meeting of Shareholders.

Article 14. Proxies

All Company Shareholders may be represented at the General Meetings of Shareholders by granting a proxy in writing indicating the name of the proxy holder, the person who the proxy may replace and the date of the meeting(s) for which the proxy is granted. A proxy granted for one meeting is deemed valid for the number of sessions of the General Meeting of Shareholders corresponding to the same meeting. The principals and representatives shall be identified by the legal provisions.

In order to minimize the use of delegations without voting instructions, the Company Administration shall publish a proxy template form on its website, including the different items on the agenda, in order for the Shareholder to be able to instruct the representative how to vote on each item.

Except in the cases of registered agents, Company Administrators and employees cannot represent shares other than their own at the General Meetings of Shareholders while they hold their positions, nor can they replace the proxies granted to them. Furthermore, Administrators and employees cannot vote on the balance sheets, year-end accounts or settlement accounts.

Article 15. Functions and Responsibilities of the General Meeting of Shareholders.

The General Meeting of Shareholders shall have the functions established in Article 27 of the [Company Bylaws](#), namely:

- a. Freely elect and remove members of the Board of Directors, the Statutory Auditor and the respective alternates, and approve the succession policy for these positions, when applicable, which shall be proposed by the Board of Directors.
- b. Approve the general policy for the remuneration of Board members and, if proposed by the Board of Directors, define the general framework in which the Board itself may grant a variable remuneration component for Senior Management to be obtained based on the performance of Company shares on the market.

- c. Examine the reports that must be made by the Board of Directors and the CEO on an annual basis, or when required by the General Meeting of Shareholders, and as a result, approve, reject or amend the corresponding financial statements and disclosures that, pursuant to legal regulation, they must submit for its consideration.
- d. Appoint from among its members a plural commission to study the accounts, financial statements and other reports of this kind, when they have not been approved, and report to the General Meeting of Shareholders within the term indicated thereby for this purpose.
- e. Consider the reports of the Board of Directors and the CEO regarding the status of the corporate business, disclosures, accounting data and statistics required by law; the proposals submitted by the Board of Directors with the financial statements; and the Statutory Auditor's report.
- f. Dispose of the profits established pursuant to the statements of financial position and income, once they have been approved, in compliance with the legal provisions and the regulations of the Company Bylaws. In exercise of this power, it may create or increase voluntary or occasional reserves for a specific purpose, and set the amount of the dividend, as well as the form and term of its payment.
- g. Decide on the transfer or change in purpose of the occasional or voluntary reserves, the distribution thereof or their capitalization, when they are unnecessary.
- h. Allocate profits for the reserve to repurchase shares subject to the Company Bylaws and legal regulation. On the basis of such allocations, the Board of Directors is hereby authorized to use the reserve to purchase shares issued by the Company provided that they are paid in full and in compliance with the applicable regulations for trading on the securities market, and it is authorized to use such shares at a later stage, whenever deemed appropriate, for any of the purposes prescribed by Article 417 of the Code of Commerce.
- i. Decide that a specific issuance of ordinary shares be placed without preemptive rights.
- j. Create shares issued for services or dividend-right shares, issue privileged shares, regulate their placement, determine the nature and extension of the privileges, reduce or eliminate them, subject to the rules of the Company Bylaws and the legal provisions.
- k. Agree on (i) the active or passive merger of the Company, with one or more other companies; (ii) its transformation; (iii) spin-off; or (iv) the division (spin-off), sale, encumbrance or lease of the company or part of its assets when, in the opinion of the Board of Directors, said transaction compromises essential assets for the development of the corporate purpose; (v) the acquisition of other companies or assets when, in the opinion of the Board of Directors, said transaction could lead to an effective change in the corporate purpose; (vi) the early dissolution or the extension of the lifespan; and (vii) in general, any reform, expansion or amendment of the Company Bylaws.
- l. Order the corresponding legal proceedings against Administrators, executives or the Statutory Auditor.

- m. In the event of dissolution of the Company, appoint one or more liquidators, and an alternate for each of them, dismiss them, set their remuneration, give them the orders and instructions required for settlement, and approve their accounts. Until this is done and the appointment of the liquidator and the alternate is registered, the Company CEO shall have this function when the Company begins the settlement process, and his/her alternates shall be those who, on that date, are his/her alternates, in their order.
- n. Create and place shares with a preferred dividend without voting rights. However, they may not represent more than the maximum percentage established by law.
- o. In general, adopt all the measures required for compliance with the corporate bylaws and the common interest of the Shareholders.
- p. Any others indicated by law or the Company Bylaws, and those that are not the responsibility of any other corporate body.

Article 16. Delegation

The General Meeting of Shareholders may delegate some of its functions to the Board of Directors or the Company CEO in specific cases or for a specific period of time, provided that they can be delegated by their nature and their delegation is not forbidden. However, the functions contained in subsections a), b), f), g), i) and k) of Article 14 herein shall be deemed exclusive functions of the General Meeting of Shareholders and, therefore, may not be delegated.

Article 17. Commission

The General Meeting of Shareholders can have commissions for special purposes, including:

17.1. Commission for the Review and Approval of the Minutes: Responsible for reviewing the content of the minutes of the General Meeting of Shareholders prepared by the Secretary and signing it on behalf of all those attending if it finds that it is accurate and represents the reality of the events. This commission shall be made up of two attending Shareholders, or by their representatives, appointed by the General Meeting of Shareholders.

17.2. Election and Counting Commission: Responsible for counting the votes at the election of the Board of Directors, or for any proposal that requires a counted vote. This commission shall be comprised of two Shareholders, or by their representatives, appointed by the General Meeting of Shareholders from the attendees.

Both commissions may be conformed by the same members, if approved by the General Meeting of Shareholders.

Article 18. Shareholder Intervention

Interventions by Shareholders at the General Meeting of Shareholders shall be made essentially in relation to the agenda and shall be limited to three (3) minutes. This term may be extended by the Chairman of the General Meeting of Shareholders for two (2) additional minutes. Once the end of the agenda has been reached, Shareholder interventions may continue to ask questions or make additional proposals to the agenda, in terms of the applicable law. Any Shareholders who wish to intervene shall identify themselves, indicating their full name and identification number. Once the Shareholder interventions have ended, their questions shall be answered. Any information or clarification requested shall be provided by the Chairman or, if applicable and by the instruction thereof, by another Administrator or, if deemed appropriate, by any employee or third party who is an expert on the matter.

Article 19. Temporary Suspension

Exceptionally, in the occurrence of an event that substantially alters the orderly progress of the General Meeting of Shareholders, or any other extraordinary circumstances that prevent the normal course thereof, the Chairman of the General Meeting of Shareholders may propose its suspension for the time necessary to restore the conditions to continue.

The deliberations of the General Meeting of Shareholders may be suspended and resumed at a later time as many times as decided by any plural number of Shareholders representing at least half plus one of the shares represented at the meeting. However, the deliberations may not last for more than three days, unless all the subscribed shares are represented when the meeting resumes or unless the current law allows it.

Article 20. Behavior

Correct behavior by all attendees of the General Meeting of Shareholders shall be expected during its sessions. The Board is authorized to order removal from the session of the General Meeting of Shareholders of any person who is inebriated, drinking alcohol, using drugs or by any means or behavior is obstructing the normal running of the meeting.

Article 21. Information on the General Meeting of Shareholders

With the aim to keep the shareholders who cannot attend the General Meeting of Shareholders informed, on its website, the Company shall post a summary of the main aspects of the General Meeting of Shareholders held, including the start time, location, quorum for deliberation and the main topics that were addressed and voted on at the meeting.

Article 22. Approval

These Rules of Procedure must be approved by the General Meeting of Shareholders. The approval must be communicated to the market once this decision is made. Additionally, the Rules of Procedure shall be disclosed on the [corporate website](#).

Article 23. Interpretation, Amendment and Repeal

These Rules of Procedure establish that set forth by the Company Bylaws and Corporate Governance Code regarding the General Meeting of Shareholders. Their interpretation, amendment and repeal shall be the exclusive responsibility of the same General Meeting of Shareholders.

Article 24. Approval and Validity

These Rules of Procedure, forms part of the Company's Corporate Governance System, shall be applicable at the General Meeting of Shareholders, following the meeting at which they were approved.

Envigado, May 24, 2022

**PROPOSAL REGARDING A SHARE BUYBACK APPROVED BY THE
GENEAL SHAREHOLDERS´ ASSEMBLY**

Almacenes Éxito S.A. (the “Company”) informs its shareholders and the market in general that the extraordinary meeting of the General Shareholders´ Assembly held in person today at the Company´s headquarters approved a proposal regarding a share buyback. This proposal includes operational adjustments requested by the Bolsa de Valores de Colombia (“BVC”) in development of their powers stated in their rules and regulation letters:

THE GENERAL SHAREHOLDERS´ ASSEMBLY

Considering:

1. That, in compliance with the instructions issued by the General Shareholders Assembly (the “Assembly”), the Board of Directors carried out the necessary steps to submit a share buyback to the Assembly.
2. That the Board of Directors, with the support of the administration and external advisors, proceeded with the preparation of a regulation for the share buyback, taking into account the guidelines received regarding (i) price, (ii) term, (iii) adoption of mechanisms that guarantee equal treatment for all shareholders and transparency with the market, and (iv) compliance with corporate authorizations and corporate governance instruments. The text of the share buyback has the following elements as a general structure:

1	Recipients of the Buyback Offer	All duly registered holders of shares of the Company in the shareholder ledger as of May 24, 2022 (date on which the Company’s General Shareholders’ Meeting will approve the Buyback)
2	Price	\$21.000 per share

3	Term for the Buyback	10 business days following the next business day after the publication of the Notice of Buyback Offer
4	Maximum Amount of the Buyback	Up to COP 320.000 million
5	Mechanisms under which the acceptances of the Buyback Offer will be received	Through the stockbroker of each shareholder's choice
6	Operational process	Executed by the bvc through an electronic data capture system to which the entire capital market has access to
7	Buyback set of rules (Equal conditions to minority shareholders and transparency with the market)	Based on the stake each shareholder has in the Company and at least one (1) common share per shareholder – This mechanism ensures equal conditions to all shareholders

3. That, additionally, the Board of Directors identified that the share buyback implies the Assembly's pronouncement regarding a potential related parties transaction, concluding that it meets all legal and corporate governance requirements.

Resolves:

Approve a share buyback and of the terms of it, a decision that entails (i) the approval of the regulations for the share buyback and (ii) the approval of a potential related parties transaction.

The complete and final content of the share buyback rules is as follows:

“ALMACENES EXITO S.A.

SHARE BUYBACK

The Board of Directors of ALMACENES EXITO S.A. (the “Board of Directors”), in virtue of its legal and corporate powers,

CONSIDERATIONS

WHEREAS, the General Shareholders’ Meeting of Almacenes Exito S.A. (the “Company”), during the ordinary meeting held on March 24, 2022, instructed the Board of Directors of the Company to proceed with the preparation of a set of rules (the “Rules”) for the implementation of a share buyback (the “Buyback”), to be submitted to the approval of the highest corporate body, all of which is recorded in Minute No. 78 pursuant to article 27(h) of the corporate bylaws;

WHEREAS, in said meeting, approval was given for the allocation of two hundred and forty-nine billion three hundred and thirty-three million five hundred and ninety-nine thousand four hundred and thirty-five pesos (COP\$249,333,599,435) of the Company’s net profits to increase the reserve for the share buyback, as well as the reallocation of one hundred forty-seven billion one hundred eight million four hundred thousand five hundred sixty-five pesos (COP\$147,108,400,565) of the occasional reserves for future expansions and improvements, to increase the reserve for the share buyback, with which added to the balance of the reserve for the share buyback available as of December 31, 2021, for twenty-two billion pesos (COP\$22,000,000,000), totals the amount of four hundred and eighteen billion four hundred and forty-two million pesos (COP\$418,442,000,000);

WHEREAS, the General Shareholders' Meeting of the Company stated that the Buyback is intended to deliver value to the shareholders by paying a price that recognizes the fundamental value of their shares and that can also generate efficiencies for each of them in equal conditions through a procedure that implements adequate corporate governance practices;

WHEREAS, in this context, and in accordance with the instructions of the General shareholders' meeting of the Company, the Board of Directors is responsible, through the proposition of the Rules to be submitted to the Company's Shareholders' Meeting, of securing the equality of conditions of the process for the Buyback;

WHEREAS, in accordance with the instructions of the General Shareholders' Meeting of the Company, the Buyback price must be determined based on technically recognized methods, for which the Board of Directors of the Company, in accordance with the provisions set forth in Law 964/2005 and the General Regulations and the Regulation Letter of the Colombian Stock Exchange (the "BVC"), authorized the hiring of an independent appraisal firm in charge of determining the value range of the Company's shares (the "Independent Valuation Firm");

WHEREAS, the Independent Valuation Firm prepared a valuation report for the Company's shares, which was delivered to the Company on April 29, 2022;

WHEREAS, the Company's Audit and Risk Committee, in accordance with the procedures set forth in Chapter Seven of the Company's Corporate Governance Code, reviewed the valuation report prepared by the Independent Valuation Firm and found it reasonable, which is why it was submitted to the Board of Directors;

WHEREAS, in accordance with article 3.3.4.3 of the General Regulations of the BVC and article 3.9.3.3 of the Regulation Letter of the BVC, the Company deemed it convenient to carry out the Buyback through an independent mechanism;

WHEREAS, therefore, the Buyback shall take place under the independent mechanism indicated above, ensuring equal conditions to all shareholders, both in economic and procedural terms, so that all shareholders can dispose a percentage of their shares according to their stake in the shareholders structure of the Company; and

WHEREAS, the Buyback will be carried out subject to the applicable regulations, especially, the provisions of article 396 of the Commercial Code, article 42 of Law 964/2005, paragraph three of article 6.15.2.1.2 of Decree 2555/2010 and the rules contained in the General Regulations of the BVC and in the Regulation Letter of the BVC.

RESOLVES

ONE. To approve that the following Rules for the Buyback be submitted to the consideration of the Company's Shareholders' Meeting:

(1) Maximum Amount of the Buyback. The maximum amount of the Buyback offer amounts to three hundred and twenty thousand billion pesos (COP\$ 320.000.000.000) (the "Maximum Amount of the Buyback Offer").

(2) Buyback Price. The offered price per share is twenty-one thousand pesos (COP\$ 21.000) (the "Buyback Price"), which will be paid in cash out of the Company's net profits corresponding to the reserve for the Buyback, in accordance with article 396 of the Commercial Code.

(3) Maximum Number of Shares in the Buyback. 15.238.095 common shares. It is the result of dividing the Maximum Amount of the Buyback Offer by the Buyback Price rounded off to the lower integer (the "Maximum Number of Shares in the Buyback"). The common shares repurchased must be completely free and clear of any encumbrance or limitation to the right of ownership. The Maximum Number of Shares in the Buyback may eventually be exceeded as a result of the application of Section 6(b), provided that this increase does not exceed 5.036 shares in any case.

(4) Recipients of the Buyback Offer.

(a) The recipients of the Buyback Offer (the "Recipients of the Buyback Offer") shall be duly registered holders of shares of the Company in the shareholder ledger (the "Shareholder Ledger") as of May 24, 2022 (the "Cutoff Date"), the date on which the Company's General Shareholders' Meeting has approved the Buyback, this Rules and their universal successors.

(b) The Buyback will be carried out through BVC with respect to securities that are immobilized and/or dematerialized shares. Therefore, shareholders whose securities representing the shares have been stolen or damaged must carry out the process of issuing duplicates as per article 402 of the Colombian Code of Commerce. Once the issuance of the duplicate is completed, the shareholders who wish to participate in the Buyback must immobilize and/or dematerialize the share

certificates representing their shares through the stockbroker of their choice and follow the procedure available at the following link: <https://www.grupoexito.com.co/es/asamblea-de-accionistas-2022-reunion-extraordinaria-24-de-mayo-tramites-relacionados-con-acciones>.

(5) Acquisition Ratio. For the purposes of this Rules, the “Acquisition Ratio” is 3,40%, a percentage resulting from dividing the Maximum Number of Shares to be Repurchased by the total number of subscribed and outstanding shares of the Company, rounded off to two decimal places.

(6) Minimum Quantity and Maximum Quantity of Shares to be Sold by the Recipients in the Buyback Offer.

(a) Each Recipient of the Buyback Offer may sell to the Company at least one (1) common share and up to a whole number of shares resulting from multiplying the number of shares held by each Recipient of the Buyback Offer on the Cutoff Date, as recorded in the Shareholder Ledger, by the Acquisition Ratio.

(b) The fractions of shares resulting from the previous calculation will be discarded. In cases in which the computation of the total number of shares to be sold results in a number less than one, one (1) common share shall be offered to be repurchased.

(7) Term for Buyback. The Recipients of the Buyback Offer may submit their acceptances as of the business day following the publication of the Notice of Offer (as such term is defined below), for a term of ten (10) business days (the “Buyback Deadline”).

(8) Procedure.

(a) The Buyback shall not entail performing a public tender offer and will be carried out outside the transactional modules of the BVC. In any case, the Buyback will comply with the provisions of the applicable regulations, in particular article 396 of the Commercial Code, article 42 of Law 964/2005, paragraph 3 of article 6.15.2.1.2. of Decree 2555/2010 and the rules contained in the General Regulations of the BVC and in the Regulation Letter of the BVC.

(b) In accordance with article 3.3.4.3 of the General Regulations of the BVC and the paragraph three of article 6.15.2.1.2 of Decree 2555/2010, the Buyback will be carried out under the independent mechanism of the BVC. For that purpose:

(i) *the Company has entrusted the BVC with the operational execution of the Buyback, which will be governed by the provisions of these rules and by the provisions of the operating instructions issued by the BVC for this purpose; and*

(ii) *in the Buyback process dealt with in this Rules, Corredores Davivienda S.A. will act as broker for the Company.*

(9) *Publication of the Notice of Buyback Offer. A notice describing the terms of the Buyback Offer will be published in accordance with the requirements set forth in the applicable law and in the regulations and Regulation Letter of the BVC (the “Notice of Offer”), for Recipients of the Buyback Offer to have the information required to participate in the Buyback process. The Notice of Offer will be published in a printed and/or online newspaper of wide national circulation, once the documentation sent to the BVC has been approved. Furthermore, the Buyback Offer will be communicated to the Recipients of the Buyback Offer through the relevant information platform of the Financial Superintendence of Colombia at the time provided for that purpose. Similarly, both the Rules and the Notice of Offer will remain published on the Company’s website from the publication of the Notice of Offer until the last day of receipt of acceptances for the Buyback.*

(10) *Minimum Content of the Notice of Offer. The Notice of Offer must contain, at least, the following information:*

(a) *an indication that the Buyback will be carried out under the independent mechanism of the BVC;*

(b) *an indication that the Buyback will be carried out in accordance with the applicable regulations for such purpose, especially article 42 of Law 964/2005, article 396 of the Commercial Code and paragraph 3 of article 6.15.2.1.2 of Decree 2555/2010;*

(c) *an express indication to the Recipients of the Buyback Offer that they must submit their acceptances to the offer for the Buyback through the broker of their choice;*

(d) *the price of the Buyback, indicating that it has been set in accordance with technically recognized methods;*

(e) *the maximum number of shares offered to be repurchased by the Company;*

(f) *the indication that the Rules were approved by the General Shareholders’ Meeting of the Company;*

(g) *the Recipients of the Buyback Offer, expressly stating that the Buyback offer is made under equal conditions for all shareholders;*

(h) *the mechanism under which the acceptances of the Buyback offer will be received, which will be determined by the BVC in the corresponding operating instructions;*

(i) *the form of submission of acceptances, which will be determined by the BVC in the corresponding operating instructions;*

(j) *the term to submit acceptances, which will be the that indicated in Section (7) of the Rules;*

(k) *the time to submit acceptances, which will be from 9:00 a.m. to 1:00 p.m. on the business days included within the term indicated for this purpose, which period may be extended as determined by the BVC, and informed to the market in the operating instructions;*

(l) *the period of application of the Buyback rules, which will be up to five (5) business days from the expiration of the Buyback Deadline;*

(m) *the form of payment, which for this purpose will be in cash in Colombian pesos;*

(n) *the completion date of the Buyback, which for this purpose will be the third trading day from the date Buyback Rules start to apply;*

(o) *the places or website links in which information about the Buyback will be provided as follows:*

Corredores Davivienda S.A. Comisionista de Bolsa

Carrera 7 # 71-52 Torre B Piso 16

(+57) 60 1 312 3300

farango@corredores.com; storres@corredores.com; scastro@corredores.com

Colombian Stock Exchange

<https://bvc.co/prospectos?tab=acciones> – Prospect

<https://bvc.co/avisos-de-oferta-publica?tab=acciones> – Public Tender Notices

Manager of the Shareholder Register

Fiduciaria Bancolombia S.A.

Carrera 48 No. 26 – 85, Torre Sur, Sucursal Puerta del Río. Avenida Los Industriales.

Institutional Shareholders Services: CAA@Bancolombia.com.co

Colombia: 018000954242 option 2

Medellín: +57 (604) 4447231 option 2

Tatiana Zoraida Vargas Ariza TVARGAS@Bancolombia.com.co

Medellín: +57 (604) 4042364

Offices of Almacenes Exito S.A.

Carrera 48 # 32B Sur-139

Línea en Medellín: (4) 6049696 Ext. 306560 or 305546

María Fernanda Moreno Rodríguez maria.morenorodriguez@grupo-exito.com

(p) an indication that the acceptances of the Buyback offer are not conditioned, and that they are irrevocable from the time they are submitted by the broker to the BVC, without any modification, withdrawal or ineffectiveness thereof, as long as they are not rejected by the BVC; and

(q) *others resulting from management efforts with the BVC*

(11) Operating Instructions. Pursuant to the provisions of article 3.3.4.3 of the General Regulations of the BVC, this entity shall be responsible for issuing the operating instructions for the Buyback.

(12) Acceptances.

(a) *The Recipients of the Buyback Offer who are interested in accepting the offer for the Buyback of the Company's shares must submit their acceptance through a broker of their choice, under the terms established by the BVC and within the Buyback Deadline. Said acceptance will be binding for the Buyback Offer Recipient and, therefore, may not be retracted, modified or clarified, except for the exceptions stated in the operating instructions issued by the BVC for this Buyback.*

(b) *Notwithstanding the provisions of Section (12)(a) above, the BVC may request additional information from the Recipient of the Buyback Offer, through the brokerage company through which it submitted its acceptance, to verify or correct it, if applicable. If at the time of applying the Rules for the Buyback, the Recipient of the Buyback Offer, through its broker company, has not responded to the corrections or requests by the BVC, it will be understood that the BVC has withdrawn its acceptance. It is responsibility of the Recipient of the Buyback Offer to process in due time with its broker, in accordance with the provisions of this Rules, the acceptance in due form within the Buyback Deadline. The expenses incurred by the Recipients of the Offer for the acceptance of the Buyback will be borne by them. The engagement of a brokerage company, essential requirement to accept this Buyback, will eventually imply a fee payable by the Recipient of the Buyback Offer for the execution of the shares' sale. This fee is taxed with 19% VAT.*

(13) Buyback Rules. Within five (5) business days following the expiration of the Buyback Deadline, the Company, with the support of the BVC, will apply the following Rules for the Buyback:

(a) *Each Shareholder may dispose of a whole number of shares within the range established in Section (6)(a) above.*

(b) *Once the Company and the BVC have determined the number of shares that each Recipient of the Buyback Offer will sell to the Company in accordance with Section 13(a) above, the results thereof will be reported to the brokers participating in the operation through the process provided by the BVC for such purposes and in general through an information bulletin. Additionally, the Company will report the general results of the Buyback under the relevant information mechanism.*

(c) For all purposes, the effective date of application of the Buyback Rules shall be the date on which the BVC delivers the information on the Buyback to the market and generally reports the results through an information bulletin.

(d) Each valid acceptance will correspond to one stock market operation, for which it must be cleared and settled in accordance with the provisions of this Rules.

(14) Clearing and Settlement. The clearing and settlement process of the Buyback will be carried out in accordance with the provisions of the General Regulations, the Regulation Letter and the Operating Instructions of the BVC. The Company will pay the corresponding price to the Recipients of the Buyback Offer that have accepted the Buyback offer, according to the results, in cash, in Colombian pesos, and through the brokers. The payment and subsequent clearing will take place on the third business day following the settlement date, the date in which the application of the Buyback Rules take place. The payment and settlement for each of the Recipients of the Buyback Offer will be carried out provided, by the payment date, the shares are fully free and clear of any encumbrance or limitation to the right of ownership. If on the payment date, the shares are not fully released, it will not be executed, and consequently the Buyback operation of said shares will not be completed. The broker representing each of the Recipients of the Buyback Offer will be responsible for verifying the validity and effectiveness of the certificate of each Recipient of the Buyback Offer over the shares offered for sale and must comply with the delivery of the shares sold in conditions to be transferred to the Company and free and clear of any encumbrances, ownership limitations, limitations to the exercise of the rights contained in the certificate and of any claim, precautionary measure or pending lawsuit that may affect the ownership or free negotiability thereof, and must deliver the total number of shares sold in the same way, that is, by delivering the total number of shares sold by wire transfer to the Centralized Securities Depository (“Deceval”). Since the shares must be completely immobilized and/or dematerialized their transfer will be through Deceval, the fulfillment of the resulting operations cannot be carried out through the delivery of physical certificates.

(15) Dividends. The dividends of the shares subject of the Buyback in accordance with this Rules will be subject to the provisions of the rules of the public stock market on the ex-dividend period.

TWO. To charge the Company’s Audit and Risk Committee with the following duties:

(1) to serve as consultant to the Legal Representative of the Company during the implementation process of the Buyback.

(2) to ensure that the provisions of the Rules are fully complied with;

- (3) to deal with and follow-up on the concerns that the Recipients of the Buyback Offer may submit; and
- (4) to report to the Board of Directors the results of the Buyback.

THREE. If the Rules are approved in an extraordinary meeting of the General Shareholders' Meeting, to authorize and request any of the Legal Representatives of the Company to (1) carry out all the necessary and/or desirable legal proceedings to implement and execute the Buyback, including the possibility to make corrections, adjustments and clarifications to the Rules as a result of the requests raised by the BVC; (2) take all other necessary and/or desirable steps to execute the Buyback, including complying with the legal, administrative or any other requirements that may be necessary for that purpose; (3) meet the requirements of the Colombian Stock Exchange or Deceval; (4) have special and occasional reserves for the purposes authorized above; (5) obtain the permits from administrative authorities that may be necessary to carry out the Buyback; and, in general (6) to carry out any other activity associated and connected with the Buyback.

FOUR. To remind the shareholders of the Company, and the market in general, that the price offered by the Company for the Buyback represents the value assessed by the Board of Directors in accordance with the valuation procedure using technically recognized methodologies, carried out for this purpose by the Independent Valuation Firm in accordance with the provisions of article 42 of Law 964/2005, but that it is not any recommendation or advice for the shareholders of the Company. Each shareholder must independently and autonomously evaluate, under their sole responsibility, the advisability of selling or not the shares held by them and the number of shares to be sold at the price offered by the Company.

FIVE. Pursuant to article 396 of the Commercial Code, if the shares repurchased belong to the Company, the rights inherent thereto will be suspended. To the extent that the buyback is made, the Company, as appropriate, will update its number of outstanding shares.

Enviado, May 6, 2022.

Board of Directors

Almacenes Exito S.A.